

- Título:** **CADERNOS DO NOROESTE – VOL. 22 (1-2), 2004**
- Director:** Manuel Carlos Silva (Director do NES)
- Título:** **Série Sociologia**
Sociedade e Cultura 6
- Coordenador:** Manuel Silva e Costa
- Conselho Científico:** Manuel da Silva e Costa • Maria Engrácia Leandro • Albertino Gonçalves • Manuel Carlos Silva • Ivo Domingues • Ana Paula Marques • Helena Machado • Carlos Veiga
- Conselho de Redacção:** Albertino Gonçalves • Alice Matos • Ana Duarte • Ana Brandão • Ana Paula Marques • António Joaquim Costa • Carlos Veiga • Emília Araújo • Helena Machado • Ivo Domingues • Jean-Martin Rabot • Joel Felizes • José Pinheiro Neves • José Cunha Machado • Manuel Carlos Silva • Manuel da Silva e Costa • Maria Engrácia Leandro • Maria Eugénia Rodrigues • Paula Mascarenhas • Rita Ribeiro • Teresa Mora • Victor Rodrigues
- Secretariado de Redacção:** Ana Paula Marques • Joel Felizes • Carlos Veiga • Helena Machado • Sofia Oliveira
- Apoios:** A edição deste número foi financeiramente apoiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia
- Edição:** A Série de Sociologia dos *CADERNOS DO NOROESTE Sociedade e Cultura*, é editada semestralmente (dois volumes/ano ou um volume duplo/ano) pelo Núcleo de Estudos em Sociologia da Universidade do Minho, *Campus* de Gualtar, 4710-057 Braga
- Assinatura Anual:** Portugal, Países de expressão oficial portuguesa e Espanha
15 E (individuais) 17,50 E (instituições)
Outros países:
US\$20 (individuais) US\$30 (instituições)
Preço deste número 12,50 E
- Recensões:** Quando os autores/editores desejarem a publicação de recensões, deverão submeter ao Conselho de Redacção dois exemplares dos trabalhos em causa. O Conselho de Redacção, no entanto, não se obriga a publicar recensões de todas as obras que lhe sejam enviadas com esse objectivo
- Capa:** Pormenor de um quadro de Chichorro
- Execução gráfica:** BARBOSA & XAVIER, LDA. - ARTES GRÁFICAS
Rua Gabriel Pereira de Castro, 31 A-C, 4700-385 Braga
Tels. 253 263 063 - 253 618 916 • Fax 253 615 350
e-mail: barbosa.xavier@sapo.pt
- Tiragem:** 500 exemplares
- Redacção, Administração e Publicidade:** CADERNOS DO NOROESTE – Núcleo de Estudos em Sociologia (NES)
Universidade do Minho, *Campus* de Gualtar, 4710-057 Braga
Tels. 253 604 100 - 253 676 987 • Fax 253 676 966
<http://www.sociologia.uminho.pt>
- ISSN:** 0870-9874
- Depósito legal:** 205496/04

Solicita-se permuta • Echange wanted • On prie l'échange • Sollicitamo scambio

Índice

<i>Nota/Prefácio</i>	5
MANUEL DA SILVA E COSTA <i>Ciências sociais, identidades e políticas sociais: uma introdução</i>	7
AUGUSTO SANTOS SILVA <i>A ciência social na cidade</i>	11
MANUEL CARLOS SILVA ANA PAULA MARQUES CARLOS VEIGA PAULA MASCARENHAS <i>Curso de sociologia da UM: retrospectiva e percepções dos alunos</i>	33
LUÍSA SAAVEDRA LEANDRO S. ALMEIDA ALBERTINO GONÇALVES ANA PAULA SOARES <i>Pontos de partida, pontos de chegada: impacto de variáveis sócio-cultu- rais no ingresso ao ensino superior</i>	63
RITA RIBEIRO <i>A nação na Europa – breve discussão sobre identidade nacional, nacionalismo e supranacionalismo</i>	85
MANUEL CARLOS SILVA MARIA GORETTI PINTO <i>Conflitos inter-étnicos latentes: um estudo de caso no concelho de Barcelos</i>	97
CARINA MENESES ANA PAULA MARQUES <i>«Prazo de validade» das políticas sociais. Notas sobre um diagnóstico da protecção social no concelho de Espinho</i>	113
ANTÓNIO MANUEL NUNES <i>As praxes académicas de Coimbra: uma interpelação histórico-antropológica</i>	133

ANA MELRO	
<i>Trabalho infantil: um fenómeno multidimensional</i>	151
MARIA JOSÉ BOAVIDA CALDEIRA	
<i>Impactes territoriais e sociais da residência secundária em Portugal</i> ..	165
ANA CRISTINA COLL DELGADO	
<i>Trajectórias e sentidos do trabalho de tomar conta de crianças para um grupo de mães de uma creche domiciliar</i>	181
HELENA MACHADO	
<i>Considerações teóricas sobre a análise sociológica dos tribunais</i>	199
ABSTRACTS / RÉSUMÉS	211
NORMAS PARA APRESENTAÇÃO DE ARTIGOS	221

NOTA/PREFÁCIO

Na sequência de outras edições de *Cadernos do Noroeste*, cabe-me, enquanto Director do NES, agradecer, antes de mais, ao Prof. Manuel Silva e Costa por, tendo aceite a proposta por mim lançada de coordenar este novo número da revista, ter sabido mobilizar uma equipa, de modo que este novo número da revista *Cadernos do Noroeste*, série Sociologia, *Sociedade e Cultura*, agora sob responsabilidade e a expensas do NES, fosse publicado ainda em 2004. Neste âmbito estendo também o meu reconhecimento não só a todos os autores dos artigos aqui publicados – cujo comentário ficará obviamente a cargo do coordenador deste número duplo – como, em particular, aos colaboradores que avaliaram os artigos e, criteriosamente, emitiram sugestões e/ou procederam às necessárias correcções dos respectivos artigos.

Por razões de assinatura e de permuta informamos que este será o último número a ser publicado com o nome *Cadernos do Noroeste*. A revista continuará com o mesmo perfil e vocação, embora sob outra denominação.

O NES, sendo um dos herdeiros do CCHS – que nos últimos anos pôde contar com a capacidade e o entusiasmo da Prof.^a Engrácia Leandro – e tendo sido dirigido nos anos 2002-2003 pelo então Director do Departamento, o Prof. Albertino Gonçalves, tem-se pautado por uma estratégia de afirmação que se pretende seja reforçada no presente e no próximo futuro, pelo que aproveito para agradecer a colaboração e o apoio da Prof.^a Helena Machado como Directora Adjunta do NES e da Prof.^a Ana Paula Marques como Directora do Departamento. O NES, que engloba actualmente quatro linhas de investigação formalmente consideradas pela FCT como subprojectos do Projecto NES, realizou, em 2004, sob o impulso da Direcção e em articulação com coordenadores e/ou membros das linhas de investigação, uma série de iniciativas de teor científico, prevendo-se para 2005, em maior amplitude e intensidade várias e relevantes iniciativas, já anunciadas ou a anunciar. Na base do propósito da Comissão Científica, proceder-se-á em breve, a nível de Assembleia e da Comissão Científica do NES, a uma reflexão mais aprofundada sobre a reestruturação das linhas de investigação, bem como da própria revista, sobre cujas decisões colectivamente assumidas dar-se-á conta não só nos *sites* do NES e do Departamento como na próxima edição da revista. Mas, para já e antes de mais, congratulemos-nos com a notável produção da actual edição que temos entre mãos. Bem hajam, portanto, todos/as os/as que colaboraram na realização deste objectivo.

O Director do NES
MANUEL CARLOS SILVA

CIÊNCIAS SOCIAIS, IDENTIDADES E POLÍTICAS SOCIAIS: UMA INTRODUÇÃO

MANUEL DA SILVA E COSTA *

Pretende esta introdução dar o necessário enquadramento ao conjunto de textos publicados neste sexto número da revista Sociedade e Cultura da Série de Sociologia, revista do Núcleo de Estudos em Sociologia (NES).

À abrir o leitor encontrará um óptimo trabalho de reflexão apresentado pelo Prof. Augusto Santos Silva no âmbito da Jornada Científica «As Ciências Sociais na Universidade» por ocasião dos 25 anos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

A consolidação em Portugal das Ciências Sociais como área de ensino e de investigação está associada à implantação da sociedade democrática. O *espaço científico* e o *espaço público* são relativamente autónomos mas interdependentes e inter comunicantes.

Um conjunto de autores do Departamento de Sociologia do ICS apresenta-nos uma reflexão, ainda muito actual, sobre as razões pelas quais os alunos se candidatam ao Curso de Sociologia. O interesse e o gosto pessoal são a primeira das motivações, logo seguida da perspectiva de uma carreira profissional. Os desafios que se colocam aos responsáveis pelo Curso, nesta altura da sua adaptação à filosofia do Protocolo de Bolonha, são essencialmente dois: reforçar a qualidade do Curso no quadro das orientações de Bolonha e torná-lo mais flexível e operacional para formar cientistas sociais de nível universitário.

As Universidades, se abrangentes e gerais no âmbito das suas preocupações científicas, são cada vez mais locais e regionais quanto à procedência da sua clientela. É o que nos revela um oportuno estudo de um grupo de investigadores da Universidade do Minho sobre a origem geográfica e sócio-cultural dos alunos que ingressaram no ano lectivo de 2002/2003. É de salientar que 66,1% são provenientes do distrito de Braga.

Ainda relativamente ao espaço académico, por contraponto com o «espaço público», António Manuel Nunes, analisa do ponto de vista histórico-antropológico as praxes académicas em vigor na Universidade de

* Prof. Catedrático, Departamento de Sociologia, ICS, Universidade do Minho.

Coimbra. Num tempo em que, por vezes, os excessos praticados ultrapassam os muros dos Campus Universitários e fazem ecos ruidosos nos «Media» é de saudar as reflexões sociológicas e antropológicas que têm sido produzidas. Refiro-me, para além deste texto, aos trabalhos do Prof. Albertino Gonçalves e da Dr.^a Rita Gonçalves publicados em 2001.

À volta da temática das identidades locais e nacionais podemos incluir um conjunto de textos de muito boa qualidade.

Rita Ribeiro analisa de forma aprofundada uma questão de grande actualidade que se prende com a progressiva formação da cidadania e da identidade europeia. Será possível a formação de um nacionalismo europeu? Para tal é inelutável o esbatimento, desaparecimento até, das identidades nacionais? Que sentido terá um cidadão dar a vida por uma «pátria europeia»?

Manuel Carlos Silva e Maria Goretti Pinto analisam, a partir de um estudo de caso, as representações e as práticas da sociedade dominante relativamente aos grupos etnicamente minoritários. Será que a proximidade social gera a inclusão e a aceitação das diferenças? O multiculturalismo como processo social de construção das identidades – do uno e do plural – poderá bem servir de quadro teórico para se tentar perceber que a construção da identidade europeia não é incompatível com o reforço das identidades nacionais; como o reforço das identidades dos grupos minoritários não é incompatível com a sua integração no espaço social, cultural e institucional mais vasto.

À volta da temática das políticas sociais e de trabalho enquadrámos um conjunto de três textos: o primeiro dá conta do diagnóstico feito às políticas sociais no quadro da protecção social no Concelho de Espinho, investigação levada a cabo por Ana Paula Marques e Carina Meneses. «A protecção social é um direito da cidadania» dizem as autoras, não um processo assistencialista; o segundo texto sobre o trabalho infantil procura mostrar o fenómeno como uma realidade multidimensional. Ana Melro diz-nos que o trabalho das crianças, mesmo que possa ser um complemento financeiro aos magros salários das famílias, em termos globais os prejuízos sociais superam os benefícios; o terceiro, de Ana Cristina Coll Delgado, apresenta-nos a trajetória biográfica de uma mulher que pretende construir a sua identidade de «ser mulher, mãe e trabalhadora numa creche domiciliária».

Maria José Caldeira Boavida apresenta-nos os resultados de uma investigação sobre as novas dinâmicas territoriais resultantes da difusão acelerada das residências secundárias em Portugal. Este fenómeno, como afirma a autora, está associado à revitalização da periferia de algumas cidades, à urbanização de novas áreas e a uma «acentuada dispersão da cidade pelo

campo». Este fenómeno acentua, além disso, a urbanização caótica, a construção clandestina e a especulação imobiliária. A autora depois de analisar os efeitos positivos e negativos acaba por concluir que «no cômputo geral talvez as consequências positivas ultrapassem as negativas e o saldo seja... um certo desenvolvimento local induzido pela residência secundária».

Finalmente Helena Machado apresenta-nos algumas considerações teóricas sobre a análise «sociológica das relações entre as mulheres e os tribunais».

A CIÊNCIA SOCIAL NA CIDADE

AUGUSTO SANTOS SILVA¹

RESUMO

Convidam-me simpaticamente a participar num encontro público de reflexão e debate sobre o presente e o próximo futuro das ciências sociais, servindo de motivo a comemoração dos vinte e cinco anos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Procurarei manter-me fiel ao tema que me é proposto, «As Ciências Sociais e a Universidade em Portugal», e ao registo em que decorrem as conferências. O mesmo é dizer: tentarei apresentar propostas de consolidação e desenvolvimento da comunidade científica portuguesa organizada em torno das ciências sociais, escolhendo como dimensão a privilegiar a influência social não só dos conhecimentos que produzem como também dos processos que os cientistas seguem para produzi-los e comunicá-los. Concentrar-me-ei, portanto, na relação entre o campo científico e o espaço público.

1. Convidam-me simpaticamente a participar num encontro público de reflexão e debate sobre o presente e o próximo futuro das ciências sociais, servindo de motivo a comemoração dos vinte e cinco anos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Procurarei manter-me fiel ao tema que me é proposto, «As Ciências Sociais e a Universidade em Portugal», e ao registo em que decorrem as conferências. O mesmo é dizer: tentarei apresentar propostas de consolidação e desenvolvimento da comunidade científica portuguesa organizada em torno das ciências sociais, escolhendo como dimensão a privilegiar a influência social não só dos conhecimentos que produzem como também dos processos que seguem para produzi-los

¹ Professor da Faculdade de Economia da Universidade do Porto. O texto representa o desenvolvimento de uma conferência realizada, em 8 de Novembro de 2002, na Universidade do Minho, no âmbito da Jornada Científica «As Ciências Sociais na Universidade». A Jornada inseria-se nas comemorações dos 25 anos do Instituto de Ciências Sociais daquela Universidade.

e comunicá-los. Concentrar-me-ei, portanto, na relação entre o campo científico e o espaço público.

Não é preciso demorarmo-nos na história recente da universidade portuguesa para notar alguns factos a ter em conta.

O primeiro é a clara afinidade electiva entre a democracia e a ciência: não é que uma seja a condição estritamente necessária da outra, mas a partilha de valores e normas comuns de elaboração intelectual, argumentação e organização institucional facilita a aproximação entre ambas, permitindo retirar benefícios recíprocos dos respectivos factores de desenvolvimento.

Segundo: a fundação democrática foi, entre nós, uma condição necessária à afirmação das ciências sociais. Havia, naturalmente, muitos e alguns excelentes cientistas sociais portugueses em actividade antes do 25 de Abril de 1974, dentro ou fora do País. Já tinham sido dados passos decisivos para a institucionalização das ciências sociais, através de escolas, centros de investigação e publicações. Mas só a instauração da democracia permitiu criar, desde logo, as condições de liberdade e, depois, as condições políticas e institucionais indispensáveis à formação de uma comunidade científica, organizada e reconhecida como tal.

O terceiro facto é o balanço genericamente positivo da história das ciências sociais, no Portugal democrático. Pode dizer-se, seguindo a distinção de João Caraça (1997: 27-47), que quer como cultura quer como sistema de actividade – isto é, quer como uma maneira de pôr em prática certos valores, regras e operadores intelectuais, quer como uma maneira de organizar, realizar e comunicar o conhecimento – o desenvolvimento sustentado da investigação e da formação nas diversas ciências sociais constitui um dos (muitos) bons resultados da nossa democracia recente.

A constatação desta associação mutuamente favorável é um ponto de partida adequado, desde que sirva para a problematização, e não para a naturalização, do relacionamento entre ciência social e democracia. O que requer a firme recusa da importação de falsas evidências, por mais agradáveis que surjam a nossos olhos, quanto às virtudes sinérgicas da ligação das duas partes.

E muito menos se aceitará a secundarização dos atributos que definem a identidade e a autonomia do discurso científico face aos quadros ideológicos e doutrinários que o envolvem. As ciências em geral e, por maioria de razão, as ciências humanas não existem fora ou independentemente da ideologia e da política. Mas dispõem de princípios e instrumentos bastantes para construir e validar um conhecimento que lhes é próprio. A base fundamental da sua autonomia é a capacidade de problematizar, nos seus termos, as diversíssimas formas da acção social, constituindo-as como objecto de interpegação, análise e explicação. Por isso se problematizam a si próprias (através da prática epistemológica), assim como problematizam, para o que agora nos importa e em várias sedes disciplinares, a natureza e a dinâmica

das sociedades democráticas, bem como o lugar nelas da ciência e da tecnologia.

Por conseguinte, celebrar acriticamente a associação entre investigação científico-social e vivência democrática, transformando abusivamente a afinidade electiva em fusão mística, seria a pior maneira de tentar compreender o sentido e a potencialidade da relação entre o trabalho dos profissionais e das escolas envolvidas na pesquisa e no ensino das ciências sociais e a dinâmica do espaço público e da agenda política contemporânea. Só é possível pensar prospectivamente esta relação se formos capazes de mobilizar, ao mesmo tempo, dois recursos: a consciência historicamente fundada das vantagens recíprocas da articulação entre o desenvolvimento do regime democrático e o desenvolvimento do campo das ciências sociais; e a constante aplicação do princípio epistemológico matricial da problematização, como distanciamento e interpelação estruturada da natureza e da dinâmica das democracias, como *factos sociais totais*.

2. O exercício não é, pois, simples. Mas, libertos dos falsos pressupostos simétricos da «imunidade social» da ciência e da comunhão automática entre os valores e interesses da ciência e os valores e interesses de certo tipo de sociedade, a democrática, estaremos em melhores condições para avançar. E, se o nosso interesse é destacar, não os processos internos às instituições académicas, antes porém as suas contribuições para o espaço público, precisamos também de uma percepção não simplista da estrutura deste espaço.

Do ponto de vista da influência social do conhecimento e da cultura científica, convirá distinguir pelo menos três planos, aliás complementares entre si, de enunciação e escrutínio das agendas políticas. Caminhando do menos para o mais institucionalizado, teremos a «opinião pública», o «movimento social» e o «processo de decisão político-institucional». Em todos estes planos se faz ou pode fazer sentir a interrelação da agenda política e do conhecimento científico-tecnológico.

A opinião pública não deve ser confundida com o conjunto das representações colectivas em curso num dado espaço e tempo social. Tal como se exprime através dos instrumentos típicos das sociedades de comunicação de massas, é o resultado da interacção dessas representações com os meios de construção, formatação e enunciação de atitudes e opiniões sobre temas e problemas definidos, por esses mesmos meios, como pertinentes, relevantes e oportunos. Não é despicienda a influência do conhecimento científico-social e da sua vulgarização não apenas sobre as representações como também sobre os princípios e os operadores simbólicos que as geram e estruturam – sobre a «utilização mental» de que falava Lucien Febvre. Mas o tempo e o modo que concretizam esta influência são bem diversos dos que estão em causa na dinâmica das conjunturas político-mediáticas

para que reenvia o conceito de opinião pública, mesmo quando se faz a demonstração sociológica de que não existe tal entidade no singular (*a* opinião pública não existe), nem existe por si própria, nem sequer quando a diferenciamos e contrapomos à «opinião publicada» (a opinião pública não existe fora do quadro das sondagens, eleitorais e outras, fora dos *media*, fora das formas e dos circuitos institucionalizados de produção e expressão de opinião) (cf. Bourdieu, 1980: 222-235). É real e, por vezes, poderosa a capacidade de intervenção pública de historiadores, psicólogos, sociólogos, economistas, historiadores, geógrafos ou antropólogos, problematizando, construindo explicações, formando pessoas; mas o impacto que tem essa intervenção sobre a definição da agenda social e política, quando examinada no plano da opinião pública, depende caracteristicamente da boa recepção que consegue nos grandes mediadores que são os jornais, as rádios, as televisões, assim como as escolas, os sindicatos, os partidos, as igrejas e outros círculos de associação.

Onde a categoria analítica de opinião pública acentua o lado dos valores, das representações e dos discursos (o que se sente e pensa e diz acerca do quê), a categoria analítica de movimento social, na sua acepção mais lata, enfatiza o lado da acção – mobilização, organização e acção grupal para a prossecução de certos fins. A amplitude do arco de práticas colectivas que designa é bastante grande, indo desde o movimento social *stricto sensu* (menos institucionalizado e de recorte mais genérico) até ao grupo de interesse (mais institucionalizado e focalizado num leque estreito e preciso de objectivos). Qualquer dos pontos intermédios deste contínuo nos importa, aqui, embora a maneira como o conhecimento os impregna ou informa seja, naturalmente, muito variável. E quem, como o autor destas linhas, se recusar a reduzir a caracterização do Estado a uma espécie de máquina alimentada de *inputs* e produtora de *outputs*, deve opor-se igualmente às dicotomias correntes que colocam os movimentos sociais (ou, para usar a palavra da moda, as organizações não governamentais) e o Estado em campos separados, como se onde estivessem uns não houvesse lugar para o outro, e inversamente. Quando se procura indagar com mais finura, é preciso, pois, destrinçar com clareza os diversos tipos de acção colectiva, seja em função do domínio social em referência, seja em função das «causas» e objectivos prosseguidos, seja em função das formas de organização e intervenção, seja do grau de institucionalização e aproximação ao Estado. Mas em todos faz sentido averiguar dos jogos dinâmicos entre conhecimento, ideologia e prática.

Se o escopo da acção for a formulação, a realização ou a avaliação de políticas – isto é, de sequências estruturadas de objectivos, medidas e acções incidindo na globalidade ou em sectores determinados da organização social – e, em particular, se se tratar de políticas públicas, conduzidas e controladas no quadro do Estado, em sentido amplo, então as contribuições

das ciências sociais tendem a inscrever-se em processos políticos e administrativos mais formais, podendo ser expressamente requeridas para informação e monitorização de tais processos. A relação entre as estratégias e os produtos do conhecimento científico-social e os seus «parceiros», «utentes» ou «destinatários» exteriores levanta problemas próprios. Entre outros, a fronteira entre, de uma banda, a «cientificidade» e a «tecnicidade» do conhecimento e, da banda restante, o recorte político, quer dizer, respeitante a escolhas entre alternativas, propósitos e práticas conflituais, bem como a lutas de poderes e interesses, das políticas públicas; a dialéctica entre a autonomia da ciência perante a política e a autonomia da política perante a ciência, e o modo como se exprime, desde a postura de engajamento militante até à pretensão tecnocrática; ou o ajustamento recíproco entre as expectativas sociais face à ciência (sobretudo quando predomina no senso comum a crença ingénua no positivismo científico) e as concepções que os cientistas eles próprios têm acerca da relevância e utilidade pública das suas teorias e instrumentos ou obras técnicas. Naturalmente, as diversas formas de participação da investigação e dos investigadores na formação das políticas (como técnicos, como consultores, como analistas...) e as diferentes etapas em que se concretiza a participação (preparação, definição, realização, acompanhamento, avaliação...) complexificam esta interacção do conhecimento e das políticas públicas.

Não estou a identificar os planos em que se *deve* fazer a influência social da ciência. Estou a falar dos planos em que ela *já* se faz. A mobilização e o debate na arqueologia portuguesa em torno da salvaguarda das gravuras rupestres do Vale do Côa, e contra a construção da barragem hidroeléctrica para aí projectada, constituiu, em 1994 e 1995, exemplo marcante de quão intenso e preponderante pode ser o envolvimento das comunidades científicas na agenda pública (cf. M. Eduarda Gonçalves, 2000). É também notório o papel das instituições de ensino e investigação dedicadas às ciências da educação e das correntes teóricas nelas hegemónicas para a definição, pelo menos, dos quadros de princípios e finalidades que orientaram as políticas educativas, nomeadamente desde a aprovação, em 1986, da Lei de Bases do Sistema Educativo até à mudança de maioria parlamentar ocorrida em Março de 2002. O papel da sociologia e dos sociólogos na in/formação das políticas de trabalho, emprego e segurança social foi sendo crescente, ao longo dos anos 1990. As ilustrações poderiam multiplicar-se, sendo certo que voltaremos a evocar algumas.

3. Resumamos as duas aquisições que podemos dar como garantidas, se o nosso raciocínio foi até agora correcto. Havendo uma clara afinidade electiva entre o desenvolvimento do regime político e da sociedade democrática e o desenvolvimento das ciências sociais, há toda a razão para explorar as vantagens recíprocas de um relacionamento fundado na autonomia

relativa entre os dois termos, mas aberto à comunicação e escrutínio mútuo de problemas, processos e resultados. Visto este relacionamento do lado da ciência, e da influência que ela pode ter para a agenda social e política que se define no espaço público, é indispensável ter a consciência da diversidade e da complexidade dos campos em que este espaço se organiza e dos planos em aquela agenda se enuncia.

Então, que condições podem favorecer, pensando sempre da perspectiva das ciências sociais e das respectivas comunidades académicas e profissionais, tal impacto?

Farei uso da clássica mas ainda útil distinção entre as condições teóricas da actividade científica (que compreendem as problemáticas, as teorias e as técnicas que enquadram e informam, bem como limitam, a produção e a transmissão de novos conhecimentos), as condições institucionais (que dizem respeito ao modo como se organiza cada campo científico) e as condições sociais (abrangendo os aliás diversíssimos factores com origem no espaço social em geral e, em particular, nos seus campos político, mediático e económico, que criam o ambiente que rodeia o trabalho específico de investigação e ensino). Defenderei convictamente que o requisito essencial para um impacto social positivo da cultura e do labor científico é a defesa do valor essencial e insubstituível do que se chama correntemente investigação fundamental. Esta afirmação tem expressão seja em sede de condições teóricas, seja em sede de condições institucionais.

Do ponto de vista teórico, defender o primado da investigação fundamental significa defender a precedência do desenvolvimento interno a cada uma das disciplinas científicas, ou a cada uma das fileiras interdisciplinares, sobre qualquer demanda exógena de conhecimento ou tecnologia. Pode parecer mas não é um paradoxo começar por afirmá-lo, quando o tema é a abertura da ciência social e a sua comunicação com o exterior: ou seja, a sua influência e «utilidade» pública. É que nenhuma contribuição positiva e pertinente se retiraria de uma investigação cuja base fundamental tivesse sido perdida ou secundarizada.

Se se limitasse, sequer, o terreno da teoria, fazendo aumentar os custos de oportunidade dos que a ela preferencialmente se dedicam, já se estaria a pôr em causa, a prazo, o potencial da investigação aplicada e da investigação-acção. Qualquer que seja a modalidade da sua presença nas práticas sociais, os «materiais» que a pesquisa científica transporta e tem a oferecer são o «método», isto é, a cultura e o processo de crítica, construção e validação que mobiliza, e o «conhecimento», as interpretações que propõe e escrutina sobre os processos que estuda. Logo, a filosofia e a epistemologia das ciências e a investigação teórica fundamental em qualquer ramo do saber constituem a seiva sem a qual estiolam a produção interna e a contribuição social da ciência.

A fórmula poderia ser, portanto, com toda a legitimidade: quereis beneficiar da ciência?; criai condições para que a investigação se desenvolva, através do encadeamento de modelos, teorias e observações empíricas que lhe é característico.

Será preciso esclarecer que esta afirmação nada tem a ver com a defesa anacrónica da indiferença olímpica da ciência (ostensivamente alheia a questões enunciadas no espaço público, por considerá-las despidas de dignidade teórica), nem reflecte velhos preconceitos internos aos campos intelectuais (para os quais o trabalho «referenciado» e, por maioria de razão, «aplicado» seria, por natureza, menor)? Uma relação produtiva do conhecimento científico-social com os discursos e as agendas político-sociais pressupõe que aquele disponha do tempo e dos instrumentos que são seus para problematizar as questões sociais, redefinindo-as e enunciando-as na sua linguagem, submetendo os objectos de estudo assim construídos a protocolos cruzados e metodicamente organizados, elaborar e testar explicações sempre provisórias e refutáveis. Como é que poderia fazê-lo uma ciência que absurdamente tivesse abdicado da sua capacidade para a criação teórica, concebendo-se como meramente «utilitária»? Deixaria de ser útil!

Este princípio de autonomia também não contradiz a ligação profunda, e cem vezes demonstrada pela história e a sociologia das ciências, da investigação de cada tempo e espaço social às linhas de força da respectiva estrutura e dinâmica e, em particular, às visões do mundo, às transformações sociais, às procuras económicas e aos impulsos políticos que neles se geram e interagem. Não será mister relembrar sistematicamente quanto a produção científica deve às ideologias, às religiões, à civilização material, ao dinamismo económico e social e à acção política, e designadamente quanto a produção científica está ligada à atmosfera de liberdade e criação cultural que puder ser vivenciada num dado momento histórico. O que se quer significar é outra coisa: por um lado, a agenda da ciência não é sobredeterminada, directa e imediatamente (ou não tem que se ser nem deve ser sobredeterminada!) pelos valores que têm curso nos campos político e mediático; por outro lado, as contribuições oriundas do campo científico e aplicáveis noutros campos sociais nem são imediatas (no sentido de dispensarem mediação), nem são transparentes (no sentido de instantaneamente transferíveis para outros códigos e jogos de linguagem), nem são puramente técnicas (no sentido de convertíveis automaticamente em saber fazer e processos operativos).

A segunda condição essencial para compreender e praticar bem a influência social da ciência é identificar-lhe um limite: o conhecimento científico pode e deve informar a acção, mas não pode nem deve *fundamentar* a acção. A ilusão comteana da «Idade Positiva», comandada pela Razão, não se dissipou totalmente, mas continua a ser nefasta. A ciência tem inestimá-

veis contributos a dar à prática social: desde logo, pelo seu pendor crítico e problematizador, depois pelo conhecimento empírico que constrói, interpreta e valida, e sempre através do tipo de raciocínio que cultiva e cujas potencialidades para a formação apurada de técnicos e decisores nunca é de mais repisar. O trabalho científico é indispensável quer na diagnose de problemas, recursos e oportunidades, quer na avaliação crítica e na utilização prática dos saberes acumulados sobre as condições e os efeitos de intervenções e programas já aplicados, quer na formação e formulação de novas políticas ou programas, quer no desenho dos contextos de participação e interacção de actores, quer no acompanhamento e monitorização das intervenções no terreno, quer na análise do seu decurso e resultado.

O que nenhuma ciência faz é escolher em nossa vez. Tem capacidade, que deve ser plenamente aprovada, de informar e apoiar «tecnicamente» (as aspas significam que o advérbio é usado em sentido lato) as escolhas e as decisões dos actores sociais. Mas não escolhe nem decide por eles; nem tem, ao contrário do que ingénua ou arditosamente sugerem os tecnocratas de vária espécie, o condão de anular a diversidade e a conflitualidade das opções possíveis e assim inutilizar a escolha. As ciências sociais, em particular, ajudam a esclarecer as condições estruturais que configuram os quadros de temas e os leques de posições que se formam num dado espaço-tempo, assim como as probabilidades de adopção destas ou daquelas posições pelos múltiplos actores em jogo, porque tais probabilidades estão associadas aos seus lugares e trajectos nos campos sociais em questão; disponibilizam conhecimento aprofundado sobre ensejos e desenlaces passados ou contemporâneos que sejam comparáveis, e ajudam a antecipar consequências e efeitos prováveis das diferentes escolhas. É um contributo inestimável. Não são, porém, felizmente não são, uma tecnologia social: não são capazes de conceber por si próprias uma engenharia pré-determinante das relações e dos projectos sociais. As dimensões éticas e políticas – a necessidade de optar entre valores e fins alternativos – e a autonomia própria da conflitualidade social e do modo como ela se exprime e gere no espaço público – nomeadamente através da argumentação cruzada e da «força» sustentada nos diversos interesses e projectos grupais – são inexpe-líveis e incontornáveis. É a consciência deste facto que quer exprimir o princípio simples de que a ciência social informa e apoia a acção social, mas não a fundamenta.

No que apoia e informa, concretiza, porém, um esforço próprio, que acrescenta valor – o valor próprio e verificável da prática científica. Se os avatares do positivismo não nos servem, não ficaríamos melhor fornecidos com o desconstrutivismo sistemático de certas variantes da epistemologia pós-modernista, aquelas que se estribam no pressuposto de uma equivalência geral entre o discurso científico e os restantes modos de conhecer e discorrer.

É, aliás, por ser crítica à maneira de Kant (quer dizer, capaz de se problematizar a si própria e identificar os limites inerentes à sua maneira de proceder) que a ciência consegue ir traçando (de forma sempre dinâmica e plástica) uma zona de autonomia em que os seus princípios e processos são, por assim dizer, soberanos – e os consequentes resultados acumuláveis (no médio e longo prazo, e não linearmente). Assim se tornam a cultura e os conhecimentos científicos indutores de progressos (num plural prudente, e não no singular solene), ao mesmo tempo superando-se e acumulando-se as aprendizagens continuamente assentes na dialéctica da hipótese e da validação, da verificação e do erro, da interpretação e da observação. Movimentos de espiral, mais ou menos larga, mais ou menos elevada.

Não se trata de um impulso unicamente intelectual. É por se ter o sistema de actividade científica constituído historicamente como um campo social específico, que valoriza estatutos e posições sustentadas na posse e mobilização de recursos cognitivos e favorece as interacções fundadas na argumentação racional e no controlo entre pares. Também a dimensão normativa e a dimensão organizacional deste sistema favorecem, sem automatismos nem linearidades, mas em tendência e a médio prazo, o acolhimento das atitudes de abertura racional e de verificação sistemática e orientação universalizante. E eis outros tantos trunfos para a objectividade e a cumulatividade do conhecimento e da tecnologia.

Há, pois, aqui um movimento de dupla hélice, potenciado quer por condições teóricas quer por condições sociais e institucionais do trabalho científico, ou seja, enunciável quer em termos de filosofia e epistemologia das ciências, quer em termos de história e sociologia das ciências. Como escreve Fernando Gil (1999: 27, 15), «o processo do realismo dogmático está feito, mas não em proveito do cepticismo epistemológico». A ciência persegue um «ideal de verdade», uma «vontade de verdade» e é por isso que «se obriga à objectividade». Mas, nas palavras de John Ziman (1999: 449-450), «a objectividade científica não é uma virtude filosófica abstracta. É uma norma cultural incorporada numa teia de práticas sociais. Os cientistas académicos não aprendem o ‘desinteresse’ em cursos formais de éticas. [...] Os cientistas incorporam a ‘objectividade’ no seu sistema de valores pessoais através da sua própria experiência em situações de investigação onde as práticas relevantes são sistematicamente observadas».

Portanto, como bem mostrou José Madureira Pinto, não é aceitável «o argumento, tão caro a certo ‘desconstrucionismo’, de que as ciências estão condenadas a mover-se entre discursos de plausibilidade equivalente, constituindo-se, sem apelo, em apenas mais um deles». Pelo contrário, a ciência é «uma actividade com objectivos e regras próprios e dotada, além disso, de uma qualidade virtual específica: a de alargar, com argumentos explícitos e permanentemente expostos a refutação, o campo dos conhecimentos sobre o real». Uma «utilização ética ou, para ser menos pomposo,

reformista da sociologia do campo científico», permitirá «apurar os instrumentos de reflexividade e autoconhecimento dos agentes», assinalando e explorando bem as especificidades a que «os domínios do provável e do possível obedecem nas ciências» (J. Madureira Pinto, 2001: 66, 54-55).

Quarta condição favorável, no plano das condições teóricas, para uma influência social equilibrada e pró-activa da ciência: a consciência e a capitalização do pluralismo intrínseco à investigação nas ciências sociais. Esta condição é congruente com as anteriores: com a valorização da pesquisa fundamental, contra o preconceito utilitarista; com a explicitação do escopo e dos limites próprios do conhecimento científico, contra a ilusão positivista e a soberba tecnocrática; com a defesa da cumulatividade tendencial do conhecimento, contra a dissolução da respectiva especificidade e potencialidade numa suposta equivalência geral dos saberes e dos discursos. De facto, a natureza pluriparadigmática das ciências sociais não deve ser vista como uma fraqueza, em comparação com uma, aliás muito discutível, univocidade paradigmática das ciências «duras» em «fase normal» (*à la* Kuhn). Deve ser considerada, isso sim, como uma sua propriedade intrínseca e um seu recurso epistemológico fundamental (cf. Almeida e Pinto, 1986: 65-68). A pluralidade de paradigmas ou quase-paradigmas e, conseqüentemente, a pluralidade de problemáticas, teorias, técnicas e métodos, a dinâmica de confrontação entre eles, organizada pelo quadro de protocolos de construção e validação de conhecimentos que o campo das ciências sociais vai elaborando, constituem os mais poderosos factores de desocultação, desnaturalização, e, em geral, problematização e imaginação teórica, assim como de restituição e interpretação densificada dos processos sociais. Nesse sentido, reside aqui a melhor garantia do primado da investigação fundamental sobre as suas aplicações práticas, técnicas ou empíricas, o melhor antídoto contra as pretensões de hegemonia da ciência ou dos cientistas sobre todos os campos de escolha social, e o melhor indutor de progresso cognitivo e tecnológico.

Basta de demoras numa demonstração que é simples. É a abertura à diversidade epistemológica e teórica constitutiva das ciências sociais, é a vinculação matricial à lógica de argumentação sobre e entre modelos e resultados de investigação, que conferem sentido dinâmico ao seu conhecimento. E a consciência da radical incompletude e provisoriade de qualquer explicação, assim como da necessidade do teste e da corroboração, essa interiorização da complexidade das coisas e das interpretações acerca das coisas, não deixa de ser uma, se não a razão, da invocada afinidade electiva entre o desenvolvimento das sociedades modernas e o desenvolvimento das ciências sociais. Afinal, a dogmática imperial que alguns teimam erradamente em esperar da ciência seria o menos concebível para agir no quadro das sociedades actuais, hipercharacterizadas como elas são pela tensão, pelo dinamismo, pela abertura.

A diversidade deve ser, pois, creditada como uma vantagem do conhecimento científico, designadamente quando é abordado do ângulo da comunicação com o espaço público e a agenda sociopolítica. Diversidade de referências doutrinárias e ideológicas, diversidade de modelos teóricos, diversidade de estratégias de investigação, diversidade também, e portanto, das modalidades pelas quais as ciências pensam e realizam a sua relação com as realidades que observam, interpretam e reconfiguram: investigação fundamental, investigação aplicada, investigação-acção. A pluralidade de princípios e de instrumentos cognitivos enriquece, não enfraquece, o potencial de criação de valor.

4. Para pensarmos agora nas condições institucionais da actividade científica, recordemos o título desta conferência: «A universidade e as ciências sociais». Tomaremos universidade em sentido lato, de modo a compreender os elos de ligação com as instituições de ensino politécnico, que são também contextos de produção, acolhimento e aplicação daquelas ciências. Mas sem dúvida que é o campo universitário que mais distintamente representa um conjunto de factores que, do lado da organização do trabalho académico, favorecem uma contribuição bem calibrada da cultura e do conhecimento científico à agenda política pública.

Por razões que apresentei noutra lugar (A. Santos Silva, 1999), entendo que a missão da universidade se declina melhor em quatro dimensões complementares: investigação científica e criação cultural; livre exame; ensino e formação; cooperação social. Ora, todas estas dimensões são relevantes para a promoção de boas condições de utilização social da ciência.

Quanto à função de ensino, é tempo de abandonarmos de vez a ideia de que pudesse ser reduzida à mera «transmissão de conhecimentos»; como em qualquer outro nível de ensino, o fulcro está, isso sim, na formação de atitudes e capacidades para a assimilação e a elaboração de conhecimentos e a aquisição de saberes práticos correlativos, está na aprendizagem e no treino de competências cognitivas, emocionais e relacionais. O que caracteriza especificamente o nível superior é a estreita articulação entre o ensino e a investigação, seja do ponto de vista da actividade docente seja do ponto de vista da actividade discente. E esta imersão das pessoas-em-aprendizagem na cultura material e teórica da ciência constitui, também, a principal contribuição da educação universitária, formal e não formal, aos mais diversos campos sociais.

Quanto à investigação, o primeiro ponto a notar é o valor em si mesma. Não pode reclamar-se de universitária uma comunidade que não aceite e pratique esta matricialidade do processo de criação de conhecimentos. Sem a autonomia da função de investigação, face às demais, e sem o primado da investigação fundamental, isto é, do desenvolvimento teórico auto-induzido, face às diversas modalidades de relação entre ciência, técnica e prática, des-

moronar-se-iam os próprios alicerces da actividade científica e da sua utilidade social.

Defendo, por um lado, a extensão ao universo mais geral da cultura e da comunicação do impulso criativo que é habitual fazermos concentrar, quando consideramos a universidade, na pesquisa científica. É duplamente justificada: os dois mundos da ciência e da cultura convivem cada vez mais nas mesmas instituições e não são estanques, antes interagem por vias e com efeitos que podem e devem ser mutuamente vantajosos. Defendo, por outro lado, a ênfase como dimensão específica da missão universitária do livre exame, isto é, o exercício da análise crítica, da argumentação racional e do debate intelectual, sem barreiras ou condicionantes exógenas. É uma sequência e uma actualização lógica quer da história da constituição da ciência moderna e das sucessivas rupturas que teve de operar com as limitações políticas, religiosas e sociais ao uso e à expressão da razão crítica, quer do processo de diferenciação da ciência face aos outros regimes de produção de saberes e visões do mundo. Fernand Braudel (1989: 338-344) mostrou bem o que o desenvolvimento da ciência e da tecnologia tem de «civilizacional», isto é, de maturação histórica na longa duração, e as causas da sua associação à singularidade das civilizações europeias. Ora, nenhuma instituição social do nosso tempo tem melhores condições para acolher e favorecer a actividade racional crítica do que a universidade.

De jeito que o que diríamos da função de investigação (criação de conhecimento) também diremos da função cultural (criação de sentido), no que concerne a condições necessárias ou, pelo menos, favoráveis à influência crítica e propositiva da ciência social sobre o espaço público. Elas são, basicamente, de três tipos: no plano material, as condições indispensáveis para que a investigação possa realizar-se, com os meios humanos, logísticos e financeiros de que precisa; no plano institucional, o controlo dos cientistas sobre os processos de construção e enunciação de problemas para pesquisa e de selecção e aplicação dos princípios, protocolos e instrumentos de resolução desses problemas; no plano organizativo, a salvaguarda das formas de administração das comunidades académicas e científicas e de administração das relações de autoridade e poder no seu seio que promovam, em vez de impedir, a pluralidade e a diversidade dos modelos culturais e dos paradigmas científicos, que são, como já vimos, imanentes às ciências sociais.

Para rematar numa frase que já não parecerá esquemática, sem condições de inserção institucional inspiradas nos valores e nos procedimentos da democracia (pluralidade, confrontação, crítica, argumentação, colegialidade...), as ciências sociais não logram estabelecer e disseminar as maneiras de pensar, os métodos de conjectura e prova, os resultados teóricos e práticos que justificam e materializam as contribuições que são capazes de dar à qualificação e ao dinamismo do espaço público e da agenda política, nas nossas sociedades complexas, abertas e democráticas.

Até porque é também aqui que se sustenta uma cultura adequada de relacionamento e interacção com o «meio envolvente» – o que tem logicamente a ver com a última das dimensões em que me permiti decompor a missão da universidade, chamando-lhe «cooperação social». É que a expressão usada canonicamente («relação com o meio») pode ser enganadora: como o seu próprio nome indica, a universidade não se dirige a ambientes fisicamente delimitados, a *locais*; o seu «meio» é de amplitude e de natureza muito variável e, no coração da sua actividade, está a orientação universalizante do pensamento. Sem embargo, o «meio» existe: a comunidade académica tem sempre um «exterior» que a envolve e condiciona, e com o qual interage; é histórica e socialmente situada. O espírito de abertura e a atitude dialógica, ou seja, estar atento às dinâmicas contextuais e manter com elas uma relação de aprendizagem e contribuição recíproca, são requisitos estratégicos para os investigadores e os centros de investigação.

Nem profetas, nem mestres pensadores, nem intelectuais orgânicos, os cientistas sociais são, contudo, ou podem ser, actores de parte inteira no espaço público. Mobilizam, ou podem mobilizar, competências e saberes próprios, que não substituem os valores, os interesses, as experiências, as representações, as finalidades que estruturam os leques de escolhas e orientam as escolhas que têm lugar no espaço público, mas que contribuem para a sua formação, dilucidamento e crítica. O que só pode ocorrer com uma condição: que os cientistas e as ciências sociais façam também suas, isto é, integrem no seu centro de interesse em vez de repeli-las como estranhas, as dinâmicas do espaço público.

5. Quem quiser aprofundar a temática terá um bom exercício pela frente: considerar a história recente e a situação presente de diferentes disciplinas e campos disciplinares no interior das ciências sociais portuguesas, à luz dos seus modos de relacionamento com os campos sociais envolventes, nomeadamente os campos político, mediático e profissional. Só posso ser, aqui, indicativo. Mas gostaria de sugerir a pertinência e o potencial do exercício, assinalando brevemente quatro casos bastante significativos.

Uma ciência social que permanece arreada das práticas epistemológicas, quando delas bem necessita: a economia. De facto, e apesar das pesquisas empreendidas por alguns especialistas, infelizmente poucos e pouco reconhecidos, trata-se de uma ciência ainda pouco reflexiva, quer no eixo diacrónico, através da análise histórico-sociológica dos vários *corpora* teóricos e dos seus usos académicos, profissionais e sociais, quer na sincronia, através da epistemologia crítica das axiomáticas e dos métodos de observação e explicação (cf. A. Santos Silva, 1995). A consequência desta carência parece-me óbvia: as inúmeras articulações entre o que poderíamos designar, à maneira de Max Weber, por «pressuposições de valor» e o conhecimento económico passam, de ordinário, sem exame ou escrutínio crítico, como se fossem necessárias ou naturais.

Não é possível nem desejável criar uma ciência social esterilizada, ideologicamente asséptica. As ligações entre juízos éticos ou ideológicos e interpretações científicas não são forçosamente condicionantes negativas destas últimas. Mas a renúncia a explicitá-las e analisá-las, com os recursos próprios da sociologia e da epistemologia das ciências, e, por maioria de razão, a subtil ou ostensiva afirmação de que é constitutiva da ciência económica a consonância com as ideologias económicas de «governabilidade» (liberais ou social-democratas), enfraquecem a ciência económica e tornam-na presa fácil da influência do pensamento ideológico-político dominante em cada espaço e tempo.

Outro campo disciplinar que muito beneficiaria de uma análise cuidada e de uma discussão descomplexada sobre as condições de elaboração e disseminação de conhecimento que tem privilegiado são, do meu ponto de vista, as chamadas ciências da educação – com destaque para a sociologia, a psicologia e (mais recente ou incipientemente) a antropologia da educação. Poucos campos das ciências sociais portuguesas haverá em que seja mais profiláctico fazer a identificação crítica do esquematismo – essa espécie de rendição ao simplismo que se insinua, de um lado, nos processos de assimilação e reprodução de modelos teóricos e de vulgarização de resultados paradigmáticos no interior da comunidade científica e, do outro lado, nos processos de formação e socialização em curso nos sistemas escolares ou para-escolares, através dos quais se estruturam ideologias, culturas e tecnicidades profissionais.

Na minha perspectiva, e no seu conjunto (não caracterizo, portanto, nem todas nem muito menos as mais conseguidas investigações), o campo das ciências da educação foi gerando e consolidando um autêntico senso comum especializado, um senso comum de segundo grau, que partilha com o outro a mesma tentação das evidências simples e dos enunciados panorâmicos, assentando num mecanismo sumário de apreciação dos factos, elaboração de explicações e divulgação de conhecimentos. Dada a enorme influência deste campo quer na formação dos professores e dos técnicos da administração educativa, quer nas representações dos dirigentes associativos e sindicais, quer mesmo na preparação, enunciação e realização das políticas públicas, a tendência de subcomplexificação (aliás, impulsionada pela sua própria eficácia) tem tido importantes efeitos limitadores no que seria talvez sugestivo, adaptando Lucien Goldmann, apelidar de «máximo de consciência possível» dos profissionais. Sugiro, enfim, espero que sem deselegância e com algum fundamento, que a «utilidade» social das ciências da educação, a sua incontornável e imprescindível presença na agenda das políticas educativas, está a pedir, para poder ser mais positiva, um pouco mais de complexidade aos investigadores e formadores (cf. A. Santos Silva, 2003).

Os meus dois últimos exemplos são de natureza diferente. Assinalam ambos as janelas de oportunidade ou trilhos de passagem que foram abertos

entre a investigação científico-social e as representações, os discursos, os projectos e as práticas sociais. Constituem já desenvolvimentos promissores de um diálogo entre «ciência» e «sociedade», mas carecem de consolidação e aprofundamento.

Relevo, num caso, que é possível verificar a influência da fileira de estudos históricos e antropológicos sobre os discursos públicos a propósito da(s) identidade(s) colectiva(s). Relevo, noutro caso, o aumento da procura, em sede de definição e aplicação de políticas públicas, da contribuição de disciplinas como a geografia humana, a demografia, a antropologia e certos ramos ou correntes da sociologia, da psicologia social e da economia. De uma banda, na ancoragem local e regional de políticas de planeamento e desenvolvimento integrado, da outra banda na concepção e implantação da chamada nova geração de políticas sociais – sem esquecer, para não ser parcial, os evidentes bons efeitos da convergência de ciências e tecnologias da educação com programas de desenvolvimento comunitário – em todos estes aspectos se podem observar augúrios de uso adequado e equilibrado de conhecimento científico-social.

Aqui como ali, porém, o exercício analítico não deve ser confundido com a apologia e o proselitismo. Os mesmos riscos de ocultação ou naturalização dos vínculos ideológicos da investigação (agora provavelmente na direcção contrária à que é hegemónica na ciência económica), ou de simplificação e esquematismo na reprodução teórica e na socialização académica ou profissional, e outros riscos, por exemplo a secundarização ou a dissolução das diferenças de registos discursivos nas elaborações sobre as identidades e a ilusão cientista da onnipotência e da onnipresença do conhecimento científico, estão patentes ou latentes em todo o leque de contribuições da investigação social para a prática social. Saber reconhecê-los e criticá-los constitui ainda o melhor antídoto, isto é, a mais sólida garantia para um diálogo bem conduzido entre mundos que, embora comunicantes, são autónomos.

6. Não devo, todavia, ignorar que o registo de conferências como esta inclui também uma dimensão prospectiva. Convidar alguém a discorrer sobre «a universidade e as ciências sociais em Portugal», a propósito da comemoração de vinte e cinco anos de existência e trabalho de um Instituto de Ciências Sociais, é ainda desafiá-lo a esclarecer quais as propostas que está preparado para a fazer; no que importa ao trabalho futuro deste e de outros centros de investigação e ensino nas ciências sociais.

Seja, então, esse o último passo da minha deambulação. Fiel ao ângulo de observação que escolhi, falho como sou de visões a cento e oitenta graus, manter-me-ei no problema do relacionamento da cultura e da actividade científico-social com a dinâmica do espaço público e da agenda e acção política. Quer dizer: que tarefas devemos enfrentar, que caminhos devemos

ousar percorrer, para – na base dos princípios e condições já detalhadamente apresentados – melhorar a utilidade e a influência social das nossas ciências?

Nada de inventários pretensamente exaustivos; escolhamos duas ou três áreas críticas. Críticas porque permitem o teste prático de algumas das hipóteses aqui colocadas. Críticas porque constituem oportunidades para avançar na consolidação das ciências sociais na universidade e na sociedade portuguesas.

Assim, e em primeiro lugar, exorto a um maior investimento da comunidade dos cientistas sociais na relação com os seus públicos. Falo de um maior investimento pessoal – dos investigadores e das equipas de investigadores – e institucional – das escolas, das publicações, dos centros, como tais. E uso a expressão «relação com os públicos» para conotar todas as diferentes modalidades e técnicas de interrelação de especialistas e não especialistas, valorizando nestes, logicamente, os que são efectivos ou potenciais consumidores, utilizadores e «parceiros» dos processos e resultados de pesquisa. Desde a clássica divulgação científica ao desenvolvimento da cultura científica, desde a compreensão pública da ciência até à crítica pública da ciência e dos seus usos, a paleta é larga e diversificada (cf. Costa, Ávila e Mateus, 2002: 25-43).

Parecem-me ser três os pontos a reter.

Desde logo, um entendimento interactivo da referida relação. Não se trata apenas, nem já principalmente, de «transmissão» dos resultados da ciência, através da sua simplificação e vulgarização, para uso de leigos. Trata-se sim da interacção com diferentes tipos e segmentos de públicos, na qual a ciência comunica princípios, processos e produtos, mas recebe também impulsos, sejam eles demandas diferenciadas, ou re-utilizações e devoluções de conhecimentos, instrumentos e destrezas. Os cientistas não são o pólo activo e os públicos não são o pólo passivo, mas uns e outros são interlocutores, certamente com legitimidades e recursos bem diversos, e desiguais, mesmo assim envolvidos dialecticamente numa comunicação de dois sentidos.

Notaremos, em seguida, que, na perspectiva do impacto social do trabalho científico, o objectivo estratégico não pode quedar-se pela comunicação avulsa de conhecimentos. E esta só ganha pleno sentido e eficácia se integrada num movimento mais geral de socialização da cultura científica, quer dizer, da lógica e da estratégia de construção, teste e sistematização que faz de uma dada forma de conhecimento um conhecimento científico. Mais do que este ou aquele resultado, o melhor valor que a ciência social pode acrescentar à sociedade portuguesa e aos diferentes grupos que nela lideram a agenda social e política ou que são fautores e mediadores no espaço público, é demonstrar e enraizar uma cultura, um *modo de* raciocinar, observar, comprovar e enunciar explicações acerca dos factos e dos

processos sociais. É por aqui que a ciência e o seu especialista podem chegar ao que melhor significaria a sua valia: abrir possibilidades à acção intencional de actores. Como diz Fernando Gil (1999: 9): «se não é sempre possível dar a conhecer o *quê*, nada impede que possamos entender o *como* do saber científico. E no fundo é isso que importa, do ponto de vista da aquisição de uma cultura científica que nas sociedades contemporâneas mais e mais concerne directamente o exercício da cidadania».

Terceiro aspecto a ter em conta na relação dos cientistas sociais com os seus públicos: o que decorre dos traços que singularizam estas ciências, no interior do campo científico mais geral. Esses traços, podendo ser limites, configuram, se bem potenciados, vantagens. Refiro-me, de um lado, à posição intermédia, e que pode e deve ser intermediadora, que as ciências sociais ocupam entre as ciências por vezes ditas duras, isto é, de natureza lógico-matemática ou experimental, e as chamadas humanidades. Vale a pena assinalar quanto a tradicional incomunicação entre essas «duas culturas», que C. P. Snow identificou como um persistente obstáculo ao progresso do conhecimento, pode ser suavizada e, até, contrariada pela contribuição própria dessas ciências que nem são discursos filosóficos, ideológicos ou literários, porque são ciências, nem são apenas conhecimento positivo de um objecto «estranho», porque são, como bem mostrou Max Weber, ciências históricas e compreensivas (cf. Costa, Ávila e Mateus, 2002: 41-42). Refiro-me, por outro lado, à natureza compósita da linguagem e da gramática adoptadas pelos cientistas sociais: porque, sendo um discurso autónomo, e devendo conquistar e manter essa autonomia por meio de uma constante operação epistemológica de ruptura com as ilusões de familiaridade e transparência do social a que o senso comum é tão vulnerável, não precisa habitualmente, contudo, de criar uma linguagem formal exclusiva, apoiando-se por regra na linguagem corrente, que transforma e reenuncia conceptualmente, mas a cujo léxico e semântica recorre, como facilitadores de enunciação e compreensão do discurso. O que é que isto quer dizer se não (sob condição de recusa das falsas evidências e, sobre todas, da ilusão da imediata legibilidade da linguagem e do pensamento científico) a potenciação da comunicação dos especialistas com o público?

Várias pontes de ligação podem e devem ser, pois, aproveitadas, para suscitar e organizar a comunicação das ciências sociais com os públicos e para promover a socialização dos públicos na cultura científico-social. Perdoe-se-me, porém, a insistência: nenhuma delas dispensa a existência de um trabalho específico de informação e de formação, conduzido por cientistas sociais e a partir das ciências sociais. O que vale principalmente para duas áreas cruciais e complementares entre si: a educação, escolar e não formal, inicial e contínua, académica ou profissionalmente dirigida; e a divulgação, pela edição, os meios de comunicação de massas ou outras vias, de métodos e resultados obtidos pelo sistema de actividade científica.

Assim dou por concluída uma abordagem sumária da primeira das áreas críticas que identifiquei, no início desta secção. Havia, contudo, defendido que deveríamos concentrar-nos em duas ou três, assim deixando, voluntariamente, no ar certa imprecisão – duas ou três? Se uma é, como vimos, aquilo a que chamei comunicação com os público, qual é ou quais são as outras?

Por mim, respondo que é a relação, a autonomizar da anterior, com o campo político e com o campo mediático, ou com o campo político-mediático, como, dada a crescente interrelação, muitos autores o vêm designando (e daí que a numeração oscile) (cf. J. Madureira Pinto, 1996).

Há que fugir a qualquer ambiguidade na afirmação das diferenças fundamentais entre a abordagem ou «razão» científico-social e a «razão jornalística», pelo menos na versão que hegemoniza os *media*. Olhada da perspectiva da primeira, esta concentra-se no imediato e sobrevaloriza o que foge à regularidade ou à norma, o que é da ordem do inusitado, do excêntrico e do espectacular. Atém-se, portanto, ao tempo curto, à sucessão de acontecimentos mais ou menos singulares ou originais, penetra pouco na espessura dos factos e das coisas, opera segundo critérios de selecção e enunciação muito colados à agenda quotidiana do mundo. Esta diferença gera dificuldades de comunicação e intercompreensão, quando não mesmo incomunicabilidade, que não é simples nem sequer útil superar.

Mais uma vez, o princípio que aqui defendi, como base incontornável para uma adequada influência social da ciência – a ciência é um campo autónomo de produção e circulação de saber, que se subordina a regras e valores que lhe são próprios – parece-me ser a melhor forma de considerar a relação entre os cientistas sociais e o campo mediático. Pugnando pela presença intencional e activa destes cientistas no espaço público, para acrescentar-lhe valor a partir da sua contribuição específica (e que nenhuma outra prática social substitui), só posso sugerir a atenção aos *media* e a intervenção equilibrada nos *media*. Mas nunca como rendição à «razão jornalística», ou como tentação de «traduzir» («simplificando» em linguagem jornalística ou «espectacularizando» em «conteúdo» audiovisual) o conhecimento científico nesse conhecimento comum cuja representação os *media* costumam reclamar. Não: a tarefa incontornável e, a meu ver, essencial do que é clássico designar como «divulgação científica» e a que, pelos motivos que fui carreando, prefiro chamar comunicação pública da ciência, não se confunde com jornalismo. Uma e outro são necessários às sociedades de hoje, e não curo de estabelecer subrepticamente hierarquias que seriam desajustadas, porque comparariam o que não é comparável. Mas, se advogo que aquela comunicação pública seja protagonizada por cientistas sociais – e não por «jornalistas da ciência» ou por esses «divulgadores da ciência» que não são cientistas, mas publicistas de ciências que não chegam a praticar – é porque, fiel ao argumento de que o que de melhor e mais útil há a

transmitir é a «cultura científica», como modo de ser e fazer da ciência, conluo que essa transmissão não pode ser garantida por aquele cuja «razão» ou «método» tão pouco tem a ver com o da ciência, mas, ao contrário, exactamente por aquele que, sendo «praticante» da ciência, incorpora, como *habitus* profissional, os princípios, as disposições e os operadores característicos da cultura científica.

Não é muito diferente o que tenho a dizer acerca da relação com os poderes e as instituições políticas. A regra primeira da preservação do espaço de autonomia deveria levar os cientistas sociais portugueses a fazerem um esforço acrescido no sentido de se libertarem de uma dicotomia que pode paralisar a sua investigação fundamental: a dicotomia entre os que só concebem como lugar social da ciência social o ponto de vista do «contrapoder» e entendem, em coerência, que a ciência deve ter, como tal, «causas»; e os que, sem chegar a racionalizar como escolha epistemológica ou profissional a rotina prática em que caíram, se habituaram a pôr à frente da suas prioridades de pesquisa as encomendas e os financiamentos que vão recebendo das instituições do Estado (governo, administração central ou autarquias) ou da chamada sociedade civil.

Em qualquer caso, a contribuição social da ciência social fica, na minha perspectiva, severamente limitada, para não dizer distorcida. Não seria, talvez, preciso dizer, mas repita-se a benefício de qualquer dúvida restante, que não só não é, em si mesmo, positivo como até é impossível que a ciência se mantenha desligada das visões do mundo e das alternativas ideológico-políticas. O ponto fundamental é sempre outro: é querermos ou não fazer incidir sobre essa ligação, como no demais, os meios e os métodos de controlo cruzado que definem a singularidade e a eficácia própria do conhecimento científico. Se o fizermos, raciocinaremos como cientistas, sem ter de nos castrar do ponto de vista filosófico, religioso, moral, ideológico, político ou estético; se o não fizermos, se quisermos ser apenas ou sobretudo paladinos de causas, por mais justas que sejam, estaremos a violar as normas do trabalho científico, o que será tanto mais absurdo quanto estaremos assim a abdicar do valor que o pensamento e o saber científico acrescentariam às nossas causas.

No campo político como no campo mediático, no campo político-mediático, a ciência social e o cientista social não têm que jogar o jogo de aparências ou sombras da «indiferença» ou do «agnosticismo» ideológico ou ético. Intervém-se sempre; e eu defendo uma intervenção intencional, activa, baseada nas contribuições de uma ciência que não fuja às questões e às interpelações que a agenda social e política lhe coloca, que queira influenciar essa mesma agenda, impedindo que sejam apenas as lutas de interesses a determiná-la, e que não descure, para configurar a influência, a dimensão específica da comunicação pública dos seus métodos e resultados. Essa ciência «socialmente útil» não se subordina a outra coisa que não as

condições teóricas da sua actividade, embora não desconheça o condicionamento dos quadros institucionais e, mais latamente, sociais em que a exerce. Não sendo indiferente, não é, contudo, como ciência, militante. Não angeliza nem demoniza os *media* e os actores e as paradas políticas. Não ignora que o seu potencial pode e deve ajudar à qualificação da opinião pública e dos debates públicos, à informação e à formação das políticas, que pode e deve ajudar a erradicar os preconceitos e as discriminações, a minorar o sofrimento e a respeitar e valorizar a dignidade humana. Não tem, pois, de ser asséptica, de aparência fria, supostamente insensível às emoções, aos afectos, aos interesses, aos projectos, às palavras, aos gestos e aos actos das pessoas (isto é, só sensível aos poderosos). Tem, apenas, de marcar a sua diferença e assentar nessa diferença a contribuição que pode trazer, como ciência, ao espaço público e à agenda social.

O passo em frente que podemos e devemos dar afastar-nos-á da tradicional e paralisante polarização entre a imagem do especialista devotado à «vida contemplativa» e indiferente aos problemas «temporais» e a imagem do intelectual crítico de tudo menos de si próprio, derramando «luzes» sobre os leigos. Tornar-nos-á também possível, ao que julgo, transpor o pátio da «divulgação» clássica para perceber e usar melhor a complexidade da interrelação entre ciências e públicos, sem cair na miragem da dissolução das diferenças entre os vários regimes de produção de discursos e saberes. Convidar-nos-á a optar por uma ciência que, partindo do seu fundamento básico como *teoria*, invista na comunicação pública – invista no sistema e na educação escolar, como educação disciplinar ou educação científica geral, e invista na participação nos *media* e nas agendas políticas – dotando-se dos instrumentos e cultivando os registos necessários a esse investimento. Assim se comunica o que se faz, quebrando o isolamento social e conquistando públicos e praticantes, assim dissemina a cultura científica, como um factor e eixo de cidadania.

As ciências sociais, não só por via das configurações específicas que nelas assumem a cultura e a actividade científicas como também por ser a partir das dinâmicas sociais que definem e constroem os seus objectos de estudo, podem e devem ocupar uma posição destacada nesta frente de cidadania. As ciências sociais e as universidades que as acolhem, organizam e difundem. Mas, para isso, é preciso que cada ciência social assuma duplamente a responsabilidade cívica: preservar e consolidar a sua própria cidade, o seu próprio modo de acção e estruturação; e viver na cidade, estar atenta ao pulsar colectivo da comunidade. Ciência social na cidade, pois: participante na *polis*, campo social e político, porque sabendo delimitar e desenvolver o seu campo.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, João Ferreira de e José Madureira Pinto (1986): «Da teoria à investigação empírica. Problemas metodológicos gerais», in Augusto Santos Silva e José Madureira Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*, Porto: Afrontamento: 55-78.
- BOURDIEU, Pierre (1980): *Questions de Sociologie*, Paris: Minuit.
- BRAUDEL, Fernand (1989): *Gramática das Civilizações* [1963], Lisboa: Teorema.
- CARAÇA, João (1997): *Ciência*, Lisboa, Difusão Cultural.
- COSTA, António Firmino da, Patrícia Ávila e Sandra Mateus (2002): *Públicos da Ciência em Portugal*, Lisboa: Gradiva.
- GIL, Fernando (1999): «A ciência tal qual se faz e o problema da objectividade», in Fernando GIL (org.), *A Ciência tal qual se Faz*, Lisboa: Edições João Sá da Costa: 9-29.
- GONÇALVES, Maria Eduarda (org.) (2000): *O Caso de Foz Côa: um Laboratório de Análise Sociopolítica*, Lisboa: Edições 70.
- PINTO, José Madureira (1996): «Tópicos para uma análise da produção de saberes sobre o social», in Vários, *Dinâmicas Culturais, Novas Faces, Novos Olhares*, Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- PINTO, José Madureira (2001): «Ciências e progresso: convicções de um sociólogo», *Cadernos de Ciências Sociais*, 21-22: 33-68.
- SILVA, Augusto Santos (1995): «A sociologia e a história do pensamento económico», *Notas Económicas. Revista da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra*, 5: 90-100.
- SILVA, Augusto Santos (1999): «A missão da universidade europeia», in Augusto Santos Silva, *Parte Devida: Intervenções Públicas, 1992-1998*, Porto: Afrontamento: 77-85.
- SILVA, Augusto Santos (2003): «‘Acesso’ e ‘sucesso’: factos e debates na democratização da educação em Portugal», in Maria Manuel Vieira, Joaquim Pintassilgo e Benedita Portugal e Melo (orgs.), *Democratização Escolar: Intenções e Apropriações*, Lisboa: Centro de Investigação em Educação da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa: 173-195.
- ZIMAN, John (1999): «A ciência na sociedade moderna», in Fernando Gil (org.), *A Ciência tal qual se Faz*, Lisboa: Edições João Sá da Costa: 437-450.

CURSO DE SOCIOLOGIA DA UM: RETROSPECTIVA E PERCEPÇÕES DOS ALUNOS¹

MANUEL CARLOS SILVA²

ANA PAULA MARQUES³

CARLOS VEIGA⁴

PAULA MASCARENHAS⁵

RESUMO

Por altura do processo de autoavaliação do Curso de Sociologia das Organizações ocorrido em 1997-98, uma equipa de docentes investigadores do Departamento de Sociologia, coordenada pelo então Director do Curso, decidiu fazer uma investigação em torno das percepções e expectativas dos estudantes de Sociologia acerca do seu Curso. Tratava-se, a propósito do balanço e da apreciação global do Curso, saber algo mais sobre as percepções e representações dos alunos não só em relação à antiga e nova estrutura curricular do curso, nomeadamente aferir o grau de (in)satisfação dos alunos relativamente a alguns *itens* relevantes, como também aferir as suas expectativas em relação ao Curso de Sociologia (das Organizações) e, em particular, as suas preocupações relativas ao seu futuro profissional.

1. Introdução: o problema

Não só em termos de senso comum como na fraseologia dos discursos políticos e educativos é habitual equacionar-se a opção por uma determinada formação, neste caso do ensino superior, como algo derivado de dons,

¹ Investigação realizada no quadro da autoavaliação do Curso de Sociologia das Organizações que se reporta ao ano lectivo de 1997/98.

² Professor Associado, com Agregação, do Departamento de Sociologia do ICS – Universidade do Minho (e-mail: mcsilva@ics.uminho.pt).

³ Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia do ICS – Universidade do Minho (e-mail: amarques@ics.uminho.pt).

⁴ Professor Auxiliar do Departamento de Sociologia do ICS – Universidade do Minho (e-mail: cveiga@ics.uminho.pt).

⁵ Assistente do Departamento de Sociologia do ICS – Universidade do Minho (e-mail: pvmascarenhas@ics.uminho.pt).

qualidades ou propensões dos indivíduos para determinadas profissões ou «vocações», sendo de resto este último termo amiúde utilizado pelos próprios alunos nas suas respostas ao questionário.

O conceito de «vocação» tem a sua conotação primeira com a ideia bíblica de chamada dos escolhidos, quer no Antigo, quer no Novo Testamento, ideia esta que, evocada por Cristo na escolha dos seus discípulos, viria a ser transfigurada pela própria doutrina e exegética eclesiástica como um sinal de especial preferência divina para o exercício de funções elevadas ou nobres, nomeadamente a sacerdotal. Com o tempo, o conceito banalizou-se nas mais diversas esferas e funções da vida social, mas não deixou de manter um pressuposto que remete para a teoria do dom, do talento, da capacidade inerente a determinados indivíduos. Deixando de lado as referências místicas ou transcendentais da «vocação» e sem negar a presença diferenciada de capacidades individuais pela via genética ou hereditária, esta visão, como o demonstrou Suaud (1978), tende a ignorar ou subestimar as condições sociais, nomeadamente económicas e culturais, que possibilitam e dão corpo às próprias opções «vocacionais» e/ou induzem os indivíduos a fazerem as opções possíveis.

Admitindo é certo, como o fazem diversos psicólogos e/ou sociólogos, a presença dos impulsos instintivos ou capacidades herdadas, em termos de Piaget (1970), ou da vertente singular e idiossincrática traduzida em Mead (1934) pelo «eu interior» (o «*I*»), a teoria do dom ou da «vocação», colocada na suas versões ora místicas ora tradicionais do próprio senso comum, ignora ou menospreza as condicionantes provindas do meio envolvente e, como tal, co-determinantes nas diversas fases de desenvolvimento da criança, como o assume e demonstra também claramente Piaget (1967, 1970), bem como do adolescente, jovem ou mesmo pessoa já adulta na construção da pessoa ou «eu socializado» (o «*Me*») na perspectiva simbólico-interaccionista de Mead (1934). Quer o conceito de vocação desconstruído por Suaud (1978), quer as diversas teorias em torno do dom ou do talento em termos individuais e as recorrentes teorias meritocráticas de raiz estruturo-funcional e de inspiração tanto neoliberal como socialdemocratizante representam, como o demonstraram, entre outros, Bourdieu e Passeron (1975) e Bertaux (1977), formas de legitimação e justificação das desigualdades sociais, designadamente educacionais.

Neste artigo, assumindo à partida, do ponto de vista da problematização teórica, um objectivo de alcance limitado⁶, cingimo-nos a enunciar a

⁶ Embora esta pequena investigação em torno das percepções, expectativas e aspirações dos alunos sobre o Curso de Sociologia das Organizações tivesse o propósito de auscultar os alunos, no quadro da autoavaliação do Curso de Sociologia das Organizações (cf. Silva *et al.*, 1998), esta ideia surgiu na sequência de um colóquio organizado pela APS, em 1997, em torno da Sociologia e do ensino da Sociologia, no qual participou o primeiro subscritor deste artigo (cf. Silva 1999). Hoje, dadas as transformações operadas por factores endógenos e sobretudo

seguinte questão de partida que presidiu ao nosso trabalho, a saber: quais as razões pelas quais os estudantes de Sociologia 'optaram' ou foram induzidos a optar pelo Curso de Sociologia e em que medida se sentem satisfeitos pela sua opção e/ou alternativa possível no sentido de alcançar uma qualificação de ensino superior? Mais, quais as suas percepções no início, no decurso e/ou na parte final do mesmo e quais as suas expectativas em relação ao seu futuro profissional?

Nesta pequena investigação em torno das motivações, percepções e expectativas dos alunos de Sociologia, então designado Sociologia das Organizações, utilizámos, como técnica principal, a administração directa de um inquérito junto de alunos de todos os anos (reportável ao ano lectivo 1997-98), devendo neste sentido ter-se em conta que tais resultados, não obstante a sua relativa pertinência e actualidade, são obviamente datados e devem ser entendidos à luz do ambiente vivido nesses anos de transição da estrutura curricular da Sociologia das Organizações para a da Sociologia, como veremos. Para além do inquérito, recorreremos também a uma abordagem de ordem qualitativa nomeadamente alguns comentários informais transcritos nos próprios inquéritos e sobretudo nalgumas entrevistas, para além dos momentos do atendimento aos alunos por parte dos autores docentes e, em especial, pelo então Director de Curso⁷.

Uma vez elaborado o inquérito, este foi, numa primeira abordagem, aplicado junto de alunos do 1.º, 2.º, 3.º, 4.º anos do Curso de Sociologia das Organizações, estendendo-se, posteriormente e na medida do possível, a alunos estagiários, não obstante o contacto mais difícil com estes últimos, já mais dispersos pelos seus locais de estágio. Deste modo, procuramos recolher, de modo sistemático, dados quantitativos com base numa amostra aleatória de 12% de respostas por parte de alunos do 1.º ano, 18% dos do 2.º ano, 23% dos do 3.º ano, 29% dos do 4.º ano e, por fim, 18% de alunos estagiários.

exógenos por via da Convenção de Bolonha, impõem-se novos contributos e reflexões, sendo intenção, senão de todos os co-autores deste artigo, pelo menos dalguns prosseguirem a reflexão em torno da actualíssima questão do perfil do Curso de Sociologia no quadro nacional e europeu. Neste momento limitamo-nos a dar conta de um trabalho que, embora suspenso por superveniência doutras exigências e afazeres, cremos ter a sua utilidade para comunidade académica, em particular discentes e docentes, e com maior acuidade para a próxima reestruturação do Curso de Sociologia na Universidade do Minho. Por fim, por respeito aos alunos que se prestaram a responder a este inquérito, este texto visa que as suas respostas e sugestões não fiquem «em saco roto», como o alertou uma aluna do 5.º ano.

⁷ Das funções regulamentarmente atribuídas do ponto de vista formal, o Director de Curso, para além de mediador de eventuais problemas, tensões entre discentes e um ou outro docente, é não raro também um confidente das dificuldades, expectativas e representações dos alunos sobre o curso e os próprios projectos e representações da sua vida profissional como sociólogos.

Relativamente ao sexo dos inquiridos, 80% eram do sexo feminino, percentagem que, embora ligeiramente superior, não se afasta muito da taxa real média no curso por altura da autoavaliação: 73% alunas *versus* 27% alunos. Em termos de faixa etária, ressaltando 24% que ainda não tinham alcançado os 20 anos – provavelmente, em grande parte, alunos do 1.º e 2.º anos –, 56% situavam-se na faixa dos 21 aos 25 anos, restando 10% entre 26 e 30 anos e 10% com mais de 30 anos. No que diz respeito à residência predominante, 23% tinham vivido/viviam em meio rural, 23% em meio periurbano e 54% em meio urbano. Quanto ao regime de frequência, 89% dos inquiridos seguiam o regime normal, detendo os restantes a condição de trabalhadores estudantes (10%) ou de estudantes ao abrigo de cláusula em regime militar (1%).

Os dados e factos recolhidos foram assim o resultado de um trabalho de recolha levado a cabo pelo então responsável da Direcção do Curso que pode contar com a colaboração dos demais membros da equipa, nomeadamente no tratamento estatístico dos dados empíricos.

2. O Curso de Sociologia das Organizações: do projecto a um breve balanço

O Curso de Sociologia das Organizações, tal como foi architectado pelos órgãos responsáveis da Universidade do Minho, nomeadamente o Senado sob proposta da Unidade Científico-Pedagógica de Ciências Sociais e, em particular, pelos mentores iniciais do Curso⁸, enquadrou-se nos objectivos de formação gerais do ensino universitário e, em especial, com preocupações específicas de carácter profissionalizante, tal como o referia o próprio Guia da Universidade do Minho (GUM): *«para além da formação científica e cultural, paradigma do ensino universitário, pela particular atenção prestada aos aspectos profissionalizantes, que preparam para o exercício de uma actividade, integrando as componentes do perfil da futura profissão»* (GUM 1996-97: 51).

Nesta perspectiva, tal como ainda se refere no Guia da Universidade do Minho de 1996-1997, *«o objectivo prioritário deste curso, que por si só justificaria a sua criação, é introduzir uma componente sociológica e antropológica no desenvolvimento nacional e regional, através da criação de quadros que integrarão as mais diversas equipas de gestão e de planeamento,*

⁸ Na criação do Curso de Sociologia, elaborado e proposto no quadro da Unidade Científico-Pedagógica então coordenada pelo Prof. Lima de Carvalho como seu principal mentor, há igualmente a destacar o papel do Prof. Manuel Silva e Costa que, na concretização da proposta do Curso de Sociologia, teve de especificar, por proposta do Senado, Curso de Sociologia das Organizações, acabando por ser esta a designação aprovada pelo Senado porque entendida como mais consentânea com os objectivos de profissionalização e mais adequada a saídas profissionais, nomeadamente no meio envolvente da região.

quer no quadro das autarquias, quer ainda no de outras instituições. Neste sentido, o Curso de Sociologia das Organizações pretende formar quadros superiores com preparação técnica e cultural que os habilite a intervir na gestão e selecção do pessoal, na solução e prevenção dos conflitos, bem como na humanização das relações de trabalho, tantas vezes encaradas apenas sob o prisma da rentabilidade» (GUM 1996-97: 85). Além deste, poder-se-ão ainda enumerar alguns objectivos subsequentes à finalização do curso, tais como: (i) permitir aos alunos a eventual prossecução de estudos na Sociologia; (ii) proporcionar, além da preparação teórica, algumas ferramentas e técnicas de pesquisa que lhe permitam operar, com alguma autonomia e capacidade de avaliação, sobre os vários contextos sociais; (iii) fornecer qualificações específicas na área da gestão e desenvolvimento de recursos humanos nos diversos tipos de organizações; (iv) incentivar nos alunos atitudes de cooperação e trabalho em equipa no quadro das organizações, de modo a fazer o necessário diagnóstico da situação e a propor linhas de intervenção em situações difíceis ou críticas.

Como é sabido da maior parte dos actores envolvidos no Curso de Sociologia das Organizações, confrontando a enumeração dos objectivos acima enunciados com o percurso dos estudantes que entretanto saíram, é possível afirmar que, atendendo ao tratamento dos diversos *itens*, os objectivos foram, em traços gerais, alcançados. Tendo em conta quer o primeiro plano de estudos curricular, quer quando em 1996-97 se procedeu à reestruturação do Curso de Sociologia das Organizações, as sucessivas Direcções do Curso e do Departamento de Sociologia tiveram, nos diferentes momentos da evolução do Curso, a ajustada percepção dos objectivos a alcançar nas disciplinas distribuídas pelos anos do Curso e dos respectivos créditos atribuídos. Os conteúdos programáticos das diversas disciplinas do Curso de Sociologia das Organizações denotaram uma relativa adequação às exigências científicas das diversas disciplinas da área da Sociologia e um cruzamento polivalente, talvez excessivo, com outras disciplinas de ciências próximas mas com uma forte preocupação pragmática em função das necessidades do mercado de trabalho. Por outro lado, verificou-se um elevado número de estudantes bem sucedidos, bastantes dos quais com médias finais entre 14 e 16 valores, o que pressupôs um empenho continuado dos docentes e uma aplicação razoável e até bastante boa por parte da maioria dos alunos. Além disso, conforme foi possível inferir de um inquérito levado a cabo por Gonçalves (2001) em relação às saídas profissionais, as vagas de recém-licenciados em Sociologia das Organizações, embora tenham conhecido, sobretudo nos últimos anos, um grau considerável de precariedade no tipo de emprego, apresentaram até aos últimos anos uma elevada taxa de emprego, em parte na área da própria Sociologia das Organizações, em parte fora dela ou – o que já é mais negativo – em lugares menos qualificados e sem relação com a Sociologia.

O Curso de Sociologia das Organizações demonstrou, com efeito, algumas inegáveis virtudes e potencialidades na medida em que, além de algumas componentes sociológicas fundamentais da Sociologia, comportou uma especialização com um forte perfil profissionalizante, tendo em vista as solicitações do mercado e, em especial, das empresas e das instituições centrais, regionais e locais designadamente autárquicas. Porém, se daí lhe advinha alguma força, também colhia algumas fraquezas: certa subestimação da componente teórico-metodológica da Sociologia, uma excessiva polivalência disciplinar dispersa por várias áreas e sobretudo uma acentuada unidireccionalidade da especialização⁹, não permitindo que outras competências e especializações, além da diversidade crescente das solicitações do mercado, se desenvolvessem, projectassem e afirmassem no âmbito da Universidade do Minho. A demasiada subordinação de cariz profissionalizante em relação ao mercado poderia justamente fazer perder alguma competitividade, no mercado de trabalho, face a sociólogos saídos doutras Universidades, problema que mereceu a atenção dos diversos responsáveis no Instituto de Ciências Sociais e, em particular, na Direcção do Curso e no Departamento de Sociologia.

Não só, porém, uma diversidade crescente das solicitações do mercado, para além da Sociologia das Organizações, impunha alguma abertura a outras especializações e saídas profissionais, nomeadamente na área da cultura e dos estilos de vida, do desenvolvimento e das políticas sociais. Eram razões de fundo inerentes à estrutura e à dinâmica das modernas sociedades capitalistas que tornavam urgente o alargamento dos objectivos e dos diversos campos do saber sociológico. Quer por factores endógenos, quer por condicionamentos exógenos designadamente os derivados do processo de globalização, não só os sectores de produção agro-industrial como as organizações e as actividades dos sectores dos serviços e da administração central, regional e local, sem deixar de constituir eixos estruturantes da sociedade, vêm sofrendo, sobretudo nas últimas décadas, processos de profunda mudança. Por outro lado, as actividades socio-culturais, os tempos livres, o turismo e o lazer e, de modo geral, a esfera do consumo, assumindo uma preponderância crescente e uma expansão notável, carecem de intervenção de especialistas adequados, entre os quais figuram proeminentemente os sociólogos.

Os imperativos de desenvolvimento, já em termos nacionais ou internacionais, já em termos regionais ou locais, estão na ordem do dia. Se os pressupostos e as diferenciadas e as simétricas consequências sociais do desenvolvimento têm sido objecto de teorias económicas e sociológicas,

⁹ Esta perspectiva não apenas partilhada no balanço dos professores responsáveis da reestruturação mas inclusive por alguns dos alunos/as nos seus comentários livres, enumerando, por exemplo, menor importância em disciplinas tais como «Princípios de Gestão» ou «Teorias de Informação e Publicidade».

eles são hoje e cada vez mais terreno para uma acrescida reflexão sociológica nomeadamente em torno das diferentes formas de desigualdade social (de classes, de géneros, étnicas, regionais e outras). Tais assimetrias económicas, sociais e políticas têm feito (re)emergir velhos e novos movimentos sociais, assim como velhas e novas formas de solidariedade. Cada vez mais exigem-se intervenções inovadoras em matéria de ambiente, de qualidade de vida, de saúde, de problemas e tensões sociais ou de preservação dos diversos espécies de património. O ressurgimento de novas religiões, as migrações e, em especial, o problema das identidades étnicas e dos nacionalismos representam outras tantas fontes de perplexidades e conflitos, de mal-estar e de insegurança. Não só nos países periféricos mas também nos países centrais são sobretudo os fenómenos do desemprego, da exclusão social, da marginalidade e da criminalidade que têm assumido particular relevância designadamente em Portugal. Tais fenómenos assumem hoje proporções preocupantes e, por isso, apelam ao estudo das suas causas e consequências, bem como ao delinear de programas de intervenção não só estatal mas também societal no quadro de uma cidadania activa e participada.

A necessidade de enfoques teóricos e temáticos de cariz mais plural, por um lado, e, por outro, a atenção prestada pelos responsáveis do Departamento e do Curso à dinâmica do Curso, bem como às opiniões dos vários intervenientes incluindo os próprios alunos, permitiu a correcção e a reestruturação do Curso, procurando reforçar a componente teórico-metodológica do Curso de Sociologia, sem descuidar uma concepção interdisciplinar com as ciências afins e uma boa formação no âmbito de algumas sociologias especializadas, abrindo assim o leque a um início de especialização em Políticas Sociais mas sem perder as potencialidades demonstradas na área da Sociologia das Organizações. Este mesmo entendimento poderá inferir-se da própria leitura dos conteúdos programáticos das disciplinas e respectivos créditos, quer das disciplinas consideradas nucleares da Sociologia, quer das novas criadas em função das exigências do tempo e do próprio mercado de trabalho emergente nomeadamente na área das políticas sociais.

3. Os alunos e o Curso de Sociologia: percepções e representações

Uma primeira e relevante questão que mereceu alguma atenção consistiu em perceber por que é que os alunos de Sociologia escolheram o Curso de Sociologia. Há previamente a ter em conta que, de acordo com as normas vigentes, o processo de recrutamento dos alunos do ensino superior e redistribuição das vagas é feito na base das superiores orientações do Ministério da Educação em função dos lugares disponíveis e das médias estabelecidas, em cada curso, pela respectiva Universidade. Considerando os resultados dos inquéritos levados a cabo entre os alunos no ano 1996, podemos fazer os seguintes comentários de carácter geral.

3.1. *Opções disponíveis e escolha do Curso como primeira opção*

Reparando nos dados obtidos através dos Serviços Académicos da UM, é possível verificar, de acordo com o preenchimento dos boletins de ingresso, o seguinte leque das opções dos alunos que ingressaram no Curso de Sociologia das Organizações: 31% em 1.^a opção, 22.6% em 2.^a e 22.6% em 3.^a e 24.5% em 4.^a, 5.^a ou 6.^a opção.

Fixando-nos, porém, nas respostas dadas pelos inquiridos à questão sobre ordenação das preferências do Curso de Sociologia este surge como primeira opção em 37% dos casos, como segunda em 29% e como terceira em 12%, tendo bastantes destes alunos/as referido o curso de Psicologia ou Direito como primeira opção. No entanto, independentemente da ordem das opções feitas antes de entrar na Universidade, quando questionados sobre se o Curso de Sociologia das Organizações correspondia efectivamente à sua 'vocação' – um termo, sendo sociologicamente problematizável, é não raras vezes utilizado pelos próprios alunos respondentes – cerca de 86% dos alunos responderam afirmativamente, indiciando esta resposta um crescente grau de relativa satisfação com o Curso à medida que vão avançando no mesmo. Tais dados denotam também que o contacto com os conteúdos programáticos do Curso foi transformando as suas opções segundas ou terceiras em posicionamentos mais positivos perante o Curso, incluindo os casos duma operação pragmática em fazer da necessidade virtude. Sem considerar agora o carácter, ora mais voluntário, ora mais com-pulsivo, no ingresso no Curso de Sociologia, o quadro 1 dá-nos conta das principais motivações na 'escolha' do Curso de Sociologia (das Organizações):

Quadro 1: Principais motivações, por ordem de importância, de escolha do Curso (%)

Motivações	1 ^a	2 ^a	3 ^a	Total
facilidade de encontrar saída no mercado de trabalho	7	42	2	51
perspectiva de uma carreira profissional	23	39	10	72
prestígio do curso	3	43	4	50
prestígio da profissão	4	43	0	47
conselho de amigos/familiares	10	42	5	57
contribuição para o bom funcionamento da sociedade	13	39	5	57
contribuição para a transformação da sociedade	12	40	4	56
contribuição para o avanço das Ciências sociais	5	43	3	51
conhecer melhor a realidade social (país/região)	26	30	5	61
tradição familiar	1	46	0	47
proximidade geográfica	11	43	2	56
interesse/gosto pessoal	53	21	9	83
suposta facilidade do curso em relação a outros	4	45	0	49
outras razões	9	42	2	53

Fonte: Inquérito aos alunos de Sociologia das Organizações (IASO), 1997-98

Tal como é possível verificar, tendo em conta o facto de o questionário proporcionar nas respostas a oportunidade de escalonarem três motivações por ordem de importância, é de relevar que a resposta mais frequente das três primeiras motivações foi o interesse ou gosto pessoal, motivação que, de resto, surge, em primeiro lugar, como a mais referida. Segue-se uma segunda motivação, em que a formação em Sociologia surge como uma perspectiva de uma carreira profissional e, por fim, uma terceira que se prende com a curiosidade ou necessidade sentida de conhecer a realidade social da região e/ou do país, compreender e explicar os problemas desta sociedade, nomeadamente em termos de desigualdades e exclusões sociais. Convém, por fim, referir que o Curso de Sociologia, sendo nessa altura para 77% dos inquiridos o primeiro curso a frequentar, 23% já haviam frequentado um outro curso, denotando esta escolha uma valorização social do mesmo para aqueles que ou sentiram dificuldades noutros cursos ou simplesmente se desiludiram com as suas primeiras escolhas, inclusive alguns casos de cursos tradicionalmente prestigiados como medicina. Em contrapartida, entre os estudantes de Sociologia inquiridos apenas 4% tinham em mente mudar de curso.

Ainda no âmbito das potenciais motivações assinaladas no inquérito duas delas podem ser indiciadoras do modo como se orientam os alunos em relação ao actual sistema societal. A este respeito, detectam-se, em taxas aproximadas, dois posicionamentos básicos: um denotativo duma visão teórica mais pro-funcionalista *versus* um outro mais crítico que assume o conhecimento sociológico como susceptível de contribuir para a transformação da sociedade.

Um aspecto relevante a ser considerado é o de saber que factores ou motivos estão na base da escolha da Universidade do Minho. Se, por um lado, é certo que há alguns constrangimentos escolares que ultrapassam a vontade dos próprios alunos nomeadamente as médias do ensino secundário, as próprias classificações das disciplinas específicas e a nota de entrada em 13.4 na Universidade do Minho em 1996-97¹⁰ – mais elevada em relação a certas Universidades (UBI, UE, UTL), mas mais baixa em relação a outras (UC, ISCTE, UP, UNL) – os factores mais decisivos na escolha da Universidade do Minho, tal como aliás noutras universidades em geral, são mais de ordem económica e proximidade geográfica, como é possível constatar no quadro 2:

¹⁰ A média das notas de candidatura em 1996-97, situando-se em 13.4, pode considerar-se uma média razoavelmente boa que poderia ser mais elevada não fosse o abaixamento sofrido devido a ingressos extraordinários, transferências e mudanças de curso. Por outro lado, se comparássemos não a média entre 60 candidatos aceites mas apenas a média de entrada de alunos até ao 45.º lugar – *numerus clausus* presente noutras escolas – essa média poder-se-ia elevar para cerca de 14.5.

Quadro 2: Grau de importância de frequência da UM (em %)

Grau de importância	1*	2*	3*	4*	Índices
prestígio da instituição	34	45	17	4	3,22
maior número de vagas	6	32	40	22	1,66
maior leque de escolhas	15	45	30	9	2,4
maior aceitação no mercado de trabalho	14	44	31	12	2,33
sucesso de anteriores licenciados	13	35	34	19	2,04
prestígio dos professores	23	42	26	9	2,67
instituição estatal (menos onerosa)	47	29	16	8	3,38
proximidade geográfica	54	22	6	17	4,41
outra	59	24	0	18	3,67

Fonte: IASO, 1997-98

*Legenda: 1 corresponde a «muita», 2 a «bastante», 3 a «alguma» e 4 a «nenhuma»

Estes dados que relevam a proximidade geográfica como o factor decisivo da escolha articula-se com um segundo: o facto de tratar-se de uma instituição de ensino público, cujos custos designadamente em propinas, como é do conhecimento geral, são bastante menos onerosos que os do ensino privado, a não ser que os custos de deslocação, nomeadamente das despesas de alojamento superarem os custos das propinas. Por sua vez, quer a proximidade geográfica, quer a frequência de escola superior pública assenta em razões de ordem económica e, eventualmente, afectiva, atendendo à proximidade do local de origem ou residência dos pais e demais familiares. Com efeito, em termos distritais e segundo os dados objectivos prestados pelos Serviços Académicos, a grande maioria dos candidatos seleccionados, em 1996-97, proveio dos distritos de Braga (48%) e do Porto e arredores (25%), perfazendo no total 73%, seguindo-se Viana do Castelo (10%), Vila Real (5%), Açores (3%), Madeira (3%) e os restantes 6% doutros distritos do continente. Os dois primeiros índices confirmam a tendência, também posteriormente sublinhada pela Comissão Externa de Avaliação do Curso de Sociologia das Organizações, da regionalização do Curso de Sociologia (das Organizações), de resto uma característica recorrente noutros cursos de Sociologia ministrados noutras Universidades. Ressalvando outras razões manifestas mas não especificadas, o prestígio da Universidade do Minho e seus professores surge, no conjunto dos factores de opção com um valor bom ou razoável em quarto e quinto lugar.

No quadro destes constrangimentos de ordem económica e geográfica, uma outra questão relevante consistirá em saber em que medida a escolha do Curso de Sociologia foi entendida como resultante de uma decisão e vontade íntima pessoal ou se nela influenciaram outras pessoas: familiares, amigos, professores, cuja intensidade e frequência podem-se ler-se através das respostas dadas no quadro 3.

Quadro 3: Grau de influência exterior na opção do Curso (em %)

Pessoas que influenciaram	Muito	Pouco	Nada
familiares	15	34	51
amigos	18	41	41
professores	11	26	63
outra	6	2	15

Fonte: IASO, 1997-98

A este respeito pode inferir-se a ideia de tratar-se, em grande medida, de uma decisão pessoal, admitindo-se alguma, ainda que pouca, influência por parte de amigos (41%), de familiares (34%) e de professores (26%). Só em casos, bem minoritários, a influência foi «muita»: 18% por parte de amigos, 15% por parte de familiares e 11% por parte de professores, tendo alguns/as mencionado outras figuras como a do pároco da aldeia, a dum «político conceituado» ou a de um funcionário no Gabinete de Acesso ao Ensino Superior.

Alargando a questão relativamente às imagens que os alunos de Sociologia (das Organizações) (re)criam acerca da Universidade, como se configuram essas imagens? Colocados perante certas afirmações sobre a Universidade, as respostas concordantes ou discordantes são reveladoras das imagens dos alunos acerca da Universidade e da sua maior ou menor frequência/incidência, em termos globais:

Quadro 4: Imagens dos alunos sobre o lugar da Universidade (%)

Imagens da Universidade	De acordo	Em desacordo	Sem opinião
ambiente de contactos refinados	22	33	45
contexto que fomenta a questão/interrogação	62	7	31
meio propício a debates científicos	92	4	6
oportunidade de desenvolver a autonomia pessoal	87	6	7
oportunidade de acesso à cultura	97	1	2
meio frequentado por pessoas com ambição	52	24	24
contexto que exige responsabilidade individual	92	4	4
fonte de saberes e valores ao serviço do país	73	14	13
oportunidade de alargar círculo de relações sociais	90	5	5
oportunidade de adquirir prestígio social	64	21	15
meio de intelectuais isolados	9	66	25
um bastião da tradição	27	42	31
oportunidade de aprender uma profissão	74	22	4
oportunidade de aprender a ser dirigente	36	42	22
meio neutral às lutas socio-políticas e ideológicas	13	62	25

Fonte: IASO, 1997-98

Se repararmos sobre quais as imagens mais frequentes sobre a Universidade, surgem as que vêem a Universidade como local e oportunidade de acesso à cultura e à ciência, de responsabilização individual e desenvolvimento da autonomia pessoal, o que pressupõe, nos seus quotidianos, um certo corte ou, pelo menos, certo distanciamento da tutela paternal, a qual se coaduna com a possibilidade de alargar o círculo de relações sociais num meio social novo ou mais amplo.

3.2. *Aproveitamento escolar: actividades relevantes e dificuldades*

A fim de aferir o grau de aproveitamento escolar, deveremos ter em conta os dados objectivos fornecidos pelos próprios Serviços Académicos, segundo os quais, entre 172 licenciados que, entre 1993 e 1997, finalizaram o curso, 143 (83%) fizeram-no durante os cinco anos previstos, 15% completaram-no com seis anos e apenas 2% ultrapassaram os seis anos. Em termos de género, mesmo considerado o rácio de 73% mulheres inscritas *versus* 27% de homens, 78.4% dos licenciados em 1996-97 eram mulheres e 21.6% eram homens, o que aponta para um ligeiro maior sucesso entre alunas finalistas.

Apesar de, quanto ao aproveitamento escolar, os resultados serem, de modo geral, satisfatórios, podem contudo fazer-se duas observações gerais. Uma primeira que se prende com constatação de uma clara distinção entre os 1.º e 2.º anos, por um lado e, por outro, os 3.º, 4.º e 5.º anos, por outro. Enquanto o 2.º e sobretudo o 1.º ano conheceram um maior grau de dificuldade e uma maior taxa de reprovações sobretudo nalgumas disciplinas, nomeadamente Sociologia I, Macroeconomia, Informática e Estatística, os 3.º, 4.º e 5.º anos revelaram menores dificuldades e um maior índice de sucesso e com classificações mais elevadas. Um número não negligenciável de alunos, além de satisfazerem a exigência do relatório de estágio, completaram alguma(s) das disciplinas em atraso nomeadamente das acima referidas.

Uma segunda observação resulta de, enquanto algumas disciplinas, tais como «Psicossociologia das Organizações» revelaram um índice de aproveitamento muito próximo dos 100% e com valores bastante elevados, outras como «Introdução à Sociologia», «Macroeconomia», «Informática», «Introdução ao Direito» e, sobretudo, «Estatística para as Ciências Sociais», apresentaram um panorama bastante diferente com consideráveis taxas de reprovação e valores tendencialmente mais baixos.

Estas duas observações exigiriam uma reflexão interna que detectasse não só as habituais e maiores dificuldades nalgumas disciplinas em razão da matéria e da eventual falta de preparação prévia no ensino secundário, mas também eventuais discrepâncias nos métodos pedagógicos, nos critérios práticos de avaliação e nos diferenciados níveis de exigência por parte dos docentes¹¹.

¹¹ Não obstante algumas diligências pontuais levadas a cabo por sucessivos Directores de Curso, tal situação requer uma maior atenção, coordenação e sobretudo comunicação e

Das disciplinas com considerável taxa de insucesso destacava-se a Estatística que, embora tenha conhecido uma relativa melhoria em relação a anos anteriores graças a um desdobramento de aulas práticas e a um maior empenho e articulação dos respectivos docentes, os alunos denotam ainda bastantes dificuldades de aprendizagem, a que não deveriam ser estranhos o referido absentismo, alguma desadequação pedagógica em função do nível de conhecimentos prévios nesta área e sobretudo uma considerável impreparação no ensino secundário, na área da matemática, por parte de bastantes alunos.

Mais que os próprios resultados crucial será saber que factores e mecanismos contribuirão para um aproveitamento razoável ou até bastante bom por parte dos alunos na maioria das disciplinas. Embora pudéssemos extrapolar sobre eventuais causas do sucesso na grande parte das disciplinas, ater-nos-emos, para já, nas opiniões dos próprios alunos, tal como nos mostra o quadro 5.

Quadro 5: Actividades relevantes para bom aproveitamento escolar (%)

Actividades relevantes	1*	2*	3*	4*	Índices
assistir às aulas	35	42	21	3	3,22
ter bons contactos c/ alunos dos anos anteriores	12	42	37	9	2,23
estudar regularmente as matérias	49	38	10	3	3,69
constituir um bom grupo de trabalho	56	32	10	2	3,86
planificar o estudo	57	31	9	3	3,87
ter bons apontamentos da matéria	82	13	2	2	4,51
procurar informações complementares	39	42	16	3	3,37
dispor duma boa bibliografia sobre a matéria dada	51	38	9	2	3,05
preparar boas cábulas para usar nos exames	7	12	22	59	0,93
"colar-se" aos colegas durante os exames	4	6	23	67	0,61
resolver dúvidas da matéria com os docentes	43	35	16	6	3,36
outras	8	2	0	2	0

Fonte: IASO, 1997-98

* Legenda: 1 corresponde a «muita», 2 a «bastante», 3 a «alguma» e 4 a «nenhuma»

debate interno no seio do corpo docente, nomeadamente entre os próprios responsáveis de cada disciplina, de modo a que, sem violar a relativa liberdade de cada docente na esfera dos conteúdos programáticos e nos métodos de avaliação, sejam testadas e aferidas as razões precisas dos diversos critérios e discrepâncias, diminuindo assim no possível grau de subjectividade e minimizando alguns efeitos negativos a este respeito, de resto apontados por alguns alunos mais críticos: redundância de matérias (por exemplo, Princípios de Gestão, Gestão de Recursos Humanos, Psicossociologia das Organizações), desarticulações entre conteúdos programáticos (v.g. Métodos e Técnicas e Informática), alguma impreparação ou desadequação pedagógica dum ou doutro docente (mesmo reconhecendo-lhe capacidade científica), a prioridade dada por alguns docentes às suas teses em detrimento da qualidade das aulas, o excesso de solicitação de trabalhos no 4.º ano, embora outros considerem a feitura de trabalhos algo positivo na sua formação.

Considerando os índices globais dos factores considerados mais relevantes infere-se que os factores mais importantes para o bom aproveitamento escolar residia em ter ou obter bons apontamentos da matéria leccionada nas respectivas aulas, seguindo-se, em índices aproximados, quer a capacidade de planificar o estudo, quer a habilidade de constituir um bom grupo de trabalho. Estas opiniões eram indicativas de que o segredo do aproveitamento escolar se circunscrevia ao estudo dos apontamentos das aulas dos docentes e menos em formas de pesquisa e estudo autónomos, nomeadamente na leitura dos textos de apoio e muito menos de textos não obrigatórios, ainda que relevantes para a matéria. O estudo regular das matérias e sobretudo a procura de boa bibliografia que fornecesse informações complementares só surgiam em quarto e quinto lugar respectivamente. Ainda que algo isoladas, alguns alunos/as acrescentaram sob forma de observação a *«importância de ter contacto próximo com os docentes no sentido de personalizar o aproveitamento escolar com estes, ou seja, dar graxa»* (aluna 4.º ano).

A maior parte ou, pelo menos, uma parte considerável dos alunos/as limitava-se a seguir com relativa assiduidade as aulas teóricas e práticas/teórico-práticas: respectivamente 84% e 86% afirmaram assistir regularmente. Estes dados surgem, em face doutros indicadores e opiniões, algo empoados, se bem que se deva ter em conta que a taxa de inquiridos tenha ficado subrepresentada entre os trabalhadores-estudantes e outros alunos amiúde absentistas.

O acompanhamento da matéria e a adopção de atitudes atentas e participadas era partilhada por 58% e 85% dos alunos/as respectivamente, do mesmo modo que a matéria das aulas era estudada individualmente ou em grupo por 54% dos alunos/as, as dúvidas eram esclarecidas regularmente junto dos docentes por 55% dos alunos e a bibliografia recomendada era consultada por 73% dos alunos, dados estes igualmente sobrestimados, quando aferidos pela percepção e visão dos próprios docentes também inquiridos no quadro da autoavaliação do Curso.

Há, porém, algumas disciplinas tais como Estatística, Macroeconomia e Sociologia I, cujos resultados são bastantes deficitários, como referimos. Cerca de 74% dos alunos consideravam haver adequação na preparação do ensino secundário para o ensino superior, mas esta posição não era corroborada por observações e comentários pela maior parte dos docentes e por uma minoria dos alunos/as, nomeadamente dos mais avançados no Curso em relação às suas experiências nos primeiros anos do Curso. Por exemplo, relativamente à necessidade do conhecimento de línguas como instrumentos necessários para a consulta da bibliografia fornecida pelo docente, só

59% afirmam possuí-lo. Das hetero e autoavaliação¹² do curso se infere uma preocupação quanto à insuficiente preparação dos alunos em termos de competências culturais e linguísticas, capacidade de interpretação, análise e síntese e mesmo de expressão ortográfica, além de outras deficiências específicas em particular no tocante à disciplina de matemática, o que se reflecte nas classificações da Estatística. Tais insuficiências não resultam, em regra, da menor capacidade cognitiva dos alunos mas mais certamente das deficiências trazidas do ensino básico e secundário, cujas causas merecem uma profunda reflexão de todos os intervenientes no processo educativo e, em especial, dos especialistas nesta área de pesquisa.

Quadro 6: Alunos e entreajuda colegial: avaliação (%)

Avaliação das relações	1*	2*	3*	4*	Índices
Relações de entreajuda a nível geral	4	43	35	19	1,84
Relações de entreajuda a nível de grupos restritos	32	44	21	3	3,13

Fonte: IASO, 1997-98

Legenda: 1 corresponde a «muita», 2 a «bastante», 3 a «alguma» e 4 a «nenhuma»

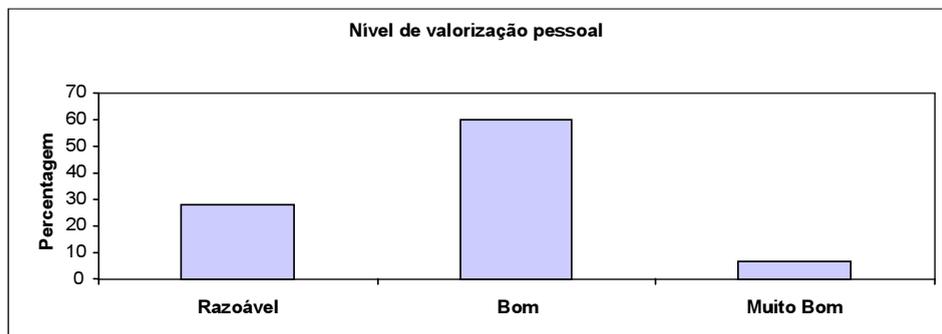
Os resultados relativos às formas de ajuda entre colegas evidenciam que não se verificava um clima de ajuda generalizada, circunscrevendo-se esta mais a nível de grupos restritos, o que vem aliás confirmar que um dos meios mais eficazes de ter bom aproveitamento passava pela formação de um bom grupo de trabalho. Alguns referem que deveria haver mais ajuda sobretudo por parte colegas de anos anteriores, mas que estes «*não são acessíveis*» ou mencionam «*as invejas*», «*as rivalidades e até inimizades*» entre colegas, «*a existência de grupos restritos que se isolam dos restantes*».

¹² Em breve inquérito dirigido aos docentes também foi notável a percepção, por parte destes, de consideráveis insuficiências e deficiências dos alunos providas do ensino secundário: salvo 12% que consideravam como bom o nível de preparação para ingresso no ensino superior, 47% consideravam-no regular e 35% insuficiente. Esta situação, que parece ter vindo a degradar-se progressivamente e é sobretudo notável nos primeiros anos da licenciatura, comporta, tal como já foi referido, deficiências e insuficiências a nível da expressão oral e sobretudo escrita com inúmeros erros a nível ortográfico e sintáctico, dificuldade de interpretação, análise e síntese. Estas insuficiências, além de comportarem dificuldades de comunicação verbal e sobretudo escrita dos alunos nos trabalhos, testes e exames, implicam amiúde um esforço suplementar de explicação por parte dos docentes.

Um outro aspecto sublinhado por vários docentes consiste no facto de bastantes alunos universitários continuarem a manter 'vícios' de estudo 'liceais': uma acentuada aprendizagem memorística, um apego demasiado literal aos apontamentos das aulas, uma inexistente ou mínima procura e leitura de obras ou artigos assinalados na bibliografia, o que os torna não raro incapazes de relacionar matérias e confrontar teorias com alguma assimilação própria.

Assim, no inquérito específico aos alunos de Sociologia das Organizações, quando questionados sobre a valorização pessoal proporcionada pelo Curso, as respostas obtidas foram as que a seguir se expõem:

Gráfico 1



Fonte: IASO, 1997-98

Visto o problema da opção do Curso de Sociologia (das Organizações) *a posteriori*, ou seja, a partir da percepção e vivência dos alunos/as inquiridos e tendo em conta a valorização pessoal que o Curso lhes estava facultando, as opiniões dominantes eram largamente positivas. De acordo com o gráfico 1, ao lado de cerca de 28% de alunos que consideraram como 'razoável' o Curso em termos de nível de valorização pessoal, 60% dos alunos assumiram-no como 'bom' e 7% como 'muito bom'¹³.

3.3. *Meio escolar, estrutura curricular e apreciação dos docentes*

Uma primeira percepção, senão consensual, pelo menos maioritariamente expressa pelos alunos é a de a Universidade do Minho oferecer aos seus alunos espaços e equipamentos relativamente bons, pelo menos em comparação a outras Universidades nacionais, nomeadamente clássicas, e até estrangeiras, o que não significa que, com o crescimento dos corpos docente e discente não possam ser mais racionalizadas as infraestruturas e equipamentos, de modo a tornar os espaços mais funcionais e os equipa-

¹³ Por sua vez, de acordo com o inquérito levado a cabo em 1997-98 junto dos licenciados por Gonçalves (2001), foi igualmente possível apurar que, no tocante à valorização pessoal facultada pelo Curso, dos 98 inquiridos, salvo 9.2% que o acharam 'razoável' e 1% 'mau', 64.3% consideraram-no 'bom' e 25.5% mesmo 'muito bom'.

mentos mais adequadamente utilizados, Não é, portanto, a falta de infra-estruturas, espaços ou equipamentos que inibe os alunos de terem uma frequência assídua às aulas. Pelo contrário, a este respeito, foi questionado, sobretudo por parte de trabalhadores-estudantes, o facto de não ter sido potenciada a utilização de tais infraestruturas e equipamentos noutros horários, nomeadamente à noite, o que possibilitaria uma maior frequência às aulas sobretudo a estudantes-trabalhadores.

Ainda no tocante à assiduidade às aulas teóricas, teórico-práticas ou práticas, respectivamente 84% e 86% afirmaram assistir regularmente, dados estes que surgiam, em face doutros indicadores e opiniões, algo empolados. A assiduidade nomeadamente entre trabalhadores-estudantes era bastante mais baixa, não obstante os sacrifícios suplementares feitos por estes e das dificuldades tidas no local de trabalho em relação à frequência do Curso. A este respeito, salvo 31% dos trabalhadores estudantes que afirmaram não ter qualquer problema no trabalho por causa da frequência do Curso, 38% manifestaram dificuldades na dispensa do horário legalmente facultado aos trabalhadores-estudantes, 25% aduziam incompreensões dos superiores e 6% a falta de colaboração por parte de colegas no trabalho, relatando mesmo algumas peripécias reveladoras da inveja suscitada, junto de chefes e colegas, pela frequência do Curso.

Estes problemas só se resolveriam através da implementação de cursos nocturnos ou, pelo menos, com maior flexibilidade pós-laboral na Universidade do Minho, para estudantes-trabalhadores seria a única solução consentânea com as tarefas profissionais. Entre os vários protestos de estudantes-trabalhadores, é de referir um documento elaborado por um dos alunos que apontava a Universidade Portuguesa – incluindo a do Minho «situada num espaço nevrálgico» da região – destinada a elites, ao não proporcionar aos estudantes-trabalhadores cursos nocturnos e de aprendizagem ao longo da vida, porque seriam largas as centenas de deste tipo de candidatos *«porque não nasceram em berços de ouro»* e tiveram que trabalhar desde cedo.

O acompanhamento da matéria e a adopção de atitudes atentas e participadas era partilhada por 58% e 85% dos alunos respectivamente, do mesmo modo que a matéria das aulas era estudada individualmente ou em grupo por 54% dos alunos, as dúvidas eram esclarecidas regularmente junto dos docentes por 55% dos alunos e a bibliografia recomendada era consultada por 73% dos alunos, dados de opiniões certamente sobrestimados, quando aferidos com a percepção e a visão dos próprios docentes e até por outras respostas dos alunos (cf. quadro 5).

Uma das questões colocadas no inquérito aos alunos prendia-se com a sua percepção relativamente à estrutura curricular do curso, nomeadamente se deveria ser alterado e em que blocos de matérias, evitando assim personalizar demasiado as respostas em função dos responsáveis e/ou docentes efectivos das disciplinas.

Gráfico 2



Fonte: IASO, 1997-98

Para cerca de 65% dos alunos a alteração curricular era considerada necessária, podendo assim ser inferido *a posteriori* que a alteração ocorrida no ano curricular de 1996-97 veio de encontro ao sentir maioritário dos alunos, embora alguns deles tenham referido e lamentado não terem beneficiado, pelo menos em parte, da reestruturação em curso. Tendo ainda sido questionados os alunos/as favoráveis à alteração curricular sobre quais as áreas temáticas que deveriam ser introduzidas e/ou alteradas, as suas respostas a este respeito distribuíram-se do seguinte modo, tal como se pode verificar no quadro 7.

Quadro 7: Alterações por blocos disciplinares

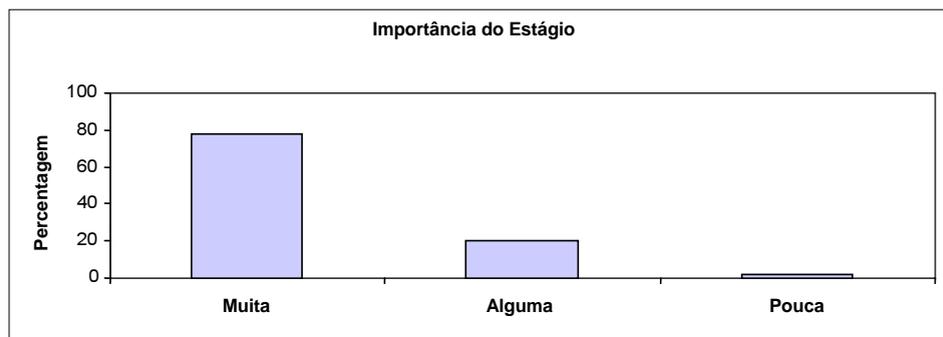
1. Sociologias Especializadas (Rural/Urbana, Trabalho, Poder, Família)	17%
2. Sociologia/Teorias Sociológicas	22%
3. Ciências afins (Antropologia, História, Economia)	27%
4. Métodos/Técnicas de investigação + Estatística + Informática	33%

Fonte: IASO, 1997-98

Embora em índices pouco elevados, a necessidade de alteração pressupõe que esta ocorresse para melhor em certos blocos disciplinares, a saber, nalgumas ciências afins à Sociologia e sobretudo na área dos Métodos e Técnicas de Investigação, incluindo certamente as disciplinas de Estatística e de Informática.

Relativamente aos estágios, atendendo às informações das sucessivas Direcções do Curso¹⁴ e, ultimamente, às Comissões de estágio – cujo papel tem sido notável na obtenção e no acompanhamento dos estágios – dos orientadores da Universidade e sobretudo dos locais de estágio e às próprias percepções dos alunos finalistas, a experiência destes parece ser positiva na medida em que o estágio representa um primeiro contacto com o mundo do trabalho e, em bastantes casos, o começo duma via de saída profissional. Por estas e outras razões, os alunos continuam a atribuir ‘muita importância’ ao estágio, tal como se pode inferir do seguinte gráfico.

Gráfico 3



Fonte: Fonte: IASO, 1997-98

Salvo cerca de 2% dos alunos que «pouca» importância atribuem ao estágio e 20% que atribuem «alguma», 78% conferem-lhe «muita» importância, o que também é corroborado pelas diversas opiniões de outras entidades e de bastantes dos próprios estagiários e licenciados. Por razões económicas os alunos estagiários que, por regra, não têm estágio remunerado ou apenas recebem *a posteriori* subsídio do PRODEP, preferem ter estágio junto do local de trabalho e/ou residência, tal como se pode depreender das seguintes respostas ao local preferido de estágio:

¹⁴ Até 1999-2000 o Director de Curso assumia praticamente por inteiro a responsabilidade de solicitar a entidades e empresas estágios para os alunos/as, tendo de deslocar-se por vezes a estas para a feitura de protocolos e afectar, em articulação com as empresas ou instituições de acolhimento, os estagiários/as. Esta situação de sobrecarga – constatável inclusive nalgumas respostas de alunos/as que reclamavam um ou mais assistentes nesta tarefa – foi reconhecida pelo relatório da própria Comissão de Avaliação Externa e que, segundo esta, exigiria uma intervenção da Reitoria na criação duma Comissão de Estágios, a qual acabou por ser formada não por intervenção superior mas a partir do Departamento e Direcção do Curso que pôde contar com o apoio alguns docentes na Comissão de Estágios.

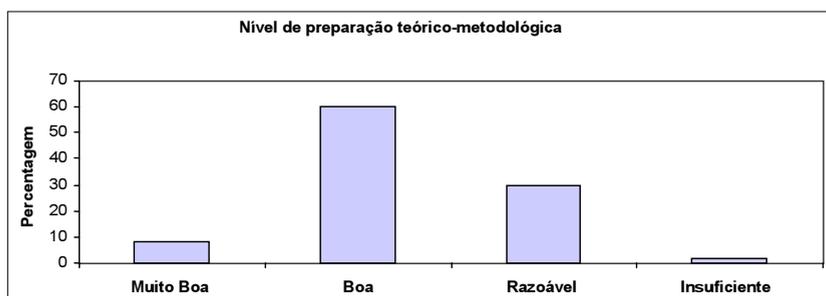
Quadro 8: Local preferido para estágio e profissão (%)

Local preferido	Estágio	Profissão
1. Braga	62	53
2. Guimarães	8	9
3. Porto	19	22
4. Viana do Castelo	10	12
5. Lisboa/Vale do Tejo	3	4
6. Beira Litoral	2	3
7. Trás-os-Montes e Alto Douro	3	5
8. Alentejo	1	1
9. Algarve	2	1
10. Beira Interior	0	0
11. Madeira/Açores	5	3
12. Estrangeiro	11	6

Fonte: IASO, 1997-98

Quer em relação ao local de estágio, quer em relação ao local para exercer a profissão, os alunos de Sociologia (das Organizações) preferem, por razões de proximidade ou ligação às suas terras de origem ou de residência, permanecer numa das cidades mais próximas, salientando-se a cidade de Braga não só por razões de proveniência e/ou residência mas certamente também pelos laços criados no local onde estudam: a cidade de Braga. Seguem-se as cidades do Porto e outras situadas na região do Minho, além do estrangeiro provavelmente para os mais ávidos de conhecer e enriquecer-se com experiências e mundos diferentes. As regiões do interior e do Alentejo não são de modo algum atractivas para os estudantes de Sociologia (das Organizações).

Um aspecto relevante é o que se prende com a apreciação dos alunos em relação aos seus docentes, a qual é, em regra geral, positiva. Começando pelo nível de preparação teórico-metodológica, as respostas ao inquérito mostram os seguintes resultados:

Gráfico 4

Fonte: IASO, 1997-98

Salvo um ou outra resposta isolada segundo a qual um ou outro professor/a deveria ser substituído ou, a propósito da reestruturação do curso, também devia ser «reestruturado», uma percentagem não desprezável de alunos considera o nível de preparação teórico-metodológica dos docentes como 'razoável', cerca de 60% entende-a como 'boa' e 8% como 'muito boa'. Não só nos próprios inquiridos como, por vezes, nas reuniões de Curso ou nas reuniões abertas a todos os alunos foi possível constatar, de facto, algumas queixas e alguma insatisfação sobre o nível ou qualidade no ensino nomeadamente nalgumas disciplinas. Apesar disso, predominam contudo as opiniões favoráveis ao Curso e aos seus docentes a começar pela preparação teórico-metodológica facultada pelo Curso até ao próprio acompanhamento e atendimento dos alunos no âmbito das aulas ou nos gabinetes.

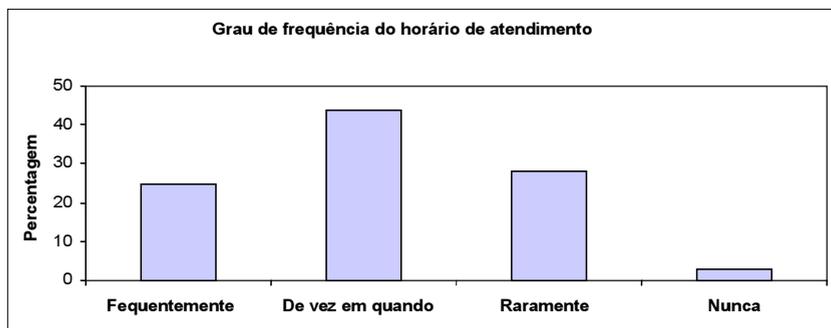
Uma opinião semelhante é partilhada pelos antigos alunos, hoje licenciados em Sociologia das Organizações. Se é certo que há uma fatia considerável dos 98 licenciados inquiridos que consideram a preparação teórica facultada pelo Curso razoável (27.6%) ou mesmo má (3.1 %), para 61.2% dos inquiridos a preparação teórica facultada pelo Curso foi boa e para 8. % foi até muito boa, o que, afirmado por ex-alunos com alguma experiência profissional, constitui um sinal bastante positivo da avaliação do Curso e dos seus docentes¹⁵.

Já, porém, relativamente à preparação prática do Curso no sentido da vertente utilitária e profissionalizante, há da parte dos licenciados uma opinião desfavorável. Exceptuando 20.7% que consideraram a preparação prática 'boa' ou 'muito boa', 42.3% e 37.1% acharam-na razoável e 37.1% desclassificaram-na como 'má' ou insuficiente, dados estes que merecem alguma reflexão não só sobre os resultados mas também sobre as razões destas opiniões. A este respeito, sem rejeitar a hipótese de haver algum desajustamento entre o saber teórico e o saber-fazer profissionalizado do ofício de sociólogo em diversos sectores da actividade, importaria questionar até que ponto não estaremos a assistir a um fenómeno generalizado de abaixamento do nível de exigência teórica crítica não só prestada mas sobretudo procurada pelos próprios alunos, sobretudo por aqueles alunos que procuram no curso aplicações «práticas», «utilitárias» na sua terminologia.

¹⁵ Cf. Gonçalves (2001). Quanto às opiniões dos empregadores, não foi possível obtê-la de modo sistemático, de forma a extrair conclusões gerais e conclusivas. No entanto, dalguns contactos periódicos havidos, por parte das Direcções de Curso, com alguns orientadores locais de estágios e até com responsáveis de entidades ou organizações com estagiários e/ou recém-licenciados periodicamente com a Direcção do Curso é opinião maioritária desses responsáveis nas mais diversas organizações públicas e privadas que o desempenho dos sociólogos saídos da Universidade do Minho é satisfatório e, por vezes, notável, correspondendo assim ou até superando as expectativas dos empregadores.

Procurando saber com que frequência os alunos utilizam o horário de atendimento destinado pelos professores do curso, as respostas distribuem-se do seguinte modo.

Gráfico 5



Fonte: IASO, 1997-1998

Se cerca de 28% dos alunos raramente procuram os professores no horário de atendimento para ‘tirar dúvidas’ ou ‘pedir esclarecimentos’, 44% dos alunos procuram-nos de vez em quando e 25% fazem-no ‘frequentemente’. Alguns mostraram ter, por vezes, alguma inibição pelo facto de os gabinetes de atendimento estarem superlotados e com outros docentes ou alunos presentes no mesmo gabinete. Em todo o caso, dum ou doutro modo, com uma frequência de atendimento mais raro ou mais frequente, os objectivos foram, na grande maioria dos casos, atingidos, tal como se pode ver pelo seguinte quadro.

Quadro 9: Atendimento dos alunos e realização dos objectivos

1. raramente	0%
2. não me serve de nada	0%
3. por vezes não atinjo os objectivos	35%
4. em geral, atinjo sempre os objectivos	65%

Fonte: IASO, 1997-1998

Tal como se pode ler do quadro 9, se 35% refere só por vezes atingir os seus objectivos nomeadamente através de ‘tirar dúvidas’ durante o tempo de atendimento, a grande maioria realiza os seus objectivos, independente-

mente do atendimento por parte dos professores. Alguns alunos, além de manifestar a inexistência de um acompanhamento mais próximo através do atendimento, queixavam-se do facto de cada turma ter um elevado número de alunos, além duma pesada e enorme carga lectiva. Nos primeiros dois anos de transição do Curso diversas foram as queixas dos alunos pelo facto de se reunirem numa turma única alunos do antigo Curso de Sociologia das Organizações e os primeiros anos do Curso de Sociologia.

Procurando ainda indagar em que medida os alunos têm contacto com os professores fora do espaço escolar lectivo e sobre que temas os alunos 'falam' com os seus professores, as respostas são as seguintes que constam no seguinte quadro:

Quadro 10: Temas de conversa entre professores e alunos fora do espaço lectivo

Temas de conversa extra-lectiva	
1. seus problemas pessoais	0%
2. problemas gerais da Universidade/Ensino Superior	7%
3. temas de ordem sócio-cultural geral (política, desporto)	7%
4. organização do curso	17%
5. ensino (programa, métodos)	25%
6. vida profissional	25%
7. aspectos e temas da Sociologia	39%
8. trabalho escolar	93%

Fonte: IASO, 1997-1998

Por fim, uma boa maneira de aferir até que ponto os alunos de Sociologia (das Organizações) estavam globalmente satisfeitos com o seu Curso foi apurar que, de acordo com a sua convicção, 84% dos alunos aconselhariam os seus amigos/as a ingressar no Curso de Sociologia (das Organizações), o que de resto, além de ser gratificante para os docentes do Curso, mostra como a Sociologia é social e cientificamente valorizada¹⁶, embora entre as posições minoritárias inibiam-se de especificar ou simplesmente não aconselhariam outros por várias razões, nomeadamente pelas incertezas no mercado de trabalho.

¹⁶ Esta (auto)avaliação altamente favorável é também verificável com base na apreciação mais amadurecida dos recém-licenciados em Sociologia das Organizações da Universidade do Minho, cujos resultados do inquérito permitem igualmente inferir, pelo teor das respostas, um elevado grau de satisfação. Salvo para 28% dos licenciados para quem o seu curso é razoável e para 4% mau ou insuficiente, para 62% o Curso é bom e para 6% é mesmo muito bom (Gonçalves, 2001).

3.4. *Expectativas e projectos após licenciatura*

Questionados os alunos/s sobre se pensavam prosseguir estudos após a licenciatura, as respostas eram maioritariamente afirmativas: 63% tencionavam prosseguir estudos *versus* 37% que declararam não estar nos seus horizontes tal objectivo. Dos que responderam afirmativamente, as respostas apresentavam os seguintes valores percentuais:

Quadro 11: Modalidades de prossecução de estudos pós-graduados (%)

1. pós-graduação	22%
2. mestrado	58%
3. doutoramento	12%
4. especialização profissional	26%
5. formação contínua	33%

Fonte: IASO, 1997-1998

De entre os que pretendem prosseguir os estudos, 59% não almejam grandes voos académicos, preferindo, quando muito, a formação contínua no trabalho ou uma especialização profissional. Outros, porém, admitem, entre outras modalidades, a graduação pós-escolar e, sobretudo, em 58% dos casos, a obtenção do Mestrado. Só uma minoria de 12% ambiciona obter o doutoramento, alguns dos quais manifestaram desejo de ser docentes universitários designadamente na Universidade do Minho.

Voltando a atenção para os que não pensam prosseguir estudos, o seguinte quadro dá-nos conta das principais razões desta opção:

Quadro 12: Razões da não prossecução de estudos pós-graduados (%)

1. pretendo ter uma profissão no imediato	74%
2. quero ser financeiramente autónomo	41%
3. o esforço exigido não é compensado financeiramente	8%
4. tenho outros encargos familiares/profissionais	25%
5. não vale a pena	5%
6. outra	10%

Fonte: IASO, 1997-1998

Confrontados com a questão relativa ao sector onde desejariam exercer a sua profissão como sociólogos/as, o quadro 13 mostra-nos as preferências e/ou perspectivas dos alunos a este respeito, as quais se aproximam do próprio sector onde preferem estagiar. De entre os vários sectores, os quatro que merecem maior atenção ou projecção, por parte dos alunos, quer em relação ao estágio, quer sobretudo em relação ao exercício da profissão, são os empregos (i) junto das autarquias ou da administração central, provavelmente associado à ideia de estabilidade, que é, sem dúvida, como veremos de seguida, o traço mais importante atribuído ao emprego; (ii) as empresas privadas, particularmente as grandes empresas, e as empresas ou gabinetes de consultadoria por alegadamente oferecerem melhores salários; e (iii) associações para o desenvolvimento e associações recreativas ou culturais, as quais, independentemente dos níveis salariais, oferecem um maior grau de envolvimento e iniciativa pessoal. Segue-se o sonho de serem futuros investigadores para 18%, os quais, associados ao desejo de exercer a profissão enquanto docentes de Sociologia no ensino secundário e superior (21%), formam um segmento considerável de alunos com estas aspirações.

Quadro 13: Sector preferido para estágio e exercício da profissão (em %)

Sector preferido para	Estágio	Profissão
1. Ensino Secundário	9	12
2. Ensino Superior	5	9
3. Investigação	14	18
4. Empresas privadas	27	25
5. Associações patronais	6	6
6. Sindicatos	5	2
7. Autarquias/Administração pública	39	41
8. Consultadoria/Gabinete de Estudos	21	23
9. Associações recreativas/culturais	19	17
10. Associações p/ o desenvolvimento	22	27
11. Empresa/Emprego próprio	3	10
12. Outro	6	9

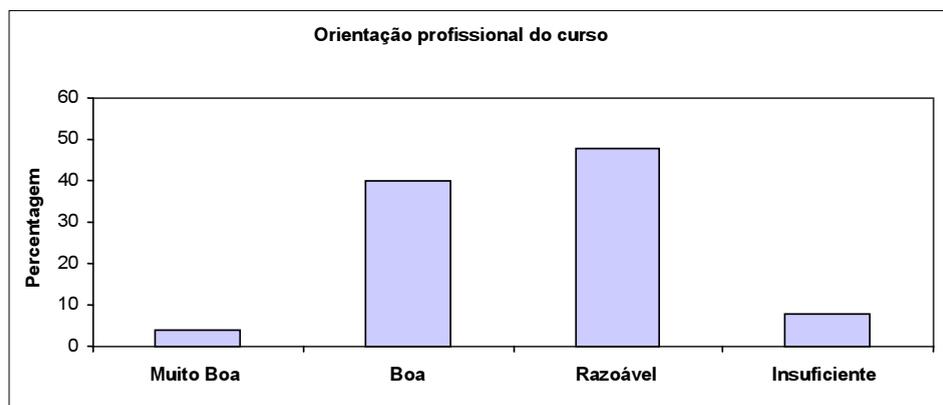
Fonte: IASO, 1997-98

As taxas de preferência e projecção da profissão em relação ao ensino da Sociologia poderiam provavelmente subir, se o Ministério da Educação garantisse essa saída profissional com a criação de um grupo de ensino em ciências sociais, tal como o previu um projecto de portaria entretanto abor-

tado. Não obstante o facto de, por diligência da Direcção do Curso e doutros órgãos superiores da Universidade do Minho, o Curso de Sociologia das Organizações ter sido reconhecido, para efeitos de habilitação para a docência no ensino básico e secundário, em terceiro escalão do 7.º Grupo disciplinar (Economia e Direito), a situação é considerada grave pelos próprios alunos que manifestaram, através dos seus representantes do NECSO, a sua posição por escrito pelo facto de o Ministério de Educação, na formação do ensino básico e secundário, continuar a ignorar as ciências sociais nomeadamente a Sociologia e, mesmo quando esta é dada opcionalmente, acaba por ser dada por filósofos, juristas, economistas, psicólogos mas não ou muito raramente por sociólogos¹⁷.

Uma preocupação central, compreensível e justa, por parte dos alunos, é a saída profissional do seu Curso de Sociologia das Organizações. Nesse sentido, foi feita a pergunta aos alunos do Curso como é que eles avaliavam o Curso enquanto orientado para o exercício de uma profissão, sendo as respostas as seguintes:

Gráfico 6



Fonte: IASO, 1997-98

¹⁷ Este problema tem sido igualmente objecto de preocupação de várias escolas universitárias e associações nomeadamente a Associação Portuguesa de Sociologia (APS). Em 1997 a APS, juntamente com Departamentos e Direcções de Curso de várias escolas universitárias onde se ensina Sociologia, enviou um *memorandum* ao então Ministro da Educação, Marçal Grilo, onde se estabeleciam as exigências mínimas em 52 créditos distribuídos por quatro blocos de disciplinas: teorias, métodos e técnicas, sociologias especializadas e ciências afins à Sociologia.

Relativamente às perspectivas de obter emprego, os alunos de Sociologia das Organizações não tinham uma posição tão optimista a respeito da orientação profissionalizante do Curso: cerca de 48% consideravam-na 'razoável', 40% 'boa', contrastando assim com a percepção positiva acerca do bom nível teórico-metodológico do Curso e a valorização pessoal facultada pelo mesmo¹⁸. Alguns avançam mesmo a existência e a eficácia do sistema de «cunhas» na obtenção de empregos, sendo afastados não raro candidatos com melhores classificações ou mérito no seu currículo.

As respostas dos alunos acerca do seu futuro profissional não deixam de estar perpassados de certa apreensão, a que não são estranhos certos 'medos' e 'expectativas' construídas mas, na maioria dos casos, ainda não testadas, mas já referenciados por um número considerável de alunos. Por isso, a abordagem junto dos licenciados constitui um critério mais fidedigno, porque assente na evolução factual, mesmo que sobre esta possam divergir as interpretações. Tal como conclui Gonçalves (2001), salvo 6% de licenciados que procuram emprego, 94% estão empregados, dos quais 81% se enquadram parcialmente no âmbito do Curso e 66% totalmente na área da Sociologia. Apesar de uma taxa de empregabilidade bastante elevada, importa não ignorar dois aspectos algo negativos: a precariedade no emprego por parte de 58% dos licenciados em Sociologia das Organizações e o facto de as remunerações mensais auferidas por parte de 84% dos mesmos se situarem, na moeda então vigente ao tempo do inquérito em 1998, entre os 100 e os 200 contos (cf. Gonçalves, 2001).

Conclusões

A evolução e os resultados do Curso de Sociologia das Organizações demonstraram a pertinência e a justeza da sua criação, o Curso possui as infraestruturas e recursos adequados e apresentou pontos fortes. Porém, os seus promotores e continuadores, ao denotarem também algumas fragilidades, souberam também supri-las, preparando, debatendo e apresentando uma proposta de reestruturação que acabaria por ter o acolhimento e a aprovação não só dos órgãos superiores da Universidade do Minho mas inclusivamente a adesão maioritária dos corpos docente e discente. Se consideramos que os resultados globalmente são positivos, não deixamos de relevar alguns aspectos e questões que, tendo em conta as opiniões e comen-

¹⁸ Para um maior desenvolvimento, quer em relação às saídas profissionais na Sociologia quer ao fenómeno da transição do diplomado para a vida activa, inclusive noutras áreas como a Engenharia, cf., entre outros, Costa (1998), APS (1990), Marques e Veiga (1996), Silva *et al.* (1998), Gonçalves (2001), Gonçalves *et al.* (2001), Marques (2002).

tários de alunos, docentes e outros intervenientes, merecem alguma reflexão relativamente ao percurso do Curso de Sociologia (das Organizações) na Universidade do Minho.

Ligado a esta, uma outra questão que deverá suscitar alguma preocupação é uma certa taxa de absentismo dos alunos, sobre cujo fenómeno importaria averiguar as razões. É, porém, provável que tal situação, para além da impossibilidade ou dificuldade dos estudantes-trabalhadores, se prenda com determinadas razões tais como desinteresse dos alunos em problematizar e suscitar debate nas aulas, convicção da dispensabilidade do docente substituível pela leitura dos apontamentos de colegas e estudo em casa e, possivelmente, qualidade de algumas aulas, se bem que todas estas razões deveriam ser testadas numa pesquisa cuidadosa.

Relativamente aos estágios, estes, pelo menos na sua larga maioria, detêm uma relevância não só académica mas também social e prática. Não só contribuem a aumentar o conhecimento de fragmentos da realidade social em vários sectores, como comportam um carácter de intervenção na mudança de aspectos estruturais da sociedade, de modo a detectar 'disfunções' ou conflitos nas relações sociais, de melhorar as condições de trabalho, de contribuir para uma optimização de recursos ou, pelo contrário, despoletar problemas e situações de opressão, marginalidade e exclusão social. Com o estágio o aluno não só tem oportunidade de aplicar os seus conhecimentos teóricos como aprende a manejar na prática certos métodos e técnicas de investigação, a iniciar-se mais autonomamente numa inter-acção com o meio ambiente e com os seus 'objectos' de estudo. A prática do estágio tem, portanto, mantido a sua validade e interesse não só porque permite a aplicação dos conhecimentos teóricos, mas também porque pode significar um primeiro passo em direcção à inserção do aluno(a) no mercado de trabalho.

Dado que, salvo casos excepcionais, o estágio não obriga a qualquer remuneração por parte da instituição acolhedora, – o que é, em regra, proposto e aceite pelas partes envolvidas no protocolo – o(a) aluno(a) não só presta, em regra, trabalhos e serviços na empresa ou instituição sem qualquer contrapartida remunerada, como ainda, por cima, vê-se confrontado com despesas acrescidas de alimentação, habitação, transportes. Esta situação, configurando uma relação de certa dependência e subalternidade do aluno não só face à empresa/instituição como, eventualmente, à própria família, exige, perante a lógica implacável da economia de mercado, alguma compensação que só as instâncias estatais e fundos sociais europeus poderão suprir. Tal compensação é aliás da mais elementar justiça, pois trata-se de prestação de um trabalho (semi)qualificado, cujo produto final reverte certamente a favor da respectiva instituição ou empresa e da sociedade, em geral. Esta constitui uma outra razão forte que justifica, portanto, plenamente a candidatura ao financiamento dos estagiários do curso de Sociologia das

Organizações da Universidade do Minho pelo PRODEP. No entanto e independentemente deste canal de subsídio parcial dos estágios, algumas empresas (Caixa Geral de Depósitos, Seguradora Império), autarquias e sobretudo algumas instituições centradas na área do desenvolvimento ou das políticas sociais têm começado a contribuir para os gastos de transporte e alimentação dos estagiários. Mas, salvo casos excepcionais, os estagiários, realizando um trabalho (semi)qualificado e de interesse para as empresas e instituições, não são ainda devidamente valorizados em termos científicos, sociais e económicos, pelo que as empresas, as instituições e o próprio Estado deveriam ser co-responsabilizadas, de modo a ser co-responsáveis, também financeiramente na medida do possível, pelo aproveitamento da força de trabalho dos estagiários que deveriam ser minimamente remunerados.

Bibliografia

- APS (Associação Portuguesa de Sociologia) (1990), *Experiências e papéis profissionais dos sociólogos*, Lisboa: APS.
- BERTAUX, Daniel (1977), *Destinos sociais e estrutura de classe*, Lisboa, Moraes Editora.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude (1975) (1970), *A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*, Rio de Janeiro, Francisco Alves.
- COSTA, António Firmino (1998), «Cultura profissional dos sociólogos» in *Sociologia. Problemas e Práticas*, 5: 107-124.
- GONÇALVES, A. (2001), *Nas asas do diploma. A inserção profissional dos licenciados pela Universidade do Minho*, Grupo de Missão para a Qualidade do Ensino/Aprendizagem, Apontamentos, Braga: Universidade do Minho.
- GONÇALVES, A., ALMEIDA, Leando S., VASCONCELOS, R. e CAIRES, S. (orgs.) (2001), *Da Universidade para o Mundo do Trabalho: Desafios para um diálogo*, Universidade do Minho, Conselho Académico.
- GUM (1996-97), *Guia da Universidade do Minho*, Braga, Universidade do Minho.
- MARQUES, A. P. (2003), «*Outras Transições? Configurações e problemáticas de socialização juvenil*», *Cadernos do Noroeste*, Série Sociologia n.º 5, Vol. 21 (1-2), Braga, Universidade do Minho, pp. 141-161.
- MARQUES, A. P. (2002), *Entre o Diploma e o Emprego: A Inserção Profissional dos Jovens Engenheiros*, Tese de Doutoramento, Braga, Universidade do Minho, ICS.
- MARQUES, A. P. e VEIGA, C., (1996), «*Inserir a Sociologia na profissão*», *Cadernos do Noroeste*, Vol. 5 (1-2), Braga, Universidade do Minho.

- MEAD, Herbert (1934), *Mind, Self and society: from the Stanpoint of a Social Behaviorist*, Chicago, University of Chicago Press.
- PIAGET, Jean (1967), *Biologie et connaissance*, Paris, Gallimard.
- PIAGET, Jean (1970), *Épistemologie des sciences de l'homme*, Paris, Gallimard.
- PINTO, J. M. (1994), *Propostas para o ensino das Ciências Sociais*, Porto Afrontamento, pp. 29-42.
- SILVA, Manuel Carlos (1999), «O lugar do sociólogo em contexto universitário. Alguns elementos para reflexão sobre o ensino da Sociologia na Universidade» in A. N. de Almeida *et al.* (org.) *A Sociologia e o Ensino Secundário*: 85-98, Oeiras: Celta Editora.
- SILVA, Manuel Carlos *et al.* (1998), *Relatório de Autoavaliação do Curso de Licenciatura em Sociologia das Organizações, 1996-1967*, Braga: ICS, Universidade do Minho (policopiado).
- SUAUD, Charles (1978), *La vocation*, Paris, Minuit.

PONTOS DE PARTIDA, PONTOS DE CHEGADA: IMPACTO DE VARIÁVEIS SÓCIO-CULTURAIS NO INGRESSO AO ENSINO SUPERIOR

LUÍSA SAAVEDRA *
LEANDRO S. ALMEIDA *
ALBERTINO GONÇALVES *
ANA PAULA SOARES *

RESUMO

Abrangendo a generalidade dos alunos que em 2002/03 se inscreveram na Universidade do Minho (1.^a Fase do Concurso Nacional de Acesso), este estudo analisa o impacto de algumas variáveis demográficas e sócio-culturais dos estudantes em vários dos seus comportamentos e decisões relativos à escolha do curso/universidade. Verificando-se uma progressiva democratização no acesso ao ensino superior, bem como uma maior feminização do seu corpo discente, os resultados obtidos apontam para uma influência estatisticamente significativa por parte de tais variáveis. Os alunos diferenciam-se percentualmente, segundo o sexo, confirmando a influência do género na escolha de cursos. Observa-se, ainda, o efeito da origem sócio-cultural, na escolha dos cursos e da Universidade do Minho.

Introdução

Vários olhares se têm cruzado sobre a escola. Para alguns autores, a escola tem sido pensada como um espaço privilegiado de democratização e de coesão social, enquanto outros apontam, criticamente, a fragilidade de tais princípios e «acusam» a própria escola de reproduzir as desigualdades sociais existentes na sociedade (Bourdieu, 1966; Bourdieu & Passeron, 1970; Giroux, 1994; McLaren, 1986, 1998), no sentido de a origem social, mormente o nível cultural da família, se repercutir no êxito ou no insucesso dos alunos. Para estes autores, mesmo assegurando o acesso generalizado à

* Universidade do Minho.

escolarização, nem todos os alunos possuem as mesmas oportunidades e probabilidades de obter sucesso – ou igual sucesso – na escola, dado que os percursos escolares dos alunos e os níveis de êxito ou insucesso atingidos continuam associados à sua origem social e cultural e às reais condições de vida das respectivas famílias (Saavedra, 2001, 2001a). A este propósito, Cabrito (2001) refere que, apesar da democratização no acesso ao ensino superior, a Universidade parece funcionar mais como um instrumento de «desigualização social», reproduzindo as diferenças sociais já verificadas nos níveis de ensino anteriores. Balsa, Simões, Nunes, Carmo & Campos (2001) também concordam com esta ideia, referindo que o sistema de ensino superior português, para além de espelhar as desigualdades sociais registadas na sociedade portuguesa, tende a reforçá-las numa lógica mais de «reprodução» do que de «promoção» social. Assim, a investigação disponível sugere o impacto de factores escolares e sociais no acesso, frequência e sucesso no ensino superior em Portugal (Almeida, Vasconcelos, Machado, Soares & Morais, 2002; Balsa *et al.*, 2001; Braga da Cruz, Cruzeiro, Ramos, Leandro, Nunes, Matias, Pedroso, Robinson & Cavaco, 1995; Cabrito, 2001; Soares, 2003).

As ilações anteriores, reportadas à origem social e cultural dos alunos, têm sido também extrapoladas na análise do acesso e frequência do ensino superior segundo o sexo de pertença. À medida que subimos no nível de ensino observa-se uma feminização crescente da população discente. Com efeito, estatísticas nacionais e internacionais apontam para uma progressiva procura e frequência do ensino superior por parte das estudantes do sexo feminino. Esta situação, não sendo exclusiva de Portugal, assume no contexto nacional maior incidência (cf. Eurydice, 2003), passando de 31% na década de 70 para cerca de 60% no presente (cf. ME-DGES, 1999). Embora, em termos europeus, o número de mulheres com diplomas universitários seja em média superior ao dos homens, esta diferença é mais pronunciada no contexto português, com uma proporção de sete mulheres por cada quatro homens (cf. Eurydice, 2003). É certo que, tal como referiam Betz e Fritzerald (1987), esta maior representação incide especialmente em alguns domínios ou áreas educativas e profissionais, encontrando-se as ciências e as engenharias, por exemplo, menos feminizadas. Esta situação confirma a influência do género nas escolhas dos cursos e das carreiras profissionais. A tendência actual aponta, contudo, no sentido de uma maior dispersão nas escolhas vocacionais levadas a cabo pelo sexo feminino. Com efeito, apesar de minoritárias em cursos tradicionalmente associados ao sexo masculino, como as tecnologias, as ciências e a informática, a taxa de frequência das estudantes do sexo feminino nesses cursos é superior à correspondente aos estudantes do sexo masculino em cursos tradicionalmente associados ao sexo feminino (cf. Braga da Cruz *et al.*, 1995; Eurydice, 2003; Gago, Amaral, Grácio, Rodrigues, Fernandes, Ruivo, Ambrósio, Silva, Duarte, Teixeira,

Proença, Alves & Lisboa, 1994; ME-DGES, 1999). Este fenómeno é, aliás, consistente com alguma literatura do domínio vocacional, observando-se uma maior abertura e flexibilidade de escolhas por parte dos estudantes do sexo feminino (Betz & Hackett, 1997; Dawson-Threat & Huba, 1996; Gianakos & Subich, 1988; Gottfredson, 1981; Lackland & DeLisi, 2001).

Considerando as ilações anteriores, com este trabalho pretendemos caracterizar em termos sociais e académicos os alunos e alunas que frequentam a Universidade do Minho, na esperança de que alguns dos resultados obtidos possam proporcionar algum contributo à problemática das desigualdades perante o sistema de ensino decorrentes da origem social e do género, pelo menos no que respeita a um dado momento do percurso escolar: o ingresso no ensino superior.

O inquérito promovido neste âmbito faculta-nos elementos que permitem a caracterização da proveniência geográfica, da origem social e do sexo dos alunos e alunas abrangidos, bem como a aferição da influência destes factores sobre: (i) a escolha e priorização da universidade e do curso; (ii) a nota de candidatura para ingresso na universidade e (iii) as razões invocadas para a escolha da Universidade do Minho e (iv) a posição, no processo de candidatura em que escolheram a Universidade e o curso.

Método

Amostra

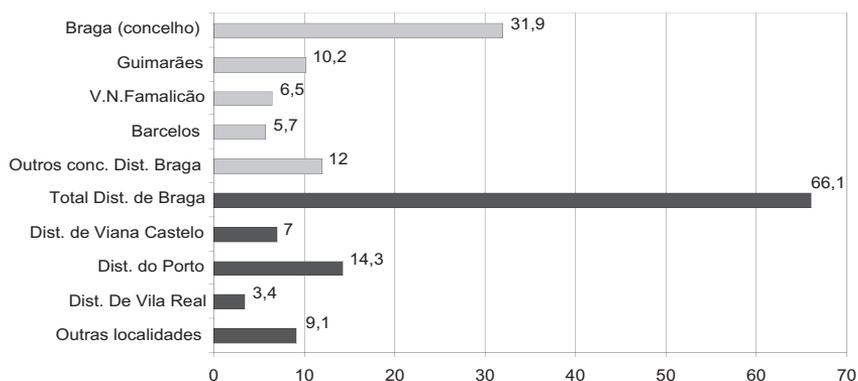
O universo da pesquisa é composto pelos alunos e alunas dos diversos cursos leccionados pela Universidade do Minho, matriculados/as no 1.º ano em 2002/03, que foram alvo da administração, faseada no tempo, de vários inquéritos. A amostra do primeiro inquérito, a que se refere principalmente o presente artigo, comportou 1768 alunos, tendo-se aproximado da exaustividade (1.ª Fase do Concurso Nacional de Acesso) em virtude do questionário ser aplicado no momento em que os alunos efectuavam a sua inscrição. Dos 1760 alunos/as com respostas válidas (cf. quadro 1), 1018 (57.8%) são do sexo feminino e 742 (42.2%) do sexo masculino. A média das idades dos alunos/as é de 18.7, sendo a idade mais frequente de 18 anos (53.9%).

QUADRO 1. Distribuição dos alunos e alunas por sexo e idade

Perto de nove em cada dez alunos (86.5%) têm menos de 20 anos de idade (cf. quadro 1), o que explica, em parte, a reduzida taxa de alunos que exercem uma actividade profissional: 6.2% (2.7% a tempo inteiro e 3.5% a tempo parcial). Precise-se que este valor sobe para 7.8% se nos ativermos aos alunos, descendo para 5.1% no caso das alunas.

No que respeita à proveniência geográfica (cf. gráfico 1), os alunos e alunas que frequentam a Universidade do Minho residem predominantemente no distrito de Braga (66.2%). Seguem-se com maior frequência de alunos os distritos do Porto (14.4%) e Viana do Castelo (7.1%). Os restantes distritos da Zona Norte (Aveiro, Bragança, Guarda, Vila Real e Viseu) contribuem com 9.4% dos alunos. A Zona Centro/Sul (distritos de Coimbra, Leiria, Lisboa, Santarém), bem como as Ilhas e os países PALOPs têm uma representação residual: respectivamente, 1.8% e 1.1% de alunos.

GRÁFICO 1. Proveniência geográfica dos alunos



Procedimento

Os dados foram recolhidos através de um inquérito administrado individualmente aos alunos à medida que eles contactavam com os funcionários da Universidade do Minho envolvidos na sua inscrição. Um elemento da equipa de investigação estava presente explicando aos alunos o objectivo do inquérito e a garantia da confidencialidade dos elementos sócio-culturais recolhidos. A par destas informações, os alunos respondiam a questões relativas ao seu percurso escolar anterior; às suas opções em termos de curso/estabelecimento de ensino, e às razões de escolha da Universidade do Minho. Face aos objectivos deste trabalho, caracterizaremos os alunos e alunas em termos da sua proveniência geográfica, do nível de habilitações do agregado familiar, dos cursos escolhidos, da nota de candidatura ao ensino superior, das razões invocadas para escolha da Universidade do Minho, e do lugar do curso e estabelecimento em termos das suas opções.

Resultados

Sexo/género e origem social

A distribuição dos alunos por sexo (como já vimos na constituição da amostra) vai de encontro aos resultados já conhecidos em Portugal e noutros países ocidentais (Eurydice, 2003). Com efeito verifica-se uma supremacia considerável do sexo feminino (N=1018; 57.8%).

No que se refere à idade média, não se verificam diferenças significativas em função do sexo: 18.7 anos nos alunos e 18.6 anos nas alunas.

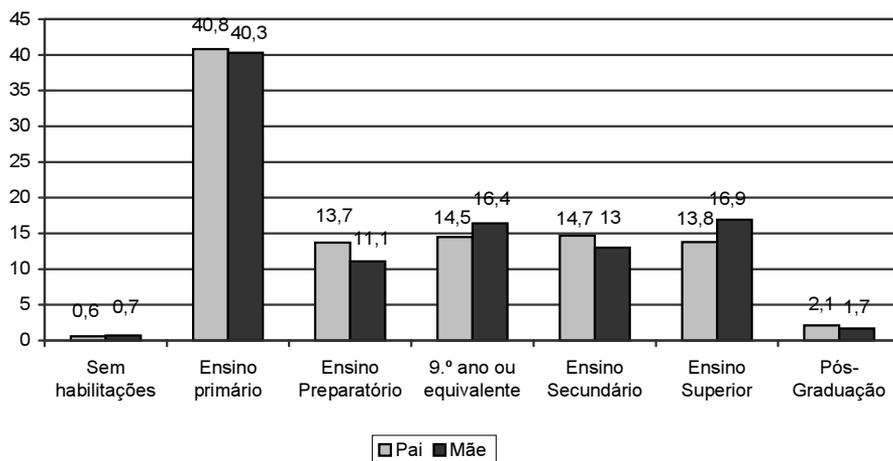
Para o estudo da influência da origem social, é conveniente complementar, e até cruzar, a variável nível de ensino dos pais com a variável correspondente à respectiva categoria profissional. Acontece que o inquérito administrado na primeira fase não contemplava um leque suficiente de perguntas acerca da profissão dos pais para alicerçar uma categorização profissional minimamente rigorosa. Nestas circunstâncias, optou-se por prescindir desta variável no que toca aos resultados deste inquérito. Estas lacunas foram colmatadas num segundo inquérito, administrado, alguns meses depois, a uma amostra mais pequena, mas que, mesmo assim, comportava 547 alunos, sendo 376 do sexo feminino. Nestas circunstâncias, o constrangimento decorrente da insuficiente identificação da categoria profissional dos pais no primeiro inquérito fica, a nosso ver, minorado por três motivos: 1) existe uma associação forte entre as habilitações literárias e a categoria profissional dos pais ($V=.47$; $p<.001$), o que torna estas duas variáveis praticamente intermutáveis (cf. quadro 2) ao nível dos comportamentos considerados neste estudo, a capacidade explicativa do nível de ensino suplanta, normalmente, a correspondente à categoria profissional; 3) por último, sempre que adequado, é possível o recurso, em jeito de substituição, aos resultados facultados pela administração do segundo inquérito.

QUADRO 2. Distribuição dos alunos por habilitações literárias e categoria profissional do pai

			Habilitações literárias do pai				Total
			semhab/ 1º ciclo	2º 3º ciclos	secundário	superior	
Categoria profissional do pai	Directores, quad. sup., prof. liberais, téc. e cient.	Efectivos	5	4	9	55	73
		% por linha	6,8%	5,5%	12,3%	75,3%	100,0%
		% por coluna	2,5%	2,9%	12,3%	67,9%	14,7%
	Empresários e patrões, com ou sem assalariados	Efectivos	56	44	20	6	126
		% por linha	44,4%	34,9%	15,9%	4,8%	100,0%
		% por coluna	27,7%	31,4%	27,4%	7,4%	25,4%
	Prof. técnicas intermédias	Efectivos	1	11	16	14	42
		% por linha	2,4%	26,2%	38,1%	33,3%	100,0%
		% por coluna	,5%	7,9%	21,9%	17,3%	8,5%
	Pessoal administrativo	Efectivos	9	15	8	2	34
		% por linha	26,5%	44,1%	23,5%	5,9%	100,0%
		% por coluna	4,5%	10,7%	11,0%	2,5%	6,9%
	Trabalhadores de produção, da agric. e serv. pess. e domést.	Efectivos	91	39	6	1	137
		% por linha	66,4%	28,5%	4,4%	,7%	100,0%
		% por coluna	45,0%	27,9%	8,2%	1,2%	27,6%
	Desempregados	Efectivos	12	9	5		26
		% por linha	46,2%	34,6%	19,2%		100,0%
		% por coluna	5,9%	6,4%	6,8%		5,2%
	Reformados ou incapacitados	Efectivos	24	10	4	2	40
		% por linha	60,0%	25,0%	10,0%	5,0%	100,0%
		% por coluna	11,9%	7,1%	5,5%	2,5%	8,1%
	Outras situações	Efectivos	4	8	5	1	18
		% por linha	22,2%	44,4%	27,8%	5,6%	100,0%
		% por coluna	2,0%	5,7%	6,8%	1,2%	3,6%
Total		Efectivos	202	140	73	81	496
		% por linha	40,7%	28,2%	14,7%	16,3%	100,0%
		% por coluna	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Observando as frequências e percentagens obtidas no gráfico 2, podemos afirmar que uma maior percentagem de alunos e alunas da Universidade do Minho são provenientes de agregados familiares com fracas habilitações escolares. Com efeito, quase 50% dos agregados familiares possuem menos de 6 anos de escolaridade. Ao mesmo tempo, são pouco mais de 20% os agregados familiares em que um dos pais, ou ambos, possuem formação superior. Depreende-se, daqui, que a larga maioria dos alunos que iniciam a frequência da Universidade do Minho não possuem, nos seus progenitores, referências de frequência do Ensino Superior.

GRÁFICO 2. Habilitações literárias dos pais



Quanto ao sexo, os resultados do inquérito revelam uma diferenciação significativa dos alunos e alunas ($\chi^2=39.17$; $p<.001$) segundo o sexo e as habilitações literárias dos pais (do pai, $V=.116$; da mãe $V=.124$; $p<.001$); e no caso da variável composta «nível de ensino mais elevado dos pais» ($V=.117$ e $p<.001$). De uma forma geral, as alunas são oriundas de um agregado familiar com menores habilitações académicas (cf. quadro 3): 32.8% das alunas têm pais cujo diploma mais elevado não ultrapassa o ensino primário (contra 25.9% dos alunos). No que respeita aos 2.º e 3.º ciclos, a diferença persiste, embora com menor amplitude (32.4% contra 28.2%).

QUADRO 3. Distribuição por sexo e habilitações literárias dos pais

			Sexo		Total
			M	F	
Nível de ensino mais elevado dos pais	semhab/1ºciclo	Efectivos	188	329	517
		% por linha	36,4%	63,6%	100,0%
		% por coluna	25,9%	32,8%	29,9%
	2º 3º ciclos	Efectivos	205	325	530
		% por linha	38,7%	61,3%	100,0%
		% por coluna	28,2%	32,4%	30,6%
	secundário	Efectivos	125	145	270
		% por linha	46,3%	53,7%	100,0%
		% por coluna	17,2%	14,5%	15,6%
	superior	Efectivos	209	204	413
		% por linha	50,6%	49,4%	100,0%
		% por coluna	28,7%	20,3%	23,9%
Total	Efectivos	727	1003	1730	
	% por linha	42,0%	58,0%	100,0%	
	% por coluna	100,0%	100,0%	100,0%	

Retomando a questão da relação entre género e origem social, comprova-se que a distribuição segundo a categoria profissional do pai corrobora as tendências delineadas a propósito das habilitações literárias ($V=0.16$; $p<0.05$). São as categorias mais desfavorecidas que fornecem as maiores percentagens de alunas (cf. quadro 4): os trabalhadores de produção, da agricultura e serviços pessoais e domésticos, com 73.6%; os desempregados e os reformados, com 72.7%; e os empresários e patrões, cuja maioria é composta por trabalhadores por conta própria, artesãos e pequenos comerciantes, com 71.4%. Já nos directores, quadros superiores, nas profissões liberais, técnicas e científicas (57.3%) e nas profissões técnicas intermédias (52.3%) o desequilíbrio entre sexos tende a esbater-se.

QUADRO 4. Distribuição por sexo e categoria profissional do pai

			Sexo		Total
			M	F	
categoria profissional do pai	Directores, quad. sup., prof. liberais, téc. e cient.	Efectivos	32	43	75
		% por linha	42,7%	57,3%	100,0%
		% por coluna	19,8%	12,4%	14,7%
	Empresários e patrões, com ou sem assalariados	Efectivos	36	90	126
		% por linha	28,6%	71,4%	100,0%
		% por coluna	22,2%	25,9%	24,7%
	Prof. técnicas intermédias	Efectivos	21	23	44
		% por linha	47,7%	52,3%	100,0%
		% por coluna	13,0%	6,6%	8,6%
	Pessoal administrativo	Efectivos	12	25	37
		% por linha	32,4%	67,6%	100,0%
		% por coluna	7,4%	7,2%	7,3%
	Trabalhadores de produção, da agric. e serv. pess. e domést.	Efectivos	37	103	140
		% por linha	26,4%	73,6%	100,0%
		% por coluna	22,8%	29,6%	27,5%
	Desempregados, reformados e outras situações	Efectivos	24	64	88
		% por linha	27,3%	72,7%	100,0%
		% por coluna	14,8%	18,4%	17,3%
Total		Efectivos	162	348	510
		% por linha	31,8%	68,2%	100,0%
		% por coluna	100,0%	100,0%	100,0%

Em suma, da leitura dos resultados constantes no quadro 4 e, de uma forma mais clara, no quadro 3, pode concluir-se que, no caso dos alunos do 1.º ano da Universidade do Minho em 2002/2003, o essencial do desequilíbrio entre os sexos tem a sua origem nas classes mais desfavorecidas e nas famílias com menos habilitações literárias.

Proveniência geográfica por sexo

A distribuição dos alunos pela sua proveniência geográfica (cf. quadro 5) confirma a intensa regionalização do recrutamento dos alunos pelas universidades portuguesas, que, assinala-se, não é específica à Universidade do Minho.

QUADRO 5. Deslocados (%) por proveniência geográfica e sexo (previsão)

Proveniência geográfica	Alunos	Alunas	Total	Cramer's V	Sig. aprox.
Barcelos	57.1	57.9	57.6	.01	.947
Braga (concelho)	12.6	16.3	14.6	.05	.242
Guimarães	20.5	31.9	25.6	.13	.098
V. N. Famalicão	35.1	44.4	41.0	.09	.361
Dist. de Braga (outros concelhos)	35.4	51.4	44.7	.16	.030
Dist. de Aveiro	100.0	95.8	97.8	.14	.344
Dist. do Porto	70.5	74.4	72.8	.04	.513
Dist. de Viana do Castelo	86.5	95.9	92.8	.17	.069
Dist. de Vila Real	95.7	96.8	96.3	.03	.829
Outras proveniências	97.6	100.0	99.0	.12	.246
Total	44.6	53.7	49.9	.09	.000

Metade dos alunos (49.9%) previa, por altura da matrícula, «sair de casa» para frequentar o curso, sendo esta probabilidade de deslocação maior nas alunas (53.7%) do que nos alunos (44.6). Embora a análise da associação entre as variáveis sexo e proveniência geográfica não se tenha revelado estatisticamente significativa ($\chi^2=6.97$; $p=0.32$), uma análise mais precisa (cf. quadro 5), revela que a diferença não é, efectivamente, significativa nem nos concelhos mais próximos da Universidade do Minho (Braga, Barcelos, V. N. de Famalicão e, em menor grau, Guimarães), nem nos mais distantes (distritos de Aveiro, Porto e Vila Real, «outras proveniências» e, em menor grau, Viana do Castelo), mas que já se torna significativa ($p<.05$) no caso dos demais concelhos do distrito de Braga, um pouco mais distantes ou com piores acessibilidades de que os primeiros, mas mais próximos do que os segundos. Esta localização da diferenciação na «média distância» remete, decerto, para constrangimentos, disposições e ponderações algo selectivos em termos de género, quer por parte das famílias, quer por parte dos próprios alunos.

Convém ressaltar que esta análise se refere à previsão de «saída de casa» formulada pelos próprios alunos no momento da matrícula. Em muitos casos, não se trata, ainda, de uma deslocação efectivamente consumada. Subsiste, assim, algum risco de mistura do desejo com a realidade, o que,

a verificar-se, remeteria toda a argumentação para o domínio da fábula. Sucede que as tendências detectadas são confirmadas, e até reforçadas, pelos resultados decorrentes da administração, alguns meses depois, de um novo inquérito a uma amostra mais pequena, composta por 547 alunos (376 do sexo feminino): 57.8% destes alunos tinham, de facto, «saído de casa» (7,9 pontos percentuais acima das «previsões»). Este valor ascendia nas alunas a 61.7%, bem acima dos 49.1% correspondentes aos alunos ($V=0.12$; $p<.01$).

Escolha da U.M. e do curso por sexo e origem social

Considerando as opções dos alunos e alunas a nível do curso e do estabelecimento de ensino no Concurso Nacional do Ensino Superior, verificamos que a Universidade do Minho correspondeu à 1.º opção para 72.4% e como 2.ª opção para 13.8% dos alunos e alunas, aparecendo como 3.ª opção para 6.3% dos alunos/as e para 6.3% a nível de 4.ª opção ou superior. Por sua vez, no que diz respeito ao curso superior que actualmente frequentam, 70.6% dos/as alunos/as frequentam um curso de 1.ª escolha, situando-se 13.7% dos alunos/as na sua 2.ª escolha (6.3% referem que o seu curso se situa na 3.ª escolha e para 9.3% ficou para além da 3.ª escolha).

Importa referir que a diferença entre os sexos, no que diz respeito à escolha desta Universidade, se mostrou muito próxima da significância estatística ($\chi^2=9.38$; $p=.052$), havendo uma maior percentagem de raparigas colocadas, por um lado, na sua 1.ª opção (73.2% contra 71.6%), mas também, por outro lado, para além da 3.ª opção (7.5% contra 4.9%). Quanto à escolha do curso, o coeficiente do Qui-Quadrado obtido mostra-se já estatisticamente significativo ($\chi^2=9.075$; $p<.05$), entrando as raparigas maioritariamente em cursos de 1.ª escolha (74.0% contra 68.1%).

Reportando-nos aos factores que os alunos e alunas invocam para justificar a sua opção pela Universidade do Minho, a principal razão prende-se com a percepção da «qualidade do seu ensino» (80.7%), emergindo em segundo lugar – embora com um valor percentual muito próximo – «a proximidade geográfica» da residência (79.6%). Com uma diferença considerável para os dois primeiros factores, aparece a «média de entrada acessível» (46%), havendo ainda 25,8% dos alunos e alunas a mencionar a «vida académica extracurricular», o «estar com os amigos e colegas» (21%) e, em último lugar, os «recursos económicos» possuídos (18%).

Se analisarmos estes indicadores de escolha da Universidade do Minho, tendo em conta, por um lado, o sexo e, por outro, a origem social da família, verificamos que existem diferenças significativas entre as várias amostras. No que diz respeito ao género (cf. quadro 6), os rapazes são significativamente mais influenciados na escolha desta universidade pela «qualidade do ensino», pela importância que conferem ao «estar com os amigos e colegas»,

pela «vida académica e extracurricular» e pelo desejo de «sair de casa». As raparigas são significativamente mais influenciadas pelos «recursos económicos possuídos» e pela «média de entrada acessível». No que diz respeito à «proximidade geográfica» não existem diferenças significativas entre alunos e alunas.

QUADRO 6. Distribuição das razões da escolha da Universidade do Minho por sexo

	Feminino	Masculino
Proximidade geográfica	U=3666685.0; p=.13; g.d.=891.3	U=3666685.0; p=.13; g.d.=865.7
Qualidade de ensino	U=362047.0; p<.05; g.d.=865.2	U=362047.0 p<.05; g.d.=901.57
Amigos	U=353577.0; p<.001; g.d.= 856.8	U=353577.0; p<.001;g.d.=913.0
Aspecto económico	U=357242.0; p<.01; g.d.=900.6	U=357242.0; p<.01; g.d. 852.9
Vida académica	U=354643.0; p<.01; g.d.=857.9	U=354643.0; p<.01; g.d.=911.6
Sair de casa	U=369328.0; p<.01; g.d.=872.3	U=369328.0; p<.01; g.d.=891.8
Média acessível	U=346957.0; p<.001; g.d.=910.7	U=346957.0; p<.001; g.d.=839.1

A origem social do agregado familiar parece, também, exercer influência no modo como os alunos e alunas pesam os diversos factores na escolha da Universidade do Minho. Para uma apreciação do estatuto sócio-cultural das famílias (cf. quadros 7 a 11) considerámos a habilitação académica dos pais e das mães tendo em conta o elemento (pai ou mãe) com maior habilitação académica ou uma habilitação académica intermédia entre as duas nos casos de grandes discrepâncias.

O factor «proximidade geográfica» distingue significativamente os alunos e alunas cujo agregado familiar tem as mais baixas habilitações escolares (analfabetos e 1.º ciclo) dos que têm uma licenciatura, sendo os primeiros os que mais valorizam este atributo (U= 83205.0; p<.01; graduação média do agregado familiar analfabeto ou com 1.º ciclo=448.51 e do agregado familiar com licenciatura =414.38). Por sua vez, a «qualidade de ensino» (cf. quadro 7) é, de uma forma genérica, tanto mais valorizada quanto maiores são as habilitações do agregado familiar.

QUADRO 7. Qualidade de ensino pela origem social do agregado familiar

	2º ciclo	Ens. secundário	Ens. superior
1º ciclo	U=72909.5; p<.05 g.m.1º ciclo=401.8 g.m. 2ºciclo=429.84	U=50574.5 p<.05 g.m.1ºciclo=359.3 g.m.E.Sec.=386.55	U=82441.0 p<.01 g.m.1ºciclo=420.0 g.m. E. Sup=458.9
2º ciclo		U=31346.o p<.05 g.m.2ºciclo=259.3 g.m.E.Sec.=277.80	U=51100.0 p<.01 g.m.2ºciclo=320.25 g.m.E.Sup=347.95

O «aspecto económico» (cf. quadro 8) é, de uma forma geral, considerado tanto mais importante quanto mais baixas são as habilitações do agregado familiar, podendo ser reflexo de percepções dos alunos e alunas face a esforços económicos familiares acrescidos devido à frequência do ensino superior e aos consequentes gastos que acarreta.

QUADRO 8. «Aspecto económico» pela origem social do agregado familiar

	Ens. Secundário	Ens. superior	Pós-graduação
1ºciclo	U=48217.0 p<.001 g.m. 1º cic=379.2 g.m.E.sec=336.3	U=75281.0 p<.001 g.m. 1º cic =463.6 g.m.E. sup=391.3	U=9742.5 p<.01 g.m. 1º cic= 289.4 g.m.PG=239.50
2º ciclo	U=30004.0 p<.01 g.m. 2º cic =277.9 g.m. E.sec =248.8	U=46868.0 p<.001 g.m. 2º cic =361.9 g.m. E. sup =308.7	U=6066.0 p<.01 g.m. 2º cic =188.8 g.m.P.G=157.8
3º ciclo		U=45498.0 p<.001 g.m.3ºcic.=340.8 g.m. E. sup =304.8	U=5892.0 p<.05 g.m.=174.7 g.m.P.G=153.9

Por oposição ao aspecto económico, a «vida académica» proporcionada pela Universidade do Minho parece ser tanto mais valorizada quanto mais elevadas são as habilitações académicas do agregado familiar (cf. quadro 9).

QUADRO 9. «Vida académica» pela origem social do agregado familiar

	2º ciclo	3º ciclo	Ens. Secundário	Ens. superior	Pós-graduação
1ºciclo	U=79864.5 p<.05 g.m.1ºcic=415.1 g.m.2ºcic=441.0	U=71791.5 p<.01 g.m.1ºcic =399.7 g.m.3ºcic=433.6	U=46209.0 p<.001 g.m.1ºcic =351.0 g.m.E.Sec=407.3	U=7846.2 p<.001 g.m. 1ºcic=412.5 g.m.E.Sup=469.4	U=8460.0 p<.001 g.m.1ºcic =279.1 g.m.PG=360.0
2º ciclo			U=30572.0 p<.05 g.m. 2ºcic =256.8 g.m. E.Sec=281.5	U=51820.0 p<.05 g.m.2ºcic =322.4 g.m.E.Sup=345.9	U=5665.5 p<.01 g.m.2ºcic =179.9 g.m. PG=221.1
3ºciclo					U=5353.0 p<.01 g.m.3ºCic=167.4 g.m. PG=202.0
Ens. sup					U=6558.0 p<.05 g.m.E.Sup=191.5 g.m. PG=221.3

Igualmente, o facto da entrada para a Universidade representar uma possibilidade de se afastarem do ambiente familiar (cf. quadro 10) parece ser tanto mais valorizado quanto maiores forem as habilitações académicas dos pais.

QUADRO 10. «Sair de casa» pela origem social do agregado familiar

	Ens. superior
1º ciclo	U=86055.0 p<.01 g.m. 1ºcic.=426.9 g.m.E. Sup=447.34
2º ciclo	U=53580.0 p<.05 g.m. 2ºcic.=327.9 g.m. E. Sup =340.7
3º ciclo	U=48758.0 p<.01 g.m. 3ºcic.=313.1 g.m. E. Sup =328.8

Finalmente, as «médias de acesso», parecem funcionar do mesmo modo que o «aspecto económico»: quanto mais baixas as habilitações dos pais, mais importante se torna a média de acesso na justificação das escolhas dos alunos (cf. quadro 11).

QUADRO 11. «Médias de acesso» pela origem social do agregado familiar

	Ens. Secundário	Ens. superior	Pós-graduação
1º ciclo	U=47158.0 p<.01 g.m. 1ºcic.=381.2 g.m. E.sec =331.2	U=79840.5 p<.001 g.m. 1ºcic.=454.9 g.m. E. sup =404.6	U=8752.5 p<.001 g.m. 1ºcic.=291.3 g.m. P.G.=217.5
2º ciclo	U=30698.0 p<.05 g.m. 2ºcic.=275.8 g.m. E.sec =252.1		U=5746.5 p<.01 g.m. 2ºcic.=189.8 g.m. P.G.=150.7
3º ciclo			U=5320.5 p<.01 g.m. 3ºcic.=176.7 g.m. P.G.=141.2

De todas as razões invocadas para a escolha da Universidade do Minho, a única que não apresentou diferenças estatisticamente significativas, em função da origem social do agregado familiar, foi o «estar com os amigos».

A escolha dos cursos em função do sexo e da origem social

A distribuição de rapazes e raparigas pela frequência dos diferentes cursos da Universidade do Minho, revela-se como estatisticamente significativa ($\chi^2 = 43,282$, $p < .001$), seguindo os domínios considerados tipicamente femininos e masculinos (Betz & Fitzgerald, 1987; Gottfredson, 1981, 2002), ou seja, com uma predominância das raparigas nos cursos de humanidades e ligados ao ensino, e dos rapazes nas engenharias.

Levando em consideração a frequência maioritária por um ou outro sexo, os vários cursos existentes na Universidade do Minho poderiam, então, ser classificados em «cursos femininos» e «cursos masculinos» (cf. quadro 12), podendo ser considerados neutros (se considerássemos uma oscilação apenas em torno de 5% a favor de um ou outro sexo) os de Economia (52% para o sexo feminino e 49% para o sexo masculino), de Engenharia Biomédica (50% para ambos os sexos) e de Química – Ramo Têxteis (52% para o sexo feminino e 48% para o sexo masculino). Para além destes cursos, apenas os cursos de Ensino de Português-Francês, Ensino de História, Medicina e Informática de Gestão não atingem 70% de alunos de um ou outro sexo.

QUADRO 12. Categorização dos cursos segundo a frequência por sexos

<i>“Cursos femininos”</i>	<i>“Cursos masculinos”</i>
Eng. Têxtil – 100%	Eng. Mecânica – 97%
Ensino de Português/Alemão – 100%	Eng. Electrónica Industrial – 96%
Educação de Infância – 98%	Eng. de Sistemas e Informática – 93%
Línguas Estrangeiras Aplicadas – 95%	Eng. das Comunicações – 89%
Ensino Básico-1º Ciclo – 94%	Física – 77%
Química- Matérias Plásticas – 92%	Eng. Civil – 74%
Física e Química (ensino) – 91%	Matemática e C. Computação – 72%
Biologia e Geologia (ensino)- 91%	História (arqueologia) – 70%
Ensino de Português – 90%	Informática de Gestão - 68%
Educação – 88%	
Ensino de Português/Inglês – 86%	
Comunicação social – 85%	
Psicologia – 82%	
Sociologia – 81%	
Ensino de Matemática – 80%	
Relações Internacionais – 79%	
Direito – 75%	
Eng. Biológica – 73%	
Geologia – 71%	
Ensino de Português/Francês- 67%	
História (ensino)- 65%	
Medicina – 64%	

Para além das características geralmente atribuídas a cursos ou profissões sexualmente tipificados, outros aspectos podem ser salientados tais como uma maior variedade de cursos escolhidos pelo sexo feminino e o seu alargamento para além dos cursos ligados ao ensino ou que envolvam uma relação de ajuda. Esta afirmação merece ser relativizada dada a clara maioria de alunas na nossa amostra, no entanto é de salientar uma maior percentagem de alunas nos cursos de Química (Ramo de Matérias Plásticas), Engenharia Biológica e Engenharia Têxtil, este último com poucas alunas inscritas. Em sentido inverso ao esperado encontra-se o curso de História (Ramo Arqueologia), com uma maior representação masculina. A este propósito parece oportuno referir que em termos de escolhas vocacionais (e de uma forma geral em outras dimensões de desenvolvimento pessoal), o género se apresenta como mais «rígido» para o sexo masculino do que para o sexo feminino. Poder-se-ia dizer que é mais facilmente aceite pela sociedade que uma rapariga enverede por um curso considerado tipicamente feminino do que o inverso para um elemento do sexo masculino (Maccoby, 1980; Shaffer, 1994).

Tendo por base de fundamentação um estudo realizado em 1998 por José Manuel de Oliveira Mendes, que constatou que apenas 8.1% dos rapazes cujos pais eram operários conseguiam obter formação superior contra 19.5% das raparigas, pretendemos verificar até que ponto a origem social do agregado familiar influencia o tipo de cursos escolhidos por ambos os sexos. Para o efeito, consideramos os rapazes e as raparigas cujos pais e mães possuíam maiores habilitações literárias (curso superior ou pós-graduação) e aqueles cujos progenitores possuíam as mais baixas habilitações literárias (sem habilitação literária, 1.º ciclo do ensino básico ou 2.º ciclo do ensino básico). Para maior facilidade de leitura, colocamos lado a lado os rapazes cujo agregado familiar possui as mais altas e mais baixas habilitações académicas (cf. quadro 13), tendo sido utilizado o mesmo processo para o sexo feminino (cf. quadro 14).

QUADRO 13. Distribuição dos rapazes de origem social alta e baixa pelos diferentes cursos

<i>Rapazes com agregado familiar ao nível do ensino superior e pós-graduação</i>		<i>Rapazes com agregado familiar ao nível do 1º e 2º ciclo do ensino básico</i>	
Curso	Frequência Percentagem	Curso	Frequência Percentagem
Eng de Sist. e Informát.	N=35; 17.9%	Engenharia Civil	N=35; 11.5%
Engenharia Civil	N=30; 15.3%	Eng de Sist. e Informát	N=31; 10.2%
Informática de gestão	N=13; 6.6%	Informática de gestão	N=31; 10.2%
Matem. Ciênc Comput	N=12; 6.1%	Eng. Elect. Industrial	N=25; 8.2%
Eng. Elect. Industrial	N=6; 3.1%	Eng. Mecânica	N=21; 6.9%
Psicologia	N=6; 3.1%	Economia	N=15; 4.9%

No caso dos elementos do sexo masculino, tanto nos provenientes de meio sócio-culturais mais favorecidos como nos menos favorecidos, os cursos frequentados são praticamente os mesmos. No caso dos elementos do sexo feminino, as diferenças na escolha do curso tornam-se mais notórias realçando-se no caso das alunas com uma origem social mais desfavorecida uma orientação para cursos socialmente menos valorizados e economicamente menos bem remunerados, embora seja igualmente de considerar que este panorama se pode explicar pelo facto de as raparigas considerarem um leque mais alargado de escolhas do que os elementos do sexo masculino.

QUADRO 14. Distribuição das raparigas de origem social alta e baixa pelos diferentes cursos

<i>Raparigas com agregado familiar ao nível do ensino superior e pós-graduação</i>		<i>Raparigas com agregado familiar ao nível do 1º e 2º ciclo do ensino básico</i>	
	Frequência Porcentagem		Frequência Porcentagem
Psicologia	N=21; 9.9%	Direito	N=34; 6.3%
Direito	N=19; 9.9%	Comunicação social	N=24; 5.4%
Comunicação social	N=11; 5.7%	Educação Infância	N=24; 4.4%
Biologia	N=10; 5.2%	Economia	N=22; 4.1%
Arquitectura	N=9; 4.7%	Língua Est. Aplicada	N=20; 3.7%
		Administração Pública	N=19; 3.5%
		Psicologia	N=19; 3.5%
		Ensino Matemática	N=18; 3.3%
		Ensino Português	N=18; 3.3%
		Ensino Port. e Francês	N=18; 3.3%
		Gestão	N=18; 3.3%
		Educação	N=16; 3.0%
		Engenharia Civil	N=16; 3.0%

Nota de candidatura em função do sexo e origem social

Quanto à nota de candidatura à U.M., verifica-se que a nota mais frequente é de 14 valores (N=112; 6.3%), numa escala de 0 a 20 valores, e a mais elevada é de 19.7 valores.

Analisando as médias de candidatura em função do sexo e da origem social (cf. quadro 15), constatamos que as alunas obtêm sempre, independentemente das diferentes habilitações escolares dos pais, uma média superior à dos seus colegas do sexo oposto com o mesmo nível de habilitação.

QUADRO 15. Nota de candidatura por sexo e habilitações literárias dos pais

Nível de ensino mais elevado dos pais		Sexo		Totais
		Masculino	Feminino	
Até 4 anos de escolaridade	<i>Efectivos</i>	175	305	480
	Média	138.9	144.8	142.7
2º e 3º ciclos	<i>Efectivos</i>	197	311	508
	Média	139.5	146.5	143.7
Secundário	<i>Efectivos</i>	115	136	251
	Média	143.1	149.8	146.7
Superior	<i>Efectivos</i>	164	180	344
	Média	145.6	157.2	151.7
Pós-graduação	<i>Efectivos</i>	32	16	48
	Média	150.4	154.5	151.8
Totais	<i>Efectivos</i>	683	948	1631
	Média	141.9	148.6	145.8

A realização da *test t de student* entre a nota de candidatura e o sexo apresenta como significativa a diferença entre os sexos ($t=-7.459$; $p=.000$), e os valores nas médias (141.95 para o sexo masculino e 148.51 para o sexo feminino) indicam que as notas de candidatura das raparigas superaram as dos rapazes. O quadro 16 comprova que, mesmo discriminando os Conselhos de Cursos, esta diferença se mantém (exceptuando o caso pouco expressivo, só com 3 alunos do sexo masculino, do Conselho de Cursos de Educação Infantil e Básica).

QUADRO 16. Nota de candidatura por sexo e conselho de cursos

Conselho de Cursos		Sexo		Totais
		Masculino	Feminino	
Ciências Naturais	<i>Efectivos</i>	108	181	289
	Média	146.8	154.1	151.4
Ciências Económicas, Empresariais e Políticas	<i>Efectivos</i>	99	205	304
	Média	141.7	146.7	145.1
Ciências Sociais	<i>Efectivos</i>	45	126	171
	Média	139.9	148.2	146.0
Educação Infantil e Básica	<i>Efectivos</i>	3	67	70
	Média	146.3	145.9	145.9
Educação e Psicologia	<i>Efectivos</i>	17	88	105
	Média	154.9	162.3	161.1
Engenharias	<i>Efectivos</i>	400	172	572
	Média	140.6	143.3	141.4
Letras e Ciências Humanas	<i>Efectivos</i>	22	122	144
	Média	136.9	142.5	141.6
Totais	<i>Efectivos</i>	694	964	1655
	Média	142.0	148.5	145.8

No que se refere às habilitações académicas da família foi igualmente realizada uma análise de variância que se revelou significativa ($F=14.366; p<001$) pelo que foram utilizados testes *Scheffé post-hoc* tendo em vista o estudo da direcção das diferenças encontradas. Este teste apontou para diferenças estatisticamente significativas ao nível das notas de candidatura entre: (i) alunos/as provenientes de famílias com o mais baixo nível académico (sem habilitações ou 1.º ciclo) e alunos/as oriundos/as de famílias com o ensino superior ($p<.001$) sendo a direcção da diferença favorável a estes últimos; (ii) alunos/as provenientes de famílias com o mais baixo nível académico e alunos/as originários/as de famílias com pós-graduações, possuindo os/as últimos/as notas de candidatura mais elevadas; (iii) alunos/as cuja família de pertença possuía como habilitação máxima o 2.º ciclo do ensino básico e alunos/as oriundos/as de famílias com o ensino superior ($p<.001$), com vantagem para este segundo grupo; (iv) alunos/as cuja família de pertença possuía como habilitação académica o 2.º ciclo e alunos/as originários/as de famílias com pós-graduações ($p<.05$), com vantagem para os últimos e (v) alunos/as provenientes de famílias com o 3.º ciclo e entre alunos/as cuja família de pertença apresentava um curso superior ($p<.01$), sendo os últimos os que obtiveram notas de candidatura mais elevadas.

Conclusões

De uma forma geral, pode-se considerar que tanto o género como a origem social do agregado familiar assumem bastante relevância na explicação de condições e comportamentos de alunos e alunas que se encontram na Universidade do Minho e, possivelmente, nas demais instituições de Ensino Superior. Tais variáveis comportam diferenças quando consideramos a escolha dos cursos e da Universidade a frequentar, as razões invocadas para as opções tomadas e as notas de candidatura obtidas para ingresso no ensino superior, entre outras. Todos estes aspectos, salientando a diferenciação social dos alunos em termos do acesso ao Ensino Superior, deixam bastantes dúvidas sobre a real concretização do sucesso em todos os estratos sociais (democratização do ensino), pois os dados obtidos demonstram o impacto dos percursos escolares anteriores (notas de candidatura associadas à origem social dos alunos) ao mesmo tempo que se infere dos dados que alunos socialmente distintos tendem a partilhar representações também elas distintas a propósito do prestígio associado aos diversos cursos universitários.

A variável género influi, quer porque se observa uma maior percentagem de elementos do sexo feminino a frequentar a Universidade do Minho, quer porque (devido às médias de candidatura mais elevadas que as do sexo masculino) lhes dá prioridade na escolha deste mesmo estabeleci-

mento de ensino, quer porque nas razões invocadas para a escolha desta Universidade, as alunas assinalam mais significativamente que os rapazes as médias acessíveis e os recursos económicos. Os rapazes, por sua vez, dão preferência à qualidade de ensino, aos amigos, à vida académica e ao sair de casa. Saliente-se, ainda, que a nota de candidatura é significativamente favorável ao sexo feminino, o que parece, de algum modo, entrar em contradição com o motivo acima referido de preferirem esta Universidade pela acessibilidade das médias de acesso.

O género tem também um peso considerável no que toca ao curso escolhido, podendo-se verificar, quando se considera a categoria feminina e masculina como um todo, a manutenção dos estereótipos de género associados aos cursos. As raparigas encontram-se predominantemente distribuídas pelas letras e ensino e os rapazes pelas ciências, engenharias e tecnologias em geral.

Quando cruzamos o género com as habilitações escolares dos pais, relativamente ao curso frequentado, notamos que o grupo feminino se torna menos homogéneo. As raparigas cujos pais apresentam maiores habilitações académicas escolhem cursos menos tipicamente femininos e, conseqüentemente, de maior prestígio. Comparativamente, as raparigas com pais com menores habilitações escolares optam em elevada percentagem, por cursos ligados ao ensino e às letras (sendo a economia, o ensino de matemática, a gestão e a engenharia civil excepções), considerados de menor prestígio e remuneração.

Nos alunos do sexo masculino, tanto pertencentes a agregados familiares com baixas como com elevadas habilitações, existe um padrão idêntico em termos dos tipos de cursos frequentados. A única excepção, digna de nota, é a maior frequência pelos rapazes provenientes dos meios sócio-culturais mais elevados do curso de psicologia, deixando antever a existência nestes meios de uma maior flexibilidade face a imagens de masculinidade dominantes ou hegemónicas (Connell, 1987, 1995, 1996).

O cruzamento do sexo com as habilitações académicas dos pais aponta para outro efeito diferenciador indo de encontro aos resultados de outros estudos (Mendes, 1998). Existe na Universidade do Minho uma maior representação de alunas provenientes de meios sócio-culturais mais desfavorecidos (agregado familiar com menores habilitações escolares). Estes resultados levam a pensar que os rapazes de origens sociais mais desfavorecidas abandonam mais precocemente o sistema escolar, seja porque têm mais dificuldade que as raparigas, da mesma origem social, em obter os níveis de sucesso escolar necessário para entrar no ensino superior, seja porque seguem outros caminhos na entrada na vida activa, que os pode afastar da continuação do percurso escolar.

Relativamente à nota de candidatura, as classificações mais elevadas são obtidas simultaneamente pelas raparigas, como um todo, e de uma

forma geral pelos alunos e alunas cujo agregado familiar apresenta maiores habilitações académicas.

Finalmente, a origem social dos alunos e alunas influi, significativamente, sobre o modo como são percebidas as vantagens da universidade (razões invocadas para a escolha desta Universidade). Os alunos e alunas com uma origem social mais elevada valorizam a qualidade de ensino e a vida académica que a U.M. lhes pode proporcionar, bem como a possibilidade de sair de casa, ou seja, revelam uma maior valorização dos aspectos sociais e culturais da vida académica. Por outro lado, os alunos e alunas provenientes de meios sociais mais desfavorecidos conferem maior significado à proximidade geográfica da Universidade, ao aspecto económico e as médias de acesso acessíveis devido, provavelmente, a contingências económicas associadas à frequência do Ensino Superior.

As condições de acesso ao ensino superior são democráticas. As regras, os requisitos e os procedimentos são públicos, transparentes e, salvaguardados alguns concursos de excepção, são iguais para todos. O facto de as regras, os requisitos e os procedimentos serem «universais» não significa, porém, que todos tenham os mesmos recursos para os interpretar e preencher. Igualdade no acesso não implica igualdade de oportunidades ao acesso. Não há igualdade de oportunidades que resista à desigualdade de condições e de percursos. Se é verdade que as barreiras e as diferenças diminuíram ou se esbateram nas últimas décadas, também não é menos verdade que algumas desigualdades e distinções subsistem, tal como o pudemos comprovar, em várias vertentes, no que ao género e à origem social se refere.

Referências

- ALMEIDA, L. S., VASCONCELOS, R., MACHADO, C., SOARES, A. P. & MORAIS, N. (2002), «Perfil escolar e sócio-demográfico dos candidatos ao Ensino Superior: O caso dos estudantes da Universidade do Minho», in A. S. Pouzada, L. S. Almeida & Vasconcelos, R. M. (Eds.), *Contextos e dinâmicas da vida académica*, Guimarães, Conselho Académico, Universidade do Minho.
- BALSA, C., SIMÕES, J. A., Nunes, P., Carmo, R. & Campos, R. L. (2001), *Perfil dos estudantes do Ensino Superior: Desigualdades e diferenciação*, CEOS, Lisboa Edições Colibri.
- BETZ, N. E. & FITZGERALD, L. F. (1987), *The career psychology of women*, Orlando, Academic Press.
- BETZ, N. E. & HACKETT, G. (1997), «Applications of self-efficacy theory to the career development of women», *Journal of Career Assessment*, 5, pp. 383-402.
- BOURDIEU, P. (1966). «L'école conservatrice: Les inégalités devant l'école et la culture», *Revue Française de Sociologie*, 7 (3), pp. 325-347.

- BOURDIEU, P. & PASSERON, J. C. (1970), *La reproduction: Éléments pour une théorie du système d'enseignement*, Paris, Les Editions de Minuit.
- BRAGA DA CRUZ, M., CRUZEIRO, M. E., RAMOS, A., LEANDRO, E., NUNES, J. S., MATIAS, N., PEDROSO, P., ROBINSON, M. G. & CAVACO, V. (1995), *O desenvolvimento do Ensino Superior em Portugal: Situação e problemas de acesso*, Lisboa, Departamento de Programação e Gestão Financeira, Ministério da Educação.
- CABRITO, B. G. (2001), «Universidade e reprodução social», *Revista de Educação*, X, 2, pp. 25-37.
- CONNELL, R. (1995), *Masculinities*, Sydney: Allen & Unwin.
- CONNELL, R. (1996). «Teaching the boys: New research on masculinity, and gender strategies for schools», *Teachers College Record*, 98, 2, 206-235.
- CONNELL, R. (1987), *Gender and power*. Cambridge: Polity Press.
- DAWSON-THREAT, J. & HUBA, M. E. (1996), «Choice of major and clarity purpose among college seniors as a function of gender, type of major, and sex-role identification», *Journal of College Student Development*, 37, pp. 297-308.
- EURYDICE (2003), *Key data on education in Europe 2002*. Bruxelas, Comissão Europeia.
- GAGO, J. M., AMARAL, J. F., GRÁCIO, S., RODRIGUES, M. J., FERNANDES, L., RUIVO, B., AMBRÓSIO, T., SILVA, C. M., DUARTE, T., TEIXEIRA, M., PROENÇA, L., ALVES, M. G. & LISBOA, M. (1994), *Prospectiva do Ensino Superior em Portugal*, Lisboa, Departamento de Programação e Gestão Financeira, Ministério da Educação.
- GIANAKOS, I. & SUBICH, L. M. (1988), «Student sex and sex role in relation to college major choice», *The Career Development Quarterly*, 36, pp. 259-268.
- GIROUX, H. A. (1994), «Hacia una pedagogia de la política de la diferencia», in H. A. Giroux & R. Flecha (Eds.), *Igualdade educativa y diferencia cultural*, Barcelona, El Roure Editorial.
- GOTTFREDSON, L. S. (1981), «Circumscription and compromise: A developmental theory of occupational aspirations», *Journal of Counseling Psychology*, 28, pp. 545-579.
- LACKLAND, A. C. & DELISI, R. (2001), «Students' choices of college majors that are gender traditional and non-traditional», *Journal of College Student Development*, 42, pp.39-47.
- MACCOBY, E. E. (1980), *Social development: Psychological growth and the parent-child relationship*, New York, Hartcourt Brace Janovitch, Inc.
- McLAREN, P. (1986), *Schooling as a ritual performance*, London, Routledge & Kegan Paul.
- McLAREN, P. (1998), *Life in schools: An introduction to critical pedagogy in the foundations of education*, New York: Longman.
- ME-DGES (1999), *O Ensino Superior em Portugal*, Lisboa, Direcção-Geral do Ensino Superior, Ministério da Educação.
- MENDES, J. M. (1998), «Class structure and intergenerational mobility in Portugal: The importance of gender and skills», in V. Ferreira, T. Tavares & S. Portugal (Eds.), *Shifting bonds, shifting bounds: Women, mobility and citizenship in Europe*. Oeiras, Celta Editora.

- SAAVEDRA, L. (2001), *Vozes de sucesso, vozes (silenciadas) de fracasso: Género e classe social na escola*, Dissertação de Doutoramento, Braga, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.
- SAAVEDRA, L. (2001a), Sucesso/insucesso escolar: A importância do nível sócio-económico e género, *Psicologia*, XV, 1, pp. 67-92.
- SHAFFER, D. R. (1994), *Social and personality development*, Califórnia, Brooks/Cole Publishing Company.
- SOARES, A. P. (2003), *Transição para o Ensino Superior: Construção e validação de um modelo multidimensional de ajustamento de jovens ao contexto universitário*, Dissertação de doutoramento, Braga, Instituto de Educação e Psicologia, Universidade do Minho.

A NAÇÃO NA EUROPA – BREVE DISCUSSÃO SOBRE IDENTIDADE NACIONAL, NACIONALISMO E SUPRANACIONALISMO

RITA RIBEIRO¹

«Como historiadores e antropólogos sabemos que as tradições são inventadas, que as genealogias e as histórias são construídas e manipuladas, que o nacionalismo étnico pode ser imaginado e que as conversões religiosas são comuns: estes processos são os vínculos de uma existência humana dinâmica, contingente e sem destino definido. Mas os actores socializados nestas pretensões (...) tomam como reais estas ligações inscritas nos seus corpos e almas e que servem de bússola das suas vidas. E eu não tenho a certeza de que nós, os intérpretes, sejamos nas nossas vidas alheios a estas estruturas do sentimento e da experiência» (Tambiah, 1996: 142).

RESUMO

O que é (será) a identidade europeia? No futuro, a Europa será nacional(ista) ou supranacional(ista)? Corresponderá ao enfraquecimento do Estado-nação um enfraquecimento das identidades nacionais? Estas são algumas das questões em discussão neste texto, a que procuramos dar resposta no quadro das teorias da nação e do nacionalismo.

Em 1772, nas *Considérations sur le Gouvernement de Pologne*, Jean-Jacques Rousseau afirmava o ser europeu: «Hoje já não há Franceses, Alemães, Espanhóis, até Ingleses, por muito que se diga; há só Europeus»². Mas já no *Project Corse* é muito mais realista e consentâneo com o que os séculos a que abriu caminho tomaram por norma: «A primeira regra que devemos seguir é a do carácter nacional: todo os povos têm, ou devem ter, um carácter; caso não o tenham, devemos começar por dotá-lo de um»³.

¹ Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.

² Citado em Febvre, 1999: 243.

³ Citado em Smith, 1997: 99.

É elucidativa a afirmação final e é o mais possível ao gosto dos teóricos modernistas-instrumentalistas, para quem a nação é um artefacto da modernidade, laboriosamente concebido e executado, inventado e construído, para melhor acomodar as transformações revolucionárias na Europa – da cidadania, do capitalismo, da soberania popular, do racionalismo. Voltemos à primeira afirmação. Embora Rousseau o diga com algum desgosto, é interessante que no terceiro quartel do século XVIII seja dito que na Europa já não se distinguem os povos, que todos são Europeus, que todos são acima de tudo Europeus. Quase 250 anos depois, a contradição que aparentam estas afirmações de um mesmo autor servem-nos para ilustrar o dilema com que se tem debatido a Europa, e por arrastamento o resto do mundo, quando se trata da organização geopolítica do mundo: nação/nacionalismo e a sua superação em formas supranacionais, com altos e baixos, com variantes liberais e marxistas, mas sempre como um imperativo ou um escolho inevitável.

O que pode concluir-se desta «contradição» de Rousseau e do que se desfiou a partir dela? Que ainda não se chegou a conclusão nenhuma. Depois de o século XIX ter assegurado que cada povo é uma nação com território, cultura e história e de na primeira metade do século XX se ter ferozmente defendido cada pedaço de «terra sagrada», cada «gota de sangue ancestral», a partir de 1945 o mundo firma-se em dois blocos geo-político-económicos e acerta-se como princípio a cooperação inter-nações sob o chapéu de organizações como a ONU e a CEE. A nação, porém, sobrevive, agora mais madura, menos temerária, sem os arroubos juvenis auto-destrutivos. O mundo desenha-se, definitivamente, como um mundo de nações, já não apenas das velhas nações da Europa ocidental (e da América), mas por todo o mundo, no rescaldo da descolonização e da importação do modelo ocidental. Mas ao mesmo tempo o mundo transforma-se, numa revolução tranquila. O processo de globalização acelera-se, a compressão do mundo por via dos fluxos financeiros, de comunicação e de cultura vem erguer forças transnacionais que silenciosamente minam a soberania dos Estados-nação. Deste se diz que é agora demasiado pequeno para resolver os grandes problemas e demasiado grande para os pequenos problemas⁴. São inegáveis os sinais de esvaziamento do Estado-nação, muitas vezes impotente diante da globalização e dos localismos. A própria cultura, até aqui essencialmente nacional, tende a desdobrar-se entre os imperialismos culturais da vaga global e as tradições locais e regionais, freneticamente desenterradas e musealizadas como objectos sacros. E quando o mundo inteiro, saído da Guerra Fria, toma consciência da rede de interdependências mundiais e do esbatimento de fronteiras vê-se de novo diante de uma explosão

⁴ Ideia de Daniel Bell, já anteriormente enunciada por Denis de Rougemont, citada em Giddens, 1992: 51.

do nacionalismo e da etnicidade, a várias escalas: desde as (cândidas) reivindicações dos nativos norte e sul-americanos, aos nacionalismos regionais dentro dos Estados-nação europeus (Flandres, Catalunha, País Basco, Norte de Itália, Escócia, País de Gales) e às erupções violentas e etnocidas na região dos Grandes Lagos, na ex-Jugoslávia e na ex-URSS. Paralelamente a esta tendência para a fragmentação nacional assiste-se, desde finais dos anos de 1980, à aceleração e aprofundamento da integração na Comunidade Europeia, com efectiva, ainda que limitada, partilha de soberania entre os seus membros.

Perante este cenário, breve e superficialmente pincelado, sucedem-se as questões: em que estado está o equilíbrio entre as forças globais e as forças locais? Será, no presente, o «mundo de nações» apenas uma fachada para novas formas de organização geopolítica ainda em estado larvar? Corresponderá ao enfraquecimento do Estado-nação um equivalente enfraquecimento da identidade nacional? A nação é um facto com rasto na história ou apenas a reificação de uma ideologia moderna? Poderá o Estado-nação deixar de ser o «princípio de visão e divisão» da organização política e social do mundo, para usar a feliz fórmula de Pierre Bourdieu (1994: 9), e a única instância legítima nas relações internacionais? O que podemos concluir acerca das disparidades que assume o valor da identidade nacional – tenaz e adscritiva nos focos nacionalistas e a sofrer forte concorrência na Europa ocidental, por exemplo? Caminha-se para um estiolamento da cultura nacional? Poderão os blocos continentais aspirar a um novo nacionalismo? Serão as identidades nacionais da Europa substituídas por uma identidade europeia? Com base em que elementos é esta identidade forjável?

Estas são algumas das questões que têm pontuado o debate teórico acerca da nação e do nacionalismo. Não as (re)formulo para pretender responder-lhes, mas apenas para elucidar o ponto da situação e, sobretudo, para abrir caminho à interrogação que norteia este texto – é teoricamente concebível que a construção europeia conduza à debilitação das identidades nacionais europeias? Pode a Europa aspirar a tornar-se uma super-nação?

A discussão destas questões envolve necessariamente as ideias de nação, de identidade, de identidade e cultura nacional, de supranacionalidade, de nacionalismo e de etnicidade. Em nenhum momento, porém, devem ser toldadas pela tentação reificadora; para todas estas noções a análise deve partir de uma concepção dos processos e das práticas. De forma mais clara, e tomando o conceito de nação, sigo o pensamento de Rogers Brubaker (1996: 1-21): 1. a nação é uma categoria da prática e não uma categoria de análise; 2. aceitar a concepção substancialista da nação não é mais do que reproduzir o processo social da reificação; 3. a realidade da nação não é uma emanção essencialista, mas o produto performativo daqueles grupos que conseguem criar o que pressupõem. No pressuposto objectivista da nação como entidade real embarcaram tanto as teorias etnicistas como as teorias

modernistas da nação (que referirei adiante), embora em graus distintos. O que fica dito para a nação serve também, *mutatis mutantis*, para os conceitos acima enunciados.

Depois deste parêntesis, voltemos à questão da possibilidade de subsunção das identidades nacionais numa novel identidade europeia. Em primeiro lugar, um super-Estado europeu centralista não é um cenário plausível. A concretizar-se um projecto europeu de integração política, a União Europeia tomaria, por certo, um modelo federativo de *geometria variável*, com os Estados-nações membros a deslizarem para um estatuto «regional», ao jeito dos estados norte-americanos, dos cantões suíços ou dos *länder* alemães, com as devidas adaptações, ou seja, num cenário de partilha aprofundada das soberanias e de manutenção enquanto unidades culturais e identitárias. Esta hipótese acerca do formato político que a UE poderá assumir ajuda a delimitar o debate sobre a equação «identidades nacionais-identidade europeia». Desde logo se afasta a premissa étnica que sustenta boa parte das reivindicações nacionalistas. Aquilo que para os autores das correntes⁵ etnicista e primordialista é o fulcro da nação – uma comunidade de origem étnica que partilha uma história, uma religião, uma língua, mitos, símbolos e práticas culturais – está ausente da Europa, a menos que queiramos ir tão longe na busca das origens do sangue que cheguemos aos mitos da raça. Todavia, se atenuarmos um pouco esta concepção vamos dar à perspectiva que distingue os casos nacionais entre nações culturais (cf. Hastings, 1997) e nações políticas (cf. Schnapper, 1994). As primeiras estão próximas da noção de comunidade étnica e «natural» e referem-se aos casos em que é o sentimento de pertença cultural (com particular ênfase para a comunidade linguística) que fornece o cimento nacional (na Europa os exemplos clássicos são o da Alemanha e o da Inglaterra, mas pensemos também na Irlanda, na Arménia, no País Basco ou na comunidade judaica). As nações políticas ou cívicas são uma construção racionalista e voluntarista assente numa associação estatal de cidadãos livres, portanto, uma comunidade territorial de direitos civis e valores políticos firmada por um contrato social (o modelo primeiro de nação política é a França moderna, saída da Revolução). Há utilidade analítica nesta distinção e é nítido que cada nação

⁵ Para melhor situar as perspectivas teóricas que vão sendo evocadas ao longo deste texto, fica desde já assinalado que na teoria das nações e dos nacionalismos são correntes fundamentais o modernismo, para quem as nações e os nacionalismos são erupções instrumentais e funcionais da modernidade, e o etnicismo, que mais ou menos tributário do primordialismo, considera que umas e outros relevam de uma história de longa duração, da comunidade étnica e de partilhas culturais profundas. Entre os primeiros são referências incontornáveis Elie Kedourie (1969), Ernest Gellner (1983), Eric Hobsbawm (1990) e Benedict Anderson (1983). Os etnicistas pertencem a uma geração posterior, representada por Anthony D. Smith (1997), Walker Connor (1998), John Armstrong (1982), Adrian Hastings (1997), Liah Greenfeld (1992) e Josep Llobera (2000) e com uma abordagem etnicista mais atenuada Alain Dieckhoff (2001).

particular penderá mais para um formato ou para outro. Mas é inegável que nenhuma nação assume apenas uma das formas: mesmo as nações políticas têm necessidade de um grau mínimo de coesão cultural, sacralizam os seus símbolos e deitam mão da força do Estado para homogeneizarem a língua e o sistema educativo nacional, assim como as nações étnicas, cujas fronteiras estão idealmente no sangue, na linhagem e na cultura, fizeram e fazem quase sempre apelo à formação de um Estado soberano, senão independente.

Posto isto, pode perguntar-se se há disponível na Europa uma base eminentemente cívico-política ou antes uma base eminentemente cultural que sirva de molde à construção e integração europeia. Esta é a questão a que procuraram responder vários autores e as respostas que nos fornecem dependem essencialmente do lugar teórico de onde falam. Assim, o campo teórico dos etnicistas, por considerar que o vínculo identitário nacional é uma função da etnia e que no mundo actual a identidade nacional se sobre põe a todas as outras identificações, apresenta uma argumentação fortemente céptica relativamente ao sucesso de uma Europa superadora dos Estados-nação. Diz Anthony Smith que «É a própria configuração política dos Estados em sistemas regionais mais alargados que ajuda a entrincheirar o poder da nação e a aumentar a chama do nacionalismo por todo o lado. Não é, por conseguinte, em quaisquer alinhamentos ou blocos 'supranacionais' de 'estados-nação' que devemos procurar a causa da anulação das nações ou do nacionalismo; esses agrupamentos inter-estaduais, quer sejam Coligações, Comunidades, ou Organizações, só ajudam a perpetuar, se não mesmo a inflamar, o poder das identidades nacionais e das aspirações nacionalistas» (1997: 206-207). A concretizar-se um projecto de união política, ela só poderia avançar partindo dos princípios do nacionalismo aplicado a uma família de culturas, isto é, um pan-europeísmo análogo ao pan-germanismo, ao pan-eslavismo, ao arabismo, etc. De novo vemos serem apresentados argumentos ligados à comunidade de cultura e de etno-história. O sucesso do projecto europeu só poderá dever-se aos «padrões de cultura europeia» sedimentados por séculos de experiência comum – «Se for criada uma comunidade política europeia que tenha uma ressonância *popular* podemos estar certos de que será fundada com base numa herança cultural europeia comum, por um movimento nacionalista pan-europeu, capaz de forjar memórias, valores, símbolos e mitos comuns a partir desta herança comum, de forma que estes não concorram com as culturas nacionais, ainda poderosas e vigorosas. Apenas desta maneira poderá o pan-nacionalismo criar um novo tipo de identidade colectiva, abarcando, mas não abolindo, as nações individuais» (Smith, 1999: 213). Ora, o que é curioso na cultura e história da Europa é que quase todos os elementos que compõem a sua história, a sua memória a sua experiência comum têm demonstrado igual capacidade de união e de separação. Por exemplo, quando o cristianismo é referido como base ético-religiosa de todos os povos europeus, logo vêem

à memória as guerras religiosas, as expulsões, os massacres e ainda hoje as diferenças nacionais, mesmo de «carácter nacional», são imputáveis às diferentes confissões cristãs. Este mesmo paradoxo encontramos em praticamente todos os traços históricos e culturais que se considera comporem o fundo histórico e cultural da Europa: o racionalismo, a Reforma, o imperialismo, a industrialização e o capitalismo, o nacionalismo, as utopias igualitárias ou a democracia, já para não falar nas remotas guerras inter-Estados. Se o passado europeu está ensombrado por memórias dolorosas e profundas, onde poderemos encontrar os mitos e os símbolos que traduzam a ideia de Europa?

Lucidamente Anthony D. Smith acrescenta que as identidades não são um jogo de soma nula e que é possível que as identidades nacionais e a identidade europeia se acomodem ambas naquilo a que habitualmente se designa de «círculos concêntricos da identidade». Isto quer dizer que os indivíduos podem sentir-se envolvidos em pertenças múltiplas: ser-se português e europeu; basco, espanhol e europeu; sami, finlandês e europeu. Ainda assim o autor está convicto de que, a nível colectivo, a lealdade para com a nação se sobrepõe a todas as outras formas de identificação e que assim será num futuro previsível (Smith, 1999: 212-214). A identidade europeia tem ainda muito caminho para fazer – por séculos, se a quisermos «genuína».

Na mesma linha argumentativa, embora com uma perspetivação teórica menos preocupada com a fundamentação etno-histórica, Alain Dieckhoff vê pouca alma na Europa tal como tem vindo a ser construída – «Partilhar valores cívicos comuns não é o bastante para fundar um vínculo nacional duradouro. É preciso um pouco mais do que esta adesão a princípios políticos abstractos para manter uma sociedade unida. Eis porque o patriotismo constitucional, caro a Jürgen Habermas, nos parece algo escasso» (Dieckhoff, 2001: 262). Isto significa que uma Europa meramente «cívica», «política» e «contratual», isto é, como resultado racional da conjugação de vontades, ponderando interesses e objectivos, é insuficiente porque insuficientemente sólida (e legítima) do ponto de vista da adesão emocional dos seus membros individuais. De forma simplista a questão colocar-se-ia assim: quem morreria pela Europa como milhões morreram pelas suas pátrias nacionais? É verdade que já muitos se auto-sacrificaram por ideais abstractos como a liberdade, a democracia, os direitos, mas as massas dificilmente se levariam ao rubro hoje pela ideia da Europa. Ora a construção europeia tem sido um processo voluntarista, racional e calculista. Se é verdade que grandes e nobres ideais políticos marcaram o seu nascimento, é também verdade que a representação que a maioria dos cidadãos europeus tem da Comunidade/União Europeia é a de um aparelho burocrático gigantesco que controla fundos financeiros «inesgotáveis». Continuando com provocações simplistas: quem, num desafio de futebol, torceria por uma selecção europeia contra a sua selecção nacional? Por quem torcem os

portugueses num jogo entre a Alemanha (melhor, a Grécia, lugar mítico da Europa) e o Brasil?

As duas últimas décadas da Comunidade/União Europeia mostraram, porém, que há da parte dos líderes europeus uma preocupação em fazer da ideia de Europa uma outra coisa. Foi quando a União começou a traduzir-se em símbolos e a estar presente nos espaços públicos nacionais. Falo essencialmente da bandeira, do hino e da moeda europeus mas também de momentos fortemente simbólicos e emotivos (e por isso mesmo extraordinariamente eficazes e poderosos na construção e percepção da realidade) como as mais recentes celebrações das I e II Guerra Mundiais (sobretudo da Segunda) com a participação dos principais países beligerantes em cerimónias conjuntas, lembrando as perdas de todo o povo europeu, independentemente das cerimónias nacionais, que também têm o seu lugar. Poderá a Europa reconstruir, reinventar a sua história, a sua memória, os seus mitos de molde a que os sentimentos de pertença e lealdade nacionais sejam transferidos para a «nação Europa»?

Os modernistas diriam que sim. Consideravelmente diversificados nos processos históricos que elegem para explicar o nacionalismo, estes autores têm em comum a ideia de que a nação e o nacionalismo foram e são variáveis instrumentais manipuladas para consolidar as transformações sociais que se iniciaram na Europa no século XVIII. Para estes autores, a nação é um produto directamente saído dos fornos da modernidade, ideologicamente tributária da etnia e das raízes culturais mas histórica e objectivamente muito para além das peias sanguíneas da comunidade étnica. Dois aspectos distinguem claramente as posições dos autores modernistas das dos etnicistas: enquanto para estes as nações são um produto da continuidade histórica e são seguramente uma realidade pré-moderna (pelo menos desde a era medieval), para os modernistas a nação é um dado recente da história – datada do século XIX, surge às mãos das transformações abruptas para a modernidade, pela passagem da sociedade agrária à sociedade industrial (E. Gellner), pela *explosão* capitalista da imprensa que criou as «comunidades imaginadas» nacionais, uma auto-consciência da população como grupo nacional moldada pela partilha em massa de percepções e interpretações veiculadas numa língua vernácula (B. Anderson) ou pela força do Estado (J. Breuilly). O segundo aspecto consiste no facto de para os etnicistas os grupos nacionais constituírem unidades culturais com realidade histórica, enquanto os autores modernistas assumem claramente que as identidades nacionais foram forjadas, manipuladas, inventadas. Esta tese da invenção é posta assim por Ernest Gellner: «O nacionalismo não é o despertar da auto-consciência das nações. O nacionalismo inventa nações onde elas não existem»⁶. Eric Hobsbawm trilha o mesmo caminho: «Tal

⁶ Gellner (1964: 168) citado em Hutchinson, 1994: 28.

como Gellner, realço os elementos de artefacto, invenção e engenharia social presentes na construção das nações. (...) Em síntese, (...) o nacionalismo vem antes das nações. Não são as nações que engendram os Estados e os nacionalismos, mas exactamente o contrário» (Hobsbawm, 1990:10). Naturalmente, este trabalho de criação e burilamento de tradições e identidades nacionais responde directamente aos interesses que se erguem das revoluções liberal e industrial, isto é, do capitalismo e da sua classe burguesa.

Este posicionamento teórico, segundo o qual só se pode falar de nações e nacionalismos a partir do século XIX, é alvo da crítica de trabalhos mais recentes, que para além de demonstrarem certas incongruências históricas, como o facto de os Estados-nação da Europa terem precedido a massificação do sistema de ensino e a industrialização, perguntam como devem ser interpretadas as «velhas nações contínuas» da Europa (onde se incluem Portugal, França, Inglaterra, Espanha) e mesmo de outros continentes (Smith, 1991; Hutchinson, 1994: 20-24) Outra frente de crítica ataca a proposição modernista de que o nacionalismo é um fenómeno transitório, que tenderá a entrar em declínio com o avanço mundial do capitalismo e de uma cultura global, numa posição semelhante à do marxismo, que viu na nação e no nacionalismo não mais do que um instrumento da dominação burguesa capitalista. Ora neste ponto a realidade do brutal *ressurgimento do nacionalismo* veio negar estas perspectivas, nomeadamente quando se trata de nacionalismos das regiões mais desenvolvidas e ricas; mas no que a isto diz respeito, muito poucos podem vangloriar-se de o ter previsto.

O que há de curioso e promissor nestas abordagens distintas é o facto de serem mais complementares do que opostas e de, conjugadas, nos fornecerem um quadro explicativo bastante completo acerca dos fenómenos em causa. Os modernistas não negam um proto-nacionalismo pré-moderno; os etnicistas reconhecem que a realidade da nação é substancialmente diferente antes e depois do século XIX. Apesar de se referirem à nação como uma invenção da ideologia nacionalista, os modernistas não chegam a afirmar que a nação moderna surge *ex-nihilo* na história; tão-pouco os etnicistas negam o trabalho de escavação (literal, em muitos casos) e revitalização levado a cabo pelas elites intelectuais, sem o qual o sentimento e a consciência de pertença a uma comunidade nacional poderia ter-se diluído por altura das Revoluções políticas e económicas oitocentistas.

É na confluência destes pensamentos que desejo concluir acerca da questão da superação das categorias nacionalistas na Europa. Ao cepticismo daqueles que dizem que a Europa não constitui uma comunidade de cultura e de história que desperte emoções fortes de pertença e de predisposição ao sacrifício, respondem outros que também no Estado-nação estes aspectos não são, de todo, naturais, mas projecções e construções de grupos (elites dirigentes e intelectuais) que de forma activa compuseram uma etno-história, desenterraram e fixaram genealogias, símbolos, mitos, heróis e altares

nacionais e instituíram rituais de exaltações dos valores patrióticos. Será concebível a construção de uma identidade europeia nestes moldes? Não parece muito adequado pensar a construção europeia tendo por base as categorias que orientaram a formação do Estado-nação há dois séculos atrás. O cenário da Europa actual é reconhecidamente diverso. Depois do nacionalismo, nada pode ser pensado como se ele não tivesse existido e, como tal, não é simplesmente possível passar por cima das nações.

Um dos sinais mais claros de que a categoria da nação não é passível de ser (para já) ultrapassada são os «novos» nacionalismos regionais. Os mais ferverosos adeptos do avanço rápido e profundo da integração europeia são os nacionalistas que estão em luta com o Estado-nação (bascos, catalães, flamengos, etc.), precisamente porque uma União Europeia forte eliminaria do seu caminho os Estados nacionais de que não puderam por outras vias desembaraçar-se. Mas o que sobra nas entrelinhas deste «europeísmo»? A nação, a micro-nação, a sub-nação; sempre a comunidade que se imagina satisfeita e realizada quando a sua identidade (regional? nacional?) for reconhecida como autónoma e soberana, eventualmente independente, como é exigência de todos os nacionalismos. Todavia não pode negar-se que a integração europeia tem contribuído para amaciar os nacionalismos, ou não é verdade que portugueses e espanhóis se toleram melhor depois que se «tornaram» europeus, assim como franceses e alemães, ingleses e irlandeses ...?

Depois de 50 anos de construção europeia, ou se pára às portas da unificação política ou as elites e o método de decisão intergovernamental vão dando «pequenos passos» até ao federalismo. Parece razoável dizer que a União Europeia se prepara para ser uma entidade geopolítica supranacional singular na história. Mas poderá falar-se igualmente de supranacionalismo? Estaremos próximos de nos reorganizarmos em identidades pós-nacionais? Três linhas de debate sobre estas questões:

1. como já foi dito, as identidades não são fixas nem exclusivas, antes resultam de construção e negociação constante. Por isso faz todo o sentido falar-se em círculos concêntricos de identidades, sobretudo quando esta metáfora espacial se coaduna tão bem com as identificações territoriais. É um facto que pode ser-se algarvio, português e europeu sem especiais conflitos intra-pessoais. Mas não é apenas disto que estamos a falar. Em primeiro lugar, nunca os europeus foram tão europeus como hoje, e todavia essa identificação não tem feito deles menos nacionais, bem pelo contrário, mesmo se se trata de pertenças potencialmente concorrentes, ou seja, a soma nula não se aplica ao jogo das identidades. Em segundo lugar, as identidades são sempre contextuais no interior da trama concêntrica: se somos portugueses em relação aos espanhóis, cada vez mais somos europeus na relação com outros blocos regionais/continentais do mundo.

2. acerca do processo de globalização, tem sido observado que «a semelhança aguça a diferença» (Dieckhoff, 2001: 22). A intensificação das trocas – comerciais, culturais, de comunicação – não significa, de todo, a homogeneização cultural que se poderia prever. Por um lado, porque as diferenças resistem na reprodução inconsciente de hábitos e práticas⁷; por outro lado, porque há todo um esforço de revitalização, senão mesmo de invenção, dessas diferenças locais, regionais e nacionais. Estamos no domínio do paradoxo: por cada fronteira que se anula, outra se ergue. A globalização parece necessitar do contrapeso do localismo. Quando reconhecemos a vaga da cultura global no que vestimos, comemos, lemos e consumimos, é quando fazemos questão nas diferenciações simbólicas e nas reivindicações identitárias (nacionalistas, étnicas, territoriais, de género, etc.). Seguindo ainda Alain Dieckhoff: «Se é certo que a multiplicação das interações arrasta consigo uma crescente semelhança – e portanto, neste sentido, uma assimilação nacional (...) ou até mesmo supranacional (...) –, ela não contraria de forma alguma as tendências paralelas para a diferenciação. Pensar o contrário equivale a confundir proximidade sócio-cultural e convergência identitária. Ora, a adopção de hábitos, de comportamentos, e de valores semelhantes não é suficiente para fazer emergir uma identidade comum» (2001: 27). Voltando às provocações simplistas, pergunto se consentiríamos todos os desapossamentos de soberania da União Europeia se não tivéssemos nas disputas de futebol inter-nações o espaço onde concentrar a *nationhood*, o patriotismo e as idiosincrasias do «carácter nacional»? (Na verdade, e não só em Portugal, os Campeonatos Europeus de futebol parecem tomar o lugar das celebrações tradicionais da nacionalidade (cf. Coelho, 2001) – as bandeiras e o hino, associamo-los ao futebol e não ao 10 de Junho.)

3. As ideias anteriores conduzem de novo à questão de qual poderá ser o conteúdo, a substância de uma identidade europeia. Vimos que a abordagem teórica a este respeito distingue entre a nação cultural-étnica-orgânica e a nação cívica-política-territorial. Dificilmente a Europa evoluirá para uma super-nação de um cariz ou de outro. Pouco provável é também que a construção europeia se faça sem se envolver em ambas as frentes, a cultural e a política. O «patriotismo constitucional» não é suficiente mas é indispensável e é talvez a este nível que uma consciência europeia é mais nítida. Se houvesse que definir hoje a Europa ela poderia ser referida como uma

⁷ Sobre a reprodução quotidiana do nacionalismo, ver Billig (1995), onde o autor analisa as práticas do «nacionalismo banal», que a tal ponto estão integradas e são socialmente valorizadas que passam despercebidos os seus efeitos ideológicos de reprodução da identidade nacional. São exemplos as bandeiras ondulando nos espaços públicos e institucionais, o hino, os mapas, as cores nacionais, os dias feriados, designadamente o dia nacional, que condensam no ciclo anual a história da nação, entre outros.

comunidade de valores essencialmente políticos: democracia, direitos humanos, liberdades, Estado social e Estado de direito. Quanto mais a Europa se bater por estes valores e for capaz de transpor o seu défice de legitimidade democrática, mais sólida será uma identidade europeia cívica e política. Já quanto a uma identidade de cultura, ela existe certamente a um nível profundo, mais que não seja por séculos de guerras e alianças inter-Estados. Mas este nível não serve para fazer da Europa um cenário pós-nacional. É sensato pensar que o enquadramento territorial e cultural dos Estados-nações continuará a ser a referência identitária dos cidadãos, qualquer que seja o estatuto de soberania destes. É também de prever que a União Europeia acelere o processo de integração cultural⁸, designadamente em três vertentes: a europeização do sistema educativo, a europeização dos *media* e a massificação e ritualização dos seus símbolos. Sem a dimensão de adesão emocional que estes processos activos de europeização da identidade propiciam será pouco provável que possamos falar de um supranacionalismo pan-europeu. Mas também é ingénuo falar da construção simbólica da Europa esquecendo o *arrière fond* que são os Estados-nações, sabendo-se que, em geral, os diversos povos reagiram negativamente ao aprofundamento da integração europeia pós-Maastricht. Sabemos que entrar para a Comunidade ou ver estreitarem-se as suas malhas sobre a nação resultou em quase todos os países em *refundações* reflexivas da identidade nacional ou, pelo menos, em afirmações da singularidade nacional.

Um provérbio chinês diz «o que é o patriotismo, senão a nostalgia da comida que se comeu na infância?»⁹. Sentir fome de pátria é seguramente razão de angústia identitária. Diz-se que o que faz a Europa é cada europeu sentir-se em casa desde Lisboa a Moscovo. A comida não é mesma, mas come-se sempre sem engulhos. Também um nortenho estranha os coentros do Alentejo e ao alentejano fere os olhos o verde do Minho.

⁸ Jean Monnet terá dito que se iniciasse outra vez a Comunidade Europeia começaria pela cultura em vez do carvão e do aço (Joyce, 2002: 121).

⁹ Citado em Joyce, 2002: ix.

Bibliografia

- ANDERSON, Benedict (1983), *Imagined Communities. Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres e Nova Iorque, Verso.
- ARMSTRONG, John (1982), *Nations before Nationalism*, Chapel Hill, University of North Carolina.
- BALAKRISHNAN, Gopal (1996), *Mapping the Nation*, Londres, Verso.
- BILLIG, Michael (1995), *Banal Nationalism*, Londres, SAGE.
- BOURDIEU, Pierre (1994), *Razões Práticas. Sobre a Teoria da Acção*, Oeiras, Celta.
- BRUBAKER, Rogers (1996), *Nationalism Reframed. Nationhood and the National Question in the New Europe*, Cambridge University Press.
- COELHO, João Nuno (2001), *Portugal – A Equipa de Todos Nós. Nacionalismo, Futebol e Media*, Porto, Edições Afrontamento.
- CONNOR, Walker (1998), *Etnonacionalismo*, Madrid, Trama Editorial.
- CORDELIER, Serge (coord.) (1998), *Nações e Nacionalismos*, Lisboa, Publicações Dom Quixote.
- DIECKHOFF, Alain (2001), *A Nação em Todos os seus Estados. As Identidades Nacionais em Movimento*, Lisboa, Instituto Piaget.
- GELLNER, Ernest (1983), *Nation and Nationalism*, Oxford, basil Blackwell.
- GREENFELD, Liah (1992), *Nationalism. Five Roads to Modernity*, Cambridge e Londres, Harvard University Press.
- GIDDENS, Anthony (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta.
- HASTINGS, Adrian (1997), *The Construction of Nationhood. Ethnicity, Religion and Nationalism*, Cambridge University Press.
- HOBBSAWM, E. J. (1990), *Nations and Nationalism since 1780. Programme, Myth, Reality*, Cambridge University Press.
- HUTCHINSON, John (1994), *Modern Nationalism*, Londres, Fontana Press.
- JOYCE, Christopher (2002), *Questions of Identity*, Londres, I. B. Tauris Publishers.
- KEDOURIE, Elie (1960), *Nationalism*, Londres, Hutchinson.
- LLOBERA, Josep R. (2000), *O Deus da Modernidade. O Desenvolvimento do Nacionalismo na Europa Ocidental*, Oeiras, Celta.
- SCHNAPPER, Dominique (1994), *La Communauté des Citoyens. Sur l'Idée Moderne de Nation*, Paris Gallimard.
- SMITH, Anthony D. (1999), *Nações e Nacionalismo numa Era Global*, Oeiras, Celta.
- SMITH, Anthony D. (1997), *A Identidade Nacional*, Lisboa, Gradiva.
- SPENCER, Philip, WOLLMAN, Howard (2002), *Nationalism. A Critical Introduction*, Londres, Sage.
- TAMBIAH, Stanley J. (1996), «The Nation-State in Crisis and the Rise of Ethnonationalism» in Edwin N. Wilmsen, Patrick McAllister, *The Politics of Difference. Ethnic Premises in a World of Power*, Chicago e Londres, The University of Chicago Press.

CONFLITOS INTER-ÉTNICOS LATENTES: UM ESTUDO DE CASO NO CONCELHO DE BARCELOS¹

MANUEL CARLOS SILVA*
MARIA GORETTI PINTO**

RESUMO

A crescente visibilidade social dos grupos étnicos, minoritários, tem suscitado em diversos contextos e locais do país reacções emotivas, cognitivas e comportamentais predominantemente negativas. De maneira aberta ou velada assiste-se a um crescendo de fenómenos de discriminação e racismo. Neste texto os autores propõem-se a um estudo de caso numa pequena amostra por inquérito e em entrevistas no concelho de Barcelos, avaliar e explicar as atitudes e comportamentos de barcelenses «brancos» face a minorias étnicas, projectando-se em diferenciados processos de interconhecimento-evitamento, proximidade-distanciamento, solidariedade-hostilidade para com dois tipos de minorias étnicas: ciganos e africanos-negros. Ora estes processos convocam à problematização do fenómeno da discriminação e do racismo, procurando fazer uma breve síntese de algumas (pseudo)teorias e dar conta da necessidade de articular dois conceitos nucleares – etnia e classe.

No quadro das interacções sociais, os indivíduos, ao mesmo tempo que são condicionados por constrangimentos de várias ordens, resultantes de processos de socialização e das respectivas condições de vida, são também agentes criadores com capacidade de reflexão sobre si e sobre os outros. A análise dos dados recolhidos permite concluir que, de facto, uma parte considerável dos inquiridos denota atitudes preconceituosas e práticas discriminatórias face aos africanos-negros e sobretudo face aos ciganos, embora uma análise mais apurada por classe social e faixa etária nos remete para a necessidade de ponderar as diferenciadas oportunidades de vida, ditadas pelas diferentes condições de vida, níveis de rendimento, habilitações escolares, culturas e mentalidades. Sem preten-

¹ Este texto em co-autoria, cujos dados foram recolhidos e tratados em 2003 por altura da realização do estágio curricular de Goretti Pinto, enquadra-se num projecto de investigação intitulado «*Do racismo e da xenofobia ao multiculturalismo*» (POCTI/SOC/2000), subsidiado pela FCT e sob coordenação primeiro autor.

* Sociólogo, Professor Associado com Agregação, ICS, Universidade do Minho.

** Socióloga, Professora do Ensino Básico.

der uma generalização abusiva, em termos de frequência, verificamos que, enquanto o racismo flagrante parece ocorrer por parte de inquiridos mais velhos, com mais baixos níveis de escolaridade e elevados índices de privação relativa, o racismo velado ou subtil surge mais entre inquiridos mais jovens, com mais elevada escolaridade e situação de classe mais avantajada. As práticas e representações sociais dos inquiridos, sendo reveladoras das suas mundividências, são também co-estruturantes do posicionamento dos respectivos actores sociais.

1. Introdução: o problema

As minorias étnicas são uma presença que perturba e gera polémica, que não passa indiferente, desenhando-se entre elas e a maioria autóctone tensões e linhas de clivagem e servindo não raro como ocasião (*enjeu*) de afirmação e classificação social em termos étnicos e de classe. Neste texto propomo-nos, com base numa pequena amostra de 100 cidadãos/ãs barcelenses inquiridos indagar sobre quais as práticas e representações destes cidadãos/ãs não ciganos sobre as minorias étnicas. Elas estão longe, porém, de suscitar consenso e unanimidade, verificando-se posições divergentes e até opostas, embora predominem, como veremos, atitudes preconceituosas e práticas de discriminação e racismo. Através de lógicas de exclusão do outro, do diferente, participa-se activamente na construção e no enquistamento do endogrupo e do exogrupo, dando lugar a teias de relações perpassadas por estratégias de evitamento, rebaixamento e hostilidade. Sendo este um problema recorrente, trata-se de aferir e verificar se, como e em que medida cidadãos do concelho de Barcelos denotam ou não práticas e atitudes discriminatórias face às minorias étnicas e, em caso afirmativo, quais os factores e/ou mecanismos que permitem compreender e explicar este fenómeno.

Tendo consciência da amostra reduzida, cremos, embora com alguma prudência, poder avançar com uma hipótese de trabalho fecunda, segundo a qual a relação social dos residentes, maioritários, com as minorias étnicas depende não só das variáveis em torno da etnia, mas também da condição económica e do nível de instrução ou capital escolar, variáveis que interferem nos processos e nas vivências de proximidade-distanciamento, solidariedade-hostilidade para com as minorias étnicas.

É, sobretudo, entre os mais e os menos letrados que as discrepâncias se abrem mais fundo. *Grosso modo* poder-se-á dizer *os portugueses em condição económica e instrução escolar avantajada tendem a demonstrar menos atitudes flagrantemente discriminatórias mas denotam um relativo distanciamento e não raro formas latentes e veladas de racismo em relação às minorias étnicas*; em contrapartida, *os portugueses em condição económica e instrução escolar mais desprovida convivem mais de perto com membros de minorias étnicas mas, por razões de concorrência e competitividade nos vários campos*

– social, cultural, educativo, político –, têm representações sociais mais preconceituosas e práticas de discriminação não raro racistas. Ao mesmo tempo são também estes que, por razões de proximidade e homogeneidade de classe, denotam sentimentos de maior proximidade geográfica, interconhecimento e solidariedade para com minorias étnicas, sendo esta última vertente em relação às minorias africanas dos PALOPS já avançada e defendida por Machado (1992).

2. Da diferença ao racismo: breve síntese de abordagens

A diferença, característica presente nas sociedades humanas, torna-se problemática, sempre que se assume e/ou pretende hierarquizar raças e legitimar formas e expressões de racismo. Nesta óptica e até de acordo com um certo senso comum, os seres humanos não podem ser tratados como iguais. A diferença é correntemente considerada, como refere Guillaumin (1995: 152) «o estado definitivo, imutável e essencial dos que estão em posição minoritária numa relação qualquer». Certos (pseudo)teóricos chegam mesmo reclamar a segregação, fazendo da diferença «um direito das maiorias se defenderem da *'miscigenação cultural'*» (Pierucci, 1990: 29). A simples enunciação de diferenças culturais tem amiúde subjacente a ideia de hierarquias culturais ou a distintividade social do endogrupo. Como explicar este fenómeno? Sem pretender agora dar conta e desenvolver as várias teorias, poder-se-ão enumerar e subsumir em quatro conjuntos:

(i) as teorias bio-genéticas que, afirmando a pureza e a hierarquização das raças, sustentam o racismo em factores de ordem bio-genética, legitimando assim a superioridade de umas raças sobre outras (Gobineau, 1940);

(ii) as teorias etológicas e socio-biológicas (Lorenz, 1987), segundo as quais os genes, os caracteres selectivos e/ou os instintos seriam os factores responsáveis dos diferentes comportamentos e qualidades humanas;

(iii) algumas teorias (socio)psicológicas que explicam o preconceito racial e os comportamentos autoritários respectivamente pelo lado emocional inerente a certas predisposições psíquicas e pela interiorização de valores (Dollard, 1937) ou pelas repressões e frustrações no processo de socialização (cf. Adorno *et al.* 1950);

(iv) algumas teorias sociológicas, fortemente diferenciadas entre si: enquanto certas teorias conservadoras apelam a conceitos orgânicos de 'vínculos primordiais', constitutivos de determinada pertença étnica ou cultural e as concepções liberais, orientando-se em função da discriminação nas relações face a face, vêem o racismo resultante da insuficiente adequação jurídico-política, a visão radical e socialista tende a explicar o racismo ora com base nas relações assimétricas de poder e/ou estratificação social (cf. Rex, 1988, Memmi, 1993), ora com base nas relações de produção e dominação capitalistas (cf. Balibar e Wallerstein, 1988).

Na esteira de Bader (1995), diríamos que, se estas últimas posições apresentam maior consistência, elas são ainda insuficientes na medida em que não avançam conceitos específicos nem dão conta de contextos que contribuam para explicar os fenómenos racistas, a saber, o etnocentrismo, o (auto)fechamento de grupo e o diferenciado grau de controlo de recursos entre os diferentes grupos étnicos. Em suma, a compreensão e a explicação dos fenómenos de discriminação e racismo terão que enquadrar e articular os conceitos nucleares de etnia e situação de classe², pois qualquer um deles por si só não explica as tensões e os conflitos interétnicos e intraétnicos.

No quadro das respectivas interações, os indivíduos são condicionados por constrangimentos de vária ordem, resultantes de processos de socialização, em que o *habitus*, como componente mediadora entre o objectivo e o subjectivo, adquire uma importância fulcral. Neste processo os indivíduos são também agentes criadores com capacidade de reflexão sobre si e sobre os outros. Procurar uma explicação das relações interétnicas implica articular a abordagem estrutural com a perspectiva accionalista, a que acresce a dimensão organizacional³. Assim, na análise deste fenómeno, para além do lado estrutural, relevam os aspectos organizativos e interaccionais, na medida em que «são as diferentes formas de interação entre os indivíduos que os levam, frequentemente, a 'construir' subjectivamente, certas diferenças e estas poderão ganhar formas 'objectivas'» (Ferreira, 1995: 326).

As representações sociais dos grupos majoritários são construídas na base de crenças arraigadas e transmitidas no processo de socialização em torno da 'raça' ou da etnia, entendida esta como conjunto de práticas culturais e modos de entender o mundo que distinguem uma dada comunidade das restantes. Os membros dos grupos étnicos minoritários vêem-se culturalmente a si próprios como diferentes e encontram-se, em regra, em posições de forte desvantagem por relação a outros grupos sociais no que concerne ao acesso a diversas oportunidades de vida, sendo notório o «acesso desigual aos lugares diferenciados do mercado de trabalho e ao sistema promocional» (Giddens, 2000: 338), tese de resto já sustentada por Weber (1978) no conceito de fechamento (*social closure*) e desenvolvido por diversos autores tais como Parkin (1979), Rex (1988), Bader e Benschop (1988). Para Bader (1995) é a acumulação de factores de desvantagem, por um lado, nomeadamente de etnia oprimida e subclasse social desprivilegiada e, por outro, de determinada assertividade na sua cultura identitária com os seus

² Dada a impossibilidade de tratar neste pequeno texto a articulação entre etnia e classe, remetemos para os teóricos das classes sociais e para contributos de diversos autores tais como Balibar e Wallerstein (1988), Bader (1995), Silva (2003).

³ Não sendo possível referir e expor os inúmeros autores, clássicos e actuais, que se debruçaram sobre estrutura e acção, constrangimentos e estratégias, remetemos para uma breve síntese (Silva, 1998: 69 ss).

hábitos e estilos de vida específicos que potencia estratégias, geralmente defensivas, face à discriminação de que são alvo, mantendo um certo sentido de solidariedade de grupo e autopercepcionando-se como pessoas «à parte» em relação à maioria. Por regra geral, segundo Giddens (2000: 260), «a experiência de serem objecto de preconceito e discriminação amplifica normalmente sentimentos de lealdade e interesses comuns». Habitam um espaço físico e social relativamente isolado da comunidade mais alargada, tendendo a concentrar-se em subúrbios e periferias das cidades. Denotam práticas endogâmicas, realizando casamentos no seio do próprio grupo, como um mecanismo de defesa do endogrupo por oposição ao exogrupo, como forma de preservação da sua identidade cultural. A este propósito, Breton (s/d: 55) sustenta que «o inconsciente individual é um produto, uma manifestação do inconsciente colectivo». De acordo com o mesmo autor, os membros de uma etnia aperfeiçoam a sua visão do mundo através do filtro da cultura étnica, o que origina a formação de uma espécie de 'personalidade-base', em termos de Linton (1952), ou seja, um conjunto de percepções, sentimentos e valores comuns ao grupo.

A acentuação de estereótipos, normalmente negativos, sobre a comunidade cigana e as comunidades africanas negras salienta a exclusão/rejeição das mesmas por parte da maioria, o que, por sua vez, incita estas comunidades a reforçarem a sua identidade, refugiando-se nela para alimentar um sentimento de pertença e coesão de grupo e para garantir a sua reprodução social⁴, o que, por seu lado, acentua a exclusão a que são sujeitos, funcionando estes mecanismos num sentido circular (Pinto, 1995: 37-51).

Deste modo, as relações sociais podem oscilar entre dois pólos principais: por um lado, o pólo da proximidade, da convivência, da intimidade e da pessoalidade e, por outro, do alheamento, da distância, da indiferença e até mesmo da repulsa. Ao primeiro pólo correspondem espaços socioculturais familiares, íntimos e afectivos, nos quais cada agente interage com os seus próximos e conhecidos; ao segundo pólo correspondem espaços distantes, o que implica, quando não evita, a interacção com o diferente, o desconhecido. Ora, as situações de discriminação e racização são, amiúde, também fruto deste distanciamento em relação ao que é entendido não só como diferente e desigual, mas também como inferior e, eventualmente, 'perigoso'. A categorização, a estigmatização e até a segregação são produzidas de forma naturalizada, sendo susceptível de desembocar, não raro, em fenómenos de exclusão e discriminação sociais.

⁴ Wiewiorka (1993: 181) reconhece aqui a etnicidade na sua plenitude em nome da sua identidade particular da sua experiência como grupo ou da necessidade de assegurar a sua sobrevivência em épocas particularmente difíceis, capaz de apelar à sua memória para presionar a história.

3. Posicionamento face às minorias étnicas

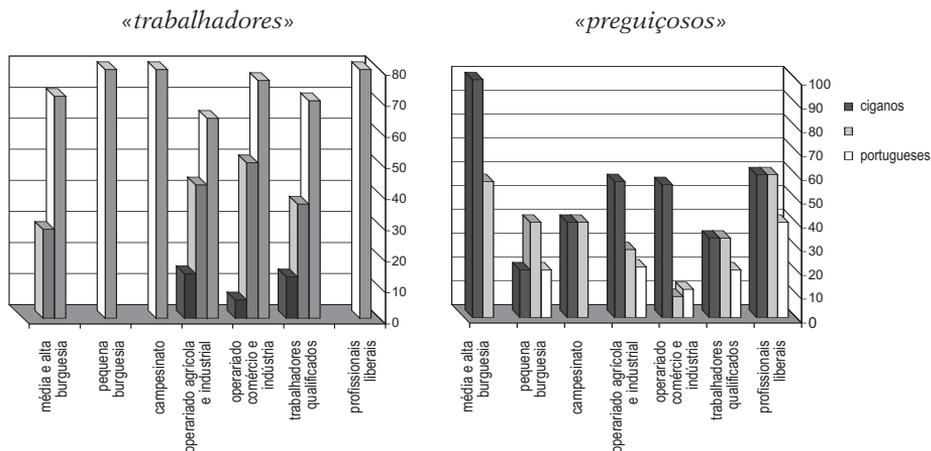
Dos dados de conjunto recolhidos através dos inquéritos e das entrevistas, podemos aferir as diversas percepções e representações sociais desenvolvidas por residentes no concelho de Barcelos acerca das minorias étnicas, bem como as atitudes e práticas discriminatórias que endereçam, revelando, em maior ou menor grau, (pre)conceitos e valorações mais negativas que positivas acerca do outro diferente, traduzidas em aspectos tais como rejeição da intimidade e da descendência mútua, entre outros.

3.1. *Percepções e representações*

No que concerne a apreciação das minorias étnicas, as percepções e os juízos por parte de membros da maioria não são obviamente convergentes. Enquanto algumas questões suscitam um considerável consenso, outras geram respostas divergentes, sendo sintomáticas das clivagens mais ou menos cavadas entre classes/ou categorias profissionais abordadas nesta pesquisa. Se certos juízos de valor são transversais a diversas profissões e, como tal, independentes das mesmas, outros revelam assinaláveis diferenciações.

Os inquiridos tendem, de modo geral e na sua maioria, a subestimar traços positivos e sobrevalorizar traços culturais negativos das minorias, salientando, por exemplo, a preguiça, a desonestidade, a impulsividade, a vingança ou agressividade. Questionados os inquiridos sobre se os ciganos e os africanos negros são (muito)trabalhadores ou preguiçosos, foram obtidas as seguintes respostas por classe social:

Gráfico 1: Capacidade/vontade de trabalhar de membros das minorias étnicas vista por inquiridos da maioria por classe social



Fonte: Inquérito local, Barcelos (ILB), 2003, Projecto POCTI/SOC/2000

A «preguiça» é uma das características atribuídas aos ciganos por membros da burguesia (100,0%) e também maioritariamente aos africanos/negros (57,1%), embora numa percentagem menor que aos ciganos.

No que respeita à capacidade de trabalho ou vontade de trabalhar, a maioria dos inquiridos (63%) não a reconhece aos africanos/negros e, em relação aos ciganos, quase a totalidade dos inquiridos (91%) praticamente a nega. Sendo esta uma característica assinalada por 88% dos inquiridos como positiva num ser humano, os inquiridos, respectivamente em 57,3% quanto aos africanos negros e em 82,3% quanto aos ciganos, atribuem-lhes uma reputação de «muito preguiçosos» ou «razoavelmente preguiçosos», não se observando discrepâncias de pontos de vista de categoria profissional para categoria profissional, com grande homogeneidade de opiniões. Com alguma insistência se ouviu inquiridos a afirmar expressões idênticas ou semelhantes a esta: «*Eles não querem trabalhar! Nunca gostaram de trabalhar na vida. A vida que levam é muito melhor!*», «*Trabalhar para quê?*», «*O cigano é malandro!*».

Se diferenciarmos as opiniões dos inquiridos por classe/grupo social acerca da capacidade de trabalho dos membros das minorias étnicas, são os membros pertencentes a fracções da burguesia que registam elevados índices de juízos negativos (100,0%), mas tal percepção, ainda que em menor medida, é partilhada, em proporções aproximadas, por membros da pequena burguesia, de profissionais liberais, pelo campesinato e ainda por trabalhadores do comércio e serviços (94,1%).

Já, porém, no que respeita aos portugueses, a quase totalidade dos inquiridos atribui a característica de «muito trabalhadores», argumentando: «*A nós ninguém nos dá nada, nem essa coisa do rendimento mínimo nem coisa nenhuma! Isso é só para quem não quer fazer nada como os ciganos, por isso é que eles não precisam de trabalhar. Nós temos de lutar pelo que queremos!*». Estas auto e heteropercepções favorecem o seu endogrupo, de cuja pertença se sentem orgulhosos e agem de forma hostil contra os membros de exogrupos culturais, os quais, no entender do endogrupo, «*pensam, sentem e agem de forma tida por não natural*» (Vala, 1999: 151). A valorização do endogrupo transforma-se em inferiorização do outro e exprime desejo de segregação e discriminação, o que, entendido num quadro de hierarquização de culturas, visa justificar e legitimar as atitudes negativas face às minorias étnicas.

Subjacente a estas cotações fortemente negativas emerge também a tendência por parte de 62.7% dos inquiridos em associar os ciganos ao tráfico de droga⁵ e à venda de material contrafeito, numa base ilegal, o

⁵ É de salientar uma afirmação curiosa proferida por um juiz da comarca de Barcelos quando questionado a este propósito: «*Infelizmente, aqueles que nos aparecem aqui vêm por causa disso. Não sei se é por questões culturais ou por necessidade económica, mas essa é que é*

que explicaria, no entender de grande parte dos inquiridos, as melhores condições económicas usufruídas pelos ciganos. Esta convicção é apenas contrariada por apenas 13,1% dos inquiridos. Por outro lado, os ciganos são amiúde associados à prática de roubos, cuja prática desenvolvem, na opinião de 46.5% de inquiridos, precisamente porque «não querem trabalhar».

Não obstante o empolamento da riqueza dos ciganos, é paradoxal todavia constatar nas respostas dos inquiridos a fácil identificação das minorias étnicas pelas suas condições de vida pobre ou miserável. Uma taxa considerável de inquiridos afirmam que os ciganos «*vivem na miséria, mas gostam de viver assim*» (45,8%) ou que «*vivem pobres porque só fazem os trabalhos de que gostam*» (35,7%).

Quanto aos africanos/negros, os inquiridos dizem tratar-se de grupos caracterizados por uma elevada taxa de actividade resultante, sobretudo, do trabalho por conta doutrem em empresas de construção civil ou em obras públicas e, não raro, em regime de subcontratação. São trabalhadores inseridos em actividades pouco qualificadas, sem contrato nem qualquer vínculo laboral. Seja pela precariedade de trabalho, seja pelos baixos salários, seja ainda pela situação de ilegalidade em que rara ou dificilmente têm acesso ao centro de emprego e aos serviços sociais, os imigrantes africanos, diferentemente dos ciganos, são encarados com alguma pena, solidariedade e compreensão: «*Coitados! Esses trabalham de sol a sol e ainda por cima são capazes de não lhes ser pagas horas de trabalho*». Mais, a maior parte dos inquiridos, independentemente da classe social, acredita que se os imigrantes africanos tivessem oportunidades sociais e económicas mudariam o seu estilo de vida e teriam outras condições de habitabilidade.

Em relação às trajectórias escolares, os filhos das minorias étnicas, pouco familiarizados com a cultura escolar, são amiúde vistos como casos de abandono e insucesso escolar, para cujo desfecho contribui a falta de predisposição e adaptação aos saberes, discursos e valores veiculados ou até impostos pela cultura dominante. A este respeito foram os inquiridos solicitados a explicitar as razões da fraca prestação, do insucesso ou mesmo abandono escolar dos filhos das minorias étnicas. Por exemplo, a visível não frequência da escola por parte dos filhos dos ciganos deve-se ao facto de «*os pais não darem valor à escola*», razão que congrega um maior número de respostas junto dos profissionais liberais (80,0%), trabalhadores qualificados (44,8%) e do campesinato (40,0%). Em contrapartida, 60% dos inquiridos pertencentes à pequena burguesia atribuem essa realidade ao facto de eles «*não conseguirem estar fechados numa sala de aula*».

a verdade! Há aqui acampamentos próximos ... eu sei onde são, ... ali em Barqueiros (freguesia a poente de Barcelos), que a única coisa que lá se faz é traficar droga. Neste momento, quase metade dos que lá viviam estão presos porque foram apreendidos milhares de contos em ouro e muitos quilos de droga.

Ainda relativamente aos ciganos, a falta de escolarização é objecto de acintosa censura por grande parte dos inquiridos: «*Os meninos só vão à escola se lhes pagarem. A Assistente Social vai lá ao acampamento e se eles forem à escola é que têm um subsídio qualquer... o rendimento mínimo! Ora, a nós não nos dão nada!*». Deste modo, é desvalorizada e desacreditada a escolarização porque atribuível apenas aos incentivos e obrigações resultantes da percepção do rendimento mínimo.

Estes aspectos concorrem decisivamente para que o cigano seja apontado como alguém que «*não se comporta de acordo com a nossa sociedade*». Com efeito, grande parte dos inquiridos tende a considerar que os ciganos são incapazes de respeitar a divisão e a hierarquização «legítimas» do mundo social, de «ajustar-se» ou «moldar-se» aos padrões em vigor e regular-se pelo bom senso comum, no respeito pela ordem estabelecida: «*Antes de realojar os ciganos (...) era preciso um pavilhão com instalações sanitárias para eles começarem a ter hábitos de higiene. E depois sensibilizá-los para a importância da escola com a ajuda de técnicos de educação social, por níveis etários*». Neste quadro fortemente preconceituoso não é de estranhar que as normas e valores culturais específicos das minorias étnicas acabem por não ser reconhecidas como legítimas, com particular incidência em relação aos ciganos. Acresce que quase metade dos inquiridos não conhece as tradições e os costumes das minorias étnicas: 43% em relação às dos ciganos e 50% em relação às dos africanos/negros.

As acusações feitas aos indivíduos das minorias étnicas não só se referem à totalidade dos membros do grupo, uma vez que as qualidades de cada um não implicam a isenção aos restantes, como também são ilimitadas no tempo, dado que «*nenhum acontecimento irá alterar as convicções já definidas*» (Memmi, 1993: 79ss). Segundo Liégeois (1989: 140), a linguagem falada é o «*veículo mais utilizado e o mais carregado de estereótipos e é também, por isso mesmo, o mais difícil de modificar, porque cada um está profundamente habituado a elas*». Numa retrospectiva à idade da infância de grande parte dos cidadãos são lembradas e reproduzidas advertências denotativas de certos estereótipos: «*Se não comeres a sopa*» ou «*se não te portares bem, vem um cigano e leva-te*». Narrativas, anedotas e boatos visam votar os membros das minorias, sobretudo da etnia cigana, à marginalização e mesmo ao ostracismo social, cavando e firmando distâncias a fim de, através de estratégias de demarcação e rebaixamento, os denegrir, desacreditar e colocar no «seu lugar».

3.2. *Sociabilidades e práticas sociais: convergências e divergências*

De uma maneira geral, a população inquirida considera-se defensora da tolerância e do respeito pelos outros. No entanto, podemos constatar que a convivência entre o grupo maioritário e as minorias étnicas se resume a

contactos limitados ou até mínimos, quer nos locais de trabalho, quer, quanto aos ciganos, nas feiras ou encontros casuais nas ruas.

Os trabalhadores qualificados (66,7%) e membros da burguesia (57,1%) tendem a gizar estratégias de evitamento, enquanto os trabalhadores assalariados da indústria e serviços (43,8%) revelam «raramente» ou «nunca» ter contactos com ciganos (43,8%) e com africanos-negros (31,9%). Recusando-se terminantemente assumir qualquer insinuação de práticas racistas, repetindo incessantemente «isto não é racismo!» a propósito de contextos de interação, indicam claramente o tipo de respostas que são socialmente aceitáveis, ou quando sentem que a sua autodefinição como sujeitos iguais está em causa, os entrevistados parecem «*servir sobretudo a necessidade de se proteger contra a tomada de consciência das próprias convicções racistas*» (Pettigrew e Meertens, 1995: 127).

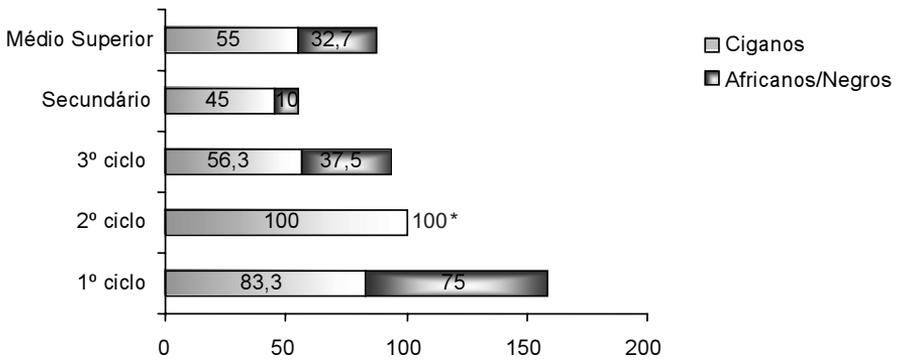
Quando, explicitamente, são solicitados a exprimir a opinião acerca da constituição de turmas específicas para as minorias em Portugal, emerge de forma manifesta o princípio do anti-racismo, que lhes dá aso a ilibar-se de qualquer censura sobre alegadas atitudes e comportamentos hostis para com as comunidades étnicas: «*Os indivíduos rejeitam expressões cruas e flagrantes de hostilidade intergrupala. No entanto, expressam formas indirectas e subtis de racismo que se mostram bons preditores da rejeição de exogrupos*» (Vala, 1999: 25).

Evidencia-se uma dissociação entre a atitude interna e o comportamento explícito dos indivíduos em contexto social. Os mesmos que rejeitam a presença das minorias étnicas no nosso país são também os que não concordam «total» ou «parcialmente» (48,4%) com a integração dos filhos destes em turmas à parte nas escolas.

A simples enunciação ou invocação de diferenças culturais tem subjacente a ideia de hierarquias culturais ou a distintividade e superioridade social do endogrupo que estará na origem do preconceito e preditor de discriminação intergrupala (cf. Vala, 1999: 148). Para medir a diferenciação cultural foi pedido aos inquiridos que avaliassem a diferença entre portugueses não ciganos e as minorias étnicas em diversas dimensões da cultura: educação das crianças, valores transmitidos aos filhos, religião, sexualidade, língua, valores morais, atitudes perante a vida e a morte. Dos resultados obtidos acerca destes *items* (entre 80 a 100%) destila-se um conjunto de pressupostos denotativos de um único conjunto de valores, transversais a membros de diversas classes sociais, o que revela valorização negativa, rejeição e incompreensão das culturas das minorias, as quais são vistas, por medo ou desconhecimento, como uma ‘ameaça’ à suposta homogeneidade social do grupo maioritário.

Um dos sintomas mais relevantes para a percepção de diferenças raciais e diferenças culturais reside nas atitudes, por parte de várias categorias escolares, de rejeição da intimidade sexual e casamento e da descendência mista, subjazendo a tais concepções a atribuição de inferioridade racial e étnica dos ciganos e negros.

Gráfico 2: Índice de rejeição da intimidade sexual e casamento por nível de instrução



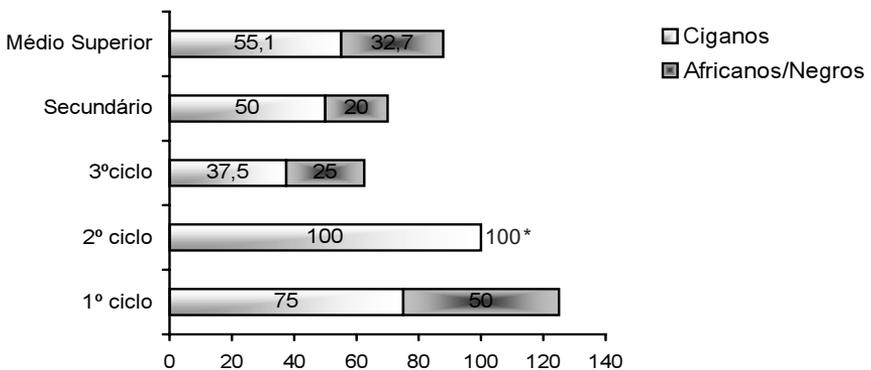
Fonte: ILB, 2003, Projecto POCTI/SOC/2000; * também face aos africanos/negros

A recusa da intimidade cria um hiato entre os grupos, gerador de inevitáveis distâncias, pelo que não se misturam significativamente por casamento (59,0%) e filiação (52%). Esta posição recebe apoio de 85,7% dos que se inserem na burguesia e entre 80 e 100% daqueles que se inserem no grupo dos profissionais liberais e no campesinato.

Em todas as considerações desenvolvidas surge, porém, o nível de instrução como um bom preditor de preconceito e discriminação muito mais do que a classe social de pertença. São os indivíduos com baixos níveis de escolaridade os mais predispostos a rejeitar relações de intimidade com as minorias étnicas, com reforço desta ideia muito mais em relação aos ciganos (entre 75 e 100%) do que aos africanos/negros (entre 50 e 75%).

Em relação aos índices de rejeição de descendência mútua por nível de instrução, obtém-se o seguinte gráfico:

Gráfico 3: Índice de rejeição da descendência mútua por nível de instrução



Fonte: ILB, 2003, Projecto POCTI/SOC/2000; * também face aos africanos/negros

Quanto maior for o grau de proximidade na relação imaginada, maior é a distância criada: «*namorar com a minha filha?!!! Ter relações sexuais com a minha filha? Ai, ai... Nem quero pensar nisso. E com um cigano ainda é pior, que desgraça! Era a morte!*»⁶ Curiosamente, enquanto 41,7% dos inquiridos que completaram o 1.º ciclo se importam ter um cigano como parente próximo, «*desde que não fosse casado comigo ou com os meus*», o facto de o cigano ser cidadão português apenas incomoda 16,7%% daqueles que se inserem na mesma categoria. Quanto aos africanos/negros o registo de rejeição nas respostas é de cerca de 17%.

Em articulação directa com o nível de instrução surge o nível etário. Estamos em condições de afirmar que são os mais velhos, sobretudo entre 60 e 80 anos, os mais assertivos na rejeição de relações de intimidade e descendência mútua, manifestando-se de forma mais flagrante, aberta e agressiva contra a «mistura» de filhos/filhas com membros de minorias étnicas, em especial a cigana. À medida, porém, que decresce a escala etária dos inquiridos, decrescem as manifestações de rejeição da intimidade e descendência mútua. Donde, a faixa etária entre os 20 e 40 anos estabelece uma fractura com o tradicional racismo flagrante, adoptando, contudo, ainda que em menor medida, formas de racismo subtil.

Os inquiridos oscilam, assim, entre manifestações veladas de racismo, que envolvem a negação de atributos negativos a exogrupos, e as manifestações flagrantes, enquanto forma tradicional de racismo que combina a rejeição exogrupal com a atribuição do perigo de «ameaça» do grupo minoritário. A primeira apresenta-se aparentemente como não racista, evitando assim, pelo encobrimento, a censura da norma social que condena as expressões flagrantes de racismo e discriminação intergruppal, legitimando práticas de discriminação e segregação. A segunda, mais tradicional, «*expri-me-se através de crenças sobre a inferioridade das minorias étnicas, a indesejabilidade de mistura de raças e a percepção de que eles constituem uma ameaça*» (Vala, 1999: 46). Aplicada a situações concretas, esta distinção analítica sustentada por Vala (1999) deve contudo ser relativizada porque as diversas formas de discriminação e racismo, sendo todas elas relacionais e não passíveis de ser catalogadas apenas por faixas etárias, níveis de instrução e situação de classe, dependem como refere Bader (1995), da combinação de vários factores entre os quais os acima enunciados no breve enquadramento teórico.

Dos resultados obtidos nesta pequena amostra no concelho de Barcelos se infere, não obstante, que o racismo flagrante parece ocorrer com mais frequência entre inquiridos mais velhos, com mais baixos níveis de escolaridade e elevados índices de privação relativa, enquanto o racismo velado ou subtil surge com maior frequência entre inquiridos mais jovens, com níveis mais elevados de escolaridade e com índices reduzidos ou até nulos de privação relativa, confirmando-se assim as hipóteses avançadas no início.

⁶ indivíduo do sexo masculino, com 73 anos de idade e sete filhas.

4. Etnocentrismo e tensões interétnicas

A interculturalidade só é possível «se cada uma das culturas aprender a conhecer os seus limites inerentes, se auto interprete e dialogue» (Dias et al. 1997: 141), o que não se verifica no presente estudo, onde os considerados «culpados» dos conflitos existentes entre as populações locais e as minorias étnicas são predominante ou exclusivamente atribuíveis a estas últimas.

Quadro 1. Motivos de tensões interétnicas aduzidos pelos inquiridos por classe social

Os portugueses...	média e alta burguesia		pequena burguesia		campe sinato		operariado				trabalha- dores qualificados		profissio- nais liberais	
							agrícola e industrial		comércio e serviços					
	C	N	C	N	C	N	C	N	C	N	C	N	C	N
não discriminam os c+n	-	-	-	-	-	-	7,1	7,1	-	8,8	-	7,1	-	-
não conhecem a cultura dos c+n	-	42,9	50,0	25,0	50,0	20,0	28,6	35,7	23,5	14,7	34,5	28,6	-	40,0
são hospitaleiros mas eles c+n fecham-se na sua cultura	42,9	14,3	25,0	-	-	20,0	21,4	21,4	29,4	29,4	20,7	10,7	40,0	40,0
os c+n não se comportam de acordo com a nossa cultura	42,9	14,3	-	-	25,0	20,0	21,4	14,3	17,6	2,9	17,2	17,9	40,0	20,0
os c+n não se adaptam porque não querem mudar sua cultura	-	14,3	-	-	-	-	7,1	7,1	2,9	5,9	10,3	3,6	-	-
querem mudar a cultura dos c+n	-	-	-	-	25,0	20,0	-	-	2,9	8,8	-	-	20,0	-
não se pode confiar nos c+n	-	-	-	-	-	-	14,3	-	8,8	-	10,3	-	-	-
têm sentimentos de superioridade em relação aos c+n	-	14,3	25,0	50,0	-	20,0	-	7,1	-	17,6	-	14,3	-	-
os c+n não se adaptam porque são menos dotados e pouco instruídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3,6	-	-
os c+n têm outro estilo de vida diferente	14,3	-	-	25,0	-	-	-	7,1	8,8	5,9	6,9	14,3	-	-
os c+n têm uma cultura diferente e não se adaptam	-	-	-	-	-	-	-	-	5,9	5,9	-	-	-	-
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: ILB, 2003, Projecto POCTI/SOC/2000

Legenda: C=ciganos; N=negros/africanos

Para grande parte dos inquiridos, os conflitos têm origem nas minorias étnicas, sobretudo no que se refere aos ciganos, atenuando-se este ponto de vista quanto aos africanos/negros, mas os motivos apontados são convergentes. Esta apreciação depende do nível de instrução, da idade e da classe social: diminui se a escolaridade aumenta e se se transita dos mais velhos para os mais jovens.

Os que assinalam o «sentimento de superioridade dos portugueses», maioritariamente pertencentes à pequena burguesia (50,0% em relação aos africanos e 25,0% em relação aos ciganos) fazem-no não por se sentirem causadores dos conflitos, mas sim porque idealizam o endogrupo, o que, sendo sintomático das relações assimétricas de poder, propicia a discriminação das minorias exogrúpas.

Como medidas sociais para reduzir ou atenuar os alegados conflitos interétnicos, os inquiridos aplaudem medidas pouco comprometedoras que remetem para outros, nomeadamente «*implementar programas de promoção dos africanos/negros*» (38,8%) ou «*dos ciganos*» (28,0%) e «*garantir igualdade de tratamento por parte das autoridades*» (34,7%). Complementarmente apontam o «*ensino da tolerância nas escolas*» (26,7%) com grandes adeptos junto do campesinato (75,0%), da pequena burguesia e profissionais liberais (50,0% respectivamente).

Ainda que de forma residual, surgem apologistas de soluções impositivas, que pressupõem «*obrigar os ciganos e africanos/negros a viverem como os portugueses*» (cerca de 12,0%). E, relativamente à aceitação da ajuda económica às minorias étnicas, sobretudo em relação aos ciganos (8,0%), fazem-na condicionalmente, isto é, «*só se eles passarem a viver como nós, a respeitar-nos, a pagar impostos como os portugueses*». Ou seja, a aceitação da igualdade de direitos para com minorias pressuporia uma «*negação da sua identidade*». Consequentemente, retomando a ideia de Lapeyronnie (1995: 305), a vítima da discriminação e do racismo não pode deixar de inferir que a igualdade «*universal*» pertence, antes de mais, ao «*mundo dos dominantes*».

A resposta de um número considerável de indivíduos que salientam as diferenças culturais entre a população portuguesa e as minorias étnicas só pode ser entendida no quadro de uma concepção que faz das diferenças culturais diferenças problemáticas, contextualmente conflituais. Ora, no desenhar de estratégias para a sua resolução, invocam igualmente diferenças culturais, o que pode legitimar práticas sociais de segregação e discriminação. As diferenças culturais, que não raro têm servido de pretexto para estratégias ora de subalternização ou até afastamento ora de integração controlada, terão de ser respeitadas e percebidas como fonte e componente de enriquecimento cultural recíproco no pressuposto de igualdade de acesso a direitos e recursos de diversa índole. Só assim, como sintetizou Silva (2000: 76) «*é possível, a curto-médio prazo e de modo gradual e progressivo, criar condições favoráveis para combater situações de rotulagem, estigmatização e exclusão sociais e perseguir um objectivo estratégico a médio-longo prazo: a convivência pacífica e a solidariedade entre os diferentes grupos étnicos designadamente entre nacionais e africanos e entre nacionais e ciganos*».

5. Conclusão

A análise dos dados recolhidos permite concluir que, de facto, uma parte considerável dos inquiridos denotam atitudes preconceituosas e práticas discriminatórias face às minorias étnicas sobretudo em relação aos ciganos, embora uma análise mais apurada por classe social e faixa etária

nos remete para a necessidade de ponderar as diferenciadas oportunidades de vida ditadas pelas diferenciadas condições de vida, níveis de rendimento, habilitações escolares, culturas e mentalidades.

As práticas e representações sociais dos barcelenses inquiridos deverão ser correlacionadas com outras variáveis, nomeadamente as acima mencionadas e enquadradas em diversos patamares – estrutural, organizacional e interaccional – incluindo as posições sociais, suas culturas e modos de vida. Sem pretender uma generalização abusiva, em termos de frequência, verificamos que, enquanto o racismo flagrante parece ocorrer por parte de inquiridos mais velhos, com mais baixos níveis de escolaridade e elevados índices de privação relativa, o racismo velado ou subtil surge mais entre inquiridos mais jovens, com mais elevada escolaridade e situação de classe mais avançada. As práticas e representações sociais dos inquiridos, sendo reveladoras das suas mundividências, são também co-estruturantes do posicionamento dos respectivos actores sociais.

Com a predominante visão depreciativa perfilhada por um número elevado de inquiridos resultam dois tipos de movimentos: por um lado, o recuo distanciador por parte de fracções importantes de inquiridos e, por outro, salvo alguns casos de relativa integração e até mobilidade social dalguns membros de minorias, o progressivo fechamento das próprias minorias, podendo desembocar na segregação e formação de ghettos. Esta situação reclama dos cidadãos e dos poderes políticos nacionais e locais por um lado, a necessidade de combater práticas de discriminação e racismo e, por outro promover campanhas pedagógicas de cidadania activa informada e esclarecida, fomentar a educação intercultural no diálogo, no respeito e valorização das diferentes identidades culturais.

Bibliografia

- ADORNO *et al.* (1950), *The Authoritarian Personality*, Nova Iorque: Harper & Brothers.
- BADER, Veit (1995), *Rassismus, Ethnizität, Burgersschaft. Soziologische und Philosophische Überlegungen*, Munster: Westfallisches Dampfboot.
- BADER, Veit e BENSCHOP, Albert (1988), *Ongelijkheden*, Groningen: Wolters-Noordhoff.
- BALIBAR, Etienne e WALLERSTEIN, Immanuel (1988), *Race, nation, classe: Les identités ambiguës*, Paris: La Decouverte.
- BOURDIEU, Pierre (1979), *La Distinction*, Paris: Les Editions de Minuit.
- BRETON, Roland (s/d), *As Etnias*, Porto: Rés-Editora.
- DIAS, Maria do Rosário *et al.* (1997), «Investigação transcultural sobre atitudes face aos imigrantes: estudo piloto em Lisboa», in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 25: 139-153.

- DOLLARD, J. (1937), *Caste and Class in a Southern Town*, New Haven: Yale University Press.
- FERREIRA, J. M. Carvalho et al. (1995), *Sociologia*, Lisboa: McGraw-Hill.
- GIDDENS, A. (2000), *Sociologia*, Lisboa: Gulbenkian.
- GOBINEAU, Arthur de (1940), *Essai sur l'inégalité des races humaines*, Paris: Firmin-Didot.
- GUILLAUMIN, Colette (1995), «A Diferença cultural», in M. WIEVIORKA (org.), *Racismo e modernidade: actas do Colóquio «Três dias sobre o Racismo»*, Venda Nova: Bertrand: 151-153.
- LAPEYRONNIE, Didier (1995), «Pode existir uma política anti-racista?», in M. WIEVIORKA (org.), *Racismo e modernidade: actas do colóquio «Três dias sobre o Racismo»*, Venda Nova: Bertrand: 301-307.
- LIÉGEOIS, Jean Pierre (1989), *Ciganos e Itinerantes*, Lisboa: Santa Casa da Misericórdia.
- LINTON, Ralph (1952) (1947), *The Cultural Background of Personality*, Londres: Routledge & Kegan Paul.
- LORENZ, Konrad (1987), *De constructie van het verleden*. Amsterdam.
- MACHADO, Fernando Luís (1992), «Etnicidade em Portugal – Contrastes e politização», in *Sociologia – Problemas e Práticas*, 12: 123-136.
- MEMMI, Albert (1993), *O Racismo*, Lisboa: Caminho.
- PARKIN, Frank (1979), *Marxism and Class Theory. A Bourgeois Critique*, Nova Iorque: Columbia University Press.
- PETTIGREW, Thomas F., MEERTENS, R. W. (1995), «O Racismo velado: dimensões e medidas», in M. WIEVIORKA (org.), *Racismo e modernidade: actas do colóquio «Três dias sobre o Racismo»*, 111-128, Venda Nova: Bertrand.
- PIERUCCI, A. T. (1990), «Ciladas da diferença», *Tempo Social*, 2 (2), 7-33.
- PINTO, Fátima (1995), «Etnia Cigana – realidade sócio-cultural múltipla e dinâmica», in L. CORTESÃO, F. PINTO (orgs.), *O Povo Cigano: Cidadãos na sombra. Processos explícitos e ocultos de exclusão*, Porto: Edições Afrontamento: 37-51.
- REX, John (1988), *Raça e etnia*, Lisboa: Editorial Estampa.
- SILVA, Manuel Carlos (1998), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal*, Porto: Edições Afrontamento.
- SILVA, Manuel Carlos (2000), «Racismo e Conflito interétnico: Elementos para uma investigação», in *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 56: 61-79.
- SILVA, Manuel Carlos (2003), «Etnia, (sub)classe e exclusão social: o caso dos ciganos no norte de Portugal» in *VI Congresso Europeu de Sociologia*, Murcia: Universidade de Murcia (no prelo).
- VALA, Jorge (1999), *Novos racismos: Perspectivas Comparativas*, Oeiras: Celta Editora.
- WEBER, Max, (1978), *Economy and Society*, editado por G. Roth e C. Wittich, Berkeley e Londres: University of California Press.
- WIEVIORKA, Michel (1993), *Democracia à Prova*, Lisboa: Instituto Piaget.

«PRAZO DE VALIDADE» DAS POLÍTICAS SOCIAIS. NOTAS SOBRE UM DIAGNÓSTICO DA PROTECÇÃO SOCIAL NO CONCELHO DE ESPINHO

CARINA MENESES¹
ANA PAULA MARQUES²

RESUMO

Perante um modelo de protecção social fraco e incapaz de resolver as desigualdades, os problemas e riscos sociais cada vez mais crescentes, o Estado Português acaba por se desresponsabilizar da sua missão de protector e instaura um sistema de pluralismo de bem-estar, assente na partilha de responsabilidades entre Estado e Sociedade Civil em matéria social.

Este artigo apresenta, a par dos pressupostos teóricos em torno da institucionalização do Estado e da Sociedade providência, os resultados empíricos traçados no relatório de estágio intitulado «A Protecção social no concelho de Espinho. Diagnóstico das políticas sociais» realizado por Carina Meneses. Através da análise das entrevistas feitas aos técnicos das diversas instituições do concelho de Espinho é apresentado o papel da sociedade civil na prossecução de fins sociais, servindo, assim, como veículo para a discussão, neste artigo, acerca do papel das políticas sociais em Portugal, a forma como actuam, as suas particularidades e os seus paradoxos.

Introdução

A reflexão que aqui se pretende fazer centra-se nalguns dos resultados obtidos no diagnóstico das políticas sociais do Concelho de Espinho, realizado no âmbito do estágio curricular do curso de Sociologia por Carina Meneses (2004). A pesquisa levada a cabo permite-nos, à luz das actuais políticas sociais, comentar alguns dos paradoxos e desafios que se lhes

¹ Licenciada em Sociologia pela Universidade do Minho.

² Professora Auxiliar do Departamento de Sociologia do ICS – Universidade do Minho (e-mail: amarques@ics.uminho.pt).

reconhecem, tendo presente os contributos empíricos e os «embaraços teórico-metodológicos» (Guerra, 2002) que tendem a configurar esta temática.

De modo a contextualizar este artigo, começamos por sistematizar as principais instituições e respostas sociais existentes no concelho, os serviços e projectos realizados, desde 2001, altura em se realizou o primeiro Diagnóstico Social do concelho de Espinho. Com base numa metodologia centrada, por um lado, na realização de uma ficha de identificação e caracterização de todas as instituições, replicando em certa medida aquele diagnóstico, e, por outro lado, na realização de entrevistas a técnicos envolvidos, foi-nos possível analisar, descrever e avaliar a situação social no concelho de Espinho ao nível da protecção social oferecida (em termos institucionais) e dos problemas sociais existentes.

No seguimento desta exposição, além de se realizar um breve balanço das transformações ocorridas no período em análise³, serão realçados alguns traços que enformam certas lógicas das políticas sociais e estratégias dos actores sociais envolvidos, o que nos permite realçar algumas contradições e paradoxos a esse nível e ensaiar algumas interpretações e explicações possíveis.

Note-se, portanto, que, tal como foi definida a metodologia desta investigação⁴, para cada população-alvo, se reflecte apenas uma instituição e

³ A possibilidade de se realizar um balanço das transformações ocorridas desde que se realizou o Diagnóstico Social do Concelho de Espinho, em 2001, e de o «replicar», em 2004, permitiu uma leitura mais consistente das mudanças em curso. Constitui, também, um contributo heurístico não despidendo para a instituição de acolhimento da estagiária, Rede Social de Espinho.

⁴ No desenho metodológico contemplou-se duas partes essenciais: 1) Entrega e recolha de uma ficha de identificação e caracterização a todas as instituições do concelho de Espinho. Consistiu num levantamento de todas as instituições do concelho de Espinho, levantamento este que foi facilitado pela consulta ao Diagnóstico Social do Concelho de Espinho (2001), elaborado pela Rede Social. Este documento apresentava já a identificação da instituição e a caracterização dos serviços, logo, o passo seguinte incidiu apenas na sua aplicação aos técnicos representantes de cada instituição para procederem à sua actualização, permitindo assim, obter um melhor conhecimento da instituição e dos serviços que dispõem e perceber se houve alguma evolução destes. Esta etapa implicou, necessariamente a deslocação às instituições e a colaboração do técnico responsável. 2) Escolha da amostra e construção dos guiões de entrevista. Depois de um primeiro olhar sobre cada instituição, o próximo passo foi a escolha da amostra. Dada a diversidade de instituições existentes no concelho de Espinho foram definidos dois critérios na escolha da amostra. O primeiro relaciona-se com a população-alvo, ou seja, para cada tipo de população (idosos, crianças e jovens, toxicodependentes e pessoas portadoras de HIV, desempregados/desempregados de longa duração, deficientes, pessoas em situação de dependência, família e comunidade), foi escolhida uma instituição que proporciona um serviço destinado a essa população. O segundo critério incide num conjunto de novas respostas sociais existentes no concelho e que se destinam também ao público-alvo acima referido. Estas novas respostas sociais correspondem a projectos que estão em funcionamento nalgumas instituições e que me suscitaram curiosidade, uma vez que desconhcia os objectivos de alguns deles. Note-se que a escolha das instituições e dos respectivos serviços só foi possível através da análise feita às fichas anteriormente actualizadas.

respectiva valência ou projecto, tornando-se as instituições escolhidas representantes do todo. Naturalmente, no conjunto considerado para novas respostas sociais, encontram-se projectos destinados a uma determinada população-alvo, acabando por evidenciar mais uma resposta para esse público.

1. Problemas sociais, respostas problemáticas

Numa época cada vez mais marcada pela celeridade das transformações económicas, sociais, políticas, demográficas, entre outras, somos confrontados com a crescente visibilidade de problemas sociais que afectam, sobretudo, as camadas mais frágeis da população.

Assistimos, hoje, ao rápido envelhecimento populacional que se repercute no aumento da proporção de idosos, ficando muitos deles em situação de dependência e isolamento social. Por outro lado, verificam-se crescentes mudanças na estrutura familiar, nomeadamente com a entrada da mulher no mercado de trabalho, a institucionalização não só dos idosos, mas também das crianças e jovens. O fenómeno do divórcio (Torres, 1996), por seu turno, implicou o aumento das famílias monoparentais, que acaba por resultar no impedimento do adulto em aceder a outras oportunidades devido às suas responsabilidades familiares. É, também, visível o aparecimento de novos riscos sociais associados à toxicodependência, às pessoas portadoras de HIV, aos sem abrigo, aos jovens com comportamentos de risco, entre outros. A persistente crise económica que atravessa o país trouxe e continua a trazer consequências negativas para as populações, ficando milhares de pessoas desempregadas e numa situação de grande precariedade económica. Com efeito, a taxa de desemprego ascende a 6,4% em 2003, mais 1,3 pontos percentuais do que o observado em 2002 (5,1%) (INE, 2003). O desemprego de longa duração e o emprego precário são cada vez mais evidentes, sobretudo nos jovens, nas mulheres, nos trabalhadores com mais idade e nas pessoas com baixas qualificações.

O fenómeno da globalização contribui igualmente para o aumento e visibilidade das desigualdades sociais e do risco de marginalização e de exclusão para sectores crescentes da população (Hespanha, 2002). Na óptica do autor, está, por isso, a provocar a corrosão das estruturas de coesão interna nas sociedades contemporâneas, contribuindo, assim, para a destruição das solidariedades sociais. Trata-se, por um lado, da progressiva segmentação social, que consiste na descolagem dos segmentos mais débeis dos grupos situados na base e na promoção dos mais fortes situados no topo e, por outro, da individualização da vida social, que se traduz numa desagregação dos modos de constituição das identidades individuais e colectivas, e, conseqüentemente, numa crise do sujeito, num individualismo passivo e independente.

Trata-se, portanto, de várias categorias da população que se encontram cada vez mais expostas à pobreza e à exclusão social. Assim, face à diversidade e complexidade dos problemas sociais, têm sido criadas um conjunto de respostas no sentido de combater tais fenómenos e proporcionar uma boa protecção social aos mais desfavorecidos.

1.1. A institucionalização do Estado-providência em Portugal

Com efeito, por força da Revolução do 25 de Abril de 74, e com o desmantelamento da estrutura corporativa do antigo regime, ocorreram importantes transformações na Segurança Social, passando essencialmente pela cada vez maior abertura dos benefícios à generalidade da população e pelo nascimento do regime não contributivo (Hespanha *et al.*, 2000). Tomaram-se medidas há muito prementes, relacionadas com o sistema de assistência ao desemprego e a criação da pensão social. De carácter estrutural, refiram-se as medidas directamente orientadas para a eliminação da pobreza, tais como, a criação do salário mínimo nacional, de um serviço nacional de saúde, acessível a todos os cidadãos, de novos esquemas de abono familiar, da pensão mínima e da pensão social, e a substituição dos sistemas vigentes de Providência e Assistência, para um sistema integrado de Segurança Social.

Neste contexto, e dado o aparecimento tardio do Estado-Providência em Portugal, o interesse cada vez maior pela sociedade civil na resposta aos problemas sociais revelou-se num modelo de protecção social fraco, designado de «Semi-Estado-Providência», logo incapaz por si só de resolver as desigualdades e os problemas sociais (Santos, 1990, 1993).

Por sua vez, o modelo de «Estado-Providência» assenta num novo tipo de solidariedade, a solidariedade contratual, regulada pela norma e pela administração pública, segundo uma racionalidade burocrática, que permite uma forte presença de grupos sociais e económicos intermediários (patronatos, sindicatos, etc.) nas instâncias de negociação social e económica. Para Santos (1990), o Estado-Providência apresenta-se como uma relação social complexa, parte integrante do modo de regulação fordista, explicável por vários factores que «singularizam» a situação portuguesa face aos outros países europeus.

Em primeiro lugar porque nos países europeus centrais, o «pacto» entre capital e trabalho surgiu através de um processo que engloba a regulação estatal (direito estatal, normalização), a regulação contratual (contrato) e os valores partilhados, comuns a um conjunto de grupos sociais (regulação cultural). Em Portugal este processo foi bloqueado pela hipertrofia da regulação estatal, devido ao regime autoritário que queria tutelar todas as formas de regulação social. Por outro lado, dadas as nacionaliza-

ções de 1975 e a falta de experiência de negociação e organização autónomas do capital e do trabalho, foi impossível concretizar o pacto social.

Em segundo lugar, o objectivo de se equilibrar a acumulação e a legitimação não se concretiza, na medida em que o Estado, logo após a revolução de 1974, se torna fraco e fragmentado, sendo palco de lutas e conflitos sociais.

Em terceiro lugar, as despesas sociais que se desejavam elevadas num Estado-Providência, foram em Portugal, em 1974, as mais baixas da Europa. Apesar de um aumento após a Revolução, e até mesmo a partir dos anos 90, a verdade é que, ainda em 1998, Portugal continuava, segundo dados do INE e Eurostat (2000)⁵, a ser o país europeu com o nível mais baixo de despesas sociais em percentagem do PIB (22,1%). Em 2000, as despesas em protecção social correspondiam a 22,7% do PIB, enquanto a média europeia dos 15 era de 27,3%, sendo que, em 2001, 20% da população portuguesa vivia abaixo do limiar de pobreza (Eurostat, 2001).

Finalmente, ainda seguindo Santos (1993), a segurança social não é ainda concebida como um direito inerente aos cidadãos por parte da administração pública. Predomina a ideia de que esse é um favor concedido pelo Estado, o que faz com que prevaleçam práticas discriminatórias e clientelistas, na medida em que os cidadãos são atendidos conforme o bom ou mau humor do funcionário que os atende, ou consoante consigam ou não mover em seu proveito influências, conhecimentos e favores recíprocos⁶.

Importa salientar, ainda, o facto de Portugal ser um país semiperiférico (Santos, 1985) com características intermédias em transição, o que explica que persistam factores que expõem cada vez mais a já debilitada a economia portuguesa. Com efeito, a presença de características sociais de convergência com a União Europeia (níveis de consumo, aspirações sociais e expectativas de vida) não têm sido acompanhadas pelas transformações económicas e tecnológicas adequadas ao nível da economia portuguesa. Além disso, inúmeras empresas continuam a acumular dívidas à Segurança Social, revelando a ineficácia do sistema de fiscalidade e, em termos institucionais, o Estado ainda se caracteriza pelas insuficientes prestações sociais, fechado numa lógica burocrática e incapaz de consolidar os esforços públicos neste domínio.

⁵ Em 1998, Portugal possuía a maior taxa de população com um rendimento (16%) abaixo de 60% do rendimento médio do país.

⁶ Outros aspectos poderão ainda ser referidos para caracterizar a singularidade do caso português, nomeadamente a situação de ditadura vivida durante quase meio século, que condicionou, de forma crucial, o desenvolvimento das políticas sociais e da filosofia de intervenção por parte do Estado, a par do facto de terem sido criadas no contexto da revolução democrática e da crise económica e social provocada pela crise petrolífera. Por outro lado, o Estado-Providência floresceu, no nosso país, numa altura (2.ª metade da década de 70) em que nos países da Europa Ocidental se faziam sentir os primeiros ataques aos seus pressupostos, ou atravessavam mesmo a sua crise, o que não deixou de ter implicações em Portugal, nas dificuldades de estabelecer um tal sistema, ao mesmo tempo tão tardio e tão frágil.

Com grandes dificuldades, sobretudo financeiras⁷, o Estado apela à poupança individual ou à protecção social privada, ao mesmo tempo que incentiva o capital privado a investir nos sectores públicos, ou apoia, participando, a criação de instituições sem fins lucrativos que fornecem serviços sociais. Perante esta «deficiente consolidação do Estado-Providência em Portugal» (Santos, 1990, 1993; Santos e Ferreira, 2001) outras formas de protecção social emergem para suprir, em parte, o défice de providência estatal na provisão de bem-estar social.

1.2. A institucionalização de «Sociedade-providência»

Com efeito, a instauração de um sistema de pluralismo de bem-estar assente na partilha de responsabilidades entre o Estado e a Sociedade Civil, explica em grande medida o interesse político e científico pelo «Terceiro Sector»⁸ ou Sociedade Civil, caracterizado pelo conjunto de Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) ou outras organizações sem fins lucrativos (cooperativas, paróquias, fundações, associações recreativas, etc.), podendo ser perspectivado como «solução» para os problemas sociais existentes e como resposta à crescente transferência de responsabilidade do Estado na construção de novos instrumentos de provisão de bem-estar social.

Por outro lado, fortalecem-se as solidariedades informais de tipo familiar ou de vizinhança, a que Santos (1993: 46) chama Sociedade-Providência e que define como «redes de relações de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entajuda baseadas em laços de parentesco e de vizinhança, através das quais pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base não mercantil e com uma lógica de reciprocidade». Está, por isso, na base do movimento associativo e da economia social e vai desde as ajudas mútuas entre familiares e vizinhos, os pequenos grupos sociais locais, até redes de organizações não governamentais ligadas ao nível internacional. Todas estas fontes contribuem para o bem-estar e são reforçadas pela persistência da família alargada e coexistência de várias gerações, pela permanência dos filhos em casa ou nas vizinhanças, pelas obrigações de parentesco ou pelas resistências locais à globalização (Ferreira, 2000).

⁷ As alternativas começam a escassear, nomeadamente os fundos comunitários e as privatizações das empresas públicas, que constituem até à data uma importante fonte de receita.

⁸ São organizações que, tradicionalmente, apresentam um considerável número de vantagens face à intervenção dos organismos do Estado: são estruturas de menor dimensão, mais flexíveis, mais próximas e sensíveis às necessidades da população das comunidades que servem. É, portanto, neste contexto que, nas duas últimas décadas, começou a surgir um número considerável de IPSS especializadas na prestação de serviços, geralmente circunscritos ao nível local (bairro, freguesia) e responsáveis por um grande número de equipamentos de protecção social destinados a crianças, jovens, idosos, famílias monoparentais, pedintes, deficientes e incapacitados, famílias, toxicodependentes, sem abrigo e a todas as pessoas pobres ou em situação de risco.

Para Santos (1993), o Estado deixou de ser um produtor de bem-estar e de protecção social, transformando-se numa entidade financiadora do bem-estar produzido pela iniciativa privada, no âmbito do mercado e da solidariedade. Segundo o mesmo autor, o Estado sempre procurou fortalecer os agentes sociais privados de fins não lucrativos (*idem*, 1990: 222) para que estes assumissem uma parte das funções e cargos que lhes cabiam estatutariamente.

Apesar da importante participação e responsabilização destas organizações na protecção social, a questão que se coloca é saber se estas têm capacidades (organizativa, financeira e humana) para assumirem estas responsabilidades, uma vez que estamos perante um modelo de Estado contratualizador, selectivo e autoritário na relação com os actores privados. A base da relação contratual entre o Estado e as organizações da sociedade civil assenta nos chamados «acordos de cooperação», em que o Estado apoia material, técnica e financeiramente as instituições e estas comprometem-se à prestação de serviços no âmbito da Acção Social. Deste modo, a acção das instituições fica, em larga medida, limitada e dependente do Estado, pois, apesar deste lhes confiar as responsabilidades e serem o mecanismo mais adequado para responder aos problemas sociais complexos e exigentes, a verdade é que o papel do Estado e da sociedade civil é assimétrico. Isto é, apesar de incorporar a partilha de responsabilidades, não incorpora a partilha na concepção e decisão das próprias políticas, ficando a sociedade civil à mercê da vontade e das decisões do Estado, não podendo interferir na sua concepção. Por outro lado, o Estado fomenta o sector privado apenas nas áreas e nos moldes daquilo que entende como prioritário. É assim que o Estado revela o seu carácter selectivo e autoritário.

Podemos, então, dizer que talvez o que constitui a maior fragilidade do terceiro sector é o facto da autonomia das IPSS portuguesas ser bastante relativa, na medida em que dependem financeiramente do Estado (através da celebração dos acordos de cooperação) e do seu poder de decisão, bem como das mensalidades pagas pelos utentes. Tudo isto obriga, portanto, as instituições a regerem-se por normas prescritas pelo Estado e a aproximarem-se das suas práticas organizativas, que se caracterizam, entre outros aspectos, por uma grande normatividade. Logo, e de acordo com o estudo de Hespanha (1999), as instituições manifestam uma tendência que vai no sentido da burocratização dos seus serviços, sendo grande a probabilidade de se tornarem uma extensão da burocracia do próprio Estado. As instituições acabam assim por se integrar na lógica de subcontratação dos serviços sociais, típica da retracção do Estado-Providência. Tal como refere Mozzicaffredo (1997: 202) «as relações entre o Estado e as associações e instituições da sociedade civil (...) pautam-se igualmente a maior parte das vezes, por uma forma de relação assistencial, instrumental e de negociação num contexto conjuntural de compensação ou de subsídio».

Quanto ao papel da «sociedade-providência» este começa, também, a ser criticado pela evidência de muitas limitações na actuação e na sua relação com o Estado. Com efeito, para Hespanha *et al.* (2002) está-se perante uma crescente fragilização e fraqueza desta sociedade-providência, fruto da acumulação de riscos e problemas sociais relacionados, muitas vezes, com a insuficiência e inadequação das políticas sociais. Contudo, e para concluir, é esta sociedade-providência que, segundo Santos (1993) faz com que o défice de providência estatal não se manifeste em rupturas sociais e crises políticas graves.

2. Breve balanço das principais respostas e serviços sociais no Concelho de Espinho

Com base na questão inicial: «Até que ponto as respostas sociais existentes no concelho de Espinho, são suficientes e se ajustam aos problemas/necessidades da população?», o balanço que aqui se apresenta, necessariamente breve, expõe, por um lado, a complexidade crescente do tipo de problemas sociais que emergem neste concelho, e, por outro, a insuficiência das repostas de prestação social. Este esforço analítico foi orientado por duas hipóteses de trabalho, a saber: 1) *A protecção social no concelho de Espinho só é suficiente graças ao adequado funcionamento das instituições existentes (em termos de serviços e equipamentos, recursos existentes, etc.), facilitado também pela boa articulação entre todos os serviços (parcerias);* 2) *A protecção social no concelho de Espinho só é suficiente quando reforçada pelas fortes redes de solidariedade primárias (Sociedade-Providência).*

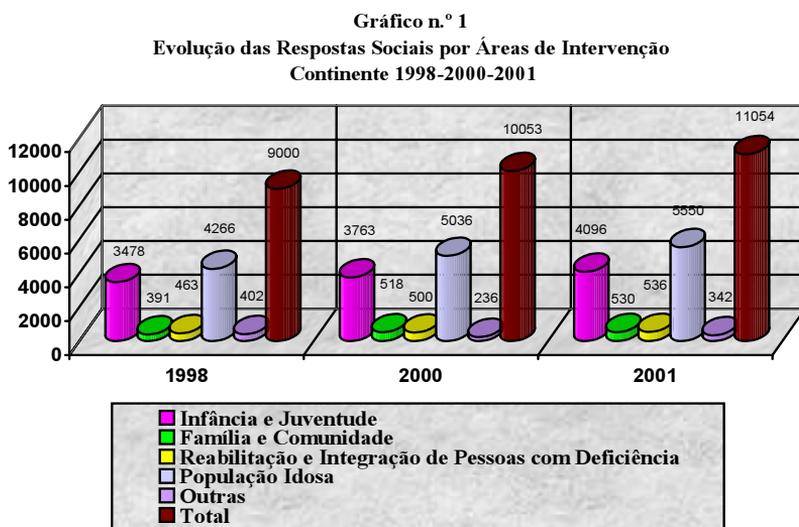
O estudo realizado no concelho de Espinho⁹ sobre a protecção social visou avançar na resposta àquelas hipóteses, sendo crucial ter presente, entre outros, os seguintes objectivos: *i)* fazer um levantamento e caracterização geral de toda a oferta institucional no concelho de Espinho; *ii)* identificar o conjunto de respostas sociais existentes, consoante o público-alvo, principais objectivos e potencialidades, sobretudo dos serviços que integram a nossa amostra; *iii)* caracterizar a população local que recorre aos serviços, o tipo de dificuldades e problemas que apresentam; *iv)* identificar os problemas sociais que começam a emergir no concelho de Espinho e que afectam esta população, para assim se proceder à tipificação de insuficiências ao nível dos serviços e apoios sociais.

⁹ Ao longo do trabalho procede-se, igualmente, ao levantamento das necessidades institucionais no concelho de Espinho, nomeadamente a criação de mais estruturas de protecção social e procurou-se saber, também, a opinião dos técnicos entrevistados, quanto ao papel desempenhado pelo Estado, Poder Local e pelas redes de Solidariedade Primárias na acção/protecção social. Além disso, foram definidos os principais objectivos do programa Rede Social de Espinho, enquanto suporte ao desenvolvimento social local, e o modo como este funcionado no concelho na óptica dos actores entrevistados, também eles parceiros da Rede Social.

2.1. O «mercado social» do Concelho de Espinho

A partir da análise do gráfico n.º 1, que retrata a evolução das respostas sociais para o Portugal Continental, verifica-se que há um aumento do número de respostas sociais em todas as áreas de intervenção. De 1998 para 2001, o número total de respostas sociais cresceu 22,8% sendo as áreas da Infância e Juventude e da População Idosa, as que registaram maior percentagem de crescimento (17,8% e 30,1%, respectivamente).

No que toca às valências criadas e encerradas em Portugal continental, verifica-se, em 2001, a criação de 827 novas respostas sociais e o encerramento de apenas 38, sendo o saldo bastante positivo em termos de criação de respostas sociais.



Fonte: DEPP/MTS, Rede de Serviços e Equipamentos, Carta Social 2001

Relativamente ao concelho de Espinho, as fichas de identificação e caracterização¹⁰ aplicadas a cada instituição dão-nos uma imagem simplificada sobre os mecanismos de protecção social (em termos institucionais) existentes, bem como a diversidade de respostas, serviços e equipamentos

¹⁰ As fichas foram estruturadas contemplando os seguintes campos: Identificação da instituição, actividades desenvolvidas, projectos principais, apoios recebidos (com base nas relações de parceria), recursos disponíveis, públicos ou destinatários das acções e interfaces com o exterior (redes de parceria).

que compõem essas instituições. Nelas encontramos as actividades desenvolvidas pela instituição, os projectos principais, os apoios recebidos, os recursos disponíveis, os públicos ou destinatários das acções e as redes de parceria.

Em termos gerais, o concelho de Espinho é constituído por 13 instituições, a maioria com estatuto de IPSS, sendo a Associação de Socorros Mútuos de S. Francisco de Assis de Anta a mais antiga (1905), seguida da Santa Casa da Misericórdia de Espinho que foi criada em 1937, reflectindo assim as tradicionais formas assistenciais que cresceram primeiramente em Portugal. Verifica-se, igualmente, que a maior parte das instituições surgiram após a revolução de 1974, período em que se assiste a uma profunda reestruturação das políticas de protecção social, mas é, sobretudo a partir da década de 90 que se nota, neste concelho, uma maior dinamização da sociedade civil em torno das necessidades da população, principalmente, da mais carenciada.

À semelhança do que acontece no contexto nacional, são, sobretudo, as respostas destinadas às áreas da «educação» (infância e juventude) e «idosos» que as instituições mais oferecem à comunidade.

Se compararmos os dados actuais com os dados de 2001, apresentados no diagnóstico social do concelho de Espinho, elaborado pela Rede Social, notamos o esforço e preocupação por parte das instituições em melhorar os seus serviços, de forma a garantir uma maior qualidade de vida aos seus utentes. Referimo-nos, por exemplo, o Centro Social e Paroquial de Silvalde que procedeu à remodelação e alargamento da creche e apoio domiciliário; o Centro Social de Paramos, que para além das valências tradicionais, apresenta um vasto leque de projectos, sendo o SMACTE (Serviço Móvel de Atendimento à Comunidade Toxicodependente do Concelho de Espinho), destinado a toxicodependentes e o «Aprender a Escolher», voltado para a prevenção primária da toxicodependência em meio escolar. Além disto, já se encontra em construção o Jardim-de-infância e o Infantário pela Associação de Socorros Mútuos S. Francisco de Assis de Anta, o mesmo se passa na Santa Casa da Misericórdia de Espinho, com a construção da Clínica de Fisioterapia.

No que diz respeito aos serviços de Saúde, encontra-se neste momento a decorrer a primeira fase de obras de ampliação do Hospital e verifica-se ainda nesta instituição a insuficiência de recursos físicos e humanos. A Liga de Amigos do Hospital distrital de Espinho, é uma IPSS, assente no voluntariado e na dádiva de equipamento hospitalar, constituindo assim, uma espécie de suporte/ajuda aos serviços prestados pelo hospital. Apesar da extinção de alguns projectos, neste momento para além do contributo já enunciado, fornece a nutrição entérica artificial aos doentes com necessidades especiais no pós-alta.

A CerciEspinho, entidade voltada, essencialmente, para a população deficiente, apresenta as mesmas valências, verificando-se, no entanto, o aumento do número de utentes em quase todas as valências, bem como o aumento dos recursos humanos.

A Associação Social de Convívio para a Terceira Idade da Junta de Freguesia de Espinho (ex-Centro de Convívio da Terceira Idade da Junta de Freguesia de Espinho) viu o seu nome mudar, em virtude, tal como nos disse o director da instituição na altura da recolha da informação, da gestão da instituição ter passado a ser autónoma, apesar da sua dependência financeira em relação à Junta de Freguesia de Espinho. Esta instituição terá brevemente os recursos físicos reforçados com mais uma sala, cozinha, quarto de banho e uma despensa. Face às necessidades crescentes da população idosa em Espinho, o grande objectivo desta associação é a passagem de Centro de Convívio para Centro de Dia.

A Segurança Social e a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, em consequência da mudança política, também viram o seu nome alterado. A primeira passa a designar-se «Instituto de Solidariedade e Segurança Social; Centro distrital de Solidariedade e Segurança Social de Aveiro (ex-CRSS); Unidade de Protecção Social da Cidadania de Espinho (ex-Núcleo de Acção Social Comunitária de Espinho), enquanto a segunda já com a denominação actualizada, era antes designada «Comissão de Protecção de Menores». De resto, importa salientar que os objectivos de ambas continuam os mesmos.

Em jeito de primeiro balanço, regista-se um aumento das respostas, sobretudo na ampliação das estruturas físicas. Verifica-se, também, que a capacidade de actuação, em termos de respostas inovadoras, é diferente nas diversas instituições, estando umas mais orientadas para as valências tradicionais (Idosos e Crianças e Jovens) e outras voltadas já para a abertura de novos projectos dirigidos a outras camadas fragilizadas da população (toxicodependentes, etc.). Este facto pode estar relacionado com a capacidade e autonomia das instituições, em termos de financiamento, disponibilidade e capacidade de angariação de recursos próprios (Hespanha, 2000).

2.2. Os grupos-alvo da prestação social

A população do concelho de Espinho que recorre ou frequenta os serviços e equipamentos sociais é, de acordo com os depoimentos dos técnicos entrevistados, bastante vulnerável e fragilizada: «(...) *Até porque o concelho de Espinho deve ser (...) dos concelhos onde há mais exclusão social*» (Técnico de Formação Profissional para População Excluída de CerciEspinho).

Um dos problemas sociais que mais caracterizam as crianças e os jovens do concelho de Espinho referem-se a situações de abandono e negligência, sobretudo na faixa dos mais pequenos; jovens que abandonam pre-

cocemente a escola e, conseqüentemente, «(...) estão aí sem fazer nada, às vezes têm realmente, algumas condutas desviantes» (Técnico da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens); insucesso escolar; problemas alimentares; isolamento social, provocado pela falta de amigos; jovens com informação distorcida e confusa acerca de alguns temas; jovens com famílias disfuncionais: pais em divórcio; pais com dificuldade em tomar decisões na educação dos filhos, entre outras situações. Segundo o técnico da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, os problemas mais frequentes estão associados a situações transgeracionais, em que as desigualdades e os problemas sociais se reproduzem continuamente ao longo das gerações: «(...) as pessoas já vêm desde gerações em situação de abandono e de negligência e de mau funcionamento familiar, de má gestão dos recursos, e que a família, portanto, os pais não resolveram» (Técnico da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens).

Se, por um lado, estamos perante um tema clássico em sociologia, a «reprodução das desigualdades sociais», por outro, assistimos a um tema novo, relacionado com as mudanças nas estruturas familiares associadas ao aparecimento de novos riscos e problemas sociais. Referimos a um outro factor bastante comum, sobretudo nesta nova geração e, particularmente visível no concelho de Espinho: o crescimento de crianças na família alargada, em virtude dos pais terem enveredado pela toxicodependência, alcoolismo, etc., com mau funcionamento em termos de organização e desenvolvimento pessoal, sem qualquer planificação do controlo de natalidade.

Um outro tipo de população bastante problemática é a que se refere ao grupo dos idosos. Com elevadas taxas de analfabetismo, falta conhecimentos relativamente ao modo de aceder aos benefícios e serviços sociais que lhes são destinados e reformas baixas, a situação do idoso é, actualmente, bastante complexa. Poder-se-á identificar, na opinião do técnico, três tipos de situações no Concelho: 1) um grupo que está em casa e tem o apoio da família; 2) um grupo que está em casa mas não tem qualquer tipo de apoio (isolamento) e recorrem às instituições para pedir apoios; 3) e um grupo que se encontra institucionalizado.

Com efeito, as principais preocupações dos idosos são com os custos económicos (despesas, principalmente com os medicamentos), a falta de visitas dos familiares (isolamento) e a interiorização de que já não podem, nem conseguem fazer as coisas: «no geral, eles são muito preocupados com as despesas que têm que pagar, principalmente, a nível dos medicamentos (...) Outro problema que nós sentimos, muitas vezes, é o facto dos familiares não os virem visitar. (...) Outro problema é eles capacitarem-se de que já não podem fazer as coisas (...)» (Técnico do Centro Social Paroquial de Silvalde).

A comunidade toxicodependente integra, sobretudo, consumidores entre os 16-45 anos, sendo predominante o sexo masculino. Trata-se de uma população com baixos níveis de escolaridade e, conseqüentemente, com

falta de conhecimento dos seus direitos e serviços a que se devem dirigir. «Segundo os últimos números referenciados pelo CAT feira, existem quatrocentos toxicodependentes aqui no concelho de Espinho» (Técnico da Segurança Social/Ação Social). Muitos são sem abrigo e a maioria arrumadores de carros. O principal problema sentido, pelos toxicodependentes e, principalmente, ex-toxicodependentes, é a dificuldade de integração profissional associada ao facto de ter sido toxicodependente e de não haver estruturas suficientes para os acolher.

A população deficiente caracteriza-se, na sua maioria, por jovens com deficiência mental, com dificuldades de aprendizagem e dificuldades intelectuais ligeiras¹¹. Os principais problemas que afectam o jovem deficiente prendem-se com os seguintes aspectos: dificuldades de adaptação ao local de trabalho; elevadas expectativas em termos de consumo e aquisição de bens; dificuldades de apoio familiar; a resistência em trabalhar com deficientes, sobretudo, por parte de empresários de baixa formação. De acordo com o técnico, há uma grande ligação entre o nível de formação e a resistência: «Quanto mais cultura, quanto mais formação, mais abertura há a este tipo de experiências que até podem, entretanto, dar bom resultado, não é? Se gostarem do trabalho que a pessoa com deficiência está a fazer, por que não contratá-lo? E as pessoas com pouca cultura não arriscam, têm muito medo, jogam muito à defesa (...) têm uma postura de piedade, de coitadinho...» (Técnico de Formação Profissional para Deficientes da CerciEspinho).

Quanto ao grupo-alvo constituído pela população desempregada, onde se inclui os desempregados de longa duração, apresenta-se bastante heterogeneia. O seu perfil etário situa-se entre os 18-55 anos, apresentam baixos níveis de escolaridade ou com pouca ou nenhuma qualificação profissional. Inclui, também, beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido («subsidiodependentes», desmotivados e sem qualquer hábito de trabalho); reclusos e ex-reclusos, toxicodependentes em tratamento e ex-toxicodependentes; pessoas com muitas dificuldades económicas e que se encontram em processo de exclusão social; famílias disfuncionais; situações de alcoolismo e de violência doméstica e licenciados das diversas áreas (com tendência para aumentar).

A resposta para este conjunto de pessoas, internamente tão diferenciado, tem passado pela realização de acções de formação profissional, já que no actual contexto de crise económica, «as pessoas querem, realmente, fazer alguma coisa, e como não encontram emprego porque não há (...) realmente, acabam por vir [fazer formação profissional] porque esta é a última opção» (Técnico, Formação Profissional para População excluídas, CerciEspinho).

¹¹ Esta caracterização refere-se apenas à população deficiente que frequenta formação profissional.

De uma maneira geral e, em jeito de conclusão, assiste-se no concelho de Espinho a um conjunto de pessoas e famílias em situação de precariedade associada a uma gestão económica e doméstica complexa. São famílias com poucos recursos económicos e geralmente apresentam baixos níveis de escolaridade e empregos com vínculos contratuais instáveis. De destacar que esta população apresenta um grande desconhecimento relativamente aos seus direitos e aos serviços ou têm uma visão estereotipada acerca destes, explicando certamente a passividade e resignação que tendem a pautar os seus comportamentos: *«Muita falta de conhecimento. E pior, se calhar há uns anos atrás não tinham conhecimento, agora acho que o têm, mas têm-no de uma forma errada. Têm aquela visão estereotipada dos serviços, o que é ainda mais complicado. (...) Aparentemente, toda a gente tem informação de tudo, mas quando se vai a esmiuçar, é muito estereotipo e se perguntar, a Comissão é para tirar crianças, a Segurança Social é para dar dinheiro... e é assim, o mais básico, o mínimo, quando dentro de cada instituição há um outro sem número de recursos que as pessoas não recorrem»* (Técnico, Centro Comunitário da Ponte D'Anta CerciEspinho).

Neste sentido, muito do trabalho do técnico acaba, muitas vezes, por se resumir ao apoio informativo: *«(...) cerca de 50% dos meus atendimentos, sem exagero, é uma questão de informação. As pessoas não entendem as cartas que recebem em casa, não entendem as cartas das finanças, não entendem as cartas da Segurança Social, não entendem! Aquilo está escrito, também, de uma maneira que até às vezes eu própria me questiono para quem é que eles estão a escrever»*. (Técnico, Centro Comunitário da Ponte D'Anta CerciEspinho). Porém, para este técnico o problema passa também pelos serviços centrais *«(...) quando mandam ofícios ou cartas têm que pensar no português médio, e o português médio olha para aquele decreto lei, barra de não sei quê, e não percebe nada. (...) Eu própria sinto dificuldade»* (Técnico, Centro Comunitário da Ponte D'Anta CerciEspinho).

Um dos problemas que tem vindo a se notar mais é o que poderemos designar de «pobreza escondida», ou seja pessoas com «vergonha de pedir». São, normalmente, pessoas que recorrem aos serviços em último recurso, porque de repente ficaram desempregadas ou doentes, por exemplo. Isto é, estamos perante uma nova forma de pobreza relacionada com os processos de modernização e com as reestruturações económicas e tecnológicas cujos efeitos no sistema produtivo se expressam no crescimento do desemprego e na precariedade do emprego, corroendo as aspirações sociais e as expectativas de vida criadas até então pelas pessoas.

A crescente visibilidade do fenómeno de «pobreza escondida» enquadra-se numa nova dimensão ou realidade associada à pobreza, vista como «uma cultura ou um modo de vida marcado por carências múltiplas e independentes» (Capucha, 1998: 320) geradoras de identidades negativas e de um forte sentimento de vergonha.

Mas a pobreza está, também, marcada pelo fracasso ou pelas insuficiências do modelo de protecção social que se desenvolveu no nosso país, trazendo consequências negativas sobretudo para os mais desprotegidos. Para além disso, a problemática da pobreza em Portugal, apesar de ser considerada uma prioridade nas políticas sociais, não passa de retórica entre os políticos, já que o próprio Estado é incapaz, por si só, como vimos atrás, de intervir, definir e implementar medidas concretas, eficazes e sustentadas no tempo, adequadas à complexidade crescente desta temática.

2.3. Tipificação de problemas/respostas sociais emergentes

Quando interrogados sobre os problemas que, neste momento, começam a emergir e a fazer-se sentir mais no Concelho de Espinho, os técnicos destacam os problemas ao nível das crianças e jovens, nomeadamente: *i*) o abandono, absentismo e insucesso escolar; *ii*) crianças com muitos problemas de aprendizagem; *iii*) Jovens com comportamentos de risco. O desemprego é apontado como o segundo problema mais frequente, pois arrasta muitos outros como, por exemplo, a criminalidade; tendo sido igualmente apontados outros problemas, tais como, a desorganização familiar, o não planeamento familiar, o aumento do consumo e do tráfico de droga. Alguns técnicos chamam a atenção, ainda, para os problemas a nível dos idosos e para o aparecimento, agora mais visível, dos sem-abrigo, pessoas portadoras de HIV, bem como para o crescimento de um grupo de pessoas habituais a pedir e outras que se integram na já referida «pobreza escondida».

Esta diversidade de problemas emergentes, juntamente com as características de uma população carenciada e fragilizada, fazem despoletar a ideia de que, embora as instituições considerem que o seu trabalho se desenvolve dentro do possível, mas que se adequa aos problemas existentes, a verdade é que eles persistem e parecem aumentar cada vez mais. Note-se também que se, inicialmente, as áreas relativas à infância e juventude e à população idosa eram as que detinham mais respostas no concelho, são também as áreas que têm vindo a merecer mais atenção, o que significa que as respostas para estes grupos, mesmo sendo em maior número, não são ainda suficientes. Com efeito, são os próprios técnicos que, de forma unânime, enfatizam essa insuficiência, considerando como áreas mais frágeis as dos idosos e das crianças e jovens: *«Nós aqui em Espinho só temos três lares de idosos e há uma lista de espera enorme de idosos para serem encaminhados em lar, mas também, porque não há uma política ainda muito enraizada, por exemplo, de famílias de acolhimento a idosos. (...) Nós temos algumas famílias de acolhimento a idosos, em que muitas vezes o idoso só para ir para um lar já é uma carga psicológica muito grande e preferem, por exemplo, estar integrados numa família onde fazem mesmo parte, é mais um membro dessa famí-*

lia, e eu gostaria de privilegiar muito mais essas famílias de acolhimento, só que também se prende com as verbas, que não dá para colocar todos os idosos em famílias de acolhimento. Por outro lado, também não há assim tantas famílias disponíveis a acolher um idoso em sua casa porque é um idoso que não conhecem de lado nenhum e que vai fazer parte da sua família... Mas em relação aos idosos, realmente, temos muita falta de vagas em lar. Apoio Domiciliário está mais ou menos coberto e Centro de Dia, aí é que penso que não teremos aqui em Espinho assim uma grande lista de espera» (Técnico, Segurança Social/Ação Social).

Assim, face às fragilidades sentidas, os técnicos entrevistados sugerem algumas estruturas que deveriam ser criadas e, conseqüentemente, dariam uma melhor resposta à comunidade mais carenciada. De forma resumida, o seguinte quadro sintetiza, por públicos-alvo, as respostas sociais a criar no Concelho de Espinho.

Quadro – Síntese: Necessidade de Protecção social – respostas a criar

Públicos - Alvo	Necessidade de Protecção social – respostas a criar
Idosos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Falta de vagas em Lar ▪ Política forte de Famílias de Acolhimento
Crianças e Jovens	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Centro de Acolhimento para Jovens (sobretudo a partir dos 12 anos) ▪ Mais Creches ▪ Dinamização de Actividades e Ocupação dos Tempos Livres ▪ Respostas para o abandono, absentismo e insucesso escolar
Toxicodependentes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Centro de Atendimento a Toxicodependentes (CAT)
Deficientes	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Unidade Residencial
Pessoas em Situação de Dependência	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Unidade de Cuidados Continuados
Sem Abrigo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Centro de Atendimento Temporário
Desempregados	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Serviço mais forte e completo de apoio ao emprego (que trabalhe, por exemplo, a motivação)
Outros	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Serviço de Apoio Psicológico ▪ Respostas/alternativas para famílias com problemas ▪ Apoio às escolas ▪ Maior investimento em técnicos de intervenção local

Fonte: Meneses (2004).

3. Crescente fragmentação do social e crise do Estado social

As reflexões e os comentários expostos nos pontos precedentes, embora de modo breve, permitem-nos identificar algumas das principais insuficiências, contradições e retóricas discursivas dos diferentes actores sociais.

Com efeito, apesar de os técnicos afirmarem que os serviços prestados são de qualidade e de se ajustarem ou, pelo menos, tentarem se ajustar aos problemas da população, a verdade é que as instituições e os respectivos serviços são confrontados com diversas fragilidades que afectam o desempenho do seu trabalho e, conseqüentemente, o bom funcionamento dos serviços. Estas limitações vão desde o envolvimento «frágil» da população nos serviços, às dificuldades em termos de recursos físicos e humanos, nomeadamente a falta de estruturas institucionais, tendo de recorrer, muitas vezes, a instituições de outros concelhos. Na verdade a questão das infra-estruturas – apesar dos investimentos já realizados – persiste crucial na qualidade do desempenho profissional e do tipo de respostas sociais a disponibilizar. De facto a existência de débeis instalações, pequenas e sem recursos materiais, e a falta de recursos humanos, fundamental para o desenvolvimento de um trabalho mais eficaz, permite explicar, por vezes, o «trabalho de bombeiro» realizado pelos técnicos.

No entanto, a principal fragilidade destas instituições que compõem a sociedade civil, é a escassez de verbas, associada à sua dependência financeira em relação ao Estado, acabando por limitar as suas acções, uma vez que têm que se regular pelas regras e decisões impostas pelo Estado. Os técnicos têm a percepção que poderiam resolver os problemas de uma outra forma se tivessem outras infra-estruturas e mais se as decisões estivessem mais descentralizadas (com base em processos menos burocráticos). É reconhecida a vontade das instituições em trabalhar cada vez mais os fenómenos sociais associados aos problemas da população, mas a restrição de intervir no social, por parte do Estado, e, principalmente, a dificuldade em disponibilizar verbas para o efeito, apresenta-se como um «colete-de-forças» para o funcionamento consolidado no tempo das instituições e seus projectos sociais.

Assim, apesar da boa articulação entre os serviços do Concelho de Espinho (parcerias), que constitui um pilar fundamental para o bom funcionamento das instituições, e apesar de reconhecermos o papel imprescindível da sociedade civil, neste caso, das instituições do Concelho na prossecução de fins sociais, que, embora com limitações, parecem constituir a única retaguarda para a população desfavorecida, a verdade é que os problemas persistem cada vez mais, a par das necessidades institucionais. Neste sentido, podemos dizer que a protecção social é ainda insuficiente.

Paralelamente, o Estado continua a desresponsabilizar-se da sua missão de protector e, se se pensa que as solidariedades primárias constituem

um importante reforço à protecção social, essa hipótese parece não se confirmar, pelo menos nesta investigação. Devido às transformações económicas, sociais e familiares, os laços sociais apresentam-se vulneráveis às mais diversas conjunturas: falta de recursos económicos, indisponibilidade devido ao ritmo de vida, falta de confiança uns nos outros (Giddens, 1992, 1994). Todas estas situações têm deteriorado a relação com o «outro», acabando por sobrecarregar ainda mais as instituições, na medida em que as pessoas tendem a delegar cada vez mais a responsabilidade para as instituições. Paradoxalmente, as instituições de solidariedade social estão cada vez mais sozinhas. A fraqueza e os limites da sociedade-providência são, pois bem visíveis.

Com efeito, os próprios serviços de prestação social têm vindo a registar uma evolução das normas em matéria de política social, que têm sido atravessadas pela transformação mais geral da acção do Estado. Uma delas reside na exigência de uma «deshierarquização» da relação centro/periferia, ligado ao aspecto descentralizado das políticas, por um lado, e, por outro, uma «temporalidade» adequada para as diferentes medidas, quer no que diz respeito aos seus grupos-alvo, quer no que diz respeito aos seus objectivos a atingir.

Mas, a transformação mais relevante que ocorre neste contexto consiste no facto de o Estado se estar a afastar cada vez mais do modelo weberiano de «legal-racional» das suas regras de acção, abrindo espaço à autonomia de conduta dos actores institucionais privados. Como se sabe, a dinâmica da actual fase do capitalismo tende a desmontar este edifício do *Welfare State* – que em Portugal paradoxalmente se encontra a cumprir ainda de modo precário alguns dos requisitos de *solidariedade* como, por exemplo, o rendimento mínimo, ao mesmo tempo que abre as portas à flexibilização das relações de emprego – para se reduzirem os «gastos extra-laborais». Para facilitar este objectivo, a ideologia do «Estado mínimo» permite legitimar iniciativas de privatização de empresas públicas do sector produtivo e de serviços públicos de educação, saúde ou segurança social. A lógica quantitativa e produtivista impõe-se como forma de racionalizar os custos.

As empresas privadas são contempladas, por definição axiomática, como automaticamente mais eficientes, produtivas e competitivas do que as empresas públicas. Na prática, o que está em causa é a burocratização, a corrupção e a falta de controlo, alegadamente presentes nas empresas públicas e que poderiam ser eliminadas se houvesse vontade política. E isso tem como objectivo colocar no mercado «livre» produtos e serviços que, postos nas mãos do capital globalizado, deixam de estar sob a alçada do Estado, mas aos quais quase só podem aceder os que possuem os recursos económicos necessários. Este processo tem sido apelidado de «dualização social», com incluídos e excluídos, estáveis e precários, empregados e desempregados, activos e inactivos, jovens e idosos... A quebra de solidariedade entre

estes diferentes grupos, que pode exprimir, em simultâneo, vários daqueles processos de dualização, contribui para a fragmentação social e para a crise do Estado Social.

Parece, pois urgente o reforço das políticas sociais, bem como identificar quais as prioridades do Estado neste âmbito. É preciso que o Estado compreenda que a protecção social é um direito do cidadão e não produto de uma lógica «assistencialista». Consequentemente, parece contraditória a acção do Estado e os objectivos a que se compromete. A ideia de pluralismo de bem-estar até pode ser interessante mas é preciso haver vontade política e um esforço considerável no combate aos fenómenos associados à pobreza e exclusão social. É preciso compreender que o nível de desenvolvimento de um país é, também, medido por este prisma, consequentemente, a imagem do nosso país corre o risco de se tornar cada vez mais fragilizada, associada à pouca protecção social existente, e à prevalência de graves situações de precariedade não só económica, mas, sobretudo social.

Referências bibliográficas

- Bureau Internationale du Travail, *A Luta Contra a Pobreza e a Exclusão Social em Portugal*, Experiências do Programa Nacional de Luta Contra a Pobreza, OIT, Genebra, 2003.
- CAPUCHA, Luís (1998), «Pobreza, exclusão social e marginalidades», in J. M. L. Viegas, A. F. Costa, *Portugal, que modernidade?*, Oeiras, Celta Editora.
- CAPUCHA, Luís *et al.* (2002), «Vulnerabilidades à exclusão social», in *DEPP/MTS, Portugal 1995-2000. Perspectivas de Evolução Social*, Oeiras, Celta Editora, pp. 215-251.
- DELICADO, Ana (2000), «Entre o Estado e o indivíduo – as organizações não governamentais de luta contra a sida», *Actas do IV Congresso de Português de Sociologia*, Coimbra, 17 a 19 de Abril de 2000.
- DEPP (2000), *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos*, Lisboa, DEPP/Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- DEPP (2001), *Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos*, Lisboa, DEPP/Ministério do Trabalho e da Solidariedade.
- FERNANDES, Ana Alexandre (1997), *Velhice e Sociedade*, Oeiras, Celta Editora.
- FERREIRA, Sílvia (2000), «As organizações do terceiro sector na reforma da Segurança Social», *Actas do IV Congresso Português de Sociologia*, Coimbra, 17 a 19 de Abril de 2000.
- GIDDENS, A. (1992), *As Consequências da Modernidade*, Oeiras, Celta Editora.
- GIDDENS, A. (1994), *Modernidade e Identidade Pessoal*, Oeiras, Celta Editora.
- GUERRA, I. (2001), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção*, Lisboa, Principia.
- GUERRA, I. (2002), «Cidadania, exclusões e solidariedades. Paradoxos e sentidos das ‘novas políticas sociais’», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 63, Outubro, pp. 47-74.

- HESPAHNA, Pedro (1999), «Em torno do papel providencial da sociedade civil portuguesa», in *Cadernos de Política Social. Redes e Políticas de Solidariedade, Globalização e Política Social*, n.º 1, pp. 13-42.
- HESPAHNA, Pedro *et al.* (2000), *Entre o Estado e o Mercado: As fragilidades das instituições de protecção social em Portugal*, Coimbra, Quarteto Editora.
- HESPAHNA, Pedro (2002), «Individualização, fragmentação e risco social nas sociedades globalizadas», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 63, pp. 21-31.
- HESPAHNA, Pedro, CARAPINHEIRO, Graça, (org.) (2002), *Risco Social e incerteza: pode o estado social recuar mais?*, Porto: Edições Afrontamento.
- MENESES, C. (2004), *A protecção no Concelho de Espinho. Diagnóstico das Políticas Sociais*, Relatório de Estágio do Curso de Sociologia, Braga, Universidade do Minho (policopiado).
- MOZZICAFREDO, Juan (1997), *O Estado de Providência e a Cidadania em Portugal*, Oeiras: Celta Editora.
- PIRES, Paula (2001) *Desenvolvimento e Inclusão Social: Diagnóstico Social do Concelho de Espinho*, Projecto Piloto da Rede Social do Concelho de Espinho.
- POIRIER, Jean *et al.*, (1999), *Histórias de Vida*, Oeiras, Celta Editora.
- RUIVO, Fernando (2000), *Poder Local e Exclusão Social*, Coimbra, Quarteto Editora.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1985), «Estado e sociedade na semiperiferia do sistema mundial: o caso português», *Análise Social*, vol. XXI (87-88.89), pp. 869-901.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (com a colaboração de Pedro Hespanha) (1987), «O Estado, a sociedade e as políticas sociais: O caso das políticas de saúde», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 23, pp. 13-74
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*, Porto, Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1993), «O Estado, as relações salariais e o bem-estar na semiperiferia: o caso português», in B. S. Santos (org.) *Portugal, um retrato singular*, Porto, Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento.
- SANTOS, B. De Sousa (2000), *O Estado-Providência em Portugal: Entre Globalizações Conflituantes*. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.
- SANTOS, B. S. e FERREIRA, Sílvia (2002), «A reforma do Estado-Providência entre globalizações conflituantes», in Hespanha e Carapinheiro, (orgs.), pp. 177-225.
- SILVA, M. Carlos (1997), *Resistir e Adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste do Portugal*, Porto, Edições Afrontamento.
- SILVA, M. Carlos (2000), «Estilos de vida numa visão multidimensional de classe», *Cadernos de Noroeste*, Série Sociologia e Cultura, Universidade do Minho, ICS, pp. 7-50.
- SILVEIRA, Rosália *et al.* (2002), «Rede de Serviços e Equipamentos Sociais», in *DEPP/MTS, Portugal 1995-2000. Perspectivas de Evolução Social*, Oeiras, Celta Editora, pp. 253-277.
- TORRES, Anália (1996), *Divórcio em Portugal, Ditos e Interditos*, Oeiras, Celta Editora.

AS PRAXES ACADÉMICAS DE COIMBRA UMA INTERPELAÇÃO HISTÓRICO-ANTROPOLÓGICA

ANTÓNIO MANUEL NUNES¹

RESUMO

Que leituras para as «praxes estudantis» produzidas na Universidade de Coimbra? Fenómeno «militarista», «medieval», «reaccionário», «fascista», como pretenderam as leituras militantes ligadas à herança do iluminismo e das esquerdas? «Essência» do ser-se estudante, como propuseram as direitas e os tradicionalistas não alinhados politicamente? Ou talvez outra coisa, com os seus praticantes a reivindicar uma necessidade/utilidade capaz de sobreviver aos diversos regimes políticos e ideologias?

Até à década de 1970 os etnólogos portugueses passaram completamente ao lado da cultura tradicional estudantil². Nenhum estudo, nenhuma recolha, nenhuma curiosidade. Alguns deles, como Teófilo Braga, longe de compreenderem a Praxe, foram dela violentos detractores³.

¹ Professor de História e História da Arte, do 3.º ciclo do Ensino Básico e Secundário na Escola EB23 de Nevogilde-Lousada. Comunicação proferida nas Primeiras Jornadas «As Praxes Académicas. Sentido actual e perspectivas», promovidas pelo Instituto Piaget de Viseu nos dias 29 e 30 de Abril de 2003.

² Desinteresse que em muitos casos vota o património documental estudantil a uma certa clandestinidade, como acontece com o Museu Académico, destituído de quadro de pessoal e de financiamento. No tocante à escassez de estudos sobre estas matérias (em Coimbra) e aos perigos de degradação patrimonial veja-se Nunes, 1991.

³ Assim o etnólogo Teófilo Braga, tão compreensivo face aos contos populares, rfonário, cancionero, romanceiro, costumes locais, e tão virulentamente antipraxista, confundindo desonestamente o pretenso atraso intelectual e científico da UC com as chamadas praxes. Releia-se a sua *História da Literatura Portuguesa. O Ultra-Romantismo* (Braga, 1986) onde se estabelece uma correlação abusiva entre Soares de Passos/poesia ultra-romântica e costumes académico-praxísticos.

O primeiro estudo de fundo produzido no âmbito de uma licenciatura em Ciências Antropológicas e Etnológicas foi realizado por António Rodrigues Lopes⁴. O autor cruza a observação participante (morou na Alta coimbrã até aos 24 anos) com a pesquisa documental e a análise interpretativa. Rodrigues Lopes (1982) caracteriza com grande rigor as instituições fundamentais da sociedade tradicional académica, as praxes, os órgãos jurídico-políticos, a antropologia económica, a captura e extinção da praxe na sequência dos movimentos estudantis da década de 1960. As sugestões de abordagem teórico-conceptual são estimulantes. Em nossa opinião o ponto fraco desta obra reside numa visão excessivamente essencialista e acrítica do fenómeno coimbrão, por certo tributária do paradigma funcionalista. Precisando, o autor exclui a teoria da conflitualidade social e a coexistência de paradigmas ideológicos díspares no mesmo tecido sócio-cultural e cronológico.

Maria Eduarda Cruzeiro, docente do Gabinete de Investigações Sociais da Universidade de Lisboa, publicou em 1979 um ensaio sociológico sobre as praxes coimbrãs, assumido como trabalho preparatório da sua tese de doutoramento, intitulado «Costumes estudantis de Coimbra no século XIX: tradição e conservação institucional» (Cruzeiro, 1979: 795-838). Com ligeiras diferenças, este trabalho foi republicado com o título «Folclore estudantil e cerimonial académico: práticas de produção e reprodução institucional» (Cruzeiro, 1990: 47-56). No caso vertente, a autora sufraga uma postura antipraxista, criticando a restauração das praxes no após 1974, e empregando ao nível da investigação um modelo bebido em Pierre Bourdieu, que pretende reduzir a Praxe a práticas de produção e de reprodução da Universidade de Coimbra. Isto é, a praxização dos costumes estudantis, observada a partir do século XIX, funcionaria como um mecanismo de defesa e preservação da excelência coimbrã face às arremetidas das escolas médico-cirúrgicas, escolas politécnicas e Curso Superior de Letras. Revela-se profundamente discutível reduzir os fenómenos praxísticos oitocentistas a uma operação de defesa da UC, dado que a adopção do termo «praxe» não espelha a consciência defensiva invocada, e os costumes estudantis surgem como fenómeno cultural autónomo e até contracultural em relação ao modelo de saber/cultura produzido pela Universidade. Arriscamos afirmar, sem lesar a realidade histórica, que a par das faculdades de Direito, Medicina, Teologia, Matemática e Filosofia, os estudantes criaram e geriram uma «5.ª Faculdade», com vivências e práticas muito específicas. Sendo verdade que a Praxe comporta uma componente de preservação da tradição/identidade diferenciada, ela é muito mais do que isso. Isso mesmo nos mostra a observação participante, traduzida na vivência quotidiana destes fenómenos.

⁴ Referência à obra de António Rodrigues Lopes (1982) intitulada *A Sociedade Tradicional Académica. Introdução ao Estudo Etnoantropológico*.

Na gíria tradicionalmente usada pelos estudantes da Universidade de Coimbra detectam-se vocábulos como «praxe», «praxar», «estar na praxe», «ser praxado». Sendo certo que o termo Praxe não se vulgarizou nos meios académicos conimbricenses antes de meados do século XIX, as normas, práticas e rituais que sustentam tais instituições culturais remetem directamente para elementos herdados da Idade Média e do Antigo Regime, a par de outros que foram sendo transformados, inventados e acrescentados.

As referências escritas aos rituais estudantis para trás de 1850 são rarefeitas, tendo em conta os processos dominantes de transmissão oral, passados aos mais novos através dos veteranos, de antigos estudantes para filhos e de futricas para caloiros, num processo onde intervinham barbeiros, alfaiates, taberneiros, engomadeiras, criadas domésticas, funcionários da Universidade e proprietárias de bordéis⁵. Aliás, até à emergência da primeira grande codificação de 1957, as praxes e os costumes estudantis transmitiam-se oralmente, radicando a sua coerência no mito e na antiguidade.

Tendencialmente conservadores, os rituais praxísticos assentes na tradição oral eram simultaneamente abertos e flutuantes, porquanto permeáveis à incorporação do novo. Citem-se a substituição da Palmatória pela Colher de Pau à roda de 1900, o rasganço das vestes dos quintanistas pela mesma época, a invenção das Cartolas e Bengalas em 1931, a Pastada na década de 1920, a Imposição de Insígnias dos Quartanistas Grelados em 1946, a Queima das «Fitas» dos Quartanistas por volta de 1896, as latadas de abertura do ano escolar inventadas nos inícios da década de 1950, a regulamentação do Trajo Feminino pelo Conselho de Veteranos em 1954, a adopção do ritual da compra do Grelo/nabiça às vendedeiras do Mercado Municipal desde 1903.

Até à Revolução Republicana de 1910, a Universidade de Coimbra pelo número diminuto de alunos e pela rarefacção de alunas foi uma escola de elite, mais próxima dos extintos liceus, colégios particulares, cujos estatutos propunham normas de conduta similares às vigentes na caserna militar, nos seminários católicos, orfanatos, mosteiros e casas de correcção⁶: recorde-mos o toque do sino para a recolha vespertina e levantar, as regras atinentes ao uniforme de porte diário, o respeito ao reitor e aos lentes, a expulsão tem-

⁵ Processo ainda muito activo na década de 1980. Por 1986-1987 tivemos o ensejo de verificar que na maioria das casas comerciais onde se vendiam «capas e batinas», os proprietários possuíam exemplar do Código da Praxe de 1957 e aconselhavam os estudantes dos primeiros e segundos anos sobre «a maneira correcta de trajar».

⁶ Isto mesmo se pode demonstrar através do confronto entre os vários Estatutos da UC, Constituições Sinodais dos Bispados portugueses, estatutos dos Seminários Católicos, regulamentos disciplinares de colégios particulares e orfanatos. Por exemplo, para o século XVI, as interdições académicas relativas às transgressões do uniforme, proibição da prostituição, alcoolismo, jogos de azar, porte de armas, vida escandalosa, repetem-se com poucas diferenças nas Constituições Sinodais.

porária ou definitiva. Por conseguinte, até às modificações operadas na Universidade de Coimbra pela Revolução do 5 de Outubro de 1910, ainda a Praxe não se tinha apoderado de certas regras disciplinares que constando dos antigos Estatutos e do Regulamento da Polícia Académica eram sindicadas pela própria Universidade.

Praxe pode definir-se em sentido restrito como o conjunto de normas criadas e vivenciadas pelos estudantes que regulam as relações entre os novatos/caloiros e os alunos dos anos mais avançados (doutores) e ainda as relações entre os estudantes, lentes e futricas. Neste sentido, a Praxe é sinónimo de estilos ou leis que instituem as diversas hierarquias internas, os rituais de iniciação e de passagem, como usar o traje académico, e também o regime de sanções disciplinares e emancipações. Instaurando sanções físicas, psicológicas e económicas, proibindo o uso de determinados bens simbólicos, sancionando tabus, premiando e distribuindo reforços positivos, a Praxe comporta uma dimensão axiológico-normativa que está longe de significar violência discricionária.

Em sentido mais alargado, o conceito de Praxe aproxima-se daquele que foi positivado nos artigos de abertura dos códigos da praxe de 1957 e 1993: amplo e fluido, reporta-se a usos e costumes tradicionalmente vigentes na Academia de Coimbra e aos que lhe possam vir a ser acrescentados por via do poder legislativo/judicial cometido ao Conselho de Veteranos. Compete, aliás, ao Conselho de Veteranos, revogar determinadas práticas e legislar nos casos omissos, funcionando como Poder Legislativo. Mas compete-lhe igualmente funcionar como tribunal superior de apelação, informando periodicamente e sindicando da boa aplicação da Praxe. Aqui, a definição de Praxe abarca conceitos como cultura estudantil, tradições académicas e «decretus» positivados em sede de Conselho de Veteranos. Trata-se de uma tentativa de definição centrípeta, na medida em que dilui na esfera da Praxe instituições que sendo tradições ou costumes não são Praxe. Constituem exemplo deste esforço praxizador a Queima das Fitas, a Récita dos Quintanistas, a Reunião de Curso dos Antigos Estudantes, a Festa das Latas e Imposição de Insígnias, a Capa e Batina, a Serenata. Especificando melhor, são praxe as normas que regulamentam a boa execução cíclica destas tradições, mas estas instituições costumeiras não são praxe em sentido estrito⁷.

Antes de meados do século XIX estas práticas foram designadas por INVESTIDAS (até finais do século XVIII), TROÇAS e CAÇOADAS (primeira metade do século XIX), comportando elevado grau de violência. Contraria-

⁷ Esta leitura sufocante, para não dizer abusiva, faz escola na maioria dos estabelecimentos de ensino superior públicos e privados. De tal forma que «latada», «traje académico», «pasta com fitas», «tuna», «orfeon», «cartola e bengala», «semana académica», «festival de tunas», surgem designadas por «praxe».

mente ao que se possa pensar, esta violência ritualizada, e veementemente condenada desde o iluminismo, pouco ou nada se distinguiu das troças com que os fidalgos mimoseavam os vilões e as raparigas do povo, das penalidades infamantes vigentes nos forais e Ordenações até ao advento do Liberalismo, da defesa da honra entre rapazes de aldeias rivais, e da exercitação da vingança privada nas comunidades rurais, cumprindo invocar as latadas aos recém-casados e nubentes viúvos, as cornetadas à porta das adúlteras, os chocarreiros testamentos da Serração da Velha e Queima do Judas, o deitar pulhas, os entrudos porcos com arremesso de cinzas, ovos podres e tripas, as pancadarias dos habilidosos manejaadores de paus em feiras e romarias, os insultos acompanhados de murros, taponas, escarros, sinais obscenos, palmadas nas nádegas, a coroação e sermonário dos maridos cucos/cornos⁸. O elevado grau de violência registado na exercitação dos rituais de entrada dos caloiros até ao 5 de Outubro de 1910 não se distingue nem se distancia da violência detectada pelos etnólogos nas comunidades rurais portuguesas e europeias⁹. Só passa a distinguir-se gradativamente a partir do Liberalismo, quando as normas de civilidade e boas maneiras impostas pela cultura urbana e pela escola se conseguem sobrepor à cultura popular¹⁰. É perante o irreversível declínio da cultura popular e rural¹¹, por um lado, e a afirmação da nova cultura cívica urbana, por outro, que as praxes académicas coimbrãs nos seus aspectos mais violentos passam a ser condenadas e ameaçadas de extinção, como sucedeu no rescaldo da Revolução Republicana de 1910 e nos anos que antecederam a Revolução de 1974.

Que práticas mais ancestrais nos são dadas a conhecer?

Nenhuma festa de acolhimento que nos possa lembrar as semanas culturais que começaram a fazer época desde 1979-1980. O novato é um ser estranho à comunidade, e logo uma ameaça, começando por ser desbestializado. À semelhança do noviço conventual que entrega os bens materiais e sofre a tonsura sujeitando-se à regra monástica, e ao mancebo que é rapado no quartel¹², o caloiro é considerado juridicamente *res nullius*, animal, besta, João Fernandes (João Toleirão). As descrições caricaturais repetidas nos textos memorialísticos permitem-nos desenhar um ser antropomórfico,

⁸ O material disponível sobre estas temáticas é abundante. Citemos apenas alguns: Oliveira (1984), Frazer (1931), Chaves (1946), Gonçalves (2001), Nunes *et al.* (2001), Ribeiro (2001), Braga (1885), Chaves (1906), Dionísio (1987) e Heers (1987).

⁹ Cf. Pitt-Rivers (1983).

¹⁰ Comparativamente, veja-se o estimulante estudo de Robert Muchembled (1991).

¹¹ Relativamente à cultura popular coimbrã, recordemos os desaparecidos Entrudo «porco», a Queima do Judas, o Deitar Pulhas (Cernache).

¹² O «tempo de ir à tropa» apresenta algumas similitudes com o ir para Coimbra. Relativamente aos processos de transformação físicos e psicológicos sofridos pelos recrutas citemos esta trova cantada na Ilha do Pico: «Quando eu assentei praça/O rapaz, não olhei para a direita/Cortaram-me o meu cabelo/Mas olha, foi a primeira desfeita».

guarnecido de crinas, patas, cascos, ferraduras (sapatos), cornos, cheiro pestilento, descerebrado. Ser híbrido, ora é referido como touro, ora como burro, ou mais frequentemente misto de touro e burro¹³. Nos cortejos alegóricos profusamente referidos nas fontes memorialísticas, repetem-se as alusões a cornos que ornamentam cabeças e pescoços e a chocalhos de gado. Sujeito à mais completa despersonalização, ao cabo e ao resto autêntica morte simbólica, o caloiro não passava a ser membro da comunidade porque se matriculava oficialmente na Universidade, mas sim porque a Sociedade Tradicional Académica dele se apropriava. Situemo-nos por agora entre o século XVI e a inauguração do caminho-de-ferro em 1864. Primeiramente reconhecidos no Largo da Portagem, os caloiros são alvo de investidas, troças e manganices, rituais intensificados ao longo do mês de Outubro e praticados até final do ano escolar.

No Largo da Portagem:

- Picaria – os caloiros são enfreados e albardados, montados por diversos veteranos, esporeados nos flancos, chicoteados, devendo zurrar, atirar pinotes, trotar;
- Tourada – os caloiros são pintados com bigodaças, ornados com chifres e toureados com farpas (mocas, palmatórias), passes de capas, devendo raspar as mãos no chão, mugir ruidosamente e mastigar palha ou erva;
- Insultos – o caloiro é alvo de troças chocarreiras, insultos alusivos a familiares, traços fisionómicos, vestuário, penteado, eventuais defeitos físicos, sendo no fim mimoseado com uma alcunha que o passava a identificar ao longo de todo o seu percurso académico;
- Baptismo – conduzido a um chafariz/fonte por uma matilha de veteranos, o caloiro era baptizado com água despejada sobre a cabeça;

Primeiros dias de aulas:

- Canelão/Pega de Caras – no primeiro dia de aulas os alunos eram esperados à Porta Férrea pelos quintanistas que se agrupavam em duas alas. À medida que entravam eram sovados com palmadas, empurrões e pontapés nas canelas. Podiam no entanto ser protegidos pelos quintanistas fitados, designados por Barcas de Caronte. Este ritual já se praticava antes de 1640 e durou até 1908;

¹³ Por detrás de aspectos que a civilização reputa de humilhantes formas de rebaixamento, faz sentido precisar a sacralidade do Touro desde remota antiguidade na cultura mediterrânica e a imagem do Burro como símbolo de obscuridade, morte, forças malélicas, iniciação honorífica (nas festas medievais dos loucos), potência sexual incontrolada que regenera a sociedade. O burro liga-se directamente ao culto grego de Dionísio. Sobre a imagem positiva do Burro na cultura estudantil veja-se o antiquíssimo conto popular do estudante que finge transformar-se no burro do azeiteiro (Coelho, 2001).

- O Grau – paródia à cerimónia de doutoramento, o caloiro era fechado numa sala tal qual acontecia nas provas doutorais ocorridas na Sala do Exame Privado, competindo-lhe defender uma tese burlesca perante um júri. Após os discursos do padrinho era investido com um penico na cabeça;
- O Julgamento/Tribunal – ritual iniciático-punitivo realizado em cenários macabros, a que não são alheios procedimentos transpostos das lojas maçónicas. Ambiente escurecido, códigos, objectos de tortura, castiçais armados sobre caveiras, juízes, jurados, advogados, carrasco, réu, rostos embuçados. Servia de banco dos réus um penico. Para o século XIX há referências explícitas a penalidades temíveis como o encarceramento em ataúde, sovas, tonsura *ad libitum*, salto mortal, fuzilamento, degolação, sangria, suplício da gota, depilação, selagem com cera quente.
- A Patente – sanção pecuniária, comum em universidades espanholas, consistia no pagamento de doces conventuais, lutas ceias e bebidas;
- A Trupe – no caso de ser apanhado fora de casa após o toque vespertino da Cabra, o caloiro podia ser caçado por grupos de estudantes mais velhos, armados de mocas, tesourões, palmatórias, pistolas. Nestes casos sofria tonsura parcial ou completa e palmatoadas (bôlas) nas mãos. Podia defender-se em duelo com o chefe da trupe e caso vencesse não sofreria as sanções. Épocas houve em que as trupes se confundiram com bandos juvenis delinquentes, ou em alternativa, praticaram um policiamento nocturno morigerador, fazendo regressar ao estudo caloiros encontrados em casa de meretrizes, casas de jogo a dinheiro e tabernas;
- Serviços domésticos – os veteranos tutores e apadrinhadores tinham o direito de mobilizar os seus caloiros para compras, limpezas domésticas, serviço de mesa, recados, transporte de bagagens;
- Discursos – improvisação de um discurso sobre um tema burlesco, do tipo «qual nasceu primeiro, o ovo ou a galinha»;
- As Soiças/Pega de Rabo – cortejos burlescos de passagem ligados à celebração do fim do ano escolar e à emancipação ritual dos caloiros. Estas festividades arcaicas, muito próximas das festas dos burros, festas dos loucos, festa dos rapazes, charivaris de carnaval, enterro do bacalhau, queimas dos judas, serrações da velha, passam a designar-se no século XIX por latadas, festa das latas e festa do ponto. Com a Pega de Rabo, último grande ritual de celebração do fim do ano escolar, suspendia-se momentaneamente o tempo, exorcizando a morte do ano velho (fustigado com latas ruidosas, mais tarde incinerado), parodiando professores, políticos e graves autoridades¹⁴. Mas

¹⁴ Elementos interpretativos em Eliade (s/d, 1985), Durand (1995), Maffesoli (1991, 1997, 2001).

era também esse ser híbrido, o Novato que perdendo cornos, cascos, crinas, patas, mau hálito, se metamorfoseava em homem novo e ascendia à categoria de Semi-Puto. Os Semi-Putos passavam a Pés-de-Banco ou Ponte dos Asnos. Os Pés-de-Banco eram iniciados no estatuto de Candeeiros ou Doutores de Merda. Por último, os Candeeiros personificavam o derradeiro escalão da hierarquia, renovando o estrato dos Quintanistas, Carontes ou Merda de Doutores. Completava-se mais um ciclo, sujeito a repetição anual. As praxes de fim de ano são simultaneamente rituais de passagem e rituais de integração-emancipação. Os estudantes de todas as categorias hierárquicas libertavam-se da frequência das aulas. Todos morriam ritualmente para serem uma vez mais investidos num estrato sócio-cultural superior. Os dos quinto ano morriam como estudantes-jovens, saindo de casa da mãe (a Universidade), ingressando na adultez, na vida profissional. A Sociedade Tradicional Académica renovava-se e florescia na Primavera.

1. As hierarquias

Idade Média	Sécs.XVII-XVIII	Séc. XIX	Séc. XX	Séc. XXI
Seniors				Dux-Duxorum (honorífico)
	Dux Veteranorum	Dux Veteranorum	Dux-Veteranorum	Dux-Veteranorum
			Veterano	Veterano/a
			Duplo Quintanista	Duplo Quintanista
			Quintanista Fitado de Medicina	Quintanista Fitado de Medicina
			Quintanista Fitado	Quintanista Fitado
	Quintanista Barca de Barca de Caronte Merda de Doutor	Quintanista Barca de Caronte Merda de Doutor	Quintanista	Quintanista
		Quartanista Grelado de Medicina	Quartanista Grelado de Medicina	
		Quartanista Grelado	Quartanista Grelado	
Juniors	Pé-de-Candeeiro Doutor de Merda	Pé-de-Candeeiro Doutor de Merda	Quartanista	Quartanista
	Pé-de Banco Ponte dos Asnos	Pé-de Banco	Puto/ Terceiranista	Puto Terceiranista
	Semi-Puto	Semi-Puto	Semi-Puto/ Segundanista	Semi-Puto Segundanista
			Pastrano Caloiro Estrangeiro	Pastrano Caloiro/a Estrangeiro/a
Recentiores	Novato	Novato Caloiro	Caloiro	Caloiro Novato
			Paraquedista	Paraquedista
	Caloiro	Bicho	Bicho	Bicho

A partir de finais do século XIX as antigas praxes sofrem evoluções significativas. O canelão tende a desaparecer, substituído pela pastada na década de vinte do século XX. A palmatória cai em desuso, sendo substituída pela colher de pau, objecto simbólico que desde a Idade Média ornava o peito e os chapéus dos estudantes tunos. O grau é abandonado e substituído pelo julgamento, ritual que glosa o tribunal judicial, pese embora com alusões demasiado evidentes às cerimónias iniciáticas maçónicas. O traje académico é abolido como uniforme obrigatório em 1910 e doravante não são os estatutos da Universidade a regulamentar o seu uso mas sim as normas praxísticas (talho, cor, modo de trajar). As hierarquias são mantidas, com alterações de nomenclatura. Continuam a patente, as troças, os discursos burlescos, os sistemas de protecção, a alforria, o apadrinhamento, a imposição de alcunhas, as mobilizações para serviço doméstico, as trupes, os rapanços, as unhas. A festa arcaica praticamente desaparece, progressivamente substituída pela nova Queima das Fitas. Esta revela poderosa capacidade congregadora, na medida em que incorpora todas as faculdades e ainda o ritual de despedida dos quintanistas.

Nascida no seio de uma comunidade masculina, a Praxe manteve sempre o princípio da separação dos sexos, mesmo quando em 1954 foi instituído o traje feminino.

2. O burlesco, o riso e a chacota

As praxes conimbricenses comportam desde tempos imemoriais uma forte componente ligada ao riso, à sátira e ao burlesco. Caçar, troçar, gozar, mangar, deitar pulhas¹⁵, são termos herdados do Antigo Regime, vazados em práticas longamente recenseadas nas fontes escritas. Os vete-ranos riem, ridicularizando os estudantes do secundário e os alunos do primeiro ano. A exercitação do riso era alimentada por alcunhas, dixotes, discursos burlescos, declarações de amor a mulheres idosas, charivaris, investidas físicas. Mas, o riso estendia-se a outras esferas sociais. Comerciantes citadinos e camponeses dos arrabaldes da cidade eram também alvo de gozações e partidas imaginosas. Os lentes sofriam todo o tipo de verrinas, a começar pela Tourada e a acabar nas serenatas de escárnio e maldizer. Repare-se que a propósito da cerimónia doutoral de Imposição de Insígnias se designa o barrete (borla) por apagador do senso comum e o capelo por

¹⁵ O ritual das pulhas era bem conhecido nas comunidades rurais do Concelho de Coimbra. Em Vila Nova de Cernache foi recolhido da tradição oral e integra reconstituições dinamizadas pelo Grupo Folclórico Os Camponeses de Vila Nova. As pulhas reviravam as comunidades do avesso com pregões corrosivos, lançados por rapazes e homens armados de funis de latão. Mas também podiam assumir a forma de descantes nocturnos provocatórios, com vozes, quadras brejeiras, instrumentos musicais.

albarda (tomar albarda). Da mesma forma que competia à Academia dizer se aceitava ou não integrar o aluno do primeiro ano, também competia à Academia aceitar ou não o novo lente (professor). E como bem sabemos este só era aceite após a Tourada ao Lente, com ingestão de feno/ramagens, pinotes e discursos estrambóticos. O reconhecimento e a consagração só passavam a ter efeito a partir do momento em que o quintanista-padrinho colocava a pasta com as fitas sobre a cabeça do lente toureado (investidura, honra). Por conseguinte, a Praxe comporta uma dimensão corrosiva de inversão da ordem social, de crítica mordaz, que ainda hoje se prolonga nos ditos e «bocas» das latadas e carros alegóricos da Queima das Fitas, nas piadas e partidas mais ou menos imaginosas, no latim macarrónico. Evoquemos também os caloiros que mobilizados para serviço de mesa nas repúblicas tinham de envergar fardas burlescas, com peças do avesso e pijamas; os caloiros que faziam porta de armas nas repúblicas, com vestes do avesso, penico na cabeça e vassoura na mão, gritando «às armas» sempre que ali passasse fêmea; o estrondoso charivari que eram as latadas do século XIX; a risota causada pelos discursos estrambóticos e declarações amorosas; as caricaturas dos livros de quartanistas e de quintanistas, apelando aos vícios, às taras, ao burlesco físico e psicológico. Ambivalente e chocarreiro é o estatuto conferido ao penico, objecto que além de simbolizar o doutor (estudante das hierarquias mais elevadas), é banco dos réus, barrete doutoral, cinzeiro cerimonial em cortejos e vaso baptismal. Eis um mundo momentaneamente posto às avessas, semeando a desordem e o caos no interior da Sociedade Académica com incursões na Sociedade Futrica. São os cortejos que atravessam as ruas e atroam a cidade; são os estudantes que invadem o mercado municipal num jogo de compra/furta a nabiça (grello); são as repúblicas que entre os alvores do século XX e a década de 1960 povoam as fachadas com bonecos enforcados, cadeiras, canjirões, cestas de vime, garrações, tampos de sanita, violões; são os caloiros que vestem pijamas e desfilam pelas ruas; são os quartanistas que sacrificam os grelos em honra de Minerva, transformando o penico em altar sagrado. Gritos desregrados, vómitos na via pública, urinadelas, garrafas e vidros pelo chão às toneladas, lautos jantares, arraiais que entram pela madrugada e proíbem o tranquilo sono dos moradores. O riso e o choro, a morte e a vida, o Amor (Eros) e a embriaguês (Dioniso), a dança triunfal de Flora sobre os despojos do Inverno.

3. Civilizar/Extirpar

As queixas contra certas práticas estudantis consideradas desordeiras, perturbadoras, excessivas, remontam à Idade Média. As mais antigas remetem-nos para os reinados de D. Dinis e Dom João III, fazendo eco da fre-

quência de bordéis, do jogo a dinheiro, da perturbação da ordem nocturna citadina (gritos, toques de tambor, cantorias, assaltos, porte de armas, charivaris, pateadas). Os ataques à Praxe sobem de tom no século XVIII, coincidindo com a afirmação da cultura letrada iluminista. D. João V, Luís António Verney e António Ribeiro Sanches condenam severamente tudo quanto se relacione directamente com troças, palmatoadas, tonsura, chibatadas, escarradelas, tourada, trupes, patentes. No fundo o que se condena é a vida ociosa e boémia, o perigo da malformação do carácter, o culto das aparências, a distinção social, os prazeres nocturnos desregrados, o excesso das palavras e dos gestos corporais (insultar, escarrar, urinar na rua, vomitar). A ociosidade pública deixa de ser tolerada pelos manuais de boas maneiras, e bem assim o consumo não produtivo do tempo académico. Combate-se oficialmente a mentalidade fidalga a partir da reforma pombalina, apelando à limpeza do uniforme e do corpo, ao estudo, à obrigatoriedade dos exames, às ocupações diárias honestas. Mas a Praxe continua a rejeitar os códigos de civilidade. No século XIX, após a implantação da Monarquia Constitucional, redobram os ataques, nas vozes de José Ramalho Ortigão, Teófilo Braga e do prestigiado director do jornal local *O Conimbricense*, Joaquim Martins de Carvalho. É na segunda metade do século XIX que se assiste à construção da figura do antripraxista, via de regra associada a causas humanitaristas, proletárias, socialistas, republicanas, anarquistas. Nas vésperas de 1910 recrudescer a denúncia das praxes iniciáticas «bárbaras», desta vez, sugerindo a sua substituição por eventos culturais e recreativos. Entre 1910 e a eleição de Sidónio Pais para chefe de Estado a praxe sofre algum declínio. Novo período de denúncia ocorre de 1928 a 1936. A Praxe volta em força a partir de 1917-1918, para sofrer novo crepúsculo entre 1962-1969, com extinção formal no período 1969-1979. Na fase final do Estado Novo, a Praxe foi assimilada ao fascismo. A partir da década de vinte do século XX, define-se a categoria do adepto de certas tradições, mas antipraxista. Exemplificam esta situação figuras conhecidas como os cantores António Menano e Edmundo de Bettencourt e o futuro lente de Direito António Ferrer Correia. A partir dos inícios da década de 1960, com a politização dos movimentos associativos, a Praxe passa a ser conotada pelas esquerdas radicais e contestárias com reacção, militarismo, autoritarismo fascista.

Como interpretar o conjunto de normas e rituais de entrada e de passagem tradicionalmente designadas por Praxe Académica?

1.º – A Praxe configura-se como uma ordem jurídica menor instituída e praticada num determinado território pelos estudantes da Universidade de Coimbra. Ordem jurídica menor, quando confrontada com o Estado de Direito e sua produção normativa centralizada. Representa sobrevivências

de práticas culturais e de penalidades infamantes que lograram escapar a todas as ofensivas saídas ou herdadas da Revolução Francesa. Daí que por diversas vezes tenha colidido com o demorado processo de centralização/estatização da justiça, evidenciando capacidade de resistência pelo seu profundo enraizamento nas culturas académica e popular locais. Coimbra não foi um caso único de sobrevivência de práticas culturais avessas à civilização urbana e à cultura de massas, podendo citar-se o caso de Rio de Onor (conhecido graças ao estudo levado a cabo por Jorge Dias) e as touradas de morte em Barrancos.

2.º – Os rituais de iniciação tinham como escopo proclamar a morte de um ser estranho à comunidade para o acolherem às diversas categorias ritualizadas do homem novo, através de provações físicas, psicológicas e económicas. O caloiro era integrado por via da desbestialização entrando numa esfera cíclica de sacralidade que terminava com a passagem do fim do curso para a entrada na adultez da sociedade civil. Sendo certo que muitos dos antigos rituais eram efectivamente violentos do ponto de vista físico e psicológico, na realidade pretendiam criar um homem novo viril, utilizando aquilo que poderemos designar por terapia de choque.

3.º – A praxe ritualizada celebra a sociabilidade, a integração, o convívio, as relações de vizinhança, a vida grupal, a juventude, mas num registo social rigidamente estratificado, hierarquizado, onde cada estamento é igual entre si, mas desigual em relação ao antecedente e ao procedente. Daí o choque directo com o credo cívico e as virtudes pregadas pela Revolução Iluminista de 1789 a nível dos Direitos Humanos e dos princípios da Igualdade e Liberdade. Aceitando o individualismo, a Praxe valoriza a vida comunitária, a convivialidade familiar, a vizinhança, o contacto diário, o sistema de alcunhas, a relação tutorial caloiro-veterano ou caloiro-padrinho, instituindo um controlo social baseado em sanções, castigos, persuasões, recompensas, hierarquias.

4.º – O tempo físico e psicológico da praxe é cíclico, repetitivo, presentificando os seus rituais anualmente em função das estações e solstícios. A entrada é outonal/invernal coincidindo com a morte da natureza, mais punitiva e disciplinar do que propriamente festiva. Simbolicamente traduzia-se num processo de morte/hibernação, marcado pela deposição em ataúde (tribunal) e pela descida aos infernos com travessia do Estígio (canelão). A emancipação é primaveril, festiva, celebrando a vida/juventude e a progressão nas diversas hierarquias académicas. Ao longo do século XIX os festejos de fim do ano escolar coincidem com a floração do tulipeiro do Jardim Botânico. Revela-se inoperante não descortinar nesta assimilação resíduos do culto da árvore sagrada, das Maias (1 de Maio), Dia da Espiga

(14 de Maio), e festejos dos santos populares. Morte do ano escolar, morte do Caloiro, combate entre o Inverno e o Verão. Curiosamente, a partir da década de 1890, diversos liceus nacionais começam a realizar festejos designados por Enterro da Gata (Liceu de Braga), Enterro da Bicha (Liceu de Ponta Delgada), Enterro do Ano¹⁶. Na Academia de Coimbra expulsava-se o ano velho com violentos charivaris nocturnos de latas, painéis, cântaros, com a Tourada dos Caloiros e, a partir da década de 1890, com a incineração das fitas dos quartanistas (enterradas à Porta Férrea ou atiradas ao vento a partir da Torre da Universidade). À maneira dos sapos e monstros encantados dos contos populares, o caloiro transformava-se em ser humano, aceite pela comunidade. Este é o lado sacrificial da cultura cíclica estudantil que no fim do ano escolar ritualiza a abolição do tempo profano, procedendo ao sacrifício ritual de um animal (o caloiro toureado) e à combustão das fitas dos quartanistas, à orgia colectiva, à mascarada e à ingestão desregrada de álcool.

5.º – Por detrás de uma cultura proclamada máscula, nidificam práticas e representações claramente femininas. Femininas e matriarcais são a Academia, a Alma Mater (Universidade), a Canção de Coimbra, a Viola Toeira, a Guitarra de Coimbra, o culto da Noite, das Estrelas, da Lua. Que representava simbolicamente o canelão à Porta Férrea senão o incesto ritual do noviço (caloiro) com a sua nova mãe (Universidade), o baptismo nos fontanários e o ir beber água à Fonte do Castanheiro na noite de São João? Que representam as soiças, latadas, Queima das Fitas, que não seja a morte ritual do homem velho, do ano escolar que termina incinerado, da floração primaveril? Que representam as serenatas, onde se clamavam a noite, a lua, as estrelas, as fontes, a mulher amada, a mãe? A mãe, mas nunca a figura paterna! Que representa esse velho ritual de rasgar as vestes e ser violentamente sovado com palmadas no momento em que se acaba o curso e se foge em correria pela Porta Férrea? O sair da mãe, nu, adulto, emancipado. Pode afirmar-se que as «tradições académicas» são de índole maternal, apelando

¹⁶ Relativamente ao traje académico, o primeiro liceu oitocentista a instituí-lo foi o Liceu de Coimbra, logo em 1836, visto ter ficado na dependência administrativa da reitoria da Universidade. Seguiu-se-lhe o Liceu de Évora, através de Portaria de 27 de Outubro de 1860, na sequência de uma intervenção de D. Pedro V. Neste Liceu e no Liceu Pedro Nunes (Lisboa) os estudantes usaram um barrete circular de pano preto (O Tacho). Para a década de 1940, ainda falando o Liceu de Évora, há notícia de serenatas, tonsura, baptismo em fontanário. No Liceu de Ponta Delgada usou-se capa e batina e instituíram-se serenatas, baile de finalistas, pontapés e pinturas, procissão do caloiro (com um rei instalado num andor), baptismo em fonte e festejos de fim do ano escolar (Enterro da Bicha). No Liceu do Funchal, também foco de práticas tradicionais inspiradas em Coimbra, o uso da capa e batina remonta à publicação de uma portaria governamental de 1889.

aos afectos, à alegria juvenil, à adesão espontânea dos «filhos» que alegres louvaminham a Mãe/Alma Mater, e despeitados lhe chamam de quando em vez Madrasta. Em contrapartida, as praxes iniciático-punitivas são vincadamente masculinas, castigadoras, reproduzindo a imagem tradicional do pai português armado de palavra grossa, cinto de couro e vara de marmeleiro.

6.º – A Praxe, comportando um determinado grau de violência simbólica, física, psicológica e económica, não se confunde com delinquência juvenil. A sua exercitação é enquadrada por regras e numerosas excepções, vazadas em institutos jurídicos designados Protecções, *Salvus Conditus*, Carta de Alforria, Desmobilização, Emancipação. A Praxe consagra o princípio do Objector de Consciência, reconhecendo o direito a não ser praxado. Reserva aos elementos do sexo feminino ampla esfera de acção. Permite a circulação nocturna para efeitos de práticas desportivas, participação em actividades musicais, corais, teatrais e outras, mediante o expediente do *Salvus Conditus*. Proíbe que os caloiros sejam sujeitos a praxes, quando protegidos por pais, empregadas domésticas, irmãos, namoradas/namorados, embriaguês, serenatas, vitória em duelo com chefe de trupe, triunfo oral em discursos que retirem a capacidade de resposta a veteranos, afirmação de capacidades artísticas dignas de reconhecimento (bom cantor, bom instrumentista). Embora a maioria das sanções praxísticas se reporte a Bichos (ensino secundário) e Caloiros (alunos do primeiro ano), o estudo das fontes revela que os estudantes de todas as hierarquias e os membros do corpo docente também estavam sujeitos a práticas sancionatórias.

7.º – Os ritos de iniciação/passagem continuam a desempenhar importante papel na vida humana. A iniciação ritualiza a passagem da puberdade à adolescência e desta à adultez. Em cada passagem há morte simbólica, nascimento e de novo morte. Cada passagem implica um conjunto de mudanças codificadas e uma aceitação social. O caloiro iniciado separa-se do seu meio familiar, geográfico e sócio-cultural. O ano de caloiro equivale a um tempo de purgação e de gestação embrionária no ventre da Alma Mater, personificado pela entrada vaginal na Porta Férrea (Canelão) e pelo encerramento temporário em ataúde durante os Julgamentos (morte, enterramento, descida aos infernos através do rio Estígio). Quando renasce em Maio-Junho na categoria de estudante, o Caloiro-Monstro é um homem novo, via de regra identificado e reconhecido por outro nome, a alcunha, dominando os mitos, lendas e segredos da cultura tradicional estudantil, perpetuando costumes, conhecendo a gíria académica. Conduzido por Caronte atravessou o Estígio, deambulou pelo Inferno e conheceu Minos. Enfim, emergiu do húmus fértil e ingressou na «sua» comunidade. Finda o receio do caos primordial, regenera-se e reafirma-se a ordem social.

Elemento privilegiado de uma elite sócio-cultural, o estudante de Coimbra viveu até 1969 numa esfera dual. Sem negar o devir histórico e o fluir da temporalidade do relógio, inventou e propôs como *modus vivendi* peculiar uma autêntica cosmogonia. O espaço-tempo da Praxe e das tradições académicas apelava incessantemente ao encantatório, ao maravilhoso, à vivência ritualizada, à repetição cíclica de gestos considerados ancestrais, à sublimação juvenil, à proclamação do direito a ser-se adolescente, muito antes de a sociedade portuguesa ter reconhecido este estatuto aos seus jovens.

Tais vivências ajudaram a tecer a identidade cultural peculiar do estudante coimbrão e foram tomadas como paradigma em muitos liceus, escolas agrárias, magistérios primários e estabelecimentos de ensino superior. Após 1974, a Academia de Coimbra retomou muitas das suas antigas praxes e costumes, não deixando de incorporar novas práticas. Seja como for, a Praxe iniciático-punitiva continua a gerar adeptos e a suscitar violentas críticas. Arcaísmo bárbaro para uns, património cultural a preservar para outros, bem pode concluir-se dizendo que o fenómeno de restauração das praxes coimbrãs pós 1974 revela um elevado índice de adesões, apelando ao regresso do encantatório, seja a nível local, seja a nível dos fenómenos de imitação/apropriação observados um pouco por todo o país.

Bibliografia

- ANDRADE, Mário Saraiva de (1959). *Mataram um espantalho. Em defesa da praxe*, Coimbra, Coimbra Editora.
- ANDRADE, Mário Saraiva *et al.* (1957). *Código da Praxe Académica de Coimbra*, Coimbra, Coimbra Editora.
- BASTOS, Teixeira (1920). *A vida do estudante de Coimbra (antiga e moderna). Duas conferências na Associação Cristã de Estudantes, nos dias 29 e 30 de Abril de 1920*, Coimbra, Imprensa da Universidade.
- BRAGA, Joaquim Teófilo (1885). *O povo português nos seus costumes, crenças e tradições*, 2 tomos, Coimbra.
- BRAGA, Joaquim Teófilo (1986). *História da Literatura Portuguesa. O Ultra-Romantismo, Tomo VI*, Mem Martins, Europa América: 132-137.
- BRAGA, Joaquim Teófilo (1892, 1895, 1898, 1902). *História da Universidade de Coimbra nas suas relações com a instrução pública*, 4 tomos, Lisboa.
- BRITO, Alberto da Rocha (1935). *O primeiro dia d'aula...*, Coimbra, Coimbra Editora.
- CALISTO, Diamantino (1950). *Costumes académicos de antanho (1898-1950)*, Porto, Imprensa Moderna.
- CARVALHO, Barbosa de (1916). *Leis extravagantes da Academia de Coimbra ou código das muitas partidas*, Coimbra.

- CASTRO, Amílcar Ferreira de (1947). *A gíria dos estudantes de Coimbra*, Coimbra, Faculdade de Letras.
- CHAVES, Francisco (1906). *As festas de São Marcos nas ilhas dos Açores*, Lisboa.
- CHAVES, Luís (1946). «Os testamentos na tradição popular», *O Ocidente*, Volume XVIII: 268 e ss.
- COELHO, Francisco (2001). *Contos populares portugueses*, Lisboa, Dom Quixote: 271-272.
- CORREIA, António (1958). «Caloiros-Novatos», *Rua Larga*, de 15 de Abril a 25 de Novembro.
- CRUZEIRO, Maria Eduarda (1979). «Costumes estudantis de Coimbra no século XIX: tradição e conservação institucional», *Análise Social*, Volume XV (60): 795-838.
- CRUZEIRO, Maria Eduarda (1990). «Folclore estudantil e cerimonial académico: práticas de produção e reprodução institucional», *Vértice*, n.º 28: 47-56.
- DIONÍSIO, Manuel (1937). *Costumes açorianos*, Horta.
- DURAND, Gilbert (1995). *A imaginação simbólica*, Lisboa, Edições 70.
- ELIADE, Mircea (s/d). *O sagrado e o profano. A essência das religiões*, Livros do Brasil.
- ELIADE, Mircea (1985). *O mito do eterno retorno: arquétipos e repetição*, Lisboa, Edições 70.
- FRAZER, James George (1931). *Le cycle du Rameau d'Or. Le Dieu qui meurt*, Volume IV, Paris.
- GONÇALVES, Albertino (2001). *O sentido da comunidade num mundo às avessas: o imaginário grotesco nas tradições académicas de Braga*, Braga, Biblioteca Pública.
- HEERS, Jacques (1987). *Festas de loucos e carnavais*, Lisboa, Dom Quixote.
- JESUS, João Luís *et al.* (2001). *Código da Praxe da Universidade de Coimbra*, Coimbra, Edição do Magum Consilium Veteranorum.
- LAMY, Alberto Sousa (1990). *A Academia de Coimbra (1537-1990)*, Lisboa, Rei dos Livros.
- LOPES, António Rodrigues (1982). *A Sociedade Tradicional Académica Coimbrã. Introdução ao estudo etnoantropológico*, Coimbra.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha (1942). *Palito métrico e correlativa macarrónea latino-portuguesa*, Coimbra, Coimbra Editora.
- MAFFESOLI, Michel (1991). *O eterno instante. O retorno do trágico nas sociedades pós-modernas*, Lisboa, Instituto Piaget.
- MAFFESOLI, Michel (1997). *Du nomadisme*, Paris, Le Livre de Poche.
- MAFFESOLI, Michel (2001). *L'ombre de Dionysos. Contribution à une sociologie de l'orgie*, Paris, Le Livre de Poche.
- MOULIN, Léo (1994). *A vida quotidiana dos estudantes na Idade Média*, Lisboa, Livros do Brasil.
- MORAIS, Francisco da Silveira (1930). *Estudantes e lentes. Das tradições e costumes universitários em Portugal e no estrangeiro através dos tempos*, Coimbra, Tipografia União.

- MUCHEMBLED, Robert (1991). *Culture populaire e culture des élites dans la France moderne (Xve-XVIIIe siècle)*, Paris, Champs/Flammarion.
- Nunes, Henrique Barreto *et al.* (2001). *Tradições académicas de Braga*, Braga, Biblioteca Pública.
- NUNES, João Avelãs (1991). «Em busca de memórias perdidas», *Vértice*, n.º 38: 89-91.
- OLIVEIRA, Ernesto Veiga de (1984). *Festividades cíclicas em Portugal*, Lisboa, Dom Quixote.
- PATRONI, Filipe Alberto (1818). *Dissertação sobre o direito de caçar, que compete aos veteranos das academias*, Lisboa, Na Imprensa Régia.
- PITT-RIVERS, Julien (1983). *Anthropologie de l'honneur. La mésaventure de Sichem*, Paris, Le Sycomore.
- RIBEIRO, Dinis de Carvalho (1925). *As praxes académicas de Coimbra*, Coimbra.
- RIBEIRO, Rita (2001). *As lições dos aprendizes: as praxes académicas na Universidade do Minho*, Braga, Universidade do Minho.
- VARA, Flávio (1958). *O espantalho da praxe coimbrã*, Lisboa, 1958.

TRABALHO INFANTIL: UM FENÓMENO MULTIDIMENSIONAL

ANA MELRO*

RESUMO

As repercussões de algumas das mudanças que se têm registado – a nível «macro», a aproximação, ainda que virtual e simbólica, de localidades distantes, os relacionamentos interculturais, etc.; a nível «micro», o surgimento de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação e de Novas Formas de Organização do Trabalho – verificam-se também nas actividades realizadas pelas crianças, entre as quais o trabalho infantil. Este flagelo social tem sido discutido por várias instâncias governamentais, no âmbito da Segurança Social e do Trabalho, da Educação, da Saúde e da Justiça, todas elas concorrendo para definir e identificar as características do fenómeno no nosso país.

Aquando do surgimento dos primeiros números sobre crianças com menos de 16 anos de idade a trabalharem em Portugal, tentou-se elaborar as primeiras medidas para combater esse fenómeno social. É então dada especial atenção às crianças envolvidas em trajectos sociais que incluem o trabalho, mas não podemos, ao mesmo tempo, descurar a posição dos pais e de outros membros da família, que, muitas vezes, dependem da actividade dos mais novos para conseguirem ultrapassar as suas dificuldades quotidianas.

1. Introdução

Nas sociedades contemporâneas, o trabalho infantil surge-nos como uma realidade sobre a qual urge reflectir e actuar.

A gravidade de problemas como os que surgem associados à prostituição, à pedofilia, à violência doméstica e conjugal, à vida difícil de alguns imigrantes, em suma, à pobreza e à exclusão, ilustram como esta segunda modernidade se apresenta desigual para milhões de crianças.

* Socióloga, mestranda em Sociologia da Infância. Contacto: amelro@portugalmail.pt

Nesta lista inclui-se o trabalho infantil. São casos de crianças que por vontade própria ou por circunstâncias familiares e relacionais optaram por abandonar a escola, antes mesmo de se tornarem jovens, inserindo-se ou sendo inseridos no trabalho, remunerado ou não, seja este domiciliário ou doméstico, realizado na agricultura ou na construção civil, entre outros.

A exploração do trabalho infantil é já reconhecida como uma situação existente e recorrente em Portugal, quer pelos dirigentes políticos, quer pela sociedade civil, que reconhece que tais práticas, como qualquer outra que retire às crianças os seus direitos de brincar, de ir à escola, entre outros, têm de ser impedidas.

Na maioria das vezes, quando se fala em crianças, o primeiro aspecto de que nos lembramos é que se trata de um ser completamente dependente de todos os adultos que as rodeiam, em termos económicos e sociocognitivos, e no que respeita à sua própria sobrevivência. Sendo os adultos os que garantem essa sobrevivência, consideram-se, por esse facto, detentores de todo e qualquer tipo de poder de decisão no que concerne às opções que lhes são oferecidas na infância (Sarmento, 2001). Podemos afirmar que «[a]s crianças raramente são consideradas como pessoas reais, competentes e pensantes, continuando a ser encaradas como pré-pessoas, marionetas que precisam do controlo do adulto enquanto as suas mentes crescem lentamente à medida dos seus corpos» (Alderson, 2003: 1).

O desafio que se começa a colocar na nossa sociedade e neste novo século que se inicia é que, a par do reconhecimento da existência de numerosos casos de exploração de trabalho infantil, se dê também importância, valor e reconhecimento ao trabalho que estas crianças exercem em seu pleno direito, que são os seus trabalhos escolares. Tal como defende Sarmento «*as crianças trabalham*, e a forma 'normal' do seu trabalho nas sociedades contemporâneas é a realização das actividades de aprendizagem em contexto escolar» (2001: 4).

A escola permite à criança inserir-se num meio social novo que vai ter sobre ela uma influência fundamental e, por essa razão, deveria ter várias funções. Para além de proporcionar à criança instrumentos de trabalho (leitura, escrita, cálculo), métodos de reflexão e conhecimentos que lhe vão ser úteis durante toda a vida, impõe-lhe novas regras e disciplina. Ajudar uma criança ou um jovem a assegurar a sua máxima autonomia possível implica, sem dúvida nenhuma, uma transparência constante a respeito do grau de desenvolvimento das diferentes capacidades e da orientação que as possa favorecer. Exemplos de abandono escolar, de retenções no mesmo ano, de faltas às aulas repetitivas são muito frequentes no nosso país e isso só significa que os nossos sistemas de ensino são pouco atractivos, velhos, exclusivos e estão cansados.

Contudo, não é apenas este o seu trabalho, as suas vivências quotidianas pautam-se regularmente por actividades quotidianas domésticas, tais

como arrumar ou limpar a casa, tomar conta de familiares mais novos e de idosos ou inválidos, cozinhar, tratar as roupas, entre outras (cf. MTS, 2000; MSST, 2003; Pinto, 1998; Sarmiento *et al.*, 2000).

2. Os dados estatísticos

Desde há alguns anos que imagens de crianças a serem maltratadas, exploradas e a verem a sua infância violada passam nos ecrãs das televisões e aparecem nas páginas dos jornais. É um facto que há crianças trabalhadoras no mundo inteiro, com maior incidência em países periféricos, contudo não se esgota neles, porque é um fenómeno também presente nos países centrais e semiperiféricos.

A análise das estatísticas dos países centrais demonstra isso mesmo, o que significa que apesar de todos os avanços tecnológicos e programas de acção que se têm implementado, permanecem dificuldades em combater o fenómeno. Segundo o relatório do International Labour Office – International Programme on the Elimination of Child Labour (2001), que incidiu unicamente sobre o trabalho infantil nas economias desenvolvidas, em França, no ano de 1998, estimava-se que existissem cerca de 129.155 trabalhadores remunerados com menos de 18 anos; em Espanha, duas investigações realizadas no mesmo ano mostraram que o número de crianças e jovens com idades inferiores a 14 anos que trabalhavam estava entre as 200.000 e as 500.000; na Grécia, mas já em 1996, pensava-se que cerca de 48% do total das crianças com 14 anos trabalhavam na agricultura e 23% na manufactura. Contudo, esses valores diminuem quando se trata de adolescentes entre os 15 e os 19 anos, 27% e 15,8% respectivamente.

No Reino Unido, uma investigação levada a cabo com uma amostra de 230 crianças com 11 e mais anos mostra-nos que a maior percentagem de trabalhadores remunerados tem 15 anos (55,1%) e entre os 11 e os 12 trabalham 18,2% das crianças; nos Estados Unidos da América, em 1997, 43% dos adolescentes da amostra com 14 anos estavam inseridos no trabalho como «freelancers» e 24% como empregados. Com 15 anos, 40% estavam na primeira categoria, 38% na segunda e 64% em pelo menos uma das duas (cf. Dorman, 2001).

Finalmente, em Portugal, segundo estatísticas apresentadas pelo Sistema de Informação Estatística sobre Trabalho Infantil (SIETI), com base num inquérito realizado às famílias com crianças em idade escolar, desempenhavam tarefas de ajuda doméstica cerca de 48.165 menores e, de acordo com as suas respostas, 48.914 exerciam uma actividade económica na semana da realização do inquérito (Outubro de 2001). Naquele ano, supõe-se que se encontravam nesse tipo de actividade 8,3% dos menores (98.726) (cf. MSST /SIETI, 2003).

Em todos estes países estima-se que os dados estatísticos apresentados se encontrem desfasados da realidade, uma vez que a maior parte de crianças que realizam uma actividade económica e que se encontram a ser exploradas estejam fora do sistema legal e não sejam contabilizadas – a invisibilidade como uma das principais características deste fenómeno social – como é o caso dos trabalhadores domésticos ou domiciliários e mesmo das crianças que desempenham tarefas na agricultura.

Segundo dados recentes da Conferência Internacional sobre Trabalho Infantil, decorrida em Florença, em Maio de 2004, e com base em estudos desenvolvidos pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), estima-se que cerca de 246 milhões de crianças são obrigadas a trabalhar a tempo inteiro, em todo o mundo, o que corresponde a 18,5% da população menor de idade (Jornal de Notícias, edição de 11/05/2004, p. 16).

3. Insucesso e abandono escolar

Torna-se necessário fazer uma observação e uma ressalva pertinente. Cada indivíduo realiza variados trabalhos ao longo de toda a sua vida e as crianças não são excepção. Por isso, qualquer discussão acerca do futuro da infância terá de ter em consideração uma relação estreita entre criança e trabalho por duas razões essenciais: uma prende-se com o facto de que desde há muitos séculos (alguns autores defendem que desde a Revolução Industrial, outros sustentam que as crianças já trabalhavam muito antes desse período, mas como era algo que acontecia naturalmente, servindo até para evidenciar as capacidades e qualidades do filho ou filha pródigos, passava despercebido às mentes menos indiscretas e não era algo condenável) que sabemos da existência de produtos confeccionados pelas mãos de indivíduos com apenas 5 e 6 anos de idade. A segunda razão tem que ver com o que M. Sarmiento denomina de «desqualificação da actividade escolar como trabalho» (s/d: 3), ou seja, assiste-se constantemente a um menosprezar das tarefas realizadas diariamente pelas crianças, na e para a escola (trabalhos de casa, leituras, desenhos, brincadeiras com os colegas no próprio espaço escolar), sem se ter em conta que apenas uma formação adequada enquanto novos poderá permitir ascender profissional, financeira e socialmente no futuro.

Insucesso, abandono e/ou absentismo escolar e trabalho infantil andam, desta forma, não raramente interligados, existindo porém também inúmeros casos de crianças que tentam primeiramente realizar determinados trabalhos conciliando-os com as actividades escolares, chegando finalmente à conclusão que se torna complicado conciliar o cansaço físico com o psicológico, sendo, por isso, forçadas a desistir de uma das suas funções.

Ocorrendo este tipo de situação, dificilmente se conseguirá convencer quem já ajuda monetariamente a sua família de que a melhor opção seria mesmo continuar os estudos, e há a possibilidade de acontecer o que Goulart descreve: «durante essa geração, isto pode levar à falta de mão-de-obra qualificada e essas famílias à pobreza, mas o efeito não se extingue neste período. Muitas vezes leva à perpetuação de ciclos viciosos de pobreza, à irreversibilidade na falta de formação nessas famílias e na falta de cidadãos disponíveis para uma participação na vida democrática» (s/d: 3).

Como se defende no relatório do Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI), «as crianças e adolescentes que abandonam a escola precocemente, em geral, são parte de agregados familiares pobres, com baixos rendimentos e filhos de adultos pouco escolarizados, com fracas expectativas de mobilidade social ascendente através da escolarização» (2001: 11). Podemos constatar que vários factores e causas convergem na explicação de um fenómeno social, se por um lado, nos referimos a problemas económicos e financeiros, por outro assistimos também à ausência de recursos culturais, sociais e educacionais capazes de suportar os primeiros.

Tabela 1. População até aos 15 anos sem o 9.º ano de escolaridade completo e sem frequência escolar (Continente), 1991 e 2001

1991			2001		
	Nº abandonos	População na idade		Nº abandonos	População na idade
10 anos	4.803	136.943	10 anos	23	106.693
11 anos	5.907	140.709	11 anos	1.538	106.675
12 anos	7.145	143.506	12 anos	1.842	108.082
13 anos	15.097	153.223	13 anos	2.345	108.904
14 anos	31.372	160.898	14 anos	3.823	113.142
15 anos	48.185	164.740	15 anos	8.303	116.662
Total: 10-15 anos	112.509	900.019	Total: 10-15 anos	17.874	660.158

Fonte: XIII e XIV Recenseamento Geral da População, INE (1991 e 2001)

Segundo dados do Ministério da Educação, até aos 15 anos (inclusive), cerca de 18 mil pessoas, no Continente, não se encontravam na escola, em 2001. Contudo, segundo dados da mesma fonte, este valor decresceu significativamente desde 1991, que se apresentava cerca de 6 vezes superior. Das 660.158 crianças em idade escolar obrigatória (10-15 anos), 17.874 encontravam-se em situação de abandono escolar em 2001. Embora este fenómeno se estenda a todas as idades sem excepção, a sua expressão estatística assume particular relevância nas idades entre os 14 e os 15 anos. Em 2001,

o número de abandonos nestas idades correspondeu a quase 70% do total de abandonos verificados entre os 10 e os 15 anos¹.

Sem pretender aprofundar mais a ideia da influência que a escola ou a falta dela exerce sobre a existência, ou não, de trabalho infantil, considero importante analisar a interferência de outros factores que, directa ou indirectamente, contribuem para o aparecimento de determinadas situações.

4. Globalização

«Sobre as causas do trabalho infantil muito se tem dito, atribuído simplisticamente várias vezes apenas à pobreza. Sendo, sem dúvida, este um dos factores primordiais, o trabalho infantil entendido como uma actividade regular que possa pôr em causa o normal desenvolvimento psicológico e físico da criança, só pode ser percebido numa concepção mais complexa. Os factores sócio-económicos devem ser considerados conjuntamente com os individuais, os familiares, os educacionais e os da procura de trabalho» (Goulart, s/d: 1).

O trabalho infantil é, sem dúvida alguma, um fenómeno estrutural e global, que decorre, tal como outros fenómenos sociais, quer da globalização e das suas resultantes transformações (divisão internacional do trabalho; políticas sociais substituídas pelas políticas económicas; alteração do sistema educativo; etc.), que trouxeram rapidamente problemas que resultam noutros ainda mais complicados de resolver: o desemprego; a ausência de cidadania, da pobreza, da falta de condições de habitabilidade, da necessidade cada vez mais premente de apoio social, da inexistência de políticas sociais que diminuam a exclusão social e as desigualdades sociais.

Não podemos falar de trabalho infantil, infância e crianças, sem considerar os processos de globalização. Através deste fenómeno e da rápida transformação das sociedades, defende-se que apenas os mais atentos/audazes conseguirão acompanhar as mudanças que se operam, e com o intuito de acautelar estas últimas, assistimos a alterações constantes de legislações.

Fazendo uma resenha histórica pela legislação de protecção às crianças, observamos que em 1924 a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança destacava a urgência de protecção do bem-estar da criança; a 10 de Dezembro de 1948, a Organização das Nações Unidas (ONU) proclamou a Declaração Universal dos Direitos do Homem, e ainda que tenha sido uma grande vitória, pois foram defendidos direitos que até então não tinham sido consagrados, muitos aspectos foram esquecidos, a criança não tinha lugar de destaque, muito por ser considerada como um sujeito passivo, inteira-

¹ Cf. http://www.min-edu.pt/Scripts/ASP/destaque/estudo01/estudo_01.asp

mente dependente dos seus superiores responsáveis e, apenas em 20 de Novembro de 1959, se vê promulgada a Declaração dos Direitos da Criança pela Assembleia-Geral das Nações Unidas, que, apesar de não surtir os efeitos desejados em todos os países onde foi ratificada, já se poderá considerar um triunfo.

Entretanto, a Declaração sobre Protecção de Mulheres e Crianças em Situação de Emergência ou de Conflito Armado, no último mês do ano de 1974, o Conjunto de Regras Mínimas das Nações Unidas relativas à Administração da Justiça para Menores, a 29 de Novembro de 1985 e a Declaração sobre os Princípios Sociais e Jurídicos Aplicáveis à Protecção e Bem-estar das Crianças, em Dezembro de 1986, foram aprovadas pela Assembleia-Geral. Contudo, apenas em 1989 a criança começa a ver os seus direitos protegidos, quando, mais uma vez as Nações Unidas aprovam a Convenção Internacional sobre Direitos da Criança, passando esta a poder usufruir plenamente, pelo menos na teoria, dos seus direitos. Apesar de todos os avanços a que assistimos neste campo, assistimos actualmente a muitos retrocessos, pois o que se defende teoricamente, poucas ou, em alguns casos, nenhuma vez vemos concretizado, já que a aplicação que se faz deste tipo de documentos é irrisória, não permitindo uma evolução no sentido certo (cf. Convenção sobre os Direitos da Criança).

Por esta razão, geralmente se associa globalização a ausência de cidadania e, conseqüentemente, a aumento de problemas sociais; o termo individualismo substitui o de solidariedade, o que origina que, por vezes, as Convenções, Declarações e Regras enunciadas sejam frequentemente esquecidas.

De acordo com Santos, a produção de globalização efectua-se através do «conjunto de trocas desiguais pelo qual um determinado artefacto, condição, entidade ou identidade local estende a sua influência para além das fronteiras nacionais e, ao fazê-lo, desenvolve a capacidade de designar como local outro artefacto, condição, entidade ou identidade rival» (2001: 69).

A mudança e perda de valores é uma constante nas sociedades, particularmente agora que se sentem mais profundamente os efeitos da globalização. Como declara Ferreira, «assistimos, neste final do século, a uma vertigem de mudanças com o sentimento de uma pressão de TER que entrar na corrida deste movimento imparável, arrastados pelo avanço contínuo do «novo» e do «diferente»: novas tecnologias, novas versões de um poder que altera, em cada dia, a face do mundo. Mudam-se os «valores» numa lógica proporcional: cresce a importância do TER, diminui o valor do SER.

A nova lógica do social terá seguramente repercussões na cultura e na família que, por sua vez, será responsável e influenciará a formação da personalidade humana em cada criança que nasce» (1999: 41).

Assim, a globalização (ou globalizações) tem um papel dual, por um lado, é «considerada como o grande triunfo da racionalidade, da inovação e da liberdade capaz de produzir progresso infinito e abundância ilimitada»,

por outro lado, «no seu bojo transporta a miséria, a marginalização e a exclusão da grande maioria da população mundial, enquanto a retórica do progresso e da abundância se torna em realidade apenas para um clube cada vez mais pequeno de privilegiados» (Santos, 2001: 59).

Hespanha defende que é necessária cautela quando se analisa os efeitos da globalização no mundo e na vida de cada um de nós, «é importante reconhecer que as desigualdades não foram inventadas pela globalização. No entanto, a globalização pode ser responsabilizada por amplificar as desigualdades geradas pelo próprio sistema capitalista em vez de promover a sua redução» (2001: 170).

A ideia de uma relação entre globalização e desigualdade social, reflecte-se nomeadamente na questão do desemprego. Goulart inferiu que esta associação não é consensual, na medida em que a produtividade de cada indivíduo e sector e as novas oportunidades dependem de cada país e de cada sector de emprego. «Portugal, sem ter conseguido importantes reestruturações, em que algumas delas também requerem tempo, sendo a educação da população uma das decisivas, enfrenta complicados dilemas. A nível geral, as expectativas legítimas das pessoas aos mais diversos níveis, do bem-estar ao consumo, encontram-se a um nível demasiado elevado para um inadaptado sector (im)produtivo» (s/d: 6-7).

Contudo, o mesmo autor concorda que, apesar da associação não ser, de facto, consensual, há um certo interrelacionamento entre as desigualdades amplificadas pela globalização e o desemprego. Em relação a Portugal, as assimetrias existentes entre as regiões rurais do interior e as regiões urbanas do litoral explicam-se pelas dificuldades em encontrar emprego no mesmo sector ou na mesma região após estar desempregado durante um tempo considerável (desemprego de longa duração), provocando um afunilamento de investimento económico, humano e social nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, o que, como se tem assistido, provoca uma desertificação do interior (*ibidem*: 7).

Os indivíduos tornam-se apreensivos face ao sistema vigente, na economia e no Governo, quando se encontram em situação de desemprego de longa duração, na medida em que o desempregado não encontra soluções e oportunidades, o que poderá ser consequência da fraca ou inexistente escolarização, da idade avançada (segundo Goulart, vivemos na era da «jovencracia») e de flexibilidade inexistente por parte de alguém que trabalhou durante anos na mesma empresa, a fazer exactamente o mesmo tipo de serviços.

5. Pobreza e exclusão social

Voltamos, então, ao ciclo vicioso de pobreza referido por Goulart, onde a falta de formação dos pais desencadeia a falta de oportunidades destes e dos filhos, que por sua vez têm de recorrer a actividades remuneradas

enquanto muito novos para suprimir as necessidades da família ou adquirir bens que de outra forma seria complexo. A pobreza está, então, relacionada com o trabalho infantil e, conseqüentemente, com a exclusão social, quer das crianças, quer dos adultos seus pais.

A elaboração do conceito de pobreza não se faz sem ambigüidades e contradições, pois é muitas vezes confundido simplesmente com a privação de recursos materiais, sendo, dessa forma, o aspecto extremo de desigualdade e de exclusão social. Contudo, não se trata apenas de uma questão meramente econômica, mas também muito relacionada com as carências habitacionais, de higiene e saúde, educação e emprego (Perista e Pimenta, 1994).

Desta forma, poderão ocorrer pensamentos simplistas e a substituir-se o conceito de pobreza pelo de exclusão social, defendendo-se que este «salienta o carácter multidimensional dos mecanismos pelos quais pessoas, grupos e mesmo territórios são excluídos da participação no intercâmbio, nas práticas e nos direitos sociais que constituem a integração social e, desta forma, a identidade» (CCE, 1992, cit. in *ibidem*).

Ainda de acordo com os autores supracitados, há três aspectos principais que se têm em consideração para avaliar uma situação de exclusão: a) dificuldades em alcançar os meios que permitem aos indivíduos auferir uma situação profissional, social e economicamente prestigiante e, conseqüentemente, a mobilidade social ascendente (educação, habitação, emprego, condições de higiene, alimentação, etc.), são os chamados bens básicos necessários; b) com todas estas dificuldades inerentes, torna-se complicado alcançar as ajudas das políticas públicas sociais que de outro modo seriam suas de pleno direito, obrigando muitas vezes à substituição do Estado-Providência pela sociedade-providência; c) por último, encontra-se precisamente a persistência dos factores anteriormente referidos a longo prazo (Room, 1990, cit. in *ibidem*), o que dificulta a vida desses indivíduos, nomeadamente, das crianças, que são as mais vulneráveis. «A exclusão não é, pois, a desigualdade, nem a diferenciação social, nem a desvantagem social; a exclusão é uma ruptura, um processo de descolagem relativamente à sociedade envolvente» (Rodrigues, 2000: 177).

A este propósito, Sebastião insere a noção de «cultura da pobreza», sendo através dela que as crianças se adaptam às dificuldades diárias, «a pobreza infantil é outra face da pobreza urbana, talvez com características mais anômicas, mas resultante da mesma acumulação de factores de desvantagem em determinadas zonas de aglomeração metropolitana (em particular as próximas do centro)» (1998: 12). Ou seja, as condições precárias em que algumas famílias vivem, obrigam as crianças a procurar novas formas de sobrevivência e de adaptação aos obstáculos encontrados, superando-os quer através de formas de marginalização social, quer através de formas menos ostracizantes, mas, ao mesmo nível, excludentes: procurando trabalho clandestino, o que permite o alastramento da pobreza às várias gerações (Almeida, 1994: 35-36).

Assim, se a pobreza não permite a obtenção de determinados bens e recursos de mercado, também não torna tarefa fácil atingir os benefícios concedidos pelo Estado. As crianças encontram-se, portanto, perante uma dupla exclusão social, marginalizadas por causa do grupo e classe social a que pertencem e pela dificuldade em serem abrangidas pelas políticas sociais a que têm direito. «As políticas sociais relativas à infância têm sido remetidas a uma relativa obscuridade, raramente surgindo na primeira linha da investigação. Não se encontrando no centro dos conflitos redistributivos, tende-se a esquecer o peso real que possuem no conjunto das políticas sociais do Estado-Providência, as quais absorvem actualmente uma parte significativa dos recursos disponíveis» (Sebastião, 1998: 17).

O Estado-Providência tem diferenciado a sua estrutura institucional e política, segundo as funções e o papel desempenhado na sociedade. Actualmente, a instabilidade do sistema, pautada pelo desnivelamento demográfico, pela rápida modificação da estrutura familiar, pela persistente crise económica, pelo aumento dos problemas sociais, entre outros, criou novas e graves situações de exclusão social às quais o Estado não está a ser capaz de responder. «A presença de dimensões de risco resultantes dos modos de produção de políticas sociais parece estar associada à ausência de modelos eficazes de gestão do risco social ao nível do Estado» (Carapinheiro, 2001: 219).

Esta situação deveria permitir o alargamento das solidariedades primárias, mas o que ocorre é uma certa «vergonha da desqualificação social» (*idem*: 220) em recorrer àquelas solidariedades, por se desconhecerem os direitos e regalias sociais. Assim, as acções da sociedade-providência são limitadas, não permitindo «compensar a ausência de políticas do Estado e minimizar os efeitos excludentes do capitalismo global nos grupos sociais mais vulneráveis» (*idem*: 221).

Todavia, essa «vergonha social» tende a ser ultrapassada em situações e comunidades pontuais, na medida em que são as solidariedades primárias e, conseqüentemente, a sociedade-providência, quem detém um papel central na atenuação de algumas carências sociais. «Um dos factores que mais têm contribuído para que as insuficiências do desenvolvimento, os baixos rendimentos, a precarização do emprego e a incipiência do Estado-Providência não se tenham traduzido mais generalizada e intensamente em situações de pobreza é a importância que na sociedade portuguesa continuam a ter os laços de entreajuda e as solidariedades familiares, locais e de grupo» (Almeida, 1994: 9).

Com a dificuldade que o Estado-Providência demonstra em combater os problemas sociais existentes, também se torna complicado encontrar receitas financeiras e modelos eficazes de eliminação do trabalho infantil. Apesar de toda esta exploração em termos de constrangimentos que o trabalho de menores impõe às crianças, as suas famílias e os futuros filhos dessas crianças, nem tudo parece pender para o lado da total erradicação do

fenómeno, até porque isso traria custos elevados às grandes instâncias internacionais e aos governantes. O Programa Internacional para a Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC) realizou um estudo que evidencia e compara os custos e os benefícios da eliminação do trabalho infantil no mundo inteiro.

Assim, foram estabelecidos quatro custos fundamentais: a) o custo da educação, através da substituição de escolas e materiais escolares; da contratação de docentes, auxiliares e restante pessoal efectivo, permitindo o acesso ao ensino obrigatório às crianças até aos 14 anos de idade; b) o custo para o Estado com as famílias da transferência das crianças do trabalho para a escola; c) o custo da eliminação das piores formas de trabalho infantil de acordo com a Convenção n.º 182 e d) o custo de oportunidade perdido pelas famílias que terão de sobreviver sem mais um ordenado no final do mês.

Tabela 2. Itens de custo e benefício

Custos	
Oferta de educação	Custos de construir novas escolas, treinar e contratar novos professores, oferecer materiais didácticos adicionais ² .
Implementação da transferência	Custo de administrar o programa de transferência de renda (transferência da criança do trabalho para a escola).
Intervenções	Custo de realizar a eliminação urgente das piores formas de trabalho infantil e atender às necessidades de populações especiais.
Custo de oportunidade	Custo arcado pelas famílias em consequência do valor do trabalho infantil perdido.
Benefícios	
Educação	Benefício de uma melhor produtividade e capacidade de ganho associada a uma melhor educação.
Saúde	Benefício da redução de doenças e lesões, como resultado da eliminação das piores formas de trabalho infantil.

Fonte: OIT/IPEC (2003)

Relativamente aos benefícios, para além dos que não poderão ser contabilizados economicamente («melhores oportunidades de desenvolvimento pessoal e inclusão social»), foram enumerados os da educação (através da escolarização poder-se-á obter melhor produtividade) e da saúde, que, principalmente através da erradicação das piores formas de trabalho infantil, reduzirão os gastos com doenças e lesões.

«O único resultado mais importante é que a eliminação do trabalho infantil e sua substituição pela educação universal devem render enormes

² As metas estabelecidas foram a educação primária universal até 2015 e a educação secundária inferior universal até 2020.

benefícios económicos – além, é claro, dos benefícios sociais e intrínsecos que dão a essa questão um destaque tão grande. De forma geral, os benefícios superam os custos em uma proporção de 6,7 para 1. Dada a distribuição dos custos e dos benefícios, essa proporção é equivalente a uma taxa de retorno interna de 43,8%» (OIT/IPEC, 2003).

A tabela n.º 3 apresenta estes e outros valores obtidos após se ter testado em vários países centrais e periféricos um programa de eliminação do trabalho infantil.

Na Conferência Internacional contra o Trabalho Infantil também se fez um estudo semelhante, que permitiu extrair que «dar instrução às cerca de 246 milhões de crianças obrigadas a trabalhar no Mundo inteiro custará o equivalente a 11 mil milhões de euros (...) correspondente ao valor de três dias de recursos mundiais gastos em armamento» (Jornal de Notícias, ed. 11/05/2004, p. 16). Todavia, «A sociedade (e também a Sociologia) no seu melhor ignora e no seu pior nega a participação activa das crianças em muitas esferas do dia-a-dia» (Morrow, 1994: 141).

Tabela 3. Custos e benefícios totais de eliminar o trabalho infantil em todo o período (2000 a 2020), em milhares de milhões de dólares (em paridade de poder de compra)

Região	Países em Transição	Ásia	América Latina	África Sub-Saara	África do Norte e Oriente Médio	Global
Custos totais	25,6	458,8	76,6	139,5	59,7	760,3
Oferta de educação	8,5	299,1	38,7	107,4	39,6	493,4
Implementação da transferência	0,7	6,3	1,2	1,5	1,1	10,7
Intervenções	0,4	2,4	5,8	0,6	0,2	9,4
Custo de oportunidade	16,0	151,0	30,9	30,1	18,8	246,8
Total de benefícios	149,8	3'321,3	407,2	723,9	504,1	5'106,3
Educação	145,8	3'307,2	403,4	721,8	500,2	5'078,4
Saúde	4,0	14,0	3,8	2,1	3,9	28,0
Benefícios económicos líquidos*	124,2 (5,1%)	2'862,4 (27,0%)	330,6 (9,3%)	584,4 (54,0%)	444,4 (23,2%)	4'346,1 (22,2%)
Pagamentos de transferência	13,1	125,8	23,5	29,1	22,1	213,6
Benefícios financeiros líquidos	111,1 (4,6%)	2'736,6 (25,9%)	307,1 (8,7%)	555,4 (51,3%)	422,3 (22,0%)	4'132,5 (21,1%)

(Entre parênteses, as percentagens do rendimento nacional bruto anual agregado)

* Diferença entre os custos económicos totais e os benefícios económicos totais

Fonte: OIT/IPEC (2003)

Apesar desta análise tão objectiva e quantificada, em Portugal os números não são tão elevados. «De um ponto de vista humanitário, quer o trabalho doméstico quer o trabalho económico não apresentam em Portugal características tão graves como nos países em desenvolvimento. Estamos longe dos casos dos meninos-soldados, da prostituição infantil ou mesmo de mão-de-obra escrava nesses países. No entanto, isto não significa que não seja perigoso ou constitua uma ameaça em termos da ocupação do tempo e da atenção da criança, nomeadamente comparando com os outros meninos que não executam estas tarefas» (Goulart, s/d: 12-13).

Referências bibliográficas

- ALDERSON, Priscilla (2003), «Os Direitos de Participação da Criança na Investigação, no Quotidiano e nas Políticas». In *Ciclo de Conferências de Sociologia*. Braga: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- ALMEIDA, João Ferreira de *et al.* (1994), *Exclusão Social: Factores e Tipos de Pobreza em Portugal*, Oeiras, Celta Editora.
- CARAPINHEIRO, Graça (2001), «A globalização do risco social», in B. de Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto, Afrontamento: 197-225.
- DORMAN, Peter (2001), *Child labour in the developed economies*, Genebra, ILO/IPEC.
- FERREIRA, Teresa (1999), «A criança hoje – entre o Ter e o Ser». In *Pare, Escute e Pense – o sentir, o pensar e o agir na evolução das crianças e dos jovens*, Actas do 1.º Encontro do Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia, Lisboa: 41-46.
- GOULART, Pedro (no prelo), «Estudo: Desemprego e trabalho infantil num contexto de globalização».
- HESPANHA, Pedro (2001), «Mal-estar e risco social num mundo globalizado: Novos problemas e novos desafios para a teoria social», in B. de Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto, Afrontamento: 163-192.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade e Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (2001), *Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil. Medidas Políticas e Legislativas*. Lisboa: MTS/PEETI.
- Ministério da Segurança Social e do Trabalho (2003), *Trabalho Infantil em Portugal 2001. Caracterização Social dos Agregados Familiares Portugueses com Menores em Idade Escolar*, Lisboa, MSST/SIETI.
- Ministério do Trabalho e da Solidariedade (2000), *Trabalho Infantil em Portugal. Caracterização Social dos Menores em Idade Escolar e suas Famílias*, Lisboa, MTS/PEETI.
- PERISTA, Heloísa e PIMENTA, Manuel (1994), «A pobreza urbana – algumas situações tipo», in *Mediterrâneo*, n.º 4.

- PINTO, Graça Alves (1998), *O Trabalho das Crianças. De Pequenino é que se Torce o Pepino (e o Destino)*, Oeiras, Celta Editora.
- RODRIGUES, Eduardo Vítor (2000), «O Estado-Providência e os processos de Exclusão Social: considerações teóricas e estatísticas em torno do caso português», in *Sociologia*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto: 173-197.
- SANTOS, Boaventura de S. (2001), «Os processos da globalização», in B. de Sousa Santos (org.), *Globalização: Fatalidade ou Utopia?* Porto, Afrontamento: 31-98.
- SARMENTO, Manuel Jacinto (2001), «A Infância e o Trabalho: A (Re)Construção Social dos 'Ofícios da Criança'», in *Fórum Sociológico*.
- SARMENTO, Manuel Jacinto (s/d), «Os Múltiplos Trabalhos da Infância», in *Straight to the Point: Should we boycott companies relying on child labour?* Braga, Instituto de Estudos da Criança, UM.
- SARMENTO, Manuel Jacinto, et al. (2000), *Trabalho Domiciliário Infantil. Um Estudo de Caso no Vale do Ave*, Lisboa, PEETI.
- SEBASTIÃO, João (1998), *Crianças de Rua: modos de vida marginais na cidade de Lisboa*, Oeiras, Celta Editora.

IMPACTES TERRITORIAIS E SOCIAIS DA RESIDÊNCIA SECUNDÁRIA EM PORTUGAL

MARIA JOSÉ BOAVIDA CALDEIRA *

RESUMO

A difusão das residências secundárias em Portugal tem contribuído para a criação de novas dinâmicas territoriais, com consequências importantes na configuração da actual rede urbana, sendo de destacar a sua influência no processo de crescimento urbano ligado a fenómenos de suburbanização e rurbanização.

Pode afirmar-se que a residência secundária é responsável pela urbanização de novas áreas, surgem alguns novos aglomerados, outros crescem ou revitalizam-se, quer na periferia das grandes cidades, quer no campo (sobretudo em locais dotadas de condições naturais propícias à sua instalação: beleza paisagística, sossego, muitas vezes mar e praia próximos).

No meio rural as marcas deixadas pelas residências secundárias são igualmente visíveis pois, se no início, as pessoas do campo iam para a cidade, através da residência secundária assiste-se à dispersão da cidade pelo campo, adquirindo os locais características de ambos, entrelaça-se assim o rural e o urbano no mesmo local. Apesar de alguns aspectos negativos a implantação dos alojamentos de utilização sazonal contribui, cada vez mais, para a reabilitação do património arquitectónico tradicional e para uma valorização das culturas locais.

A implantação da residência secundária está não só a modificar a morfologia do sistema de povoamento, está igualmente a contribuir para a alteração da rede de deslocamentos das pessoas, emergindo novas inter-relações e laços cada vez mais complexos entre as pessoas e os territórios. Aos movimentos pendulares diários (casa-trabalho), juntam-se novas apropriações do espaço e movimentos de amplitude maior e de frequência semanal (casa-trabalho-residência secundária).

* Assistente no Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho

1. A Residência Secundária em Portugal

O aparecimento das residências secundárias é difícil de determinar. Remonta a muitos séculos atrás possuir mais do que uma casa e uma delas ter uma utilização menos frequente e cuja finalidade era o descanso, o lazer, a ocupação de tempo livre ou mesmo o exercício de uma actividade que não a principal.

A história da residência secundária em Portugal não difere muito do que se passou noutros países. O que é diferente é um certo desfasamento temporal causado pelo atraso de desenvolvimento do nosso país relativamente a outros estados europeus.

Na sua evolução podemos estabelecer três períodos distintos: um primeiro, bastante longo, que se estende até aos anos 60 do século passado, um segundo que decorre entre 1960 e 1980 e, por último, a partir dos anos 80.

Desde muito cedo que nos podemos aperceber da existência de residências secundárias em Portugal. Eram, no entanto, pouco numerosas, pertenciam às classes privilegiadas e localizavam-se essencialmente em áreas rurais.

Os elementos da corte e da nobreza sempre tiveram por hábito ter mais do que uma habitação, dividindo o seu tempo por diversos locais. Durante a Idade Média, são frequentes as deslocações e estadas dos reis em vários pontos do país; é o tempo das cortes itinerantes.

Até ao último quartel do século XIX, a residência secundária encontra-se intimamente ligada ao mundo rural. Era comum a população urbana mais abastada possuir uma casa de campo, que podia ser na periferia da cidade e era então utilizada com uma maior frequência, ou em locais mais longínquos o que restringia de algum modo a frequência da sua utilização, devido aos problemas da distância a percorrer e ao facto dos meios de transporte serem lentos e desconfortáveis. Em muitas das residências secundárias era usual existir a combinação da função agrícola com a recreativa, sendo frequente residirem aí caseiros que tomavam conta da casa e da propriedade desenvolvendo algumas actividades agrícolas. Para o proprietário era importante a sua função recreativa, não desprezando, contudo, os rendimentos e bens provenientes da agricultura.

Mas a maioria das residências secundárias deste tempo situavam-se efectivamente na periferia das maiores cidades, como Porto e Lisboa. Na região de Lisboa, por exemplo, encontravam-se dispersas por Benfica, Lumiar, Ameixoeira e Sete Rios. Mas também existiam algumas que se localizavam numa periferia mais longínqua, das quais se destacavam as casas apalaçadas e quintas em Alhandra e Vila Franca, próximas dos palácios reais de Samora Correia e de Salvaterra de Magos (ligadas à caça e às touradas). Também em Sintra e Cascais, bem como, nalguns concelhos a sul do Tejo como o Seixal, Almada, Setúbal... se podia constatar a implantação deste fenómeno (C. Cavaco, 1983: p. 19).

O alvorecer do turismo balnear dá-se a partir da segunda metade do século XIX, quando começa a surgir a prática das estadias à beira mar. As nossas classes mais abastadas, copiando as elites europeias, escolhem as praias e passam a juntar às suas temporadas nas quintas, por norma em Agosto, uma estadia na praia durante o mês de Setembro, que no início era associada essencialmente a fins terapêuticos.

O veraneio balnear vai desenvolver-se, em primeiro lugar, nas praias em torno das principais cidades. Perto de Lisboa, ganham fama Belém, Estoril, Cascais ou Paço D'Arcos. No Porto destacam-se a Foz, Leça, Mato-sinhos, Espinho ou até a Póvoa do Varzim que atraía população de todo o Minho, enquanto a sociedade de Coimbra escolhia para sua praia a célebre Figueira da Foz.

Assim, ao longo do século XX, o turismo de mar e praia vai aos poucos atrair todas as classes sociais. E este sim, vai ser o grande responsável pelo desenvolvimento da residência secundária em Portugal.

No segundo período considerado, ou seja a partir dos anos 60, assistimos ao *boom* do turismo em Portugal. Com uma política voltada essencialmente para a atracção dos turistas estrangeiros, este sector vai ter também efeitos indutores no turismo dos portugueses, constituindo assim o alicerce para a grande expansão da residência secundária. Baseado principalmente nas nossas belas praias e condições climáticas favoráveis é o turismo balnear que vai constituir a grande aposta da indústria turística. A melhoria das condições económicas da Europa, o progresso dos meios de transportes e a institucionalização da moda do sol e praia vão atrair grande fluxo de turistas e contribuir para a massificação desta prática.

A afirmação do turismo balnear vai desempenhar um papel muito importante no crescimento da residência secundária, pois se os turistas estrangeiros escolhem como principal forma de alojamento os diversos equipamentos hoteleiros, os turistas nacionais preferem alugar casas à população local ou mesmo comprar ou construir a sua casa perto da praia e, se possível, próximo do local de residência de forma a potenciar a sua utilização e evitar as antigas deslocações diárias à praia nas férias do Verão. É um investimento inicial importante, mas os benefícios a longo prazo são evidentes: é uma residência que pode ser utilizada tanto nas férias, como nos fins-de-semana; é um local onde se pode descansar e recuperar energias e, em princípio, é um investimento de fácil valorização.

Mas não é só o crescimento do turismo balnear o único responsável pelo desenvolvimento da habitação secundária, por trás dele está também o desenvolvimento do nosso país. Algumas alterações demográficas importantes como a forte emigração e as migrações internas que deslocaram consideráveis quantitativos populacionais do interior, para as maiores cidades do litoral, vão também contribuir para que, alguns anos após a partida, o número de residências secundárias aumente, espalhando-se um pouco

por todo o país. Assiste-se, assim, a uma maior diversificação dos locais de implantação de residência secundária.

A massificação e democratização do turismo não agradou às elites lisboetas, que partiram à descoberta de novos lugares com mais prestígio e «melhor frequentados». Por esta altura, começa a estar na moda o Algarve, que se perfila como o futuro grande pólo de atracção do turismo balnear do nosso país, beneficiando do clima favorável, da temperatura da água do mar mais elevada e da profusão de praias. Ocorrem então grandes investimentos turísticos nesta área, atraindo os turistas estrangeiros e as elites portuguesas.

Este crescimento da residência secundária em Portugal teve impactes importantes na organização do território: no litoral reanimou ou transformou antigos núcleos piscatórios em autênticos aglomerados turísticos (como por exemplo a Ericeira, Sesimbra ou a Costa da Caparica), com todas as vantagens e desvantagens que daí podem advir; noutras locais surgiram loteamentos que deram origem a verdadeiros núcleos populacionais com génese na residência de lazer (Verdizela no concelho do Seixal ou Aroeira em Almada); no interior os efeitos foram mais ténues, no entanto, este tipo de habitação também contribuiu para manter e reanimar, pelo menos sazonalmente, algumas das aldeias do Interior.

Convém salientar que o enorme crescimento deste tipo de residências durante este período (taxa de variação 70/81 de 450.3%) (quadro 1) nos deixa algumas dúvidas, não tanto sobre o forte crescimento, que de facto ocorreu, mas devido ao facto de o valor de partida¹ de 1970, nos parecer pecar por defeito. Contudo, este incremento não se deu de uma forma contínua, tendo ocorrido uma estagnação no período revolucionário, entre 1974-76, devido à instabilidade política que se reflectiu também no crescimento da residência secundária. A incerteza política dos primeiros tempos travou a expansão deste fenómeno, o investimento reduziu-se bastante, as classes que tinham algumas posses não o demonstravam, alguns abandonaram o país e os restantes não investiam na habitação, ainda para mais secundária, com o receio de ocupações ilegítimas. Depois de ultrapassada esta fase, assiste-se a um forte crescimento das residências de lazer devido ao maior poder económico dos portugueses, à institucionalização do subsídio de férias² e dos fins-de-semana de dois dias e ao aumento dos loteamentos de grandes áreas, sobretudo clandestinos, a preços relativamente acessíveis, principalmente a sul do Tejo.

¹ A análise estatística só pode ser feita a partir de 1970, porque só a partir deste ano é referenciado este tipo de alojamento nos recenseamentos portugueses. Os valores nele apresentados, levantam-nos contudo, algumas dúvidas porque o recenseamento foi efectuado utilizando somente uma amostra de 20% da população.

² Em Portugal o direito a férias remuneradas, foi instituído em 1937, mas só para trabalhadores permanentes; apenas em 1975 com o decreto lei n.º 292/75 este direito é extensivo aos trabalhadores eventuais, sazonais e contratados a prazo.

Quadro 1. Evolução da residência secundária em Portugal

					Taxas de Variação		
	1970	1981	1991	2001	1970/81	1981/91	1991/01
Total de Alojamentos	2.748.995	3.435.633	4.153.019	5.019.425	25,0	20,9	20,9
Alojamentos de uso sazonal	76.965	184.121	377.524		139,2	105,0	
Alojamentos com ocupante ausente		239.384	281.531			17,6	
Residências Secundárias	76.965	423.505	659.055	924.419	450,3	55,6	40,3
Nº de Famílias	2.345.230	2.924.443	3.113.358	3.619.528	24,7	6,5	16,3
% Famílias com Residência Secundária	3	14,5	21	25,5			

Fonte: Recenseamentos Gerais da População, 1970, 1981, 1991, 2001 INE

Se no segundo período considerado a ênfase vai para o desenvolvimento do turismo balnear e para o grande aumento do número de residências secundárias no nosso país, dos anos 80 até à actualidade, o facto mais importante, para além da continuação do crescimento das habitações de lazer, reside na amplitude que o fenómeno alcança, no crescente peso da residência de uso sazonal relativamente às residências com o ocupante ausente, na maior diversificação de locais de implantação destas residências e na criação de novos tipos de empreendimentos (como por exemplo os condomínios fechados).

Em 1981, existiam 423.505 residências secundárias³ das quais 43.5% (quadro 1) são residências de uso sazonal⁴ e 56.5% correspondem a alojamentos com ocupante ausente⁵. Dez anos depois, o número de habitações secundárias sobe para 659.055 (+ 55.6%) e embora as duas modalidades de alojamento aumentem neste período de tempo, assiste-se a uma inversão de importância dos dois tipos de alojamento, assumindo agora maior peso as residências de uso sazonal, com 57.3%, enquanto que 42.7% são alojamentos com ocupante ausente – as primeiras cresceram 105% e as segundas 17.6. Se na década de oitenta as residências pertencentes a emigrantes é que tinham maior peso no conjunto da residência secundária, na década seguinte (e apesar de o número de residências com ocupante ausente não ter dimi-

³ Consideramos residências secundárias, o conjunto de habitações de uso sazonal e alojamentos cujo ocupante se encontra ausente.

⁴ O INE define-os como alojamentos familiares ocupados que são utilizados periodicamente e onde ninguém tem a sua residência habitual.

⁵ São alojamentos familiares ocupados, pertencentes a indivíduos que nele deixaram de ter a sua residência habitual e que estão ausentes por longos períodos, ocupante emigrado, ou ausente no país.

nuído como se poderia supor por causa do retorno dos emigrantes), o que aumentou mais foram as residências de uso sazonal, ou seja, as residências de lazer pertencentes maioritariamente à população residente no país. Saliente-se ainda que o número de famílias que possuem uma residência de lazer (uso sazonal), aumentou consideravelmente no intervalo de vinte anos (em 1970, 3 em cada 100 famílias tinham residência de uso sazonal e em 1991 esse valor passou para 21) (quadro 1).

As residências secundárias existentes, em 1981, em Portugal Continental correspondiam a 12.3% sobre o total de alojamentos e, em 1991, as residências secundárias aumentam para 15.7% (9%, se só considerarmos as classificadas como de uso sazonal).

A partir da década de 80 ocorreu ainda outra alteração significativa e que consistiu numa maior variedade de locais e de tipos de residências secundárias que podemos encontrar no nosso país.

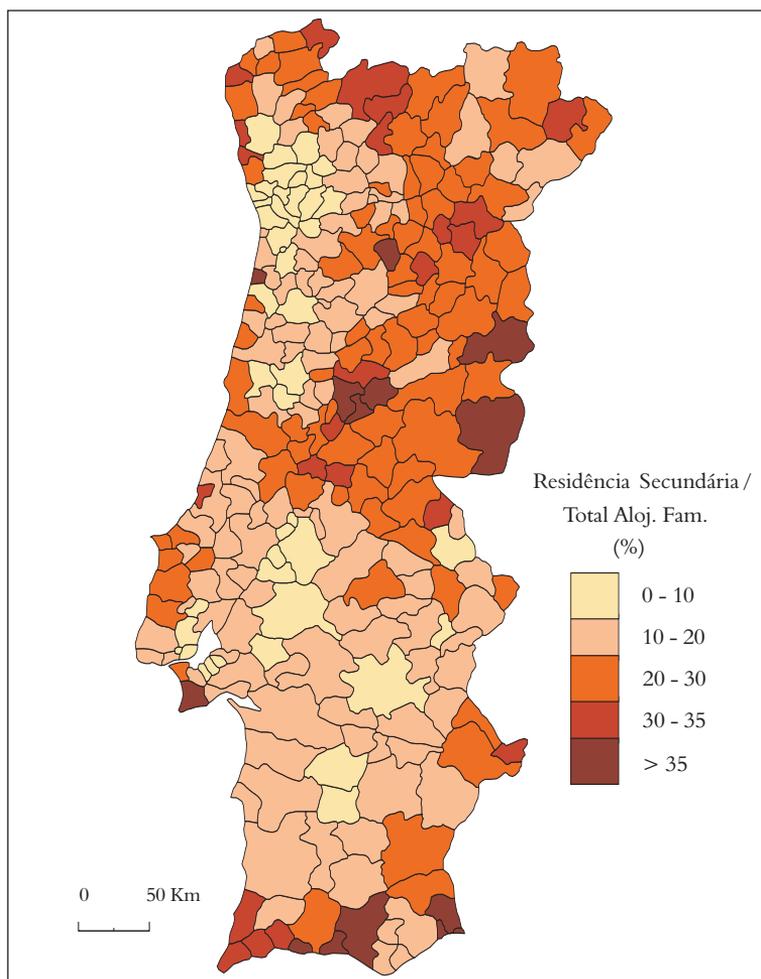
Presentemente, a residência secundária assume já grande importância em muitos dos concelhos do nosso país, apresentando grande diversidade regional, ainda que, de uma forma geral, se possa afirmar que a residência secundária tem maior peso no Norte do que no Sul do país (fig. 1). No Interior Norte são preponderantes as residências com ocupante ausente devido à forte emigração que envolveu sobretudo população destas áreas. A emigração e a concentração de pessoas e actividades no litoral português contribuíram de uma forma decisiva, para o aumento das residências secundárias no Interior do país. Nos últimos anos, este processo tem vindo a ser acelerado pelo progressivo envelhecimento e conseqüente diminuição populacional. No Interior Centro e Sul e no Litoral destacam-se as residências de uso sazonal, sendo o Algarve a região que tem maior percentagem deste tipo de habitações. Em termos absolutos, a residência secundária, nas suas duas modalidades, atinge os maiores valores nas estâncias balneares de renome e na periferia das grandes cidades, estando este fenómeno associado às casas de férias e fins-de-semana, perto da praia, ou em lugar aprazível próximo da residência principal.

Em 2001, a percentagem de famílias que possuía uma residência secundária aumentou para 25,5 e o fenómeno da difusão das habitações secundárias prosseguiu a tendência de crescimento verificada nas décadas anteriores, detectando-se, no entanto, um abrandamento no ritmo de crescimento (quadro 1).

2. Impactes da implantação da residência secundária

O fenómeno de implantação e difusão da residência secundária, tem implicações diversificadas no território, no ambiente e na paisagem, na população e na economia, bem como nas relações culturais e sociais.

Fig. 1. Residência Secundária em 1991



As transformações que provoca podem ser benéficas ou nefastas, mas no cômputo geral talvez as consequências positivas ultrapassem as negativas e o saldo seja um maior progresso, uma melhor qualidade de vida e um certo desenvolvimento local induzido pela residência secundária.

Não é muito correcto enumerar de uma forma generalizada os impac-tes causados pela implantação da residência secundária, dado que os efeitos provocados variam consoante determinadas condições: os locais de fixação, o tipo de povoamento, o tipo de residência secundária, a dimensão que o fenómeno adquire, os modos de aquisição, os laços que unem os proprietários à região, a frequência de utilização, as despesas locais que se efectuam,

a forma como são utilizados os equipamentos, os serviços e a mão-de-obra bem como os projectos que existem para a sua utilização futura.

A avaliação dos impactes tem maior validade e faz mais sentido quando baseadas em casos concretos, pois só aí é possível apreciar de uma forma mais correcta as mudanças induzidas pela residência secundária. A abordagem que em seguida se apresenta tem, portanto, um cunho generalista focando muitos dos efeitos positivos e negativos que podem ser provocados, mas que não acontecem da mesma forma, nem com a mesma intensidade em todos os locais.

2.1. Consequências demográficas

Ao nível demográfico, a alteração mais perceptível consiste no aumento da população sazonal ou seja, num crescimento populacional durante os períodos de utilização da residência secundária, sobretudo nas férias e/ou nos fins-de-semana.

Em algumas áreas este fenómeno pode contribuir para a fixação e crescimento da população, dado que a implantação deste tipo de residências suscita a criação de algum emprego, e contribui para uma melhoria nas dotações em equipamentos e infra-estruturas, factores passíveis de influenciar o processo de diminuição dos fluxos migratórios, podendo até funcionar como atractivos para a instalação de mais população.

Pode também existir um incremento populacional derivado da fixação dos proprietários de residências secundárias após a reforma contribuindo, contudo, para acentuar a percentagem da população envelhecida.

Pode contribuir para retardar o processo de desertificação de certas áreas rurais e reanimar temporariamente esses lugares, dado que, normalmente, as casas aqui localizadas só são utilizadas durante o período de férias, não sendo assim possível manter uma população relativamente estável, uma vez que é difícil criar condições que provoquem o aparecimento de oportunidades permanentes de emprego, factor primordial para a fixação de população.

2.2. Consequências económicas

Os efeitos económicos provocados pela residência secundária são muitos e variados; a sua importância depende da área onde estão instaladas e da intensidade do fenómeno. Se alguns dos lugares não oferecem as condições necessárias então os efeitos podem estender-se a locais vizinhos.

A primeira consequência que se pode apontar advém da aquisição ou construção das casas e da compra dos terrenos, factores que geram fluxos financeiros importantes. O dinheiro proveniente destas transacções contri-

bui para o aumento dos rendimentos da população local. Esta dinâmica pode induzir investimentos elevados, quer de capitais locais, quer mesmo de investidores externos que comprem no local e constroem casas ou empreendimentos nos lugares mais atractivos. No entanto, nestes casos, a maior parcela do lucro destina-se aos grandes investidores que podem posteriormente aplicá-la fora da região, diminuindo os efeitos multiplicadores locais.

A activação do mercado imobiliário contribui para a valorização dos terrenos e do parque habitacional, beneficiando assim a população local que está disposta a vender as suas propriedades. Mas esta valorização também tem o efeito contrário, ou seja, causa problemas à população local que queira adquirir ou até mesmo arrendar casas ou terrenos, uma vez que devido à inflação, se torna difícil para os locais, suportar esse nível de preços.

Com a implantação da residência secundária, outros sectores da economia crescem consideravelmente, destacando-se, entre outros, o comércio, os serviços e a construção civil. Estas transformações decorrem não só do facto de aumentar o número de consumidores, mas também porque se adoptam novos hábitos de consumo.

Ao nível do comércio, o ramo que mais se desenvolve é o da alimentação e bebidas, podendo, no entanto, o interesse dos «residentes sazonais», contribuir para o aparecimento de outros: postos de vendas de produtos locais ou de artesanato, lojas de desporto, etc. Aumenta o número de cafés e restaurantes, bem como dos locais de lazer como bares e discotecas. Crescem os serviços pessoais, os cabeleireiros, as oficinas de automóveis e alguns empregos ao nível das prestação de serviços ao domicílio (empregadas domésticas, jardineiros, etc.). A sazonalidade destas últimas actividades pode ser atenuada, dado que muitos residentes secundários procuram quem trate da sua casa de um modo mais ou menos permanente. O sector da construção civil é dos que mais beneficiam com a instalação da residência secundária – a construção ou reconstrução das casas aumenta, assim como a necessidade de materiais de construção e de mão-de-obra.

Esta transformação económica fomenta o emprego local nestas áreas, contribuindo para o incremento dos rendimentos, a fixação de população e a melhoria do nível de vida. Mas este desenvolvimento é revestido de alguma sazonalidade e o maior ou menor crescimento dos vários sectores depende do número de residências secundárias e da frequência de utilização. A melhor forma de rentabilização destes empregos de carácter mais ou menos sazonal consiste na procura de uma certa complementaridade de actividades. Alguns serviços são subaproveitados e o comércio, para se defender das oscilações da procura, inflaciona os preços, o que pode levar à aquisição de bens noutras locais ou à opção de trazer da residência principal os produtos necessários.

No sector agrícola, a fixação das residências secundárias em áreas rurais pode levar à destruição de terrenos com potencialidades agrícolas e

ao desaparecimento de certas actividades tradicionais. Por outro lado, pode também contribuir para uma maior diversificação das culturas, uma vez que muitas vezes os residentes secundários procuram e valorizam os produtos locais, essencialmente os hortícolas, a fruta e a criação, que são difíceis de encontrar com a mesma qualidade na cidade. Alguns dos residentes, designadamente os de origem rural, optam mesmo por serem eles a praticar uma agricultura de subsistência que lhes dá acesso a esses mesmos bens.

2.3. Consequências ao nível do poder local

O processo de difusão da residência secundária em certas áreas dos municípios deve merecer a atenção do poder local. Com a instalação deste tipo de residências aumentam as receitas devido às contribuições autárquicas, mas também aumentam as despesas.

É necessário maior cuidado ao nível do planeamento e ordenamento do território para não se cometerem atentados contra o ambiente. Torna-se fundamental fazer cumprir a legislação urbanística existente, a fim de se evitarem alguns abusos que põem em risco a qualidade e o enquadramento arquitectónico.

O aumento da população flutuante vai agravar problemas já existentes e vai acelerar a necessidade de construção de alguns equipamentos. É preciso dotar as áreas de infra-estruturas qualitativa e quantitativamente suficientes, sendo necessário criar condições ao nível do saneamento básico, e da recolha e tratamento de resíduos sólidos, para que os problemas ambientais não se agravem.

Para além destas infra-estruturas é muitas vezes necessário criar também espaços verdes, espaços de lazer e ainda equipamentos colectivos. O problema de dotar estes lugares com todas estas condições advém do limiar de procura a utilizar, uma vez que nos períodos em que a população-base se reduz aos habitantes permanentes, os equipamentos existentes excederão largamente as necessidades locais, ocorrendo fenómenos de subaproveitamento. Mas, no cômputo geral, se tudo for correctamente planeado as condições de vida melhoram, não só para os residentes secundários mas também para a população local.

2.4. Consequências sócio-culturais

Os efeitos provocados pela residência secundária ao nível social e cultural fazem-se sentir mais intensamente, nos casos em que esta se localiza em aglomerados já existentes. Nos locais que nasceram a partir da residência secundária o que acontece é, essencialmente, o estabelecimento de

relações de vizinhança e/ou amizade, não existindo usos culturais tradicionais que possam vir a ser alterados. Portanto, neste ponto, vamos abordar as alterações provocadas pelos residentes secundários quando se fixam em núcleos antigos.

O que acontece, normalmente, é uma coexistência pacífica entre a população local e os «residentes sazonais». As diferenças culturais entre o meio urbano e o rural, estão actualmente mais esbatidas, devido ao papel dos meios de comunicação e à mobilidade da população, pelo que os efeitos negativos que poderiam ser provocados ao nível de transformações sociais são muito menores.

Este relacionamento pode, inclusivamente, constituir uma experiência enriquecedora com o intercâmbio de culturas e tradições. A coexistência pode até ser benéfica pois os «urbanos» demonstram cada vez mais interesse em conhecer o património arquitectónico, os usos e os costumes locais. Através destes elementos ficam a conhecer melhor os modos de vida que estão a desaparecer e que fazem parte da nossa cultura popular. Com esta demonstração de interesse pelas tradições, a população local toma também consciência de que é preciso preservá-las, originando-se assim uma maior valorização e animação cultural.

O convívio entre as populações pode influenciar os modelos de comportamento e levar à modificação dos padrões de consumo, com os locais a tentar imitar algumas práticas dos residentes secundários. Esta adopção de novas modas pode ser relativamente inofensiva se se limitar à reprodução de alguns hábitos, mas a outros níveis esta ambição de mostrar um novo estilo de vida pode ter consequências graves. Por exemplo, a adopção de novos modelos arquitectónicos nas habitações pode contribuir para a descaracterização dos locais. Este perigo não parte só da população local, mas também dos residentes secundários, que podem não ter em atenção o enquadramento arquitectónico nem a traça e arquitectura de cariz tradicional.

Finalmente, se o aumento populacional temporário for muito elevado, e isso acontece principalmente nalguns locais do litoral (normalmente durante o Verão), parte da população residente pode sentir-se incomodada não encarando muito favoravelmente o aumento da confusão.

2.5. Consequências nas formas de povoamento e relações territoriais

A difusão da residência secundária, em determinadas áreas, tem consequências importantes na configuração da actual rede urbana, sendo de destacar a sua influência no processo de crescimento urbano ligado a fenómenos de suburbanização e rurbanização.

Pode-se afirmar que a residência secundária é responsável pela urbanização de novas áreas (sobretudo, se dotadas de atractivos turísticos),

quer na periferia das grandes cidades, quer no campo. Este fenómeno é bastante selectivo dado que, por norma, é atraído por locais próximos da cidade mas que, ao mesmo tempo, reúnem um conjunto de condições propícias à sua instalação: beleza ou qualidade paisagística, sossego, muitas vezes mar e praia próximos. Mas estes núcleos, que acabam por albergar uma população maioritariamente urbana e que adquirem por vezes uma fisionomia de pequena cidade, na realidade não o são, dado que a inexistência de algumas funções importantes, bem como o carácter sazonal da ocupação, os desqualificam como tal.

O alastrar da cidade acaba por ter como consequência o afastamento das residências secundárias, que no início se tinham fixado na periferia próxima da cidade, para locais mais longínquos e mais sossegados. Ocupando cada vez mais as periferias mais afastadas, as residências secundárias localizam-se essencialmente nas áreas litorais, dando origem a contínuos urbanizados nas zonas costeiras ou promovendo o crescimento de antigas vilas e aldeias.

A progressão urbana pode também assumir uma forma mais difusa, mais complexa, dado que a residência secundária se pode fixar em locais que mantêm as suas características rurais. Não se pode afirmar que sejam áreas urbanas no sentido estrito, mas também deixam de ser áreas rurais puras, entrelaçando-se o rural com o urbano, conjugando muito da morfologia rural com os hábitos de uma sociedade urbana.

A difusão da residência secundária não está só a modificar a morfologia do sistema de povoamento, uma vez que começam também a emergir novas inter-relações e laços cada vez mais complexos entre os territórios. Para quem possui uma residência secundária, as deslocações regulares modificam-se: em vez dos dois «vértices chave» – casa e trabalho – a partir dos quais se organizam as movimentações, passam a existir três vértices – casa, trabalho e residência secundária. Aos movimentos pendulares diários, juntam-se novos movimentos de amplitude maior e de frequência semanal, assistindo-se ao fim-de-semana ao êxodo urbano para o campo ou para a praia, em busca da natureza, do sol, do ar puro e da água do mar, procurando, afinal, romper com os ritmos e as tensões dos ambientes citadinos.

Como foi descrito, a residência secundária deixa marcas profundas na paisagem, quer através da criação de novos aglomerados, quer pelo crescimento e alterações que provoca nos núcleos já existentes. No que diz respeito à «paisagem urbana», é no litoral que esses efeitos são mais visíveis, em virtude do nascimento de novos aglomerados compostos basicamente por residência unifamiliar ou por grandes conjuntos de vivendas e/ou apartamentos. A construção em altura é o factor que mais contribui para a alteração e degradação da paisagem urbanística e dos locais que muitas das vezes tiveram a sua origem como aldeias piscatórias. O aparecimento de novos lugares ou urbanizações implica consumos importantes de espaço,

o que gera elevados custos ambientais. Para além das áreas de construção dos edifícios, são necessárias novas estradas e caminhos bem como redes de abastecimento, saneamento e equipamentos, ou seja, todo um conjunto de elementos que vão ocupar espaço e transformar por completo a paisagem.

No meio rural estas marcas não são tão fortes e nalguns casos quando inseridas no núcleo urbano, as consequências podem até ser positivas, se houver a compra e reabilitação de casas antigas, contribuindo assim para a recuperação e restauração do parque habitacional. Mas quando se constrói de raiz e não se obedece a determinados padrões arquitectónicos, podem estabelecer-se algumas agressões à arquitectura tradicional com a importação de modelos de outros países ou regiões e que não se adaptam à fisionomia existente. Convém frisar aqui que a recuperação e a reabilitação das residências, bem como a melhoria dos equipamentos domésticos constitui sempre, um factor fundamental para a melhoria da qualidade de vida. O que está em causa não é a intervenção urbanística no sentido da qualificação do património construído, mas sim a potencial destruição de elementos ou de conjuntos arquitectónicos detentores de elevado valor simbólico e estético, designadamente no âmbito da arquitectura tradicional.

2.6. Consequências ambientais

As consequências em termos ambientais são, por vezes, graves e irreversíveis, sendo muito frequente existir degradação do espaço natural, devido à destruição da mancha florestal e da vegetação original. Na fase de maior proliferação dos loteamentos clandestinos, alguns implantaram-se em áreas de paisagem protegida, sem infra-estruturas adequadas, o que implicou uma maior poluição do ambiente, destacando-se por exemplo, a falta de tratamento das águas residuais.

Um dos sectores que devem merecer maior atenção por parte do poder local é, precisamente a protecção ambiental das áreas de residência secundária, sendo necessário planear e dotar os locais de infra-estruturas ao nível da recolha e tratamento dos lixos, água e esgotos. É necessário calcular a capacidade de carga dos locais, pois grandes aglomerados de pessoas, barulhos e automóveis diminuem a qualidade de vida, degradam o ambiente e acabam por afastar alguns dos residentes secundários que vão procurar calma e sossego noutros locais.

Mas se a difusão da residência secundária coloca alguns problemas ambientais também se verifica que a população está cada vez mais desperta para este assunto. A preservação do ambiente é um tema actual, que envolve um interesse crescente. Assim é natural que os residentes secundários também tenham este género de preocupações e tentem não contribuir para a destruição ou degradação do local. Pelo contrário, interessa-lhes preservar

o ambiente, manter uma certa qualidade e um conjunto de características que eles apreciam, dado que muitas vezes um dos motivos mais importantes para a escolha do local para construir a residência secundária é, precisamente, o envolvimento ambiental.

Para finalizar, e tendo em consideração as consequências apontadas, podemos afirmar que a expansão do fenómeno da residência secundária é reflexo do progresso económico e da evolução cultural do país, contribuindo também para o desenvolvimento local. Através dela nascem ou reanimam-se aglomerados urbanos, promovem-se novos modelos comportamentais e dilui-se a dicotomia rural/urbano.

3. Síntese e perspectivas de evolução da Residência Secundária em Portugal

A difusão da residência secundária em Portugal aconteceu com maior intensidade a partir da década de 70, pois foi a partir deste período que se conjugaram um conjunto de factores, quer de índole política, quer de índole económica e social, que possibilitaram um crescimento acentuado deste tipo de residências⁶. De entre estes elementos destacam-se: a melhoria das condições económicas e das acessibilidades, a alteração da estrutura social com um certo *up-grading* de toda a sociedade, uma certa permissividade do poder que permitiu o loteamento de grandes áreas perto do litoral, o aumento do tempo livre, o crescimento das grandes cidades, aumentando implicitamente a «confusão» e o *stress*.

Podemos distinguir duas modalidades de residências secundárias em Portugal: as residências de uso sazonal e as residências com ocupante ausente. As primeiras estão mais relacionadas com residências de férias e fins-de-semana, correspondendo as segundas, essencialmente, a casas de emigrantes. Na década de 70 predominavam estas últimas, situação que foi alterada no decénio seguinte, passando as residências de uso sazonal a ser maioritárias.

Para finalizar, pensamos ser útil avançar com algumas ideias sobre o que possa vir a ser a tendência evolutiva das residências secundárias em Portugal. Assim, temos a convicção de que o número de residências secundárias vai continuar a aumentar, se bem que a um ritmo mais lento. O seu incremento vai depender essencialmente da conjuntura económica e a sua localização será condicionada quer pela moda, quer pelas condições de acessibilidade.

⁶ Relembre-se que o número de famílias com residência secundária passou de 3 em cada 100 em 1970, para 12 em 1991.

As residências com ocupante ausente têm tendência a aumentar ligeiramente devendo-se o seu acréscimo não às casas de emigrantes, mas à progressiva desertificação de algumas áreas do interior.

É natural que exista uma maior diversificação dos locais escolhidos para a instalação das residências secundárias, pois assistimos a uma maior valorização da natureza, das aldeias tradicionais e de locais de qualidade ambiental, o que pode contribuir para uma maior procura destes lugares e para a fixação de residências secundárias, sobretudo se as distâncias relativas em relação às duas Áreas Metropolitanas continuarem a diminuir. Contudo, as áreas litorais vão continuar a ser as mais procuradas para a instalação de residências de uso sazonal, pois as praias vão continuar a funcionar como a grande atracção das férias. É natural que ocorra um processo de difusão da residência secundária nas faixas litorais mais afastadas da Áreas Metropolitanas, procurando-se locais mais sossegados, menos congestionados e com maior qualidade ambiental, como é o caso da Costa Alentejana.

O número de famílias com mais do que uma residência secundária tem tendência a crescer, quer em virtude da melhoria de condições económicas, quer devido ao envelhecimento populacional de muitas áreas do país. No entanto, estas casas vão ter ritmos de utilização correspondentes à descrição anterior: residência principal – residência habitual; residência secundária das periferias da cidade – casa de fim-de-semana; e a residência secundária mais distante da residência principal (residência terciária) – casa de férias.

Há uma tendência para o aumento da procura de casas tradicionais em detrimento da construção de raiz, com uma maior valorização do património arquitectónico tradicional, podendo assim promover-se a reabilitação do parque habitacional de algumas localidades.

Embora a instalação de residências secundárias não possa ser encarada como a solução para resolver problemas de desertificação consumada, em casos onde este fenómeno ainda não atingiu uma forma extrema e, desde que devidamente complementada com outros incentivos, a promoção da implantação das residências secundárias pode vir a constituir uma forma de manutenção e até de revitalização de alguns lugares, uma vez que gera algum emprego, contribui para fixar população e promove o desenvolvimento local. Este processo deve ser estudado e apoiado pelo poder local, uma vez que a sua intervenção ao nível do planeamento e ordenamento do território é fundamental para minimizar os possíveis efeitos negativos.

Bibliografia

- BARBIER, M. B., 1965, «Méthodes d'études des résidences secondaires. L'exemple des Basses-Alpes», *Méditerranée*, n.º 2.
- BRIER, Max-André, 1970, *Les Résidences Secondaires*, Dunod Actualité.
- CAVACO, Carminda, 1983, *A costa do Estoril – Esboço Geográfico*, Ciência e Técnica n.º 6, Editorial Progresso e Social Democracia, Lisboa.
- CAVACO, C., 1979, *O Turismo em Portugal: Aspectos Evolutivos e Espaciais*, Estudos de Geografia Humana e Regional - B1, CEG, Universidade de Lisboa.
- CAVACO, Carminda, 1970, «Geografia e Turismo: Exemplos, Problemas e Reflexões», *Finisterra*, vol. V, pp. 247- 282, Lisboa.
- COPPOCK, J. T. (Edit.), 1977, *Second Homes: Curse or Blessing?*, Pergamon Oxford Geography Series, Oxford.
- CRAVIDÃO, F. Delgado, 1989, *Residência Secundária e Espaço Rural – Duas aldeias na Serra da Lousã – Casal Novo e Talasnal*, Coleção Estudos 10, Faculdade de Letras, Coimbra.
- CRIBIER, Françoise, 1973, «Les résidences secondaires des citadins dans les campagnes françaises», *Études Rurales*, Jan-Jun 49-50, pp. 181-204.
- FRESNO, C. Canto, 1985, «Localización de residencias secundarias y modelo territorial, el ejemplo de Madrid», *Espacio, Sociedad y Economía en la Comunidad Autónoma de Madrid*, Asociación Madrileña de Ciencia Regional, Madrid, pp. 97-119.
- INE, Recenseamento Geral da População e da Habitação, 1970, 1981, 1991, INE.
- MOPT e GOVERNO BALEAR, 1990, *Desarrollos de Segunda Residencia*, Colóquio Internacional, Palma de Mallorca.
- REGIÓ METROPOLITANA DE BARCELONA, 1991, *La residència secundària*, Papers 8, Territori-Estratègies-Planejament, FMB, AB, Barcelona.
- RENUCCI, Janine, 1984, «Les résidences secondaires en France», *Revue de Géographie de Lyon*, n.º 1-2, Lyon, pp. 29-41.
- SALGUEIRO, T. B., 1992, *A Cidade em Portugal – Uma Geografia Urbana*, Edições Afrontamento, Cidade em Questão, Lisboa.
- SANTOS, Maria da Graça P., 1992, *A residência secundária no âmbito da geografia dos tempos livres – Análise comparativa dos casos de S. Pedro de Moel e Praia de Vieira*, Coimbra.
- SIRGADO, J. R., 1990, *Turismo e Desenvolvimento Local e Regional – O caso do concelho de Lagos na região do Algarve e no país*, Dissertação de Mestrado em Geografia Humana e Planeamento Regional e Local, Fac. de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa.
- VALENZUELA, M., 1976, «La Residencia Secundaria en la Provincia de Madrid. Génesis y estructura espacial», *a Ciudad y Territorio*, 2-3, pp. 135-152.

TRAJECTÓRIAS E SENTIDOS DO TRABALHO DE TOMAR CONTA DE CRIANÇAS PARA UM GRUPO DE MÃES DE UMA CRECHE DOMICILIAR ¹

ANA CRISTINA COLL DELGADO ²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar as relações de trabalho vividas por uma trabalhadora de creche domiciliar no município de São Gonçalo/RJ. Focalizo os sentidos de ser mulher, mãe e trabalhadora a as ambiguidades decorrentes de uma atividade que concilia a maternidade e os cuidados da casa com um trabalho sem direitos sociais. O referencial teórico abrange estudos sobre trabalho informal, clandestino e ilegal, gênero e famílias das camadas populares. As análises evidenciam uma ruptura com perspectivas centradas apenas na falta, negatividade ou pobreza desta atividade.

1. Introdução

Este artigo apresenta parte dos resultados de um estudo de caso etnográfico realizado em uma creche domiciliar³ de um bairro popular do município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, nos anos de 2000 a

¹ Professora adjunta do Departamento de Educação – FURG.

² Este artigo será também publicado, em 2005, na Revista Brasileira de Educação – Anped.

³ Esclareço que esta é uma análise sociológica de práticas sociais de cuidado/educação em ambiente informal, que eu denomino de creche, embora com um sentido diferente do que a legislação estabelece. Não estou tratando do termo «creche domiciliar» enquanto uma instituição legalizada, com fiscalização e estratégias de formação das trabalhadoras. Uso o termo, porque o trabalho efetivamente acontece no domicílio da trabalhadora que recebe pagamento mensal das famílias. Compreendo que as designações e nomes são construídas socialmente e o uso do termo creche domiciliar é sociológico, isto é, as palavras correspondem a uma referência pelo uso social da linguagem e não pela adequação da lei, ou científica do termo.

agosto de 2001⁴. O objetivo central do estudo foi analisar os significados do trabalho de tomar conta de crianças para uma trabalhadora e um grupo de mães, e os desdobramentos desse trabalho no cotidiano. Focalizarei as análises no trabalho realizado pela profissional responsável pela creche domiciliar, que denomino de Denise. A partir de seus percursos busco entender as relações de trabalho e as negociações que se estabelecem no local. Caracterizo esse trabalho como informal e instável, clandestino e ilegal, assim como o trato como domiciliar, o que é diferente de trabalho doméstico.

A trajetória de Denise demonstra como vida pessoal e trabalho estão interligados. Os sentidos de ser mulher, mãe e trabalhadora influenciam as percepções sobre o trabalho na creche domiciliar, o que está repleto de ambigüidades. Denise optou por conciliar a maternidade e os cuidados da casa com uma atividade que lhe proporcionasse uma renda. Ela vive em uma família monoparental e faz parte de um fenômeno social que atualmente a literatura tem denominado de feminização da pobreza. Mas ela não é apenas isto: há significados, saberes e sentimentos acerca do seu trabalho e da sua vida que são contraditórios, tais como o modelo de família conjugal que ela tem como referência, as percepções de ser mulher e mãe como vítima, as experiências dos corpos de mulheres compreendidas como sofrimento, limitação e dor e, ao mesmo tempo, a valorização da figura feminina.

As ambigüidades da atividade emergem quando ela constrói um raciocínio a respeito do que faz que oscila entre ser mãe substituta, tomadora de conta, tia, professora ou psicóloga. Os sentidos sobre a sua atividade estão envoltos em expectativas, sonhos, frustrações e tensões que vive enquanto mulher, mãe e trabalhadora sem direitos sociais. Nesse emaranhado de experiências percebi um movimento de culpabilização das mães das crianças cuidadas por ela e de culpa dela própria enquanto mãe, o que também é ocasionado pelas disputas e pela insatisfação de quem realiza um trabalho informal, instável e clandestino. Estes são os principais aspectos que desenvolverei ao longo do artigo.

2. Relações de trabalho e negociações na creche domiciliar

A trajetória de Denise possibilita compreender quem é esta mulher que se tornou tomadora de conta de crianças e os fatores que podem explicar os motivos que a levaram a abrir uma creche domiciliar. Este é um caso, entre

⁴ Trabalho neste texto com uma parte das análises desenvolvidas no segundo capítulo de minha tese de doutorado: *«Toma-se conta de crianças»*. Os significados do trabalho e o cotidiano de uma creche domiciliar.

outros do bairro Saudade⁵, que indica que a origem social, as condições econômicas, a baixa escolaridade e o fato de ser mulher e mãe responsável pelo sustento da família são dados que interferem na escolha da atividade. Por outro lado, as experiências de cuidar crianças pequenas desde o final da primeira infância e as ocupações domésticas também contribuíram para que Denise se tornasse uma tomadora de conta.

Denise é uma mulher que enfrentou limitações para ocupar posições no mercado formal de trabalho, decorrentes de sua baixa escolaridade e da ausência de formação profissional. Isto reduziu suas possibilidades de trabalho aos serviços domésticos quando mais jovem e ao mercado informal e à clandestinidade da creche domiciliar quando casou e se tornou mãe.

Tanto no que diz respeito à posição profissional da tomadora de conta de crianças, como dos familiares, se pode conjecturar que estes grupos vivem no mercado informal de trabalho, ou no trânsito entre o formal e o informal, no vai e vem de estar empregado/a ou desempregado/a, com um salário fixo, ou vivendo de *bicos*, expressão recorrente entre algumas das mulheres entrevistadas. Denise e os familiares das crianças buscam sobreviver num contexto de reestruturação do mercado capitalista, onde há uma crescente diminuição e precarização dos empregos. Essas pessoas formam um grupo de uma imensa população que vive de trabalho às margens da proteção formal.

Denise está sujeita a dificuldades decorrentes da ausência de direitos trabalhistas, pois não tem registro em carteira e não contribui para a previdência, assim como não tem uma faixa salarial estável. Portanto, caracterizei seu trabalho como informal, clandestino e domiciliar. Devido às peculiaridades dessa atividade, tais características se interpenetram e, em alguns momentos, eu as comentarei conjuntamente.

2.1. Informalidade e instabilidade de renda: quais acordos e negociações?

Do ponto de vista do direito do trabalho⁶, essa é uma atividade sem registro e sem vínculo com o INSS – Instituto Nacional do Seguro Social – e, por isto, informal. Embora o direito do trabalho classifique e defina o que é trabalho informal, na legislação não há qualquer tipo de garantias ou direitos para os trabalhadores informais. Denise não está amparada por

⁵ Este é um nome fictício que atribuo ao bairro no qual realizei o estudo etnográfico.

⁶ Encontrei referências para fazer tais afirmações em Martins, Sergio Pinto. *Direito do Trabalho*. 13 ed. São Paulo: Atlas, 2001 e Carrion, Valentin. *Comentários à consolidação das leis do trabalho*. Legislação complementar jurisprudência atualizada e ampliada. 26 ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

nenhuma proteção legal, o que permite enquadrá-la em uma atividade que está fora da lei, pois não possui vínculos com os deveres da legislação e não é protegida por direitos.

Algumas pessoas, como as que fabricam e vendem comidas, doces ou roupas em casa, são autônomas, isto é, trabalham de forma independente e sem relação de emprego formal, mas contribuem com o INSS na categoria de contribuintes individuais. Este não é o caso de Denise, que não se enquadra no que a legislação do trabalho reconhece como trabalho autônomo.

De forma geral, os termos trabalho informal, trabalho ilegal ou clandestino são encontrados na literatura, para definir um tipo de trabalho que se caracteriza pela ausência de proteções sociais. Interessa-me apresentar alguns comentários de Chinelli & Durão (1999); Potengy & Paiva, (1999) e Mozère, (1997) que estudam as novas relações de trabalho e as redes de informalidade, porque Denise vive em um contexto marcado por estas novas relações que produzem modificações nas vidas das pessoas, afetando a organização do tempo e dos espaços familiares.

Como escrevem Chinelli & Durão (1999) estamos diante de uma nova ética social e isto produz antagonismos, divergências e opiniões diversas no âmbito da informalidade. Surgem novas formas de emprego, de trabalho autônomo e novas formas de figuras profissionais que se encontram entre o trabalho dependente e as mais diversas alternativas de inserção informal. Estas autoras ainda ressaltam, como temos observado em outros textos sobre o tema do trabalho informal, que as pessoas se tornam camaleões, numa aventura permanente que mistura os acontecimentos profissionais e os da vida cotidiana.

De acordo com Potengy & Paiva (1999) essas transformações, que repercutem nos modos e estilos de vida, obviamente têm reflexos no marketing e nas técnicas virtuais, hoje também presentes no espaço privado. As placas discretas que anunciam os serviços de tomar conta de crianças, a propaganda «de boca» que consiste em transmitir informações, que se deslocam entre a vizinhança, sobre a eficiência do trabalho ou sobre os serviços das concorrentes e negociações de preços mais ou menos equiparados, contribuem para a formação de um tipo de mercado informal, privado, criado e ajustado pelas mulheres que oferecem esses serviços no bairro e pelas mulheres que os procuram.

Mozère (1997), focaliza o trabalho informal a partir de estudos de diversos autores: Amselle (1980); Castells, Benton & Portes (1989, 1994); Donzelot (1994); Laé (1993); Lautier (1994); Morice (1996); Pichon (1995); Sassen (1989, 1991, 1996); Tarrius (1996), entre outros. Apesar de escrever sobre o trabalho informal no contexto francês, ela estabelece relações com outros países desenvolvidos e do Terceiro Mundo, incluindo o Brasil.

Estar na informalidade é se «fazer camaleão, se esconder, conhecer os lugares e as redes, saber o momento certo de se unir ao território, mas

também saber se desligar quando for preciso» (Tarrius apud Mozère, 1997).

Diversos autores citados no texto de Mozère, não compreendem a economia formal e a informal como espaços distintos ou fechados; argumentam, por exemplo, «que a maior parte das empresas opera ao mesmo tempo na economia formal e na informal» ou que «a ordem pode criar a desordem e a economia formal pode engendrar a informalidade» (Castells e Portes apud Mozère, 1997).

Mesmo que este trânsito entre a economia formal e informal não atinja diretamente a tomadora de conta, as pessoas com as quais ela convive ou faz acordos se encontram nesta situação. Este é o caso de seu ex-cônjuge, que oscila no vai e vem dos serviços formais e informais, situação que também caracteriza os familiares do sexo masculino das crianças.

Embora a informalidade desse trabalho, que não é reconhecido e legalizado pelos órgãos públicos, engendre a clandestinidade, a tomadora de conta estabelece, de certa forma, um contrato com os familiares das crianças e tem seu serviço reconhecido e legitimado pelos grupos que dele usufruem.

Já no primeiro contato com as mães ela esclarece sobre horários, preços, atividades e responsabilidades que assume e mostra as dependências da casa⁷.

Esse contrato com os familiares, de certa forma, legitima os serviços de tomar conta de crianças. Mas tal relação não exclui a instabilidade e incerteza, no que diz respeito à tomadora de conta manter sua família e pagar suas despesas, pois há uma dependência da situação de emprego/desemprego dos familiares das crianças.

2.2. Clandestinidade e ilegalidade do trabalho

Do ponto de vista da legislação do trabalho, não poderia classificar o trabalho de Denise como clandestino e ilegal, visto que não encontrei referências no direito do trabalho ao trabalho clandestino, uma vez que é considerado ilícito e abrange atividades como contrabando ou tráfico de drogas, que pertencem ao campo do Direito Penal. O mesmo ocorre com o trabalho ilegal, que inclui o trabalho escravo, sem salário mínimo, por exemplo. Como Denise não faz nada ilícito, ou contra a lei, o que não quer dizer fora da lei torna-se necessário justificar tal opção.

⁷ O café da manhã, o almoço e o jantar são fornecidos por ela, mas as mães devem contribuir semanalmente com biscoitos, frutas, iogurtes ou outros alimentos que as crianças estão acostumadas a comer fora das três refeições. As mães das crianças menores de um ano devem levar fraldas descartáveis e uma roupa para as trocas do final do dia, além do leite ou farinha para o preparo das mamadeiras. Denise cobra uma taxa de 60,00 reais para cada criança de zero a seis anos que permanece na creche, de segunda-feira a sexta-feira, ou nos finais de semana e feriados quando necessário. Estas informações foram obtidas no ano de 2001.

Quando caracterizo o trabalho de Denise como clandestino e ilegal, eu o faço tomando como referência de análise a Nova LDB 9.394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Para Oliveira (2002: 81), incluir a creche no sistema de ensino significa elaborar uma proposta pedagógica e atender critérios pedagógicos de desenvolvimento de competências pelas crianças, além de outros requisitos que uma instituição para crianças deve apresentar, como ambiente limpo, saudável, organizado e com cuidados físicos observados. Um outro aspecto destacado na Nova LDB diz respeito à valorização dos profissionais de educação. A creche deve ser dirigida por um adulto habilitado na área da educação, podendo este contar com profissionais de outras formações. O trabalho junto às crianças na creche deve ser exercido por professor com formação mínima de curso normal em nível superior.

Como este não é um trabalho legalizado, Denise vive uma situação de clandestinidade frente à sociedade como um todo. Ainda que o serviço seja reconhecido no bairro e procurado pelos moradores, tanto a tomadora de conta como os familiares das crianças parecem compreender que é um trabalho situado na clandestinidade, o que provoca situações inusitadas, quando outras pessoas visitam o local.

Provavelmente por entender que creche é um espaço educativo com regulamentos e normas e que, por isto, não é qualquer pessoa que pode abrir uma creche, Denise relatou sua intenção de concluir os estudos, pois compreende que a legalização de seu trabalho depende de uma qualificação com nível universitário. Ela também forneceu indícios de que reconhece a situação de clandestinidade da sua atividade, pois tem receio de usar a designação creche, que sugere uma instituição credenciada: *Era mais coisa de fundo de quintal como chegaram a dizer, coisa de fundo de quintal (...).*

Nesse sentido, ela explicou que se colocar a palavra creche na placa, os familiares que procuram os serviços sabem que a palavra sugere *credenciamento*, ao passo que o anúncio *toma-se conta de crianças* indica que há uma pessoa que se habilita a tomar conta de crianças, mas que não tem formação e credenciamento para tal atividade.

2.3. Trabalho no domicílio, flexibilidade de horários e redução do tempo de lazer

No caso de Denise é necessário estabelecer uma diferenciação entre trabalho doméstico e trabalho domiciliar. O trabalho doméstico, ainda pouco investigado no Brasil, ocupa, segundo o estudo de Santos (2001: 132), uma posição importante na economia brasileira, pois uma parcela significativa da população brasileira está concentrada nos serviços domésticos. Denise executa um trabalho domiciliar, embora tenha passado por empregos como o de babá ou empregada doméstica a partir dos 12 anos de idade.

O trabalho doméstico enquadra-se nas atividades formais que abrangem uma ampla categoria como empregada doméstica, babá, caseiro ou motorista. Esta categoria de empregados/as trabalha para uma família e mantém uma relação de emprego, de subordinação e de hierarquia. Atualmente Denise trabalha dentro da própria casa, mas sendo este um trabalho totalmente desvinculado das instituições da lei, não poderia classificá-lo como doméstico.

Para Denise seu trabalho lhe proporciona algumas vantagens, e ela reconhece que não conseguiria uma ocupação melhor considerando seu grau de escolaridade. Em algumas situações ela disse que vê vantagens em ser seu próprio patrão e, mesmo em meio a uma extensa jornada de trabalho, o seu cotidiano, de certa forma, apresenta uma autonomia relativa de trabalho.

O trabalho realizado dentro de casa e em contato com as filhas é o que proporciona que Denise se sinta mais livre. Por outro lado, esta autonomia é relativa, porque ela organiza seu trabalho em função das expectativas dos familiares das crianças. Se não considerasse as necessidades dos familiares, provavelmente não estaria trabalhando como tomadora de conta de crianças, e tampouco conseguiria sobreviver.

O trabalho domiciliar acontece junto às atividades e rotinas da casa, mas também é trabalho social e econômico, porque pressupõe acordos, pagamentos e rotinas que envolvem entrada, permanência e saída de crianças que não fazem parte do universo familiar da tomadora de conta.

Dentro dos acordos estabelecidos ocorre uma flexibilidade de horários e concessões que evidenciam a necessidade de Denise de manter um número suficiente de crianças para sobreviver e preservar sua fonte de renda. Tais concessões, porém, limitam sua vida privada e, mesmo que ela tenha preferido trabalhar na própria casa e ser seu próprio patrão, não dispõe de um tempo para si dentro da própria moradia.

O que considero problemático é que Denise não dispõe de tempo para o lazer ou para o exercício de outras atividades sociais e culturais. Quando encontra tempo para o lazer, isto geralmente acontece na companhia das filhas.

Tempo de trabalho e tempo de viver (Chinelli e Durão, 1999) estão amalgamados entre si e isto produz sentidos, significados culturais e corporais diversos, subjetividades e modos de percepção de ser e estar no mundo pelas figuras femininas. Os homens do bairro Saudade circulam mais pelas ruas e não se limitam aos vínculos com a casa e família. Provavelmente seja esperado de mulheres como Denise que elas cumpram os papéis de mãe, esposa e mulher.

Para Denise, as dificuldades econômicas impedem que viva outras experiências além do trabalho e das responsabilidades da casa e criação das filhas. Nesse sentido, não podemos ignorar o lado mais perverso desta ativi-

dade, «como a precarização das relações de trabalho e seus rebatimentos na perda de status e na subjetividade dos trabalhadores; a redução dos salários e dos benefícios sociais (...)» (Chinelli e Durão, 1999).

3. Os sentidos de ser mulher, mãe e trabalhadora em uma família monoparental

Como mulher responsável pela criação e sustento das filhas, Denise tem procurado formas de sobrevivência num contexto marcado por dificuldades sociais e econômicas. Por esta razão penso que é necessário um olhar sobre ela enquanto mãe, mulher e trabalhadora que permita analisar os sentidos que atribui à sua existência em uma família monoparental. Tais sentidos são marcados por ambigüidades e contradições.

Denise toma conta dos/as filhos/as de outras mulheres na própria casa; podemos caracterizar este serviço em São Gonçalo como uma atividade representativa da atual conjuntura social, econômica e política, marcada pelo crescimento do setor informal e da violência gerada pelo tráfico de drogas. A creche de Denise é um local que se estrutura a partir de horários e rotinas de alguns grupos das camadas populares e, de forma geral, as mulheres que procuram seus serviços desempenham profissões domésticas, não dispondo de tempo suficiente para permanecer com os/as filhos/as em casa.

Existe uma relação entre a trajetória de vida de Denise e a sua ocupação como tomadora de conta de crianças, mas também há relação entre a sua ocupação e a reestruturação do mercado de trabalho capitalista, que causou mudanças na organização das famílias afetando as condições materiais de existência de grupos das camadas populares. Desta forma, com o desemprego ou a escassez de empregos no mercado formal para os homens, as mulheres trabalham como domésticas ou como autônomas fazendo faxinas para garantir a sobrevivência das famílias. Sem o apoio de parentes ou vizinhos que outrora ajudavam a cuidar das crianças pequenas, e sem creches públicas ou comunitárias com atendimento de zero a três anos, conforme estabelecido na Nova LDB, a saída é procurar serviços como a creche domiciliar de Denise, que se organiza em função das necessidades das mães das crianças e dela própria.

De um lado Denise é uma mulher afastada do mercado formal de trabalho e responsável pelo sustento dos/as filhos/as. De outro lado, depende de mulheres que enfrentam problemas semelhantes para garantir a sua sobrevivência. Ambas as partes convivem em um local marcado pela ausência de serviços públicos educativos para as crianças pequenas e restrições de ajuda por parte de avós ou outros parentes, quando as mulheres necessitam trabalhar.

A escolha do trabalho de Denise está vinculada a três motivos que se relacionam com suas condições de vida e com as saídas que ela própria encontrou para conciliar a maternidade com o trabalho. O primeiro deles diz respeito à baixa escolaridade e às poucas chances de conseguir um trabalho mais qualificado. Com o casamento, Denise interrompeu os estudos e nem mesmo concluiu o ensino fundamental. Desta forma seria inviável para ela obter uma ocupação melhor do que a de empregada doméstica.

O segundo se refere à opção de ficar perto das filhas e conciliar o trabalho com as atividades da casa. A atividade de tomar conta de outras crianças lhe proporciona permanecer em casa e obter um rendimento igual, ou maior, do que o obtido quando se trabalha fora de casa, especialmente em ocupações domésticas. Como não há garantias de segurança no local onde reside, Denise preferiu ficar perto das filhas fazendo algo que lhe proporcionasse uma renda, pois o marido não tinha emprego estável.

O último motivo e o mais significativo nas análises de Denise é o da possibilidade de autonomia na atividade que realiza, ainda que se trate de uma autonomia relativa, conforme já esclareci. A decisão de ganhar dinheiro na própria casa permitiu a Denise ser o seu próprio patrão, num trabalho que acontece junto às atividades domésticas cotidianas. Tomar conta de crianças na própria casa foi a solução que ela encontrou para garantir sua sobrevivência econômica.

3.1. Ser mãe e trabalhar para ter uma renda: a feminização da pobreza

No Brasil, as mulheres das camadas populares que criam os filhos pequenos sozinhas estão mais próximas da linha da pobreza. Denise é uma mulher que enfrenta tais dificuldades, considerando sua situação familiar e seu contexto local sem creches públicas para as crianças pequenas. Ela faz parte do universo de um fenômeno denominado por Lavinias (1996); Torremocha & López (1999); entre outras autoras, «feminização da pobreza». Para Lavinias (1996), a feminização da pobreza é hoje um fenômeno contemporâneo que surge como uma categoria sexuada e com características próprias, reunindo duas fragilidades: ser do sexo feminino e das camadas populares.

Este não é, contudo, um fenômeno que atinge somente os países do terceiro mundo. As pesquisadoras espanholas Torremocha & López (1999) definem feminização da pobreza como o maior risco que as mulheres apresentam, frente aos homens, de serem pobres. Elas geralmente ocupam posições mais frágeis no mercado de trabalho, devido às diferenças salariais decorrentes da concentração em profissões com nível de qualificação e remuneração mais baixos.

Para ambas (1999: 46), a maior vulnerabilidade das mulheres à pobreza se agrava quando elas são as únicas provedoras de uma família e necessitam cuidar das pessoas dependentes, principalmente dos/as filhos/as pequenos/as. Em geral são as mulheres mais jovens, procedentes de uma ruptura matrimonial e que chefiam famílias maiores as que padecem de situações de pobreza mais graves.

Desta forma, elas defendem a tese de que a pobreza não é somente reflexo da insuficiência de recursos econômicos, mas igualmente de situações sociais, familiares e pessoais muito precárias, que tornam as mulheres mais vulneráveis aos processos de exclusão social. Entendo que é necessário cuidado no uso do termo exclusão social mesmo que as análises sobre a feminização da pobreza ajudem a compreender o caso de Denise, e ainda constatando que ela provavelmente enfrenta maior insuficiência de recursos sociais, educacionais, econômicos e familiares do que as mulheres analisadas pelas pesquisadoras espanholas, nem por isso a vejo tão somente como excluída.

Alguns/as estudiosos/as sobre famílias das camadas populares como: Fonseca (1995); Sarti (1995, 1996); Romanelli (1997) e Salen (1981) reconhecem que nos arranjos familiares monoparentais as taxas de pobreza em geral são maiores. Sarti (1996) comenta que na literatura sobre famílias existe uma relação entre pobreza e responsabilidade da figura feminina pela manutenção das famílias.

De forma geral, a literatura consultada sobre feminização da pobreza discute a situação de mulheres sozinhas e responsáveis pela criação e sustento dos/as filhos/as, um fenômeno que não é recente mas que tem aumentado, sobretudo nos países pobres. Essa literatura auxilia a compreender o caso de Denise, a sua atividade econômica, as relações sociais que ela estabelece, bem como suas percepções sobre ser mãe, mulher e trabalhadora. Na medida em que ampliei esta análise, no entanto, um outro olhar sobre a problemática despontou: o de que Denise, embora mulher, pobre e membro de uma família monoparental, apresenta outros significados sobre a sua existência.

Tais significados, embora fortemente marcados pelas condições materiais de existência e pela classe social, têm igualmente um recorte de gênero, principalmente no que diz respeito à posição de Denise enquanto mulher e mãe em uma família monoparental. Nesse sentido, as restrições sociais, econômicas e culturais que lhe são impostas produzem subjetividades e modos de significar sua existência muito peculiares.

O fato de ser a única provedora e responsável pela educação das filhas não parece ser algo resolvido por Denise. Ela se ressentida por não fazer parte de um arranjo familiar no qual o homem é o pai e o provedor. Ser mulher e mãe é algo que para ela assume significados de sofrimento e de fragilização. Por outro lado ela se valoriza, principalmente porque pode tomar decisões

sem o apoio dos homens. Ela apresenta ambigüidades nos discursos e tanto vitimiza quanto valoriza os sentidos de ser mulher, assim como relaciona os corpos femininos com dor e sofrimento e, ao mesmo tempo, sente prazer em trocar carinho com as crianças.

3.2. *Viver em uma família monoparental e desejar uma família conjugal: vitimização e valorização dos sentidos de ser mulher*

A experiência do casamento foi relatada por Denise como frustrante – *com 15 anos... prá mim eu posso dizer que caí na besteira de me casar* – e, não raro, ela demonstrou seu descontentamento com a situação da separação, uma vez que os encargos financeiros e a educação das filhas foram assumidos por ela de forma integral.

O percurso de Denise após a separação sugere um tipo de vida que se voltou para o trabalho, estudo e criação das filhas. Em quase todos os seus depoimentos percebi um discurso negativo a respeito dos homens, assim como nos comentários sobre as frustrações dela e das filhas com relação ao comportamento do ex-marido que, ao assumir uma outra família, passou a dedicar pouco tempo para as filhas do primeiro casamento.

A partir da sua experiência de vida e também pelo conhecimento das experiências das outras mulheres com as quais convive, Denise considera que é mais fácil ser homem, mesmo na atualidade, quando é possível, por exemplo, que os filhos fiquem com os pais após as separações, o que ela vê como uma vantagem do ponto de vista legal, mas como uma opção improvável na prática, uma vez que, para ela, os homens preferem a liberdade. Na ótica de Denise, as separações implicam em rupturas e aumento das dificuldades para as mulheres, pois além de assumir a criação dos filhos sozinhas – porque geralmente os homens constituem novas famílias – elas sustentam a casa e, em alguns casos, também pagam as dívidas dos ex-maridos:

Embora sustente um discurso negativo sobre a experiência do casamento, quando comenta sobre o lugar da figura masculina na família seu desejo parece o de estar num casamento no qual a estrutura familiar seja a nuclear. O lugar ocupado pela figura masculina no casamento, para ela, vincula-se à imagem do homem dentro de casa, que não só garante o sustento da família, mas também oferece segurança expressa pelo respeito, contato e carinho com os filhos. A função do carinho e do cuidado com os filhos, na sua perspectiva, é quase sempre delegada à figura materna, embora ela almeje um posicionamento mais igualitário.

A importância que a figura masculina assume para Denise, mesmo quando ela expressa ressentimento, é um aspecto analisado por estudos antropológicos realizados em favelas brasileiras. Alguns autores ressaltam que não existe uma relação de equivalência entre mulheres que assumem a

chefia das famílias e a superação das assimetrias de gênero. Sarti (1995, 1996), Romanelli (1997) e Salen (1981), em estudos sobre famílias das camadas populares, têm evidenciado que as mulheres chefes de família, que não dependem de homens ou de filhos para seu sustento, em determinados casos buscam em outros homens o papel de «provedor» ou «chefe» para se sentirem valorizadas. Isto ocorre porque a família nos meios populares representa um valor fundamental, uma referência básica na construção do universo simbólico de homens e mulheres.

Para Sarti, a diferença de autoridade por gênero corresponde à divisão entre a casa e a família, na qual o homem é o chefe de família e a mulher a chefe da casa. É assim que a autoridade da mulher estrutura-se no papel de gênero de mãe e dona-de-casa, ocorrendo uma forte valorização simbólica da figura da mãe.

O que dizer, então, do caso de Denise e de outras mulheres que exercem não somente a autoridade da casa, mas também a da família? Na visão de Sarti (1996: 136) a discussão da noção de mulher «chefe de família» é um fenômeno cada vez maior entre os pobres urbanos, o que revela o importante papel econômico das mulheres nas unidades de baixa renda. A análise da autora não se restringe, todavia, ao papel econômico, ou das relações de trabalho, ou seja, ela compreende a existência de um universo simbólico na estruturação dos papéis de gênero e idade. Assim, mesmo quando a mulher assume o papel de provedora dos recursos econômicos, a identificação do homem com a figura da autoridade não se altera em todas as suas dimensões.

Provavelmente porque deseja para si uma estrutura de família nuclear, quando se refere às mulheres, de forma geral, ela faz uma análise baseada na vitimização. A partir da sua experiência de vida e das experiências de outras mulheres com as quais convive, ressent-se de que os encargos e responsabilidades com a criação dos/as filhos/as são delegados às figuras maternas. Desta forma, considera que é mais fácil ser homem, porque eles são mais livres e sentem menos culpa e, por isto continuam ausentes da participação na criação dos/as filhos/as.

Em outras situações, falou de sua extensa jornada de trabalho, do estudo e responsabilidade com as filhas, enaltecendo sua figura de mãe, mulher e trabalhadora. É significativo o posicionamento da socióloga catalã Izquierdo (1999) sobre o sentimento de onipotência experimentado por mulheres que exercem dupla jornada de trabalho.

Percebi que ocorre uma contradição quando Denise se refere às mulheres como vítimas e, ao mesmo tempo, avalia de forma positiva sua capacidade de enfrentar as dificuldades causadas pela ausência de um chefe e provedor na sua família. Há uma tensão na sua forma de pensar em um modelo familiar que não corresponde à sua realidade, vendo-se enquanto vítima e, ao mesmo tempo, valorizar ou enaltecer suas experiências.

É possível afirmar que os discursos de Denise não são lineares ou sempre coerentes; ao contrário, apresentam fissuras e contradições. E apesar dos estreitos limites de possibilidades impostos por sua condição social e por sua condição de mulher, Denise foi capaz de encontrar soluções para garantir a sobrevivência dela e das filhas.

Nos estudos já citados sobre mulheres dos meios populares, são também objeto de análise as contradições entre as representações das mulheres por elas próprias como seres frágeis e vitimizadas, e formas de viver que demonstram sua força. Um exemplo é o estudo de Salen (1981) sobre como 17 mulheres da favela da Rocinha no Rio de Janeiro pensam e constroem a identidade feminina. Fundamentalmente a autora aponta a ambivalência apresentada pela imagem de mulheres que não se afirmam enquanto sujeitos de sua existência, que não existem para si, mas para e através dos outros apresentando ao mesmo tempo outra face, revelando a capacidade de lidar com «coisas de homem», o que destoa da auto-imagem construída e apoiada na fragilidade, passividade e impotência (Salen, 1981: 93). Nesse sentido, ela pergunta por que a mulher tende a privilegiar nas suas representações a faceta supostamente impotente e fragilizada.

Não são, porém, apenas os estudos antropológicos que nos ajudam a compreender tais ambigüidades e contradições. Pesquisadoras sobre relações de gênero na história e na educação como Scott (1995); Louro (1995); Cunha (1998) e Brugger (1995) denunciam a tendência de vitimizar as mulheres, ou tratá-las como submissas ao domínio masculino, sem explorar os outros espaços que propiciam sua atuação social.

Para Scott (1995: 88) os homens e as mulheres reais não cumprem literalmente os termos das prescrições de sua sociedade ou de nossas categorias analíticas. E Louro (1995) escreve que nos dois pólos da relação entre homens e mulheres há sujeitos livres e capazes de agir e reagir.

O caso de Denise, apesar de singular, é representativo; todos os estudos citados sobre mulheres das camadas populares com um recorte de gênero demonstram que é necessário superar análises que polarizam submissão e contestação, como se as formas de atuação das mulheres ocorressem somente em extremos.

4. As ambigüidades da função e os saberes para tomar conta de crianças

Para Denise, a atividade de tomar conta de crianças está repleta de ambigüidades, principalmente porque ela oscila entre ser mãe substituta, tia ou tomadora de conta o que parece refletir o conhecimento de que realiza uma atividade sem qualificação, e entre ser professora ou psicóloga o que assinala um desejo de reconhecimento do seu trabalho que também envolve

saberes e reflexões sobre sua prática. Como ela oscila nas definições sobre sua função, produzem-se sentimentos contraditórios, como a culpabilização de si própria enquanto mãe e mulher bem como das mães das crianças.

O trabalho aqui focalizado é um trabalho feminino realizado no domicílio da tomadora de conta, porém articulado com o mundo da rua. Interessa-me compreender quais os sentidos dessa atividade para Denise e que saberes ela tem adquirido ao longo da sua vida como mãe, mulher e trabalhadora que levaram-na a construir raciocínios sobre a sua função permeados de contradições, tensões, sonhos e expectativas de futuro.

Na sua atividade cotidiana entram em jogo conhecimentos adquiridos de experiências anteriores ou de trocas de experiências com outras mulheres; isto evidencia que mesmo em um ambiente limitado do ponto de vista do espaço físico e de qualificação específica para a educação infantil, Denise está construindo uma prática que não posso classificar como pobre meramente porque gerada em um local pobre com restrições em termos de recursos materiais e humanos para o trabalho com crianças pequenas.

Denise certamente não toma conta das crianças e das suas filhas utilizando apenas a intuição, ou simplesmente jogando emoções nesses cuidados. Nesse sentido há uma combinação de racionalidades e emoções nos seus significados sobre o trabalho que realiza, o que também observei ao analisar os significados para ela, de ser mãe, mulher e trabalhadora.

4.1. Mãe substituta, tia, tomadora de conta, professora ou psicóloga?

Como vimos em itens anteriores, Denise realiza uma atividade informal, domiciliar, clandestina, instável do ponto de vista do rendimento e ilegal porque não é regulamentada. Tais características configuram um perfil de trabalho sem garantias e direitos e, por isto, sem regularização das atividades, dos horários, salários e preços. Denise oscila no vai e vem de receber e perder crianças, tal como os familiares que oscilam no vai e vem do emprego/desemprego. Ela depende da situação de trabalho das mães para garantir suas condições de existência. Produzem-se aqui uma série de ambigüidades que envolvem tanto a sobrevivência econômica de Denise quanto seus sentidos sobre o que é e o que faz. Quando ela fala sobre sua vida privada e profissional, revela uma duplicidade de oscilações que se refletem nas suas condições materiais de existência, e na produção das subjetividades.

Em outras palavras, Denise oscila nas relações de trabalho e nas negociações que estabelece com os familiares, assim como oscila quando se refere aos sentidos de ser mulher, mãe e trabalhadora em uma família monoparental. Não poderia ser de outra forma quando expressa os sentidos sobre sua atividade.

Como Denise vivenciou experiências anteriores que preparavam crianças para a escolarização, é provável que as denominações tia, professora ou psicóloga tenham se originado dessas vivências. De outro lado, não podemos negligenciar o fato de que ela e suas filhas freqüentam a escola formal, o que provavelmente produz análises que incluem outras denominações, além de mãe substituta ou tomadora de conta. É interessante constatar que quando ela se refere ao espaço creche, do ponto de vista de uma organização institucional, existe uma preocupação de demarcar linhas bem fechadas quando, por exemplo, fala que seu espaço de trabalho não é uma creche, mas um local em que se toma conta de crianças, porque creche sugere credenciamento. Quando se trata, porém, de falar de si própria, daquilo que é e do que faz, ou de como se vê no que é e no que faz, as análises são mais ambíguas, ocorrendo uma oscilação de sentidos e interpretações. É que as condições materiais de existência, por si só, não dão conta de explicar tais significados. Ocorre uma produção de subjetividades e sentidos sobre a vida, nem sempre coerentes entre si.

De forma geral, Denise se sente mais mãe do que as mães das crianças porque dispõe de mais tempo para fazer o que as mães não podem fazer com os/as filhos/as. Isto produz ambigüidades na forma como percebe a sua função. Assim, ser tia pode significar o mesmo que tomadora de conta, ou pode indicar uma relação mais profissional. Esta atividade, que acontece no espaço da casa, gera, além dos acordos com os familiares, algumas tensões e disputas, principalmente da tomadora de conta com relação às mães das crianças. Nesse emaranhado de funções aparecem sentimentos controversos, como a culpabilização das mães das crianças ou dela própria.

5. Para concluir

A partir da trajetória de Denise, concluo que tomar conta de crianças foi algo que se estruturou em meio à sua instabilidade de vida. Não posso afirmar que esta foi uma opção, pois ocupar profissões domésticas e cuidar de crianças foi, para ela, uma necessidade de sobrevivência. Assim, sua trajetória de vida é feita de tensões, de ambigüidades, de vida na precariedade e de instabilidade.

As relações mais próximas das mães das crianças, que em geral fazem parte das redes de vizinhança da tomadora de conta, bem como a ilegalidade dos serviços do ponto de vista de um estatuto social e jurídico, são fatores que geram ambivalências nos significados daquele trabalho.

O trabalho de tomar conta de crianças se constrói através de práticas que são pensadas e realizadas com abstração, mas em meio a muitas tensões. As ambigüidades e tensões estão expressas na função de tomar conta de crianças, nos significados de ser mãe, na culpabilização das mães das

crianças e no exercício de conciliar a necessidade de ganhar dinheiro e cuidar dos próprios filhos.

Seus discursos apresentam fissuras e ambigüidades, principalmente quando ela se refere às mulheres assumindo uma postura de vitimização. Como também procura valorizar suas experiências, encontrei outros significados sobre ser mulher, mãe e tomadora de conta, tais como: o sentido e a real possibilidade de mudança da opressão feminina, o lado vulnerável do poder patriarcal e os traços masculinos que podemos encontrar nas ações e discursos das mulheres, mesmo quando elas se definem somente como seres que cumprem o seu papel de mulher, esposa e mãe.

A valorização da experiência social das mulheres representa para Potengy & Paiva (1999) uma forma de enfrentamento da nova realidade do mundo globalizado e das transformações produtivas, que geram insegurança e incerteza.

Nesse sentido, questiono: por que há traços de invisibilidade sobre as atividades femininas caracterizadas pela clandestinidade, ou por constituírem ocupações menos importantes – ou não consideradas como profissão – considerando o contingente significativo de mulheres que ocupam estas posições no Brasil?

6. Referências Bibliográficas

- BRASIL (1996), *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*, Brasília.
- BRUGGER, Sílvia (1995), *Valores e vivências matrimoniais: O triunfo do discurso amoroso*, Dissertação de Mestrado em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- CACCIAMALI, M. C. (1983), *Setor informal e formas de participação na produção*. São Paulo, Editora IPE.
- CARRION, Valentin (2001), *Comentários à consolidação das leis do trabalho. Legislação complementar jurisprudência atualizada e ampliada*, 26, ed. São Paulo, Saraiva.
- CASTELLS, M & PORTES, A. Benton (1989). *The informal economy. Studies in advanced and less developed countries*, London, The John Hopkins University Press.
- CHINELLI, Filippina & DURÃO, Anna Violeta (1999), «Novos conteúdos, nova forma e nova cultura do trabalho», *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, n.º 6, pp. 99-119.
- CHINELLI, Filippina & PAIVA, Elizabeth (1999), «Emprego e Informalidade», *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, n.º 6, pp. 61-72.
- CUNHA, Maria Clementina Pereira (1998), «De historiadoras, Brasileiras e Escandinavas: Loucuras, folias e relações de gênero no Brasil (século XIX e início do XX)», *Tempo*, Rio de Janeiro, n.º 5, 181-215.
- DELGADO, Ana Cristina Coll (2003), «Toma-se conta de crianças». *Os significados do trabalho e o cotidiano de uma creche domiciliar*. Tese de Doutorado em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

- FONSECA, Claudia (1995), «Amor e família: vacas sagradas da nossa época», in Ivete Ribeiro e Ana Clara Torres Ribeiro, *Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira*, São Paulo, Loyola, pp. 69-89.
- IZQUIERDO, María Jesús (1999), «Del elogio de la diferencia y la crítica de la desigualdad a la ética de la similitud», *Revista de Sociología*, Barcelona, n.º 59, pp. 25-49.
- LAVINAS, Lena (1996), «As mulheres no universo da pobreza: O caso brasileiro. Rio de Janeiro», *Revista estudos feministas*, vol.4, Rio de Janeiro, pp. 464-479.
- LAUTIER, B. (1994), *L'économie informelle dans le Tiers-monde*, Paris, La Découverte.
- LEITE, Heloisa Maria Daltro (2002), *O Novo Código Civil*, Livro IV do Direito da Família. Rio de Janeiro, Freitas Bastos.
- LOURO, Guacira Lopes (1995), «Gênero, História e Educação: construção e desconstrução», *Gênero e Educação, Educação e Realidade*, Porto Alegre, Vol. 20, n. 2, pp. 101-132.
- MARTINS, Sergio Pinto (2001), *Direito do Trabalho*, São Paulo, Atlas.
- MOZÈRE, Liane (1997), *Informalités sans protection. Une lecture de travaux relatifs à l'économie informelle*, Centre d'études, de recherches et de formations institutionnelles du Sud-est, França, Mimeografado, pp. 1-128.
- OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos (2002), «Creches no sistema de ensino», in, Maria Lúcia de A. Machado (Org.), *Encontros e Desencontros em Educação Infantil*, São Paulo, Cortez, pp. 79-82.
- POTENGY, Gisélia e PAIVA, Vanilda (1999), «Gênero, trabalho doméstico e espaço privado como fonte de produção de mercadorias e serviços», *Contemporaneidade e Educação*, Rio de Janeiro, n.º 6 (s/p).
- ROMANELLI, Geraldo (1997), «Famílias de classes populares: Socialização e identidade masculina», *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n.º 1 e 2, pp. 25-31.
- SALEM, Tânia (1981), «Mulheres faveladas: 'Com a venda nos olhos'», *Perspectivas antropológicas da mulher*, Rio de Janeiro, Zahar.
- SANTOS, Anna Lúcia Florisbela (2000), *O Reconhecimento do trabalho doméstico no Brasil*, Direito e cidadania, Lisboa, n.º 9, pp. 131-144.
- SARTI, Cynthia Andersen (1995), «O valor da família para os pobres», in Ivete Ribeiro e Ana Clara Torres Ribeiro, *Família em processos contemporâneos: Inovações culturais na sociedade brasileira*, São Paulo, Loyola, pp. 131-150.
- SARTI, Cynthia Andersen (1996), *A família como espelho: Um estudo sobre a moral dos pobres*, Campinas, SP: Autores Associados.
- SCOTT, Joan (1995), «Gênero: uma categoria útil de análise histórica», *Gênero e Educação, Educação e Realidade*, Porto Alegre, Vol. 20, n.º 2, pp. 71-79.
- TARRIUS, A. (1996), *Fin de siècle incertaine à Perpignan. Drogues, pauvreté, communautés d'étrangers, jeunes sans emplois et renouveau des civilités dans une ville moyenne française*, Université Toulouse.
- TORREMOCHA, Isabel Madruga & LÓPEZ, Rosalía Mota (1999), *Las condiciones de vida de los hogares pobres encabezados por una mujer, Pobreza y género*, Madrid, Cáritas Española.

CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS SOBRE A ANÁLISE SOCIOLÓGICA DOS TRIBUNAIS¹

HELENA MACHADO *

RESUMO

Atendendo às mais recentes configurações da administração da justiça em Portugal, nas suas articulações com as novas tecnologias de comunicação e informação e com a ciência forense, desenvolvem-se considerações teóricas potenciadoras da análise sociológica das relações entre as mulheres e os tribunais, no tempo presente.

Introdução

Em tempos ambíguos e paradoxais para a justiça portuguesa, o sociólogo interessado em teorizar sobre a vida social dos tribunais confronta-se com um fenómeno que Boaventura de Sousa Santos designa de «auto-teorização da realidade» por oposição à «auto-realização da teoria» (Santos, 1994: 20). De acordo com o autor, a rapidez, a profundidade e a imprevisibilidade de algumas transformações recentes conferem ao tempo presente uma característica nova: a realidade, por se ter tornado hiper-real, parece ter tomado definitivamente a dianteira sobre a teoria, revelando a dificul-

¹ Este texto resulta de uma revisão e aprofundamento dos conteúdos apresentados em comunicação oral no *VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*, 16 a 18 de Setembro, FEUC. A investigação que serve de base ao estudo apresentado foi efectuada no âmbito dos seguintes projectos financiados pela FCT: «Direito, ciência e controlo institucional do comportamento sexual e procriativo das mulheres» (PIHM/P/SOC/15115/99), concluído em 2002; e «Novas tecnologias e magistrados: interações, mediações e ambivalências» (POCTI/SOC/44659/2002), em curso na Universidade do Minho.

* Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho (hmachado@ics.uminho.pt).

dade das teorias sobre o social darem conta do que se passa. Esta constatação foi apresentada em publicação que data de há dez anos atrás. Entretanto, a rapidez e complexidade das mudanças parecem ter-se acentuado. No caso concreto dos tribunais portugueses, estas parecem ser vertiginosas – a mediatização exacerbada de alguns processos judiciais envolvendo figuras públicas parece ter transformado os tribunais incomunicáveis e auto-centrados em tribunais *reality shows*, comandados pelos discursos e tempos instantâneos dos meios de comunicação social (Santos, 2002).

É caso para afirmar que no nosso país se tem vindo a criar novos cenários no que diz respeito ao relacionamento entre os tribunais, os meios de comunicação social, a esfera política e os cidadãos. Configuram-se, assim, realidades que sem dúvida aguçarão a curiosidade dos sociólogos, criando-se oportunidades inéditas de injectar uma nova dinâmica à sociologia do direito no nosso país, que só lenta e fragmentariamente se têm desenvolvido (Ferreira e Pedroso, 1999) em larga medida com base nos estudos produzidos pelo *Observatório da Justiça Portuguesa* sediado no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

A acompanhar o tímido desenvolvimento da sociologia do direito no nosso país, surge-nos a praticamente inexistente investigação sobre as configurações específicas das relações dos tribunais com os públicos femininos, o que contrasta de modo ostensivo com a dinâmica revelada pelos estudos feministas do direito. De facto, umas das áreas da vida social privilegiadas pelos estudos feministas têm sido os tribunais. Os modos como a lei e o sistema judicial constituem instâncias de produção e de reafirmação de relações de poder, sustentadas, nomeadamente, em distinções de género, têm sido largamente debatidos e documentados por toda uma literatura de tradição feminista, produzida no seio das ciências sociais, em especial da antropologia, da sociologia e da história, e essencialmente publicada no Reino Unido e nos Estados Unidos, com particular vigor a partir dos anos oitenta do século XX. A discussão da relevância da variável «género» nas doutrinas e práticas jurídicas no seio das teorias feministas do direito, ganhou novos contornos com a progressiva abertura das carreiras jurídicas às mulheres, a par de uma crescente evolução registada a nível internacional de instituição de princípios de igualdade e de não discriminação nas legislações da maioria dos países ocidentais. Embora as correntes feministas convirjam na defesa da necessidade e da utilidade do conceito de «género» em direito, as perspectivas teóricas e metodológicas têm vindo a ser reorientadas para uma abordagem dos processos sociais pelos quais a neutralidade formal da lei (ou o seu carácter igualitarista) perpetua a desigualdade material (Beleza, 1991: 145-146).

A focalização nos modos de actuação judicial dirigidos às mulheres tem-se concentrado em questões relacionada com a sexualidade em sentido amplo ou dirigindo-se a realidades mais específicas de «violência ou opres-

são sexual» exercida sobre as mulheres, nomeadamente focando casos de violação, assédio sexual, prostituição, pornografia, aborto e, mais recentemente, têm assomado as análises feministas do direito dirigida às decisões dos tribunais relativas às tecnologias de reprodução medicamente assistida. Tomando em consideração os fenómenos sociais que têm desencadeado sucessivos e reiterados modos de exercício de poder por parte dos sistemas jurídicos sobre os comportamentos femininos sexuais e procriativos, acrescento a esse rol de situações jurídicas susceptíveis de evidenciar «políticas de reprodução» dirigidas à mulher, a investigação judicial de paternidade. De facto, os nascimentos ocorridos fora do casamento institucional sem a identificação legal do pai têm impulsionado, da parte de diversos sistemas jurídicos, estratégias diversas para controlar e regular essas situações «anómalas», de um modo particularmente evidente ao longo do século XIX, a partir do momento em que se assistiu a esforços para compilar em «Código» a legislação de carácter civil. Historicamente, os juristas têm evidenciado preocupação face ao potencial subversivo dos comportamentos sexuais e procriativos das mulheres.

Tomando em consideração as práticas judiciais que envolvem a investigação de paternidade de crianças em Portugal, pretende-se tecer algumas considerações em torno de conceitos teóricos desenvolvidos para a análise das relações entre os tribunais e as mulheres.

1. Traços generalistas das teorias feministas do direito

De uma forma muito generalista e, por isso mesmo, simplista, poder-se-ia dividir a «teoria feminista do direito» (*feminist jurisprudence*) em duas grandes famílias: as que preconizam uma perspectiva «igualitarista», opondo-se à manutenção e reprodução jurídicas de desigualdades que se estruturam directamente sobre o binómio de géneros; e as que defendem conceitos e programas que celebram a exaltam a «diferença feminina», nomeadamente, propondo que as mulheres sejam julgadas, no âmbito da justiça criminal, pelos padrões emergentes de uma conceitualização da «mulher média» (*reasonable woman*) e não segundo parâmetros inerentes a uma formulação jurídica do «homem médio» (*reasonable man*). Trata-se, enfim, de um paradoxo que, nas palavras de Teresa Beleza, surge como «*Imanente ao feminismo em geral e ao jurídico em particular, entre a tendência para a erradicação e a tendência para a acentuação do género como características das pessoas que as dividiria em dois grandes grupos, as mulheres e os homens.*» (Beleza, 1991: 144).

Não obstante as diferentes respostas que tem recebido a discussão da «desejabilidade» ou da «indesejabilidade» da reprodução e da reafirmação das diferenças sociais de género por força da acção das doutrinas e das prá-

ticas judiciárias da reprodução e da reafirmação das diferenças de género, nomeadamente, pela acção das legislações, das doutrinas e das práticas judiciárias, procuro aqui, sobretudo, defender a necessidade e a utilidade científicas de teorias e de estratégias metodológicas assentes na importância a conferir ao «género» (feminino e masculino), no âmbito dos estudos sociológicos sobre o «direito». Com efeito, trata-se de partir do pressuposto de que as distinções entre «feminino» e «masculino» não são inevitáveis do ponto de vista ontológico, mas sim socialmente construídas – inclusive pela esfera jurídica – sendo produtos de relações históricas de diferenciação. No entanto, a construção da «diferença» parece obedecer a dois tipos principais de constrangimentos sociais: por um lado, tende a operar predominantemente sobre o «dominado» quando comparado com o «dominante»; por outro lado, ao assentar em mecanismos históricos serve-se de uma camuflagem ideológica que reivindica que as diferenças sexuais devem ser des-historicizadas e são eternas e perpétuas, porque imanentes à essência e natureza humanas (Bourdieu, 1999).

É de salientar que a opção por realizar um estudo sobre as doutrinas e as práticas judiciárias, tomando como objecto de análise o contexto particular da investigação judicial de paternidade, vem acentuar o paradoxo, atrás brevemente mencionado, que é inerente às perspectivas feministas que defendem uma posição de igualdade através da «indiferenciação» (que, historicamente, se tem vindo a revelar como uma equiparação das mulheres aos homens e raramente o contrário). Na verdade, a investigação judicial de paternidade é directamente despoletada por uma circunstância que podemos considerar como sendo exclusiva da vida das mulheres – o «dar à luz» (aqui, fora do casamento institucional) – acompanhada pelo acto de registo do nascimento da criança apenas com a identificação da mãe.

A noção de que as técnicas jurídicas de naturalização das diferenças sexuais servem para excluir, tentar corrigir ou criminalizar os comportamentos que não se enquadrem nos modelos normativos dominantes de família e de heterossexualidade encontra-se enunciado de diversos modos, como por exemplo, as abordagens que sustentam «o carácter falocêntrico do direito» (*the phallogocentrism of the law*), ou aquelas que falam da «estrutura patriarcal do direito» (*the patriarchal structure of the law*), aludindo aos modos como os aparelhos jurídicos «sexualizam, desqualificando» os corpos femininos, enfatizando os processos pelos quais o direito e os seus agentes contribuem para reforçar as assimetrias e as desigualdades de género e de poder previamente existentes na ordem social. A focalização nos mecanismos de actuação dos sistemas jurídicos que conduzem à reprodução e reafirmação de desigualdades de género, pelo reforço da ideologia da naturalização das diferenças sexuais (O'Donovan, 1985), apontam a dominância política e institucional do masculino veiculada pelos tribunais, sendo este modo de exercício de poder tanto mais eficaz devido ao seu carácter subtil,

que age pela incorporação muitas vezes inconscientes de determinados valores e crenças.

Independentemente dos conceitos utilizados, as intenções teóricas e metodológicas propostas e desenvolvidas pelos estudos feministas do direito destinam-se a expor os modos como o direito constitui uma forma de institucionalização das relações sociais de género, que não opera de modo homogêneo, mas antes socorrendo-se de uma diversidade de práticas e discursos interrelacionados com outros poderes e saberes provenientes de outras esferas da vida em sociedade (da família, da política, da religião, da ciência). Esta tomada de posição implica perceber o direito como um conjunto de práticas e de discursos profundamente enraizados na sociedade, em permanente intersecção com práticas e discursos provenientes de outros campos de acção e de conhecimento.

O enfoque analítico nas relações sociais de género preconizado pelas correntes feministas, no âmbito dos estudos sociais do direito, tem também, por vezes, conduzido a tomadas de posição que, a meu ver, pecam por uma abordagem conceptual monolítica, nomeadamente no que diz respeito a um dos pilares básicos das teorias feministas do direito e que consiste em admitir que o direito é sempre «patriarcal». As teorias interaccionistas podem ser úteis para realizar uma descolagem em relação à referida unilateralidade teórica, pela importância que conferem aos contextos relacionais e locais que servem de enquadramento às acções dos actores sociais. Assim, talvez seja mais fecundo quer do ponto de vista da investigação empírica, quer da elaboração teórica, procurar as diversidades, ambiguidades e contradições que podem assumir certos modos de exercício de poderes diferentes mas de algum modo classificáveis como sendo de tipo «patriarcal», no contexto social específico dos tribunais (Edwards, 1984).

É de salientar que a recorrência do uso do conceito de «patriarcado» ao nível das ciências sociais – principalmente das correntes feministas – não nos deve conduzir a pressupor que se trata de uma formulação isenta de controvérsias e de crítica. Se por um lado, se levanta o problema da própria definição do conceito de patriarcado, por outro não invoca necessariamente uma realidade social única, sustentada numa base empírica concreta nem remete para relações de poder rígidas. Na perspectiva de Carol Smart, o conceito de patriarcado – ou designações como «relações patriarcais» e «estruturas patriarcais» – remetem efectivamente para modos de «dominação masculina» mas que podem assumir uma grande diversidade, fluência e mesmo contradições: «*[Such terms] imply a more fluid system, containing numerous contradictions and employing varying and various mechanisms and strategies in the exercise of power*» (Smart, 1984: 6).

De acordo com Susan Boyd (1989), as teorias feministas contribuíram em grande medida para uma abordagem crítica do legado marxista do conceito de «ideologia», ao proporem uma abordagem multidimensional

do mesmo, que focasse as relações estabelecidas entre as relações de género, a sociedade capitalista, o sistema jurídico, as configurações da família e do sistema de trabalho, pressupondo assim que existem diversas formações ideológicas, baseadas em várias práticas e movimentos sociais e não um conjunto ideológico monolítico e perfeitamente coerente, que impõem às classes dominadas «uma visão e uma consciência do mundo falsas» (Boyd, 1989: 127-128). Uma abordagem diversificada do conceito de ideologia permite focar as interrelações entre diversas ideologias e também delinear um entendimento dos papéis desempenhados pelo sistema jurídico como algo multifacetado, heterogéneo e raramente linear e exclusivista. Esta perspectiva permite assim criar um certo distanciamento das abordagens que preconizam uma relação directa entre a «ideologia de patriarcado» e a «opressão das mulheres» (Boyd, 1989: 128-129), sem deixar de entender o direito como um palco privilegiado para a reprodução e reafirmação de diferenças de género assentes num sistema de valores e de crenças culturais que podemos encontrar em diversas áreas da vida social e que têm como um dos seus efeitos principais a subordinação das mulheres e a dominação dos homens.

O pressuposto teórico de que os discursos e as práticas jurídicas veiculam e reafirmam pressupostos culturais que podemos encontrar noutras esferas da vida em sociedade não deve conduzir à conclusão de que as instâncias jurídicas o fazem de modo passivo, acrítico e indiscriminado. De facto, muitas abordagens feministas do direito têm assumido uma correlação directa entre noções de senso-comum e direito. Contudo, de acordo com vários autores, as práticas e os discursos do direito têm um carácter fluído, fragmentado, multifacetado e por vezes contraditório, o que, por um lado, torna insustentáveis posições deterministas, e por outro lado, cria dificuldades acrescidas de teorização e de abordagem metodológica. Como chama a atenção Susan Edwards, «*In addition to the many instances the law itself poses a fragmentary nature within the province of meaning of the cultural construction of sexual division, there are also conflicting and competing realities within this domain alone*» (Edwards, 1984: 11).

2. As novas fronteiras da justiça

Em anos recentes, a prova científica de identificação de indivíduos por perfis genéticos ganhou um peso relevante no âmbito da investigação de paternidade. De acordo com os testemunhos recolhidos por entrevista um pouco por todo o país e segundo o estudo de caso realizado, a análise de ADN converteu-se numa ferramenta fundamental para a decisão judicial nesta matéria, não obstante os magistrados confessarem que «pouco ou quase nada entendem de biologia forense». Trata-se de acreditar com base

na elevada credibilidade conferida a essa técnica científica pela parte da própria comunidade científica. Ao contrário do que poderíamos supor, a eficácia da justiça não melhorou consideravelmente com a introdução deste elemento probatório. De facto, verifica-se a existência de mecanismos de selecção dos casos «merecedores» da inclusão da prova científica baseados em critérios de «normalidade» de comportamentos femininos.

Os dados obtidos indicam que, a utilização aparentemente neutra, de testes genéticos em acções judiciais de investigação de paternidade, tem importantes efeitos ideológicos e de normalização dos comportamentos, nomeadamente reproduzindo distinções sociais de género previamente existente na sociedade: por um lado, as peritagens genéticas vieram reforçar uma noção de «paternidade» vinculada a um determinismo biológico, que já existia anteriormente na lei e na prática judicial portuguesas. Por outro lado, os testes genéticos ao permitirem uma determinação «segura» da paternidade, vieram conferir aos tribunais um poder acrescido de controlo dos comportamentos sexuais e procriativos femininos que fogem aos padrões convencionais de fidelidade da mulher a um só parceiro sexual. A cientificação do direito impõe-se e promete mais justiça e melhor justiça. No entanto, o acesso à prova científica é hierarquizado, de acordo com padrões normativos que excluem os mais desapossados ou aqueles que fogem ao predominantemente instituído.

Paradoxalmente, nos dias de hoje, ao mesmo tempo que aumentam as «certezas» em torno das possibilidades científicas de determinação da paternidade biológica por meio de testes laboratoriais, as novas tecnologias de reprodução desenvolvidas no domínio da medicina reprodutiva e da biologia, vieram trazer alguma perturbação à referida certeza absoluta em relação ao estabelecimento da maternidade pela ocorrência do parto. Por exemplo, com os avanços da ciência biológica, é hoje possível que uma mulher ceda um seu óvulo para ser inseminado artificialmente *in vitro* e posteriormente introduzido no útero de outra mulher onde decorrerá a sua gestação. Quem é a mãe, neste caso? A lei portuguesa (à semelhança da maioria das suas congéneres europeias) optou por considerar que a mulher responsável pela gestação é também mãe biológica, não obstante não ter fornecido o óvulo. Mais ainda, e em última instância, é esta a mãe jurídica, visto que foi ela que deu à luz. Digamos que o ordenamento jurídico português optou pela solução mais próxima do modelo convencional de reprodução humana: a mãe é quem efectivamente transporta no interior do seu útero o feto durante o período de gestação e de cujo corpo este sai, concretizando-se o nascimento.

Em suma, a «evidência» ancestral de que «a maternidade é certa, a paternidade nunca o será», sobre a qual a maioria dos sistemas jurídicos ocidentais construíram o seu sistema de Direito de Família, ficou bastante perturbado com os mais recentes avanços da ciência: por um lado, a mater-

nidade perde a sua «certeza» quando se torna possível dissociar a mãe genética, que dá um ovócito, da mãe hospedeira. E, em contrapartida, uma criança só pode ter um pai biológico, que pode ser identificado a partir da molécula de ADN.

O carácter *natural* da reprodução humana, inevitavelmente naturalizou, isto é, tornou inquestionáveis algumas das mais importantes ilações que nos habituamos a construir em torno das relações familiares e em particular, sobre a relação mãe e filho, que nos parecia a mais natural de todas. É de notar, no entanto, que as sociedades têm produzido respostas várias em relação ao fenómeno do estabelecimento legal da paternidade, que nem sempre reflectem a verdade biológica. Atendendo ao caso concreto da legislação portuguesa actual, esta expressa a vontade de querer que aqueles que biologicamente deram vida a determinado menor sejam também eles juridicamente pais, mas simultaneamente estabelece duas claras excepções ao apuramento da verdade biológica. Uma das excepções é o caso de filhos incestuosos. O sistema jurídico português considera que nestes casos não deve haver um apuramento da verdade biológica porque «*Estas situações são muito delicadas e podem mesmo revestir traumatismos no filho ao tomar conhecimento da sua filiação biológica*» (Geada, 1991: 36). A outra excepção à investigação da paternidade biológica é o caso da «inseminação artificial com sémen de terceiro em mulher casada». Segundo o n.º do art. 1839.º do Código Civil, «*não é permitida a impugnação de paternidade com fundamento em inseminação artificial ao cônjuge que nela consentiu*» (Pinto, 1995: 187).

O cerne dos obstáculos ao apuramento da verdade biológica da paternidade colocados pelos sistemas jurídicos, reside na questão da «legitimidade» no seu sentido mais lato e incide de um modo particularmente evidente sobre o fenómeno da procriação fora do casamento. Isto é, os laços de sangue podem e são muitas vezes deliberadamente ignorados e ocultados pelas sociedades, na medida em que se procede a uma distinção entre factos que merecem reconhecimento social e os que deste são excluídos, de acordo com interesse sociais, económicos e políticos assim como valores morais e religiosos de uma dada sociedade (Meulders, 1993). Um dos agentes mais poderosos para levar a cabo estas distinções é precisamente o sistema jurídico.

O facto do ordenamento jurídico actual exprimir vontade em apurar a verdade biológica da filiação e, ao mesmo tempo, apresentar restrições ao estabelecimento legal da paternidade biológica dos filhos incestuosos e da inseminação artificial com sémen de terceiro em mulher casada, vem mostrar que a relevância atribuída pela lei portuguesa ao apuramento da «verdade biológica» no estabelecimento da paternidade é, na realidade, restritiva, surgindo uma vincada distinção entre os laços de sangue «reconhecíveis» ou «admissíveis» e outros laços de sangue que devem ser excluídos do reconhecimento jurídico e mesmo, se possível, ocultados. Por outras palavras, ainda hoje são evitadas as «verdades» que perturbam o quadro idealizado

da mulher que procria dentro do casamento institucional em resultado de relações sexuais mantidas com o marido, só que de modo mais dissimulado e subtil do que no passado surgindo sob a égide de uma ideologia aparentemente liberal.

Querendo deixar ainda mais uma pista de debate e reflexão, não posso deixar de chamar a atenção para o facto de que se os perfis de ADN são cada vez mais encarados com interesse pelos operadores jurídicos, é também crescente a aposta do sector da justiça nas novas tecnologias de informação e de comunicação. Embora o âmbito de aplicação dessas tecnologias seja obviamente distinto, as ideologias que promovem tanto a disseminação do uso de provas forenses como do recurso a ferramentas informáticas convergem na ênfase que concedem às oportunidades em aberto de aumentar a celeridade, qualidade e eficácia da administração da justiça e, simultaneamente – e em particular no caso das novas tecnologias de informação e comunicação – a possibilidade de criar uma maior proximidade do sistema jurídico aos cidadãos. Estará efectivamente reforçada a qualidade da cidadania (como apontam as promessas de uma justiça mais acessível, rápida e eficiente?). Estará garantida a democraticidade desses efeitos? Em que moldes se realizará o acesso aos «tribunais virtuais» da parte dos potencialmente «info-excluídos» (mormente as mulheres), quando sabemos que são também estes os que têm mais dificuldades em aceder à justiça nos moldes tradicionais?

3. Entre a auto-teoria e a auto-realidade

As mais recentes configurações das relações dos tribunais com outras esferas da vida em sociedade, nomeadamente com a ciência e as novas tecnologias de comunicação e informação abrem imensas possibilidades à melhoria da eficácia da administração da justiça. A densidade e complexidade das transformações em curso comporta riscos para o sociólogo, que apanhado no turbilhão de acontecimentos pode-se deixar dissolver no que observa ou analisa.

A formulação do conceito de «testemunha articulada», apresentado por João Arriscado Nunes (Nunes, 2001), pode ser útil para descrever o entendimento actual da condição de pesquisador (nas suas vertentes epistemológicas, políticas, éticas, morais, estéticas e individuais) face à realidade que se torna hiper-real por força da velocidade e multiplicidade das mudanças. De acordo com o autor, trata-se de um posicionamento no terreno empírico contraposto *«à concepção convencional do pesquisador como observador ou etnógrafo, produtor de um conhecimento (ainda que reflexivo, multivocal ou dialógico), posicionado ou não, de um terreno (...) capaz de incorporar outros modos, eles próprios híbridos e transgressivos, de avaliação da experiência*

do contacto do investigador com o terreno – e que, no caso dos fenómenos culturais, implica um envolvimento com estes e com os actores que deles dão parte, capaz de respeitar a especificidade da experiência do envolvimento com esses fenómenos, sem os reduzir unilateralmente a objectos de conhecimento desligados das condições locais da sua emergência e existência» (Nunes, 2001: 325-326).

Trata-se, em suma, de exercer um posicionamento *interrogativo* face à realidade estudada, procurando intervir não *sobre o*, mas *no* mundo social em estudo, possibilitando a emergência de um conhecimento ao qual não cabe dizer «*como deve ser ou como terá de ser o mundo, mas mostrar como ele pode ser de outra maneira*» (Nunes *in* Santos, 2001: 324). Que este princípio permita lançar sementes na edificação de um novo senso comum, trilhando percursos (que envolvem partilhas de sentido da parte do pesquisador e dos actores sociais) para a reconfiguração de novos projectos e esperanças de emancipação social das mulheres por acção dos procedimentos sinuosos da administração da justiça em Portugal.

Referências bibliográficas

- BELEZA, Tereza Pizarro (1991), «Legítima defesa e género feminino: paradoxos da feminist jurisprudence?», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 31, pp. 143-159.
- BOURDIEU, Pierre (1999), *A dominação masculina*, Oeiras, Celta.
- BOYD, Susan (1989), «From gender specificity to gender neutrality? Ideologies in Canadian child custody law», *in* Smart, Carol; Sevenhuijsen, Selma (org.), *Child custody and the politics of gender*, London, Routledge, pp.126-157.
- EDWARDS, Susan (1984), *Women on trial. A study of the female suspect, defendant and offender in the criminal law and criminal justice system*, Manchester, Manchester University Press.
- FERREIRA, António Casimiro; PEDROSO, João (1999), «Entre o passado e o futuro: contributos para o debate sobre a sociologia do direito em Portugal», *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.ºs 52/53, pp. 333-362.
- GEADA, Helena (1991), *Introdução ao estudo da hemogenética forense*, Lisboa, Faculdade de Medicina de Lisboa, Instituto de Medicina Legal de Lisboa – Sebenta para a Cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Direito de Lisboa.
- MEULDERS, Marie-Thérèse (1993), «Between nature and culture. The legal significance of parenthood in a changing world», *in* Eekelaar, Jonh; Sarcevic, Petar (org.), *Parenthood in modern society. Legal and social issues for the twenty-first century*, Dordrecht, The Netherlands, Martinus Nijhoff Publishers: ix-xii.

- NUNES, João Arriscado (2001), «Teoria crítica, cultura e ciência: o(s) espaço(s) e o(s) conhecimento(s) da globalização» in Santos, Boaventura de Sousa (org.), *Globalização: fatalidade ou utopia?*, pp. 299-338.
- O'DONOVAN, Katherine (1985), *Sexual divisions in law*, London, Weidenfeld and Nicholson.
- PINTO, Fernando Brandão (1995), *Filiação natural*, Porto, Ecla Editora.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (1994), *Pela mão de Alice. O social e o político na pós-modernidade*, Porto, Afrontamento.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2002), *Estudos de direito da comunicação*, Instituto Jurídico da Comunicação, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.
- SMART, Carol (1984), *The ties that bind: law, marriage and the reproduction of patriarchal relations*, London, Routledge & Kegan Paul.

Abstracts / Résumés

Social science in the city

Augusto Santos Silva

Abstract

I'm kindly invited to take part in a public meeting of reflection and debate on the present and the immediate future of the social sciences, being the reason the commemoration of the twenty and five years of the Institute of Social Sciences of the University of Minho. I will try to remain faithful to the subject that is suggested to me, «The Social Sciences and the University in Portugal», and to the outline in which the conferences evolve. The same thing is to say: I will try to present proposals for the consolidation and development of the Portuguese scientific community organized around social sciences, choosing as the dimension to privilege the social influence not only of the knowledge which this community produces but also the processes which scientists follow to produce and to communicate this knowledge. I will concentrate, therefore, on the relation between the scientific field and the public sphere.

La science sociale dans la cité

Augusto Santos Silva

Résumé

On m'invite sympathiquement à participer dans une rencontre publique de réflexion et de débat sur le présent et le proche avenir des sciences sociales, servant de motif la commémoration des vingt et cinq ans de l'Institut de Sciences Sociales de l'Université du Minho. Je chercherai à me maintenir fidèle au sujet qui m'est proposé, «Les Sciences Sociales et l'Université au Portugal», et au registre dans lequel évoluent les conférences. Le même est dire: j'essayerai de présenter des propositions de consolidation et développement de la communauté scientifique portugaise organisée autour des sciences sociales, choisissant comme dimension à privilégier l'influence sociale non seulement des connaissances qu'elle produit comme aussi des processus qui les scientifiques suivent pour les produire

et les communiquer. Je me concentrerai, donc, sur la relation entre le champ scientifique et l'espace public.

Course of Sociology of the UM: retrospect and perceptions of the students

Manuel Carlos Silva

Ana Paula Marques

Carlos Veiga

Paula Mascarenhas

Abstract

For height of the process of self evaluation of the Course of Sociology of the Organizations occurred in 1997-98, one equips of investigating professors of the Department of Sociology, co-ordinated for then the Director of the Course, decided to make an inquiry around the perceptions and expectations of the students of Sociology concerning its Course. It was treated, by the way of the rocking and the global appreciation of the Course, to more know something on the perceptions and representations them pupils not only in relation to the old and new curricular structure it course, nominated to survey the degree of (in) satisfaction of the excellent pupils relatively to some items, as also to survey its expectations in relation to the Course of Sociology (of the Organizations) relative e, in particular, its concerns to its professional future.

Cours de Sociologie de la UM: rétrospective et perceptions des élèves

Manuel Carlos Silva

Ana Paula Marques

Carlos Veiga

Paula Mascarenhas

Résumé

Par hauteur du processus d'auto évaluation du Cours de Sociologie des Organisations présence en 1997-98, une équipe de

professeurs investigateurs du Département de Sociologie, coordonnée par le alors Directeur du Cours, a décidé de faire une recherche autour des perceptions et des attentes des étudiants de Sociologie concernant son Cours. Il se traitait, à propos de l'équilibre et de l'appréciation globale du Cours, du savoir quelque chose plus sur les perceptions et des représentations des élèves non seulement concernant l'ancienne et nouvelle structure curriculaire du cours, notamment examiner le degré de (in)satisfaction des élèves à l'égard de quelques-uns items importants, comment aussi examiner leurs attentes concernant le Cours de Sociologie (des Organisations) et, en particulier, leurs préoccupations concernant son avenir professionnel.

Starting point, arrival point: Impact of socio-cultural variables on the admission to higher education

Luísa Saavedra
Leandro S. Almeida
Albertino Gonçalves
Ana Paula Soares

Abstract

Considering all the students that have enrolled at the Universidade of Minho, in 2002/2003 (first phase of national access concourse), this study analyses the impact of some demographic and socio-cultural variables in students' behaviour and decisions related to the university/course choices. It was verified a gradual democratization during the access to higher education, as well as, a greater number of female students. The obtained results lead to a significantly statistical influence by the variables. In terms of percentage, students differentiate by sex, confirming the gender influence in course choice. The effect of the family socio-cultural origin in choosing the courses and the University of Minho, was also observed.

Points de départ, points de arrivée: l'effet des variables socio-culturelles sur l'accès dans l'enseignement supérieur

Luísa Saavedra
Leandro S. Almeida
Albertino Gonçalves
Ana Paula Soares

Résumé

Cette étude porte sur l'ensemble des étudiants qui se sont inscrits l'année 2002/03 à l'Université du Minho (1^{ère} Phase du Concours National d'Entrée). Elle prétend analyser l'impact de certaines variables démographiques et socioculturelles des étudiants sur leurs comportements et leurs décisions par rapport aux choix de la licence et de l'université. Face à une progressive démocratisation de l'accès à l'enseignement supérieur et à une féminisation croissante du public universitaire, les résultats obtenus suggèrent un effet statistiquement significatif des variables retenues. Les élèves se différencient, en effet, selon le sexe et l'origine socioculturelle en ce qui concerne, par exemple, le choix des licences et leur option pour l'Université du Minho.

Nation in Europe

Rita Ribeiro

Abstract

What is european identity? Foreseeing the future of Europe, will it be national(ist) or supranational(ist)? Are national identities declining the same way nation-state is? These are some of the questions we try to discuss in this text arguing in the context of nation and nationalism theories.

La nation en Europe

Rita Ribeiro

Résumé

Quelle identité pour l'Europe? L'avenir de l'Europe, sera-t-il national(iste) ou

supranational(iste)? Peut-on parler de dépérissement des identités nationales en correspondance avec le dépérissement de l'État-nation? Ce sont des questions en débat dans ce texte qu'on essaye de répondre dans le cadre des théories de la nation et du nationalisme.

Inter-ethnic latent cleavages: A case study in Barcelos

Manuel Carlos Silva
Maria Goretti Pinto

Abstract

The social visibility of ethnic groups, minorities, is increasing. This situation is bringing emotive, cognitive and behaviour negative reactions in several contexts and locals. Based on a small sample and interviews in Barcelos, in this paper the authors proposed evaluate, understand and explain «white» barcelenses' attitudes and behaviours through ethnic minorities, which can be found in different processes of inter-knowledge-avoidment, familiarity-detachment, solidarity-hostility through two kind of ethnic minorities: gipsies and africans-negros. These processes claim the analysis of the racism and the current theories about this phenomenon, as well as the necessity of articulate two nuclear concepts – ethnic and class.

In social interactions, people are constraining by socialization processes and life conditions. At the same time, they are creative actors which can reflect about themselves and about the others. The empirical data shows that the majority of the inquiries have prejudice attitudes and discriminatory practices through ethnic minorities. If we analyse the results for social class and age, we have to think on different life opportunities, that are co-determined by different life conditions, income levels, schooling degrees, cultures and mentalities. We can't generalize these results, but we can conclude that the open racism seems to occur in the older inquiries, with lower schooling degrees and high levels

of relative privation. The subtle racism appears in the younger inquiries, with higher education degrees and better class situation. The inquiries' practices and social representations reveal their their own life conditions and wouldviews, but they co-structure the actors' social behaviour.

Conlits inter-ethniques latentes: Une étude de cas dans la commune de Barcelos

Manuel Carlos Silva
Maria Goretti Pinto

Résumé

La croissante visibilité sociale des groupes ethniques, minoritaires, a suscité dans divers contextes et endroits du pays des réactions émotives, cognitives et comportementaux à prédominance négative. Dans ce texte, les auteurs se proposent, au moyen d'enquêtes et d'entrevues au sein d'un panel représentatif de la commune de Barcelos, d'évaluer et d'expliquer les attitudes et les conduites des barcelenses «blancs» face aux minorités ethniques, en faisant la projection sur différents procès d'interconnaissance et d'évitement, de proximité et de distancement, de solidarité et d'hostilité envers deux types de minorités ethniques: les gitans et les noirs africains. Or, ces procès nous amènent à la problématisation du phénomène de discrimination et de racisme, en cherchant à faire une brève synthèse de quelques (pseudo) théories et de rendre compte de la nécessité d'articuler deux concepts nucléaires: ethnique et classe.

L'analyse des données recueillies permettent de conclure qu'une partie considérable des personnes interrogées démontre des attitudes de préjugés et des pratiques discriminatoires envers les noirs africains et, surtout, envers les gitans. Une analyse plus minutieuse, par classe sociale et niveau étaire, nous renvoi vers le besoin de pondérer les différentes opportunités de vie, dictées par les différentes conditions de vie, les niveaux de revenus, la scolarité,

les cultures et les mentalités. Sans vouloir généraliser de forme abusive, on se rend compte que, entre les personnes interrogées, les actes racistes flagrants semblent être surtout pratiqués par les plus âgés, ceux qui ont un niveau de scolarité assez bas et un indice élevé de privation relative, alors que les actes racistes cachés ou subtils semblent être surtout pratiqués par les plus jeunes, ceux qui ont un niveau de scolarité plus élevé et qui appartiennent aux classes plus élevées. Les pratiques et représentations sociales des personnes interrogées, sont à la fois révélatrices de leurs conceptions du monde, mais aussi co-structurantes du positionnement des respectifs acteurs sociaux.

The social politics' "deadline". Notes on the social welfare diagnostic on Espinho city

Carina Meneses

Ana Paula Marques

Abstract

Portugal is characterized by a weak social welfare model which is unable to manage social inequalities regarding the increasing problems and risks. Therefore, taking into account that the State action is increasingly dependent on the civil society mobilization, it can be sustained that Portuguese State considers itself to be each time more irresponsible for its protective mission towards those social problems.

This paper presents both the results the most important theoretical propositions concerning the institutionalization of welfare State and the empirical data provided by a work conducted by a sociology student in Espinho. During this research, some interviews were made to professionals working in the field of social policies. Their analysis provides very important information regarding the action of State agencies as well as the paradoxes their encounter in practice.

«Délai de validité» des politiques sociales. Notes sur un diagnostic de la protection sociale dans la cite de Espinho

Carina Meneses

Ana Paula Marques

Résumé

Devant un modèle de protection social faible et incapable de résoudre des inégalités, des problèmes et risque sociaux de plus en plus croissants, l'Etat finit de se rendre de sa mission de protecteur et instaure un système de pluralisme de bien-être, soit basé dans le partage de responsabilités entre État et Société Civile dans matière sociale.

Cet article présente, de pair avec les pré-suppositions théoriques autour de l'institutionnalisation de l'État et de la Société providence, des résultats empiriques obtenues dans le rapport de stage intitulé «La Protection sociale dans la ville d'Espinho. Diagnostic des politiques sociales» réalisé par Carina Meneses. A partir de l'analyse des entrevues réalisés aux techniciens des diverses institutions de la ville d'Espinho, on caractérise le rôle de la société civile dans la continuation de fins sociales et on met en discussion, dans cet article, le rôle des politiques sociales au Portugal, notamment la façon comme elles sont appliqués, leurs particularités et leurs paradoxes.

Students rituals produced at the university of Coimbra. Historical and anthropological interpellation

António Manuel Nunes

Abstract

How can we read the students rituals produced at the University of Coimbra? A «militaristic», «medieval», «reactionary», «fascist» phenomena, as suggested by the perspectives inherited from Illuminism and the left wing parties? «The essence» of

being a student, as the right wing parties and the non-political stickers for tradition maintain? Or maybe something else, with its practitioners pointing out the necessity/utility of that kind of student culture, that is able to survive to the different political governments and ideologies?

Les bisoutages d'étudiants à Coimbra. Une interpelation historique et anthropologique António Manuel Nunes

Résumé

Quelles lectures inspirent les «bisoutages d'étudiants» ayant lieu à l'Université de Coimbra? S'agit-il d'un phénomène «militariste», «médiéval», «reactionnaire», «fasciste», comme l'ont prétendu les lectures militantes liées à l'héritage des lumières et de la gauche? «Essence» de l'être étudiant, comme l'ont proposé la droite et les traditionnalistes non alignés politiquement? Ou, éventuellement, d'autres lectures, avec les pratiquants à revendiquer une nécessité/utilité capable de survivre aux divers régimes politiques aussi bien qu'aux diverses idéologies.

Child labour: a multidimensional phenomenon

Ana Melro

Abstract

The repercussions of some of the changes that are occurring – at the *macro* level, the togetherness, yet virtual and symbolic, of distant localities, the intercultural relationships, etc; at the *micro* level, the emergence of New Technologies of Information and Communication and New Forms of Work Organization – are also present in the activities done by children, namely the child labour. This social wound has been discussed by various governmental agencies, in the scope of the Social Security and the Work, the Education, the Health and Justice, all concurring to define and to

identify the characteristics of the phenomenon in our country.

By the time of the publishing of the first figures on children less than 16 years old working in Portugal, it was attempted the definition of the first policies to fight this social problem. Special attention is given to children involved in social trajectories that include working, but we cannot, at the same time, relinquish the position of the parents and other members of the family, who, many times, depend on the activity of their younger members to surpass their daily difficulties.

Le travail des enfants: un phénomène multidimensionnel

Ana Melro

Résumé

Les répercussions de certains des changements qui se produisent – au niveau macro, le rapprochement, pourtant virtuel et symbolique, des localités éloignées, des rapports interculturels, etc.; au niveau micro, l'apparition de Nouvelles Technologies de Information et Communication et de Nouvelles Formes d'Organisation du Travail – sont également présents dans les activités faites par des enfants, à savoir le travail des enfants. Cette blessure sociale a été discutée par de diverses agences gouvernementales, dans la portée de la Sécurité Sociale et du Travail, l'Éducation, la Santé et la Justice, tout concourant pour définir et identifier les caractéristiques du phénomène dans notre pays.

Au temps de l'édition des premières statistiques sur des enfants de moins de 16 ans travaillant au Portugal, on a essayé la définition des premières politiques pour combattre ce problème social. Une particulière attention est donnée aux enfants impliqués en trajectoires sociales qui incluent le travail, mais nous ne pouvons pas, en même temps, négliger la position des parents et d'autres membres de la famille, qui, souvent, dépendent de l'activité de leurs plus jeunes membres pour surpasser leurs difficultés quotidiennes.

The social and territorial impacts of second homes in Portugal

Maria José Boavida Caldeira

Abstract

In Portugal, the diffusion of second homes has been contributing for the appearance of new territorial dynamics, promoting perceptible changes in the configuration of the Portuguese urban system. On the one hand, we have the influence of second homes for the urbanization of new areas, with the emergence of new agglomerations near the coastline or in other areas with favourable natural conditions. On the other hand, it can be seen as a force for the growth or revitalisation of spaces in the peripheries of the largest Portuguese cities. In the countryside, the consequences of the development of second homes are also detectable. If during the 60's of the twenty century, there was a remarkable flow of rural residents to the biggest cities, nowadays with the phenomena of the second homes we assist to the inversion of this tendency. As a result of this return to the countryside, there is unmistakable signals that point out to a dispersion of the urban way of life into these spaces. However, if the second homes may act as a threat to the cultural preservation, between its benefits we may highlight the contribution to the rehabilitation of the traditional architectural patrimony.

The implementation of the second homes is not only responsible for strong changes in the configuration of the urban system, but it is also the justification of a new model of regular displacements, with the emergence of new relationships between citizens and territories. To the daily commuting displacements house-work, we should add major displacements characterised by movements between house-work-second homes, with an evident effect concerning the appearance of different forms of appropriation of space.

Impacts sociaux et territoriaux des résidences secondaires au Portugal

Maria José Boavida Caldeira

Résumé

La diffusion des résidences secondaires au Portugal a contribué pour la définition de nouvelles dynamiques territoriales avec importantes conséquences en l'actuel réseau urbaine. La résidence secondaire est responsable pour l'urbanisation de nouvelles espaces, avec l'apparition de nouvelles agglomérations ou pour l'expansion e revitalisation d'espaces dans la périphérie des grandes villes, principalement en lieux avec conditions naturelles favorables plusieurs fois proches à la plage.

A la campagne les conséquences du développement de la résidence secondaire son également notée, aux années 60 do XX siècle les personnes remplace la campagne pour la vie dans les villes, avec la résidence secondaire on assiste au retour à la campagne et à la dispersion du mode de vie urbaine pour ces espaces, la campagne se mélange avec la ville. Mais si la résidence secondaire peut contribuer pour la restauration du patrimoine architectonique traditionnel elle peut aussi être une menasse surtout du point de vue de préservation de la culture locale.

La diffusion résidence secondaire non est seulement la responsable pour modifications do system urbaine mais elle contribue aussi pour un nouvel model de mouvements pendulaires et l'emergency de nouvelles inter-relations et liassions plus complexes entre personnes et territoires. Aux mouvements pendulaires quotidien (maison-travail) on se rejoint autres appropriations spatiales et mouvements de majeure ampleur, de fréquence hebdomadaire (maison-travail-résidence secondaire).

Trajectories and felt of the work to take account of children for a group of mothers of a domiciliary day-care center

Ana Cristina Coll Delgado

Abstract

The objective of the present article is analyzing the work relations lived by a worker of domiciliary nursery in São Gonçalo city (Rio de Janeiro). I focus on the senses of being a woman, mother and worker, and the ambiguous passed of one activity that combines maternity and home cares with a work without social rights. The theoretical reference includes considerations about informal, illegal and clandestine work, gender and families of popular layer. The analysis evidence one rupture with perspectives centered only on lack, negativity or poverty of this activity.

Trajectoires et senties du travail de prendre compte d'enfants pour un groupe de mères d'une crèche domiciliaire

Ana Cristina Coll Delgado

Résumé

L'objectif de cet article c'est d'analyser les parcours de vie et la profession d'un groupe de mères et le sens qu'elles attribuent au travail de garder les enfants dans une crèche domiciliaire à São Gonçalo, RJ. Les références théoriques comprennent des études de la sociologie et de l'anthropologie sur les familles des couches popu-

lares, genre, travail et éducation. Les analyses démontrent que les sens traduisent une perspective familiale d'éducation par la délégation de l'acte d'élever les enfants à une gardienne d'enfants.

Theoretical contributions for a sociological analyse des courts

Helena Machado

Abstract

Pointing out some recent configurations of the administration of justice in Portugal on what refers to its articulations with the new technologies of communication and information, as well as with the forensic science; we develop theoretical considerations aiming to improve the sociological analysis of the relationship between women and the courts, at the present time.

Considérations théoriques pour une sociologique analyse des tribunaux

Helena Machado

Résumé

En prenant en compte les configurations les plus récents de l'administration de la justice au Portugal, dans ses relations avec les nouvelles technologies de la communication et de l'information et avec les sciences juridiques, nous développons des considérations théoriques à même de faciliter l'analyse sociologique des rapports entre les femmes et les tribunaux à l'heure actuelle.

Normas para publicação de Artigos

Os artigos propostos para publicação na revista Cadernos do Noroeste – Série Sociologia, devem ser remetidos, em duplicado, ao Conselho de Redacção para apreciação, devendo vir acompanhados de um *Curriculum Vitae* resumido do(s) autor(es), contendo: nome, situação profissional, instituição/organização onde desenvolve a sua actividade, endereço, telefone, fax, e-mail.

Os artigos devem obedecer às seguintes regras formais:

1. Dactilografados em páginas A4, a espaço e meio e tamanho de caracteres 12, acompanhados de uma disquete com o respectivo ficheiro em Word, com indicação da versão usada.
2. Poderão ter como limite máximo aconselhável cerca de 25 páginas, incluindo notas, bibliografia, quadro, gráficos e figuras. Deve também ser apresentado um resumo do artigo com um limite máximo de 500 caracteres, em português, inglês e francês.
3. As transcrições deverão ser colocadas entre aspas e os vocábulos em língua estrangeira deverão ser formatados em itálico.
4. Quadros, gráficos e figuras deverão ser numerados de forma contínua, com numeração árabe, para cada um dos elementos respectivos.
5. Os ficheiros originais dos quadros, gráficos e figuras devem ser enviados juntamente com o ficheiro do Word, quer sejam ficheiros de Excel, quer sejam ficheiros de outras programas (neste caso devem ser gravados na extensão JPG, GIF ou EPS).
6. As titulações deverão ser apresentadas em numeração árabe.
7. As notas de pé de página serão numeradas, sem parênteses, de forma contínua, do princípio ao fim do artigo.
8. **A norma de citação** adoptada será a anglo-saxónica (autor-data).
 - 8.1. A **bibliografia**, apresentada de forma alfabeticamente ordenada, e presente no final do artigo, obedecerá às seguintes regras:
 - Apelido, Nome próprio (ano), Título do livro, Local de edição, Editor
 - Apelido, Nome próprio (ano), «Título do texto», Nome da revista, Volume, número, páginas

- Apelido, Nome próprio (ano), «Título do texto», Nome próprio
Apelido (org.), Título da Colectânea, Local de edição, Editor

8.2. Para os **recursos electrónicos** serão usadas as seguintes regras:

Para trabalhos individuais:

- Autor/editor (ano), Título, [Tipo de suporte], Protocolo disponível:
Site//Path [data de acesso]

Artigos de revistas:

- Autor (ano, mês dia), «Título», Título da revista [Tipo de suporte],
volume, páginas ou indicador de extensão, Disponível: Site/Path
[data de acesso]

Mensagens de *Discussion lists*:

- Autor (ano, mês dia), assunto da mensagem, Discussion List [Tipo
de suporte], E-mail disponível: DISCUSSION-LIST@mail. endereço
[data de acesso]